

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES**

ANDREZA PATRICIA ALMEIDA DOS SANTOS

SOBRE MAPAS E ARTESANATOS:

Estudos de recepção, etnografia digital e ficção televisiva na era transmídia

SÃO PAULO

2022

ANDREZA PATRICIA ALMEIDA DOS SANTOS

SOBRE MAPAS E ARTESANATOS:

Estudos de recepção, etnografia digital e ficção televisiva na era transmídia

Versão Corrigida (versão original disponível na Biblioteca da ECA/USP)

Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutora em Ciências.

Área de Concentração: Ciências da Comunicação

Orientadora: Profa. Dra. Maria Immacolata Vassallo de Lopes

SÃO PAULO

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa – desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo autor

Santos, Andreza Patricia Almeida dos

Sobre mapas e artesanatos: Estudos de recepção, etnografia digital e ficção televisiva na era transmídia / Andreza Patricia Almeida dos Santos; orientadora, Maria Immacolata Vassallo de Lopes. -- São Paulo: 2022.

296 p.: il.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia

Versão Corrigida

1. Ficção televisiva. 2. Estudos de recepção. 3. Etnografia digital . 4. Internet. 5. Metodologia. I. Lopes, Maria Immacolata Vassallo de. II. Título.

CDD 21.ed. - 302.2

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

SANTOS, Andreza Patrica Almeida dos

Título: Sobre mapas e artesanatos: Estudos de recepção, etnografia digital e ficção televisiva na era transmídia

Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutora em Ciências.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

*À minha amada avó, Iracema Ribeiro dos Santos
Não deu tempo de comemorarmos a realização de mais esse sonho.
Não pudemos sequer dar aquela volta no parque. A vida é só um
sopro e o tempo nos oprime. À sua memória, contudo, dedico cada
palavra desta tese, tecida na potência do amor, da esperança e da
gratidão por tudo o que pudemos viver juntas.
Te amarei para sempre, nenenzinha minha.*

AGRADECIMENTOS

Encerrar um ciclo, começar outro. Esse exato momento que marca o início da escrita desta seção é para mim como um rito de passagem, que faz recordar minha trajetória acadêmica e, de certa forma, também marca minha transição como estudante de doutorado para uma nova etapa como futura professora universitária. Esse momento, todavia, ainda não terminou. Encontro-me justamente naquele estágio liminar da transição (VAN GENNEP, 2011), que me deixa em suspenso até o momento da defesa da tese e me faz refletir sobre os caminhos que trilhei e os que ainda estou por trilhar.

O resultado deste trabalho é fruto de uma jornada que se inicia em 2013, quando ainda na graduação eu me desafiava a tentar entender a importância da telenovela para os brasileiros – instigada estava, naquele momento, com a assiduidade da assistência dos jovens universitários do sexo masculino que se reuniam na sala de TV de um alojamento feminino da agrária Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro para acompanhar diariamente os capítulos de suas novelas preferidas. De lá para cá, a jornada seguiu no mestrado e finda com doutorado uma trajetória que se inicia com uma curiosidade juvenil, mas que me levou a caminhos sequer imaginados. Nestes nove anos de muito aprendizado, amadurecimento, quedas e dificuldades de diversas ordens, nada seria possível sem a ajuda de pessoas que cruzaram comigo este caminho, por vezes marcado por alegrias e conquistas; outras, por momentos não tão felizes e prazerosos. Afinal, os ciclos que nos movem são justamente os mesmos que, por vezes, nos paralisam.

Sem dúvida, os últimos anos têm sido tempos muito difíceis. Não obstante o crescimento da onda de ataque e desmonte à ciência, de intolerância às minorias, de disseminação de notícias falsas e do discurso de ódio ao diferente, fomos, no meio do caminho, surpreendidos por um vírus mortal que, atingindo o mundo todo, culminou na maior crise sanitária do século. Nesse entremeio, vivi o luto mais dolorido com o falecimento de minha amada avó, vi meu avô adoecer e, mesmo assim, fui impelida a seguir adiante – a despeito de meu deserto interior e do sentimento contínuo de que não daria conta de finalizar esse percurso. Olhando para todo esse cenário, contudo, percebo a importância que tiveram em minha vida as pessoas que me incentivaram e apoiaram ao longo da pesquisa, dos que me deram uma direção e ressignificaram minhas dores, ensinando-me que a chegada só faz sentido porque é parte de uma jornada – não necessariamente a ideal, mas a possível.

Ciente de que este meu fim/início não seria o mesmo se não tivesse por perto pessoas tão importantes que me dessem suporte ao longo da caminhada, gostaria de registrar meu sincero agradecimento a todos que foram fundamentais para a realização desse trabalho que é, certa forma, coletivo. Esta Andreza, que hoje conclui mais um ciclo, é fruto de muitos encontros e desencontros pela vida, de diálogos estabelecidos e fluxos interrompidos, de textos lidos e rascunhos escritos, conversas formais e banalidades cotidianas, disciplina, rotina, choros, resistências, quedas, fragmentos. Seria impossível nomear a todos que fizeram parte dessa história, mas como forma de contornamento, destaco aqueles que, direta ou indiretamente, mais se fizeram presentes nestes últimos quatro longos anos.

Em primeiro lugar, quero agradecer a **Deus**, alegria da minha juventude, que dá sentido à caminhada e que foi minha fortaleza nos momentos de maior dor e dúvida. A fé em um Deus que anda com os pobres, consola os oprimidos, sofre junto aos perseguidos e acolhe o estrangeiro tem sido a força motriz que me move a acreditar em dias melhores e em um país mais justo, menos desigual.

Minha família é parte fundamental nesse processo. Aos meus pais, **Andréa e Carlos** agradeço por todo amor e cuidado que sempre dedicaram a mim. Dei tanto trabalho a vocês na minha infância, com meus problemas de saúde e diagnósticos nada fáceis. Obrigada por não terem nunca desistido de mim. A vitória de hoje só foi possível porque vocês acreditaram e ela também é de vocês!

Às minhas irmãs, **Samara e Naira**, com vocês eu aprendi a alegria da partilha, o valor do companheirismo e o amor fraternal. Obrigada por serem irmãs tão carinhosas, que me dão força nos momentos difíceis e estão ao meu lado em qualquer situação. Aproveito também para agradecer ao meu sobrinho e afilhado, **Vitor Hugo**, que é o tesouro da madrinha; ao meu cunhado **Luiz**, por seu grande coração e por sua alegria, que contagia a todos; e ao meu avô, **Donato**, cuja “simples” existência me faz muito feliz. Não poderia deixar de mencionar, ainda, meus falecidos avós, **Iracema, Angelina e José Benedicto** que, em vida, foram tão especiais.

Ao meu noivo, **Fábio**, que ao longo de mais de uma década me acompanha nessa aventura chamada vida. Você foi o primeiro a saber e a apoiar a minha escolha de mudar para São Paulo quando o plano era continuarmos no Rio. Obrigada por ser esse companheiro tão assíduo e gentil, que me motiva e acredita em meus potenciais. Você é parte fundamental desse processo.

À **Immacolata**, minha orientadora, agradeço pela oportunidade a mim dada nesse trajeto de quatro anos de convívio assíduo e muito aprendizado. Mesmo sendo uma

pesquisadora de destaque, referência em metodologia e no estudo de telenovela, nunca me impôs limites ou cerceou meu exercício criativo, mas, ao contrário, estimulou a imaginação metodológica e me motivou ao acreditar comigo na realização desta tese.

O **Cetvn**, sem dúvida, foi uma escola para mim. Ali, aprendi a fazer pesquisa coletiva e pude vivenciar dinâmicas acadêmicas até então desconhecidas. Mas, mais do que isso, ali presenciei um espaço de afetos e de acolhimento aos que chegam “de fora”. Certamente, o processo foi mais bonito e leve com vocês:

Lucas Néia, obrigada por ter me acolhido quando cheguei ao Cetvn e por ter me dado a oportunidade de conhecer e vivenciar a USP por diferentes ângulos. Com você pude explorar e experimentar a Universidade de São Paulo no seu cotidiano, pela via dos sentidos, das lembranças, dos sabores e peripécias.

Ligia Lemos, não me esqueço do afeto e da maneira tão gentil com que me recebeu ao grupo. Com seu olhar atento e humano, e seu já característico sorriso no rosto, você compreendeu minhas limitações e me incentivou a superá-las. Agradeço, ainda, à **Mariana Lima**, pelo carisma e por suas risadas sempre tão engraçadas que fazia todos rirem com você – mesmo, por vezes, não sabendo o motivo; à **Tissiana Pereira**, por seu jeito sempre tão espontâneo e até ingênuo de encarar a vida, que tantas vezes me fez acreditar mais nas pessoas; à **Larissa Rocha**, por seu jeito serelepe e extrovertido, que me ensinou a me cobrar menos e a olhar de maneira mais leve para minha própria pesquisa.

Ainda no Cetvn, estendo aqui meu abraço à **Daniela Ortega**, **Anderson Melo**, **Gabriela Torres**, **Aianne Amado**, **Juliana Pinho**, **Leonardo Fernandes**, **Vital Neto**, **Gustavo Rodrigues**, **Helena Cunha**, **Júlia Segadas**. Com vocês, vivi bons momentos, que guardo com carinho.

Não poderia deixar de mencionar as Professoras Doutoras **Elisabeth Saad Corrêa** e **Nilda Jacks**, que gentilmente compuseram a Banca de Qualificação deste estudo, contribuindo com debates instigantes. Aproveito para agradecer a todos os componentes da Banca de Defesa, que se dispuseram a partilhar esse momento tão simbólico de passagem. Certamente tirarei desse momento conhecimentos valiosos, que levarei para a vida.

À **Angelita Ramirez** e ao senhor **Carlos**, que foram mais do que locadores nesses quatro anos em São Paulo. Muito obrigada pelas conversas, risadas e pelo carinho com que me receberam desde o início. Agradeço, ainda, a **Gabriel Marques**, por esses anos de intenso convívio e nossos inesquecíveis cafés de senhoras aposentadas. Te desejo um futuro de muita alegria e sucesso no que quer que você escolha fazer.

Deixo meu afeto à Comunidade de São Patricio, representada pelo Padre **Ernandes Alves Júnior** e Diácono **Paulo José**, pelos anos de zelo e cuidado incansável com as pessoas, sobretudo com os mais vulneráveis. Também aqui já menciono meus amigos do GOU e da vida, que me acompanham desde a graduação: **Alberto Fonseca, Andreza Christina, Felipe Lamim, Soraia John, Edson Soares Gomes, Thiago Costa, Kenedy Mota, Marília Gabriela Tirelli e Doniésia Bel.**

Por falar nos tempos da Rural, não poderia deixar de mencionar **Jéssica França, Carlos Alexandre Barcellos, Dylan Oliveira e João Silva**, amigos que tive a sorte de encontrar pelo caminho. Ainda em solos ruralinos, agradeço à **Alessandra Carvalho**, minha primeira professora de Metodologia, que me incentivou a seguir carreira acadêmica; **Carly Barboza**, por seus ensinamentos sempre muito afetuosos e **Edson Miagusko**, que me inspirou a vir para a USP.

Também no PPGCOM (ECA/USP) tive a sorte de me deparar com professores com quem muito aprendi: Prof. Dra. **Maria Cristina Palma Mungiolli**, que me instigou a refletir sobre a ficção televisiva a partir de outras perspectivas e abordagens; as já citadas Profs. Dras. **Elisabeth Saad Corrêa e Maria Immacolata Vassallo de Lopes**, por suas aulas sempre muito enriquecedoras e reflexivas; ao Prof. Dr. **Richard Romancini**, com quem tive a oportunidade de realizar dois estágios docência e aprender mais de perto as dinâmicas de sala de aula.

Aos membros da Secretaria Geral de Pós-Graduação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), sempre muito solícitos. À **Maria Teixeira Sousa**, secretária do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da USP, que tantas vezes me ajudou a sanar dúvidas e resolver problemas. À **Dona Dodô**, por seu carisma e doçura, e a todos os funcionários da ECA-USP. No marco dos 50 anos do PPGCOM, comemorados em 2022, tenho a felicidade de ter feito parte desta Escola, que muito me ensinou – e onde pude vivenciar afetos e aprender lições pra vida inteira.

Por fim, não poderia deixar de agradecer à Capes pelo financiamento que teve como resultado a realização desta pesquisa (Código de Financiamento 001). Estendo também meu agradecimento a todas as instituições públicas, professores e funcionários que passaram por minha vida. Sou fruto do Reuni, do Sisu, de uma formação totalmente pública – do jardim da infância à pós-graduação – que me ensinou a ver de perto as dificuldades e limitações de nosso ensino, mas, sobretudo, me fez acreditar na potência que é investir na educação – inclusiva, de qualidade, gratuita e para todos. Resistiremos.

Escrever nada tem a ver com significar, mas com agrimensar, cartografar, mesmo que sejam regiões ainda por vir (DELEUZE & GUATTARI, 2000, p.13).

RESUMO

SANTOS, Andreza Patricia Almeida dos. **Sobre mapas e artesanatos: Estudos de recepção, etnografia digital e ficção televisiva na era transmídia**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Esta pesquisa, de caráter epistemológico, buscou contribuir para o aprofundamento do debate teórico e metodológico que tem caracterizado a investigação da ficção televisiva no contexto da convergência das mídias e da transmídiação (JENKINS, 2008). Diante a atual agenda metodológica (LOPES, 2011) que se forma em torno de tais estudos – marcados por profundas mudanças nos modos de produção, distribuição e consumo – tivemos como objetivo geral oferecer uma proposta teórico-metodológica que contemple estudos de recepção em ficção televisiva feitos na internet, o que se fez a partir do diálogo entre a Comunicação e a Antropologia. Dessa forma, dois foram nossos objetivos específicos: (1) desenvolver os mapas barberianos como uma moldura capaz de contemplar estudos de recepção feitos na internet; (2) compreender em que medida a Antropologia pode – em termos de epistemologia e metodologia – iluminar novos caminhos para a pesquisa em Comunicação. Para dar conta de tais questões, dividimos a pesquisa em três partes que, juntas, compõem nosso artesanato intelectual (WRIGHT MILLS, 1969), construído a partir de leituras, rascunhos, projetos e matutações pessoais e acadêmicas. Em um primeiro momento, com vistas a conhecer melhor o campo, oferecemos um mapa geral das questões que atualmente perpassam a ficção televisiva – tanto no que diz respeito a conceitos e novos ambientes de pesquisa, quanto no que toca aos atuais desafios dos estudos de recepção, cada vez mais marcados pelo embaralhamento dos limites que separam emissão e recepção (JACKS, 2015). Uma vez apresentado esse panorama geral, passamos ao delinamento do arcabouço teórico-metodológico que conforma nossa proposta. Ali, apresentamos a Teoria Barberiana da Comunicação (LOPES, 2018) como moldura teórica da pesquisa e a cartografia como estratégia teórico-metodológica adotada. Além disso, discorremos sobre o desenho de nossa proposta, tecida a partir do diálogo entre a obra de Jesús Martín-Barbero e a Antropologia Digital (HORST & MILLER, 2012). Por fim, na terceira e última parte, buscamos oferecer um mapa possível de exploração da internet como campo etnográfico para pesquisas empíricas. Esse esforço foi desmembrado em seis capítulos que, juntos, trazem debates teórico-metodológicos capazes de contemplar estudos de recepção. Tendo como pano de fundo um cenário globalizado, que ilumina cada vez mais a centralidade das *tecnicidades* e aponta, entre outras questões, para novas *ritualidades* das audiências nas *redes*, buscamos pensar desafios e práticas de pesquisas dialógicas e intersubjetivas, que não apenas considerem as especificidades dos estudos *online*, mas também estabeleçam uma relação intersubjetiva (FABIAN, 2013) com os sujeitos estudados – o que necessariamente passa por uma perspectiva *temporal*. Nesse percurso, o diálogo com a Antropologia Digital e seus princípios – que discutem o *digital*, questionam a suposta *falsa autenticidade* das *redes*, e buscam refletir questões de *método* e de *relativismo cultural* – mostrou-se um exercício valioso e um ponto de encontro fértil com a obra de Jesús Martín-Barbero.

Palavras-chave: Ficção televisiva. Estudos de recepção. Etnografia Digital. Internet. Epistemologia. Metodologia.

ABSTRACT

SANTOS, Andreza Patricia Almeida dos. **About maps and crafts: Reception studies, digital ethnography and television fiction in the transmedia age.** Thesis (PhD in Communications) – School of Communication and Arts, University of São Paulo, São Paulo, 2022.

This research, of an epistemological nature, sought to contribute to the deepening of the theoretical and methodological debate that has characterized the investigation of television fiction in the context of the convergence of media and transmedia (JENKINS, 2008). Given the current methodological agenda (LOPES, 2011) that is formed around such studies - marked by profound changes in the modes of production, distribution and consumption - our general objective was to offer a theoretical-methodological proposal that includes reception studies in television fiction made on the internet, which was done from the dialogue between Communication and Anthropology. In this way, two were our specific objectives: (1) to develop the Barberian maps as a framework capable of contemplating reception studies carried out on the internet; (2) to understand how Anthropology can - in terms of epistemology and methodology - illuminate new paths for research in Communication. To address these issues, we divided the research into three parts that, together, make up our intellectual craft (WRIGHT MILLS, 1969), built from readings, drafts, projects and personal and academic reflections. At first, with a view to getting to know the field better, we offer a general map of the issues that currently permeate television fiction – both in terms of concepts and new research environments, and in terms of the current challenges of reception studies, increasingly marked by the shuffling of the boundaries that separate emission and reception (JACKS, 2015). Once this general panorama is presented, we proceed to the design of the theoretical-methodological framework that shapes our proposal. There, we present the Barberian Theory of Communication (LOPES, 2018) as the theoretical framework of the research and cartography as the theoretical-methodological strategy adopted. In addition, we discuss the design of our proposal, woven from the dialogue between the work of Jesús Martín-Barbero and Digital Anthropology (HORST & MILLER, 2012). Finally, in the third and last part, we seek to offer a possible map of internet exploration as an ethnographic field for empirical research. This effort has been broken down into six chapters that together bring theoretical-methodological debates capable of contemplating reception studies. Against the backdrop of a globalized scenario, which increasingly illuminates the centrality of *technicalities* and points, among other issues, to new *ritualities* of audiences in the *web*, we seek to think about challenges and practices of dialogic and intersubjective research, which not only consider the specificities of *online* studies, but also establish an intersubjective relationship (FABIAN, 2013) with the subjects studied – which necessarily involves a *temporal* perspective. In this way, the dialogue with Digital Anthropology and its principles – which discuss the *digital*, question the supposed *false authenticity* of internet, and seek to reflect on issues of *method* and *cultural relativism* – proved to be a valuable exercise and a fertile meeting point with the work of Jesús Martín-Barbero.

Keywords: Television fiction. Reception Studies. Digital Ethnography. Internet. Epistemology. Methodology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Exemplos de transbordamento de telenovelas na internet.....	35
Figura 2 - Exemplo de perfil amador no Instagram com conteúdo voltado à ficção televisiva	42
Figura 3 - Print Blog Sonhos de Luciana, da telenovela <i>Viver a Vida</i>	47
Figura 4 - Primeira postagem patrocinada da personagem Vivi Guedes	48
Figura 5 - Site de fãs da telenovela <i>As Aventuras de Poliana</i>	50
Figura 6 - Tipologia de fãs brasileiros.....	63
Figura 7 - Resumo da oferta transmidiática do top ten dos países Obitel em 2011	64
Figura 8 - Post com maior I.E	66
Figura 9 - Exemplo de figura fractal	88
Figura 10 - Primeiro Mapa Metodológico das Mediações (1987)	103
Figura 11 - Fusão de todos os Mapas de JMB.....	104
Figura 12 - Diagrama da mobilização dos mapas na proposta teórico-metodológica.....	125
Figura 13 - Exemplos de memes com a personagem Nazaré.....	190

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Países que mais procuraram por <i>A Força do Querer</i> na internet em 2017	68
Gráfico 2 - Panorama dos estudos televisivos (2010-2015).....	72
Gráfico 3 - Autores de ficção televisiva mais citados (2010-2015)	78
Gráfico 4 - Principais técnicas estudos de ficção televisiva (2010-2015).....	80
Gráfico 5 - Avanços na época (2010-2015).....	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Mídias digitais nos estudos de recepção e consumo midiático.....	81
Quadro 2 - Principais gêneros culturais observados em 10 pesquisas com base na Antropologia Digital de Daniel Miller	116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABREVIATURAS E SIGLAS RELACIONADAS AO PROJETO

CETVN – Centro de Estudos de Telenovela

CGU – Conteúdo gerado por usuários

CR – Competências de Recepção

FI – Formatos Industriais

I.E – índice de engajamento

JMB – Jesús Martín-Barbero

OBITEL – Observatório Ibero-Americano de Ficção Televisiva

SNS – Social Networking Sites (sites de redes sociais)

TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação

VoD – Video on Demand

DEMAIS ABREVIATURAS E SIGLAS

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ECA – Escola de Comunicações e Artes

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Interssexuais, Assexuais e outros, entre os quais, pansexuais e não binários.

PPGCOM – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação

Rural – Univeridade Federal Rural do Rio de Janeiro

UCL – University College London

UFMS – Universidade Federal de Santa Maria

UMAR – Universidad del Mar

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

UMA INTRODUÇÃO AO OFÍCIO ARTESANAL DA CARTOGRAFIA.....	19
A estruturação da tese	22
PARTE 1 – QUANDO O CAMPO É A NOVELA: UM MAPA DE QUESTÕES DE UM CAMPO EM MUDANÇAS	27
(Re)conhecer o campo: o lugar desde o qual partimos e a telenovela desde a qual pensamos	28
CAPÍTULO 1 – UMA INTRODUÇÃO À FICÇÃO TELEVISIVA NA ERA DA INTERNET: REPENSANDO CONCEITOS E NOVOS AMBIENTES DE PESQUISA	30
1.1 Entrando no tema	30
1.2 Convergência e Cultura Participativa – implicações para o estudo de ficção televisiva	32
1.3 Transmidialidade e ficção televisiva: entendendo conceitos e aplicações.....	40
1.4 Da TV para a internet: anotações sobre a telenovela brasileira	46
CAPÍTULO 2 – OS ESTUDOS DE RECEPÇÃO: TELENVELA, INTERNET E MAPAS DAS MEDIAÇÕES	52
2.1 Os estudos de recepção e suas apropriações na América Latina: panorama geral	52
2.2 A (ainda atual) problemática da recepção.....	54
2.3 A pesquisa brasileira em recepção e sua atual agenda metodológica: cartografias possíveis de um campo em construção	57
2.3.1 <i>Vivendo com a telenovela</i> e a metodologia das mediações	58
2.3.2 Uma cartografia do Obitel a partir da recepção transmídia	61
2.4 Estudos de recepção nos Programas de Pós-Graduação (2010-2015).....	70
2.4.1 Recepção televisiva	71
2.4.2 Os estudos sobre internet	74
2.4.3 Recepção de telenovela e sua atual agenda metodológica	76
2.4.4 Limites e avanços das pesquisas em ficção televisiva (2010-2015)	83

2.4.5 Um olhar panorâmico sobre os estudos de recepção e consumo midiático (2010-2015).....	85
2.5 Muitos mapas, uma agenda comum.....	87
PARTE 2 – O DESENHO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA	91
CAPÍTULO 3 – UM CHAMADO À CARTOGRAFIA MESTIÇA: O BALUARTE QUE CONFORMA NOSSA PROPOSTA	92
3.1 Sobre desafios, recortes e costuras no âmbito dos estudos de recepção e da Antropologia	92
3.2 A Teoria Barberiana da Comunicação como moldura teórica.....	94
3.2.1 A cartografia como estratégia	97
3.2.2 Os mapas das mediações e suas possibilidades abertas	100
3.3 Antropologia, sociedades contemporâneas e estudos de mídia	105
3.3.1 A virada digital na Antropologia: contexto, autores, perspectivas	108
3.3.2 A Antropologia desde a qual (não) partimos	109
3.3.3 A Antropologia desde a qual partimos: sobre a emergente Antropologia Digital .	112
3.4 A Antropologia Digital e os Estudos de Comunicação	115
3.5 Uma metodologia das mediações: nossa proposta.....	119
3.5.1 Entre mediações e princípios: uma moldura para a pesquisa empírica de recepção na internet.....	121
PARTE 3 – QUANDO O CAMPO É A INTERNET: UM MAPA POSSÍVEL	128
EIXO 1 – CONSTRUINDO O CAMPO – MOMENTO DE FORMULAÇÃO TEÓRICA	129
CAPÍTULO 4 – QUANDO O CAMPO É A INTERNET: A NOÇÃO DE REDES E SUAS IMPLICAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS.....	129
4.1 Redes e redes sociais.....	131
4.1.1 As redes em Jesús Martín-Barbero.....	133
4.1.2 O significado particular de redes sociais digitais para a antropologia e as potencialidades para estudos futuros.....	138

4.2 Redes como questão de dialética antropológica: aproximações com Jesús Martín-Barbero.....	141
4.3 Para refletir: O digital que nos interpela.....	146
4.4 Sobre os “nós” que nos conectam.....	149
CAPÍTULO 5 – TECNICIDADE E FALSA AUTENTICIDADE: UM DEBATE A PARTIR DA CULTURA E DAS MUTAÇÕES CULTURAIS.....	153
5.1 Introdução ao tema.....	153
5.2 A <i>tecnicidade</i> enquanto mediação: um olhar desde os gregos	155
5.2.1 A mediação da <i>tecnicidade</i> em e a partir Jesús Martín-Barbero.....	158
5.3 A <i>falsa autenticidade</i> sob a égide da cultura	162
5.4 <i>Tecnicidade</i> e cultura: um diálogo possível entre Antropologia e Jesús Martín-Barbero	169
EIXO 2 - A CHEGADA AO CAMPO – MOMENTO DE ENCONTRO COM O “OUTRO”	176
CAPÍTULO 6 – OLHAR COM MÉTODO E VER COM OS “OUTROS”: HOLISMO, ANTROPOLOGIA E DIÁLOGOS COM JESÚS MARTÍN-BARBERO	176
6.1 Incentivar a abertura de brechas – Aproximações de Jesús Martín-Barbero e a Antropologia	177
6.2 A etnografia como método e como teoria.....	180
6.2.1 Uma questão prática.....	183
6.3 O pesquisador, o campo e a pesquisa na internet	185
6.4 Holismo e etnografia: uma questão de método.....	187
6.4.1 A centralidade da observação participante para a antropologia digital.....	191
CAPÍTULO 7 – ETNOGRAFIA DIGITAL NA PRÁTICA: ENTRE DILEMAS E POSSIBILIDADES.....	196
7.1 Uma pandemia no meio do caminho	198
7.1.1 Um debate desde a América Latina.....	201
7.2 O digital e o acesso ao campo.....	205
7.3 Construindo um arquivo <i>online</i>	207

7.4 Estudos em plataformas e etnografia multissituada: um diálogo possível	210
7.4.1 Adentrando o tema	210
7.4.2 Novos campos, novas práticas	213
7.5 Consentimento e ética na pesquisa <i>online</i>	218
7.5.1 Tipos de imersão e suas respectivas questões éticas	219
7.5.2 Dilemas de um observador oculto: o pesquisador <i>lurker</i>	220
7.5.3 Imersão e consentimento: diferentes perspectivas sobre um mesmo assunto	224
EIXO 3 – DEPOIS DO CAMPO, A ESCRITA	230
CAPÍTULO 8 – A ESCRITA, O TEMPO E O “OUTRO”: A RELAÇÃO SUJEITO E OBJETO COMO QUESTÃO DE TEMPORALIDADE	230
8.1 Adentrando o debate	230
8.2 Sobre Tempo e Temporalidade	233
8.3 A <i>Temporalidade</i> em e a partir de Jesús Martín-Barbero	236
8.3.1 Temporalidade, mestiçagens e América Latina	236
8.4 O tempo antropológico e a relação com o “Outro”	239
8.4.1 O evolucionismo e seu ainda atual perigo histórico	241
8.4.2 Pela contemporaneidade de nossas práticas não-contemporâneas – um diálogo com Jesús Martín-Barbero	242
8.5 O “Outro” como objeto: notas para uma pesquisa de campo coetânea	244
8.6 Entre a teoria e a prática: o Tempo e a escrita sobre o “Outro”	245
8.6.1 O “presente etnográfico”	246
8.6.2 O passado autobiográfico e a distância como ato interpretativo	247
8.7 A coetaneidade como ponto de partida	250
CAPÍTULO 9 – RITUALIDADES E RELATIVISMO CULTURAL NAS REDES: A VOZ DO “OUTRO” E A MINHA VOZ	253
9.1 O rito e a vida cotidiana	255
9.2 Ritualidades em Jesús Martín-Barbero – um diálogo com a Antropologia	258
9.3 Novas ritualidades e telenovela	261

9.4 Relativismo cultural: um debate desde a internet	266
9.4.1 A questão da voz	270
9.5 A voz do “Outro” e a minha voz: uma reflexão final	271
CONCLUSÃO: É CHEGADA A HORA DE PARTIRMOS!	274
REFERÊNCIAS	282
Sites consultados:	295
Vídeos no Youtube:	296

UMA INTRODUÇÃO AO OFÍCIO ARTESANAL DA CARTOGRAFIA

Todo mapa é, em princípio, um desafio para qualquer pesquisador que se proponha a pensar sua pesquisa sobre ou a partir de um. A depender do olhar lançado sobre ele, pode tanto ser tomado como filtro e censura – em função de seus limites, fronteiras e deformidades de representação, que podem limitar a busca por novos itinerários – ou um chamado para o descobrimento de novos rearranjos e possibilidades, haja vista a porosidade de suas fronteiras, que se cruzam e se entrelaçam, bem como sua capacidade de construir relações e apontar para caminhos em fuga e também labirintos (MARTÍN-BARBERO, 2004).

O reconhecimento de novos trajetos, o incentivo à abertura de brechas e o chamado ao uso da criatividade da imaginação no plano do trabalho científico são, sem dúvida, marcas do legado teórico de Martín-Barbero, que coloca diante de nós o desafio de nos deixarmos abrir para novos debates, olhares e nos permitirmos descobrir por pensamentos e caminhos não conhecidos. As aventuras desveladas pela cartografia mestiça proposta pelo autor são um convite ao desenho de mapas abertos, cartas de navegação possibilitadas pelas leituras e diferentes caminhos teóricos.

O presente trabalho é fruto de um esforço que propôs abraçar a proposta aberta por Jesús Martín-Barbero¹ (2004) de pensar *mapas* não como metáforas, mas um *conceito* que ressitua os estudos de Comunicação na América Latina (LOPES, 2018). Desta forma, tomando a *cartografia* como uma *estratégia teórico-metodológica* propícia para tempos instáveis, ambíguos e fluidos, tivemos como principal desafio pensar a internet como campo para a pesquisa etnográfica para, com isso, adensar o debate dos estudos de recepção em Comunicação feitos nesse ambiente – dada sua atual agenda metodológica (LOPES, 2011). Antes de nos aprofundarmos melhor nestas questões, todavia, acreditamos ser importante destacar os movimentos que compuseram o tecer desta tese.

Como toda pesquisa, essencial é ao pesquisador conhecer o *território* ao qual se está adentrando. Na “selva” da ficção (NÉIA, 2021) essa regra não é diferente. Denso em termos de produção acadêmica, a imersão neste objeto tão rico e multidimensional que é a ficção demandou um levantamento inicial de autores, pesquisas, abordagens e enquadramentos que nos permitissem ter uma visão mais integrada do vem sendo produzido, senão no campo da Comunicação como um todo, ao menos no que se referia aos estudos de recepção e, mais especificamente, à pesquisa em ficção televisiva – objeto teórico que fomentou esta nossa

¹ Daqui em diante: JMB.

aventura epistemológica (JMB, 2009). A necessidade de um maior conhecimento desse objeto foi, neste sentido, o primeiro desafio de aproximação ao seu campo.

Desde seu início na década de 1950, a ficção seriada brasileira passou por inúmeras transformações, que impactaram não apenas sua forma de produção, mas principalmente a experiência do espectador em relação ao produto ficcional (MURAKAMI, 2015). Inicialmente permitindo uma experiência bastante distante da realidade cotidiana de seu público, o gênero se modernizou e, na era da convergência, tem oferecido ao espectador a oportunidade de buscar – ou não – em outras mídias conteúdos que possam enriquecer a sua experiência ficcional. Se, então, desde as novas tecnologias de comunicação temos nos deparado com um campo que está se modificando aceleradamente e que traz para si novos desafios (JMB, 2004), no âmbito da pesquisa em ficção televisiva o cenário não é diferente. Foi justamente esse transbordamento da ficção nas redes o pontapé inicial para o desenvolvimento da pesquisa.

Múltiplas telas, novos formatos, diferentes ritualidades por parte das audiências. A crescente penetração da internet e das novas tecnologias vem ensejando modificações no lazer, em práticas de consumo e nos modos de sociabilidade, o que afeta diretamente as experiências associadas às formas de produzir e assistir televisão (LOPES *et al.*, 2018). Podendo agora ser facilmente acessada na rua ou em locais que extrapolam os limites do privado em função da miniaturização e da mobilidade, a televisão passa por reconfigurações que esbarram, cada vez mais, na questão da fragmentação e autonomia do público. Somado a isso, a internet favorece novos modos de interação que possibilitam ao espectador prolongar na rede sua experiência com a programação televisiva (BACCEGA *et al.*, 2013).

Com efeito, o tempo presente testemunha uma relevante alteração no campo da ficção televisiva. Em termos dos hábitos de audiência, por exemplo, aquele telespectador que, diariamente e no mesmo horário, assistia a determinado programa de televisão está em processo de mudança (LEMOS, 2017). Afinal, a possibilidade de escolher o horário e o local mais adequado para acompanhar sua ficção favorita por meio de *smart* TVs, celulares, tablets e computadores expandiu o atual escopo de circulação de sentidos dessas obras. Além disso, o protagonismo das audiências observado de diferentes formas na internet traz à baila novos desafios para pesquisas de recepção.

Nessa conjuntura, o estudo em ficção televisiva reitera, hoje, não somente sua importância histórica e profundamente enraizada com a identidade de nossos povos², como aponta para a necessidade de refletirmos sobre as novas possibilidades de expansão, apropriação e ressignificação que vêm configurando o atual cenário da ficção televisiva brasileira (LEMOS, 2017). Não sem causa, são de diversas ordens os atuais desafios de uma pesquisa que busque se realizar pela internet.

Refletir sobre esses re-arranjos que unem novos e antigos modos de se relacionar com os conteúdos televisivos e, a partir deles, propor alternativa possível para pesquisas de recepção com abordagem etnográfica na internet foi o maior desafio desta tese – desenhada a partir de leituras, anotações, rascunhos, revisões e intercâmbios de conhecimentos acumulados ao longo de nossa curta trajetória acadêmica.

Muito nos agrada aqui a ideia do *artesanato intelectual* como fruto das experiências do pesquisador e do intercâmbio entre os diferentes âmbitos de sua vida – pessoal, acadêmica, profissional (WRIGHT MILLS, 1969). A compreensão da dialética entre biografia individual e contexto histórico, sem dúvida, é um convite a uma *aventura intelectual* que também se expressa na descrição da trajetória pessoal, na construção do objeto e no desenvolvimento de um conhecimento que é também construído no cotidiano – fruto, muitas vezes, de “pensamentos marginais”, matutações, práticas e ideias vindas da vida de todos os dias, fragmentos de conversas entreouvidas na rua e até sonhos.

Ora, essa perspectiva apontada por Wright Mills (1969) encontra similaridades tanto com a cartografia proposta por JMB (2004) – também pautada pela relação do olhar do pesquisador para o campo, do campo para o pesquisador; e das possibilidades advindas da exploração – quanto com a Antropologia, com seu método artesanal e seus arranjos criativos³. O mapa aqui desenhado passa justamente por essa proposta. Fruto de trabalhos anteriores, indagações pessoais, projetos abandonados, leituras e anotações acumuladas, a presente tese foi tecida lentamente a partir da bifurcação de uma aventura acadêmica e pessoal de uma artesã também mestiça.

² Afinal, tendo como matriz cultural o melodrama, que se destaca por seu desempenho tanto na constituição de identidades como em nosso imaginário coletivo (JMB, 2009), a ficção televisiva carrega o modo de viver e sentir da nossa gente, marcada pela não-contemporaneidade e pelas mestiçagens de que somos feitos.

³ Sobre essa perspectiva, Magnani argumenta: “A antropologia deve estar atenta às práticas dos atores sociais, criativos em seus arranjos: então, o pesquisador tem que ser criativo, também. Como já dizia Mariza Peirano, a antropologia é a mais artesanal e a mais pretensiosa das ciências sociais porque, com seu método tradicional, a etnografia, com instrumentos como a observação participante, etc. sente-se à vontade em temas tão ambiciosos como o sagrado, a política, a cosmologia, a organização social...” (MAGNANI, 2012, p. 178).

Por falar na pesquisadora, a ideia inicial deste projeto surgiu na defesa do meu Mestrado em Ciências Sociais – quando a banca examinadora expôs a possibilidade de trabalhar metodologicamente a telenovela como campo de observação etnográfica. De lá para cá, muita coisa mudou. Meu ingresso na USP, mais especificamente no PPGCOM, e a oportunidade de ser orientada por Immacolata, me abriram novas questões de pesquisa, permitindo-me sair da esfera da produção para o âmbito da recepção. Adveio também desse encontro o chamado para que me debruçasse sobre a internet como *lócus* de pesquisa para estudos de ficção televisiva e o convite para que pensasse nos mapas de JMB como a moldura teórica que daria base para o diálogo com os estudos antropológicos.

Se é verdade que somente investigamos aquilo que nos afeta, como bem nos lembra JMB (2004), posso dizer que meu *deslocamento teórico mais fecundo*, tanto no que se refere à pesquisa em Comunicação como nas Ciências Sociais, foi justamente evidenciado por meu afeto à telenovela. Recordar os tempos da infância, os momentos em família, até meu *estranhamento juvenil* – e ingênuo – ao ver homens universitários reunidos para assistir telenovela em um ambiente público ainda no início da minha graduação, me fizeram refletir como são tênues as relações que separam o investigador de seu objeto de estudo.

Reconhecer este percurso – que não somente possibilitou-me aventurar para além de minhas práticas culturais, como me fez amadurecer academicamente – é, neste momento, essencial, pois desvela os meandros de uma pesquisa que não é dada, mas construída a partir de diferentes instâncias – pessoais, sociais, institucionais, históricas – que se encontram e se esbarram o tempo inteiro. Foi a telenovela, por assim dizer, que despertou meu *calafrio epistemológico* (JMB, 2004). Com esta tese, portanto, chego aqui a um ciclo de nove anos dedicados ao estudo em ficção televisiva. Ciclo este que passou pelas esferas da produção, da recepção e, agora, também pelo âmbito teórico-metodológico.

A estruturação da tese

A tese está dividida em três partes.

Na **primeira parte**, buscamos apresentar o mapa mais amplo das questões que nos afetam, isto é, o campo de pesquisa em ficção televisiva. Este esforço resultou em **dois capítulos**: no primeiro deles, apontamos os conceitos e novos ambientes que circundam a ficção televisiva, com ênfase para a telenovela, no atual cenário da internet e das tecnologias digitais. Nosso objetivo não foi oferecer um relato histórico, mas situar o objeto a partir do contexto em que está inserido. Já no segundo capítulo, procuramos oferecer um panorama

geral dos estudos de recepção no Brasil e na América Latina nesse período de reconfigurações sociais que afetam também as pesquisas acadêmicas. Apresentamos aqui a obra que mais nos inspira em termos de enfoque teórico-metodológico, isto é, o livro *Vivendo com a telenovela - mediações, recepção, teleficcionalidade*, de Maria Immacolata Vassallo de Lopes, Silvia Helena Simões Borelli e Vera da Rocha Resende (2002), marco para os estudos de recepção de telenovela e também para estudos empíricos que têm como base a metodologia das mediações (LOPES, 2018). Além disso, oferecemos uma cartografia do Obitel no que toca à recepção transmídia, e um estado da questão dos estudos de recepção desenvolvidos no âmbito da Pós-Graduação em Comunicação, com recorte temporal que vai de 2010 a 2015.

Uma vez situado o atual cenário que conforma a pesquisa em ficção televisiva, e esboçada a agenda mais ampla dos estudos de recepção, na **segunda parte**, debruçamo-nos sobre o desenho teórico-metodológico de nossa proposta, tecida pelo diálogo entre a obra de JMB e a Antropologia Digital. Esse esforço, apesar de condensado em um único capítulo, é empreendido a partir de três momentos: no primeiro, discorremos sobre a Teoria Barberiana da Comunicação (LOPES, 2018) como moldura teórica da pesquisa – apresentando a cartografia como estratégia e os mapas como possibilidades abertas. Em seguida, esboçamos um panorama dos atuais estudos antropológicos, que desde meados de 1990 começam a incluir no escopo de suas pesquisas diferentes mediações, como telenovelas, *soap operas* e séries melodramáticas, bem como debates e reflexões sobre a internet⁴. Nossa intenção foi – a partir de uma apresentação geral – delimitar a Antropologia desde a qual buscamos estabelecer nosso diálogo. Afinal, se diferentes são os métodos de pesquisa para a internet – como estudos de redes sociais digitais, análises de hiperlinks, métodos estatísticos, webometria, grupo focal *online* – também diferentes são as abordagens etnográficas existentes no leque de pesquisas acadêmicas. Por fim, apresentamos o baluarte teórico-metodológico que conforma nossa proposta de pensar a internet como campo. Ali, damos conta das mediações usadas e dos princípios escolhidos – de modo a iluminar o modo como tecemos cada capítulo proposto e o modo como eles, no fim, oferecem um mapa teórico-metodológico possível capaz de agregar a pesquisas empíricas de recepção.

A **terceira parte** – e mais densa – foi dividida por nós em **três eixos**. O **primeiro eixo** é composto por uma discussão teórica sobre o digital. Uma vez que nos propomos a pensar questões sobre o campo etnográfico na internet, nesse momento inicial, buscamos trazer à baila discussões que encaminham para o debate sobre o saber *olhar* para o campo quando ele

⁴ Lins, Parreiras e Freitas (2020); Piva (2020).

é a internet. Cientes de que a formação teórica é bagagem indispensável para a ida ao campo, dedicamo-nos a pensar as articulações entre duas mediações de JMB, a saber: Redes e Tecnicidades, e dois princípios da Antropologia Digital: a dialética e a falsa autenticidade. Tal esforço pode ser lido na tese em **dois capítulos** “Quando o campo é a internet: a noção de redes e suas implicações epistemológicas”, que em termos amplos fomenta o debate sobre o que significa o digital e quais as implicações em se pensar as relações entre o *online* e o *offline*; e “Tecnicidade e Falsa Autenticidade: um debate a partir da cultura e das mutações culturais” que, considerando a centralidade das técnicas no cenário da globalização, encaminha para a importância do olhar sobre a cultura no ambiente digital para além de determinismo tecnológico e pessimismo cultural. A soma desses debates ajuda a refletir sobre as implicações teóricas de pensar um campo que não seja físico. Consideramos este primeiro esforço algo primordial, uma vez que – diante uma perspectiva antropológica – o campo é sempre precedido pela reflexão teórica, pelo “mergulho” na teoria e pela busca de informações e interpretações já feitas sobre aquela temática ou aquele campo (URIARTE, 2012). Por esta via, não adianta a ida a campo quando esta é deslocada da familiaridade com a bibliografia do tema, haja vista que um olhar etnográfico só é possível pela conjuntura entre tempo em campo e formação teórica.

O **segundo eixo** é composto por uma discussão sobre o método etnográfico, o que abarcou tanto o debate sobre o campo tradicional quanto o digital, vistos não de forma dicotômica, mas a partir de confluências e debates comuns. Aqui, atentas ao fato de apesar de perpassado pela teoria, o campo não está submetido a ela – haja vista que a realidade encontrada em campo sempre superará a teoria e afetará o pesquisador – buscamos reflexões que nos permitiram aproximar uma perspectiva etnográfica da proposta metodológica de JMB, que situa sua proposta a partir do lugar do *Outro*. Dividimos esse momento de discussão sobre o trabalho de campo em **dois capítulos** que, juntos, buscam refletir sobre as práticas e operações que envolvem a presença do pesquisador no campo e o olhar sobre as práticas ali estabelecidas. No capítulo “Olhar com método e ver com os “Outros”: Holismo, Antropologia e diálogos com Jesús Martín-Barbero”, procuramos estabelecer uma aproximação entre a proposta do autor e a pesquisa etnográfica tradicional e aquela feita na internet. Além disso, a partir da crítica de autores que voltam seus esforços no sentido a refletir sobre a etnografia⁵, buscamos pensar os parâmetros básicos de uma pesquisa que se quer etnográfica. Propomos ali a necessidade de uma longa inserção de campo, afinal, bons

⁵ São eles: Magnani (2009); Peirano (2014); Uriarte (2012).

insights são sempre fruto de certo tempo despendido e de um relacionamento sólido com os interlocutores e de muitas anotações⁶. Sobre o assunto, argumenta a autora:

Mas o “campo” antropológico supõe não apenas ir e ver ou ir e pegar amostras, mas algo mais complexo: uma co-residência extensa, uma observação sistemática, uma interlocução efetiva (língua nativa), uma mistura de aliança, cumplicidade, amizade, respeito, coerção e tolerância irônica (CLIFFORD, 1999, p. 94). Em uma palavra, o trabalho de campo antropológico consiste em estabelecer relações com pessoas (URIARTE, 2012, p. 5, aspas originais).

Já no capítulo “Etnografia Digital na prática: Entre dilemas e possibilidades” discorreremos sobre diferentes desafios da inserção do pesquisador no campo digital – o que abarcou desde questões éticas, escolha de plataformas à relação pesquisador-campo-objeto. Em termos metodológicos, foi feita a composição de um *corpus* de textos da Antropologia e da Comunicação que discutem as especificidades da pesquisa nos ambientes digitais. Além disso, cientes de que não se vive uma pandemia sem ser afetado por ela, buscamos iluminar algumas questões sobre a Covid-19 e suas implicações nas práticas de pesquisa.

Por fim, em nosso **terceiro eixo**, discorreremos sobre a fase da escrita, que se faz a partir do encontro com o “Outro”, e diz respeito ao saber ler os pesquisados – algo só alcançado por meio do diálogo. Afinal, “é pelo diálogo que os dados *se fazem* para o pesquisador” (URIARTE, 2012, p. 6, grifos originais). Essa terceira fase do fazer etnográfico é também o momento onde o pesquisador deve buscar dar ordem às coisas que encontrou em campo e tornar visível ao seu leitor o casamento entre a teoria e a prática de pesquisa. Atentas a essas questões, dividimos tais discussões em **dois capítulos**: em “A escrita, o tempo e o “Outro” – a relação sujeito e objeto como uma questão de temporalidade”, resgatamos a discussão de tempo e temporalidade para pensarmos os desafios que abarcam a construção do “Outro” na pesquisa. Ali, chamamos atenção para o perigo de naturalização, exclusão e rebaixamento dos sujeitos pesquisados pelo etnocentrismo do pesquisador, e defendemos a reflexividade como exercício fundamental para a conformação de uma prática de campo dialógica e intersubjetiva. Já em “Ritualidades e Relativismo Cultural nas redes: a voz do “Outro” e a minha voz”, como o próprio título sugere, articulamos a mediação ritualidades com o princípio do relativismo cultural. Nesse momento, voltamos nossas discussões para a questão

⁶ No tocante a esse primeiro momento em campo, Uriarte argumenta: “Assim, no primeiro momento, o que fazemos é coletar em forma de descrições. Descrevemos tudo, em detalhes. Transcrevemos longos depoimentos. Ficamos “perseguindo pessoas sutis com perguntas obtusas”, anotando tudo porque não sabemos o quê vai ser importante mesmo” (URIARTE, 2012, p. 6, aspas originais).

da “voz” na pesquisa, que não deve ser monológica, mas dialógica. A soma de todo esse debate teve como fio condutor um pressuposto que compartilhamos com Miller (2020): é possível desenvolver pesquisas etnográficas tão originais e até mais significantes do que as feitas no passado a partir de pesquisa *online*.

Nesse trajeto, duas as perguntas que nos impulsionaram e acompanharam em todo o percurso: como a Antropologia Digital pode ajudar a pensar internet como campo de pesquisa etnográfica para pesquisas que busquem dar conta dos novos cenários que perpassam a ficção televisiva? E em que sentido os mapas barberianos serão capazes de fornecer subsídios para a operacionalização de uma proposta teórico-metodológica que visa contemplar estudos de recepção feitos na internet? Mais do que respostas ou argumentos fechados, contudo, tais indagações nos proporcionaram o exercício criativo de nossa imaginação metodológica, revelando-nos *insights* para outros pontos de partida. A imaginação metodológica não tem limites.

PARTE 1
QUANDO O CAMPO É A NOVELA:
UM MAPA DE QUESTÕES DE UM CAMPO EM MUDANÇAS

(Re)conhecer o campo: o lugar desde o qual partimos e a telenovela desde a qual pensamos

Não é de hoje que a ficção televisiva vem despertando o interesse da Academia. Com sua narrativa realista e seu forte apelo nacional, que dialoga com assuntos cotidianos do telespectador, esse gênero tem chamado atenção de pesquisadores devido ao seu papel de destaque para a compreensão dos fenômenos urbanos contemporâneos. Mais do que somente vistas, as telenovelas, seu principal formato, são comentadas e vividas por seus telespectadores (LOPES, 2002), que criam um interminável repertório oral e lhe conferem um caráter mobilizador, capaz de fomentar debates acerca da cultura, da sociedade brasileira ou mesmo da identidade nacional.

Justamente por isso, falar em telenovela brasileira em termos acadêmicos é uma tarefa complexa, haja vista a quantidade de universidades e linhas de pesquisa que desenvolvem trabalhos relativos ao tema. Até onde se sabe, o primeiro registro brasileiro sobre telenovela data da década de 1970⁷ (MALCHER, 2002), período em que à Comunicação ainda é negada a possibilidade de ser pensada para além do âmbito da dominação e da reprodução ideológica⁸ (JMB, 2004).

A partir de então surgem outras pesquisas e instituições que elegem a telenovela como objeto de estudo. Inicialmente com um volume tímido de bibliografias entre os anos 1970 e 1980⁹, a produção dá um salto nos dois períodos seguintes, ao passar de 28 para 98 trabalhos, mas ganha fôlego, de fato, a partir da década de 1990¹⁰, momento em que se fortalecem os estudos voltados à recepção (MALCHER, 2002) e em que os estudos de telenovela passam a

⁷ De acordo com a autora, o primeiro trabalho acadêmico que tem a telenovela como objeto de estudo é a dissertação de mestrado de Sônia M. P de Barros intitulada “Imitação da vida: pesquisa exploratória sobre telenovela no Brasil”, publicado em 1974, e oriundo de uma das unidades da USP (FFLCH).

⁸ Do final dos anos 1960 e 1970, o estudo do campo é reduzido à generalidade da reprodução social, que condena as tecnologias e suas linguagens, reduzindo-os a aparelhos e instrumentos (JMB, 2004). Como destaca o autor, seja por via da ênfase nos efeitos típicos da abordagem psicológico-behaviorista, ou pela ênfase no texto e na mensagem dada pela abordagem semiótico-estruturalista, a pesquisa em comunicação nesses anos era esvaziada do social e reduzida à inevitável manipulação.

⁹ Em meados de 1980, a configuração dos estudos de comunicação começa a apresentar mudanças de fundo, o que se deve, em grande medida, a um movimento geral nas ciências sociais (JMB, 2004).

¹⁰ Segundo mapeamento realizado por Jacks e Menezes (2006), na década de 1990 foram realizados 45 estudos de recepção, entre teses e dissertações, desenvolvidos nos 11 Programas de Pós-Graduação em Comunicação no Brasil. Já no tocante à década de 2000, Jacks e Wottrich (2016) mapeiam 209 trabalhos que tratam sobre processos e práticas de recepção.

conferir certas características comuns, tais como o uso da Teoria das Mediações, a compreensão da horizontalidade do processo comunicativo e a concepção de um receptor capaz de negociar, interpretar e reelaborar as mensagens dos meios (SILVA & NOLL, 2017).

Atualmente, contudo, a vinculação dos meios de comunicação de forma geral à internet recolocou no centro dos debates a importância dos estudos de recepção para o entendimento dos fenômenos comunicacionais contemporâneos (JACKS, 2015), e se constitui como uma oportunidade histórica para que tais estudos – ainda considerados marginais no interior dos estudos de Comunicação – atinjam uma relevância renovada. O ambiente descortinado pelos novos meios não só aumenta o escopo e relevância dos argumentos que fundam a tese de “audiência ativa”, como aponta para a necessidade de se colocar “na agenda de trabalho a releitura de teorias e conceitos à luz do cenário atual, acompanhada de um olhar acurado e crítico sobre as novas propostas de análise transmidiática” (LOPES, 2011, p. 5).

Reconhecer o percurso já trilhado no campo – tanto no que tange à reflexão sobre a telenovela e os novos desafios trazidos pelas tecnologias informacionais e suas transformações, como no que toca à trajetória dos estudos de recepção, cuja história não é tão longa a ponto de se encontrar completamente consolidada, nem tão curta a ponto de ter sua importância desconsiderada (JACKS, 2015) – é fundamental para o delineamento de um mapa básico, capaz de não somente indicar os rumos teórico-metodológicos e interesses empíricos dos estudos de recepção (SCHMITZ *et al.*, 2015), como também dar conta dos avanços e entraves dessas investigações. Tal esforço inicial nos permitirá ainda situar nosso interesse particular pela ficção seriada a partir de uma agenda mais ampla, que vem se formando e que justamente remete para desafios e interesses comuns.

Cientes, todavia, de que o *exercício* da cartografia nem sempre aponta para contradições, conflitos ou confluências visíveis a um primeiro olhar, caberá justamente neste primeiro momento a demarcação do *lugar* desde o qual nos propomos a pensar a ficção televisiva, as rotas já traçadas nesse mesmo *território* e os *caminhos possíveis*, que não se esgotam nem se fecham em si. Justamente por isso, a discussão que se segue visa mais clarear o “lugar” teórico e metodológico desde o qual propomos a inserir esta pesquisa dentro do que vem sendo feito e pensado na área, e menos servir como um esquema fixo e acabado.

CAPÍTULO 1 – UMA INTRODUÇÃO À FICÇÃO TELEVISIVA NA ERA DA INTERNET: REPENSANDO CONCEITOS E NOVOS AMBIENTES DE PESQUISA

Estamos ante uma lógica cartográfica que se torna fractal – nos mapas o mundo recupera a singularidade diversa dos objetos: cordilheiras, ilhas, selvas, oceanos – e se expressa *textualmente*, ou melhor, *textilmente*: em pregas e des-pregas, reverses, intertextos, intervalos. É isso que, para Sêrres, condensa a imagem de Penélope tecendo e destecendo o mapa das viagens do marido, mapa do mar sonhado e do real, entretecidos no canto de Homero (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 12, grifos do autor).

1.1 Entrando no tema

Já no início de nossas leituras sobre ficção televisiva na era transmídia, nos esbarramos com a necessidade de tentar entender o quadro mais amplo que compõe as novas reconfigurações pelas quais passam os meios e as sociedades. Para as linhas que se seguem buscaremos trazer autores, conceitos e questões que nos ajudem a pensar o modo como as redes sociais digitais e o ambiente *online* ampliaram o *locus* da investigação em ficção televisiva dentro de um contexto em que a multiplicação de telas e de canais acarretou em novas formas de produzir e também de consumir televisão.

Neste capítulo, voltamos nossos esforços no sentido a discorrer sobre algumas preocupações, teorias e conceitos que têm marcado, de modo geral, os estudos de recepção de televisão diante um cenário em que “a intensidade das transformações do ambiente de comunicação contemporâneo exige um ajuste de foco com o presente da ‘sociedade em rede’ e sua ‘ecologia dos meios’” (LOPES, 2011, p.1, aspas originais). Como destaca a pesquisadora, um traço comum nos estudos de televisão tem sido a permanente preocupação com o modo e o grau de participação as audiências diante das mensagens emitidas.

Sem dúvida, o uso aberto da rede mundial de computadores e sua articulação com o cotidiano vêm transformando a realidade humana (MARTINO, 2014). Para além das tecnologias, máquinas ou aplicativos, o advento e consolidação da internet iluminou a importância de se pensar a relação estabelecida entre seres humanos conectados por mídias digitais, fato que, por si só, altera o que se entende por política, economia, arte e cultura. Nesse cenário em que a tecnologia e a globalização afetam muitos aspectos de nossas sociedades, notórias são as novas maneiras como os meios eletrônicos vêm transformando mundos pré-existentes de comunicação ao fornecerem recursos para a auto-imaginação como um projeto da vida cotidiana (APPADURAI, 1996).

Como resultado de tais desmembramentos, o advento e consolidação da internet iluminou a importância de se refletir sobre as mudanças e tendências que afetaram profundamente o cenário televisivo nacional (LEMOS, 2017). Afinal, se antes, a casa, a escola, a família e a rua sempre foram importantes espaços para a negociação de sentidos e discussão desses conteúdos, a comunicação digital trouxe à baila a possibilidade de interações imediatas de diferentes ordens¹¹ e apontou para uma realidade em que a audiência se torna cada vez mais volátil, fragmentada e espalhada. No entendimento da autora:

Ora, tal processo de ruptura e mutação gera alterações verdadeiramente estruturais em termos de lógicas de produção e recepção. A partir de Williams (2010) podemos mesmo dizer que, no que diz respeito à programação, passamos primeiramente de sistemas de *distribuição* para os de *fluxo* e, agora, para a complexidade da *rede*. Assim, ocorre que, cedo ou tarde, no presente, a emissora ou entidade que controla a ficção televisiva transmídia perde suas rédeas na rede. Algumas das unidades ficcionais podem ser alteradas pela interferência/participação/interatividade do espectador, por meio de telas/plataformas/molduras que incentivam o toque e a ação (LEMOS, 2017, p. 56, grifos originais).

Sabemos que as mídias digitais e o ambiente criado a partir de suas conexões reconfiguraram a maneira como o ser humano entende a si mesmo, seus problemas, limitações e relacionamentos. Presentes nas atividades mais simples aos mais complexos meandros da política internacional, é quase um exercício de imaginação pensar o cotidiano sem a presença dessas novas mídias, que muitas vezes desafiam os limites entre o local e o global¹². Não sem causa, a segunda metade do século XX trouxe consigo uma considerável variedade de teorias e conceitos que vão da Filosofia às Neurociências e refletem diferentes aspectos do mesmo problema.

No Brasil, encontramos-nos atualmente diante alterações estruturais no campo televisivo e audiovisual por onde circula a ficção televisiva. A busca por novas experiências de narrativa televisiva fez com que a TV aberta se abrisse ao diálogo com as novas plataformas de produção, compartilhamento e consumo de vídeos, o que permitiu o surgimento de novos processos de distribuição autorizada de conteúdos televisivos. Em meio a esse cenário de articulação da TV com as redes sociais digitais, as telenovelas da Globo passaram a

¹¹ Seja com amigos ou desconhecidos, com publicações institucionais e até com a própria empresa produtora da ficção: produtores, autores e atores (LEMOS, 2017).

¹² Ver: Appadurai (1996); Gupta e Ferguson (1992, 1997).

desenvolver estratégias e conteúdos transmídias¹³ em diferentes ambientes – como Facebook, Twitter, sites e blogs – com vistas a propagar e expandir seu universo ficcional em redes sociais na web ou fora dela¹⁴.

Em contrapartida, há também os conteúdos produzidos pelos consumidores que circulam fora desses espaços e, ao escaparem da esfera da produção, se deixam notar pelo protagonismo das audiências nas internet, tanto no que se refere à transmediação de conteúdo quanto à proposição de debates sobre a ficção televisiva (LOPES, 2013). Não sem causa, a crescente importância das redes sociais digitais como novo *lócus* de investigação demanda novas explorações metodológicas no campo da comunicação ou, nos termos de JMB, exige a elaboração de cartografias. Começamos, assim, pelos conceitos e ambientes que circundam a ficção televisiva na era transmídia.

1.2 Convergência e Cultura Participativa – implicações para o estudo de ficção televisiva

No livro *Cultura da Convergência*, Jenkins (2008) trata da relação entre a convergência dos meios de comunicação, a cultura participativa e a inteligência coletiva. Assim, relacionando a convergência ao fluxo de conteúdos através de múltiplos suportes midiáticos, ao comportamento migratório da audiência¹⁵ dos meios de comunicação e à cooperação entre diferentes mercados midiáticos, ele chama atenção para o fato de que essa confluência é capaz de definir transformações mercadológicas, tecnológicas, culturais e sociais, o que reforça o papel ativo e central do público que consome esses produtos.

O autor parte do pressuposto de que a convergência vem afetando o modo como as mídias circulam em nossa cultura, ao mesmo tempo em que incentiva a participação e inteligência coletiva. Nessa emergente cultura, algumas ideias se espalham de cima para baixo, começando na mídia comercial e são adotadas e apropriadas por uma série de públicos diferentes. Outras, por sua vez, surgem de baixo para cima – a partir de diferentes espaços de

¹³ Ou seja, conteúdos articulados em torno de um texto de referência veiculado pela TV que, por operar como a mídia base, rege seus desdobramentos e complementações, em outros dispositivos (FECHINE *et al.* 2013).

¹⁴ Neste caso, o texto de referência tem seu escopo ampliado seja pela disponibilização de conteúdos repropostos ou reempacotados – que acabam adaptando em outra mídia/plataforma conteúdos que já foram ou serão ofertados nos episódios das telenovelas –, como pela oferta de conteúdos complementares em plataformas associadas responsáveis pelo processo de desdobramentos narrativos (FECHINE *et al.*, 2013).

¹⁵ Que vai a quase qualquer lugar à procura das experiências de entretenimento que desejam (JENKINS, 2008).

cultura participativa – e são arrastadas para dentro do circuito dos meios de comunicação tradicionais.

A cultura da convergência cria, desse modo, um contexto em que os espectadores podem reformular e recontextualizar os conteúdos das mídias de massa – o que geralmente ocorre às margens da cultura comercial, por meio de indústrias alternativas e de nichos. Nesse sentido, a circulação de conteúdos – feita por meio de distintos sistemas midiáticos, sistemas administrativos de mídias concorrentes e fronteiras nacionais – depende fortemente da participação dos consumidores. Não sem causa, argumento central desenvolvido ao longo do livro vai contra a ideia de que a convergência deve ser principalmente compreendida como um processo tecnológico que une múltiplas funções dentro dos mesmos aparelhos.

Mais plausível, portanto, como uma forma de entender as transformações dos meios de comunicação do que o velho paradigma da revolução digital¹⁶, a convergência representa uma transformação cultural, social e tecnológica, na medida em que altera não somente a relação entre tecnologias existentes, indústrias, mercados, gêneros e públicos; como também a lógica pela qual a indústria midiática atua e pela qual os consumidores processam as informações. Nessa perspectiva, considerando que a convergência diz respeito a um processo emergente que, por um lado, expandiu a produção e circulação de novas ideias e, por outro, demandou que aprendamos a lidar com o aumento de funções dentro do mesmo aparelho, o autor ressalta que:

Nossos telefones celulares não são apenas aparelhos de telecomunicações; eles também nos permitem jogar, baixar informações da internet, tirar e enviar fotografias ou mensagens de texto. Cada vez mais, estão nos permitindo assistir a trailers de filmes, baixar capítulos de romances serializados ou comparecer a concertos e shows musicais em lugares remotos. Tudo isso já está acontecendo no norte da Europa e na Ásia. Qualquer uma dessas funções também pode ser desempenhada usando outros aparelhos. Você pode ouvir as Dixie Chicks no DVD player, no rádio do carro, no walkman, no Ipod, numa estação de rádio na internet ou num canal de música na TV a cabo (JENKINS, 2008, p. 41-42).

De fato, o atual contexto não nos permite mais pensar a televisão sem a multiplicação de telas e de canais. Afinal, já não possuindo usos tão claramente distintos do computador, a TV enfrenta um momento de declínio e, ao mesmo tempo, ampliação de seu poder, na medida em que agora pode ser vista pelo telespectador em ambientes públicos ou privados: “Na rua, a presença da TV é assegurada pela miniaturização e mobilidade das telas móveis; em casa, o

¹⁶ Que previa que o resultado das transformações tecnológicas eram mais ou menos inevitáveis, sendo que as novas mídias iriam substituir as antigas (JENKINS, 2008).

aumento das telas fixas, aliada à alta definição, garante ainda seu predomínio sobre outros *displays*” (FECHINE *et al.*, 2013, p. 19).

Não dependendo, assim, de qualquer mecanismo de distribuição específico, a convergência representa uma mudança de paradigma, ou seja, um deslocamento de um conteúdo midiático específico em direção a um conteúdo que flui por vários canais, resultando em uma elevada interdependência dos sistemas de comunicação rumo a relações cada vez mais complexas entre a mídia corporativa, de cima para baixo, e a cultura participativa, de baixo para cima (JENKINS, 2008).

Outra constatação importante diz respeito à fragmentação e autonomia do público trazida por esse novo cenário. Afinal, se de um lado, contamos com um público mais heterogêneo, que consome os conteúdos televisivos em diferentes situações e com interesses cada vez mais diversos¹⁷, por outro, inevitável é a maior tendência à personalização dos conteúdos e à liberdade do espectador no tocante às restrições ditadas pela programação dos canais.

Inúmeras são, portanto, as razões que levaram a indústria midiática a adotar a cultura da convergência. Seja pela possibilidade de criar múltiplas formas de vender conteúdo aos consumidores, de consolidar a fidelidade da audiência numa época em que a fragmentação do mercado e o aumento da troca de arquivos ameaçam os modos antigos de fazer negócio, ou mesmo como resposta a uma demanda da própria audiência, que exige que empresas de mídia sejam mais sensíveis a seus gostos e interesses. Quaisquer que sejam as motivações, “a convergência está mudando o modo como os setores da mídia operam e o modo como a mídia das pessoas pensa sobre sua relação com os meios de comunicação” (JENKINS, 2008, p. 311).

Sem dúvida, a digitalização e inserção da televisão num ambiente de convergência de mídias desafiam, sobretudo, seu modelo de comunicação *broadcasting* que, apoiado em um sistema unidirecional de um para muitos, parece agora enfrentar uma “crise de identidade” (FECHINE *et al.*, 2013). Afinal, as atuais práticas interacionais desafiam cada vez mais a lógica de uma programação linear e, em fluxo, tensionam seus modelos de negócio. Consequência disso são as transformações nos modos como o espectador se relaciona com os conteúdos televisivos, tais como a possibilidade de incorporação de interatividade ao aparelho de TV ou mesmo a oferta de conteúdos por demanda, não apenas no próprio aparelho, mas em outros meios – internet e dispositivos móveis, como tablets e celulares.

¹⁷ O que afeta a natureza dos programas difundidos.

Ligada, portanto, à integração entre computadores, meios de comunicação e redes digitais, a convergência acontece na relação estabelecida entre pessoas que não se conhecem, mas que dividem as mesmas referências, recriam as mensagens da mídia e compartilham ideias espalhadas entre vários meios de comunicação em diversas plataformas. Sendo, portanto, um processo cultural que acontece na mente dos indivíduos (MARTINO, 2014), ela pode estabelecer conexões entre os elementos que circulam na mídia e a realidade cotidiana, e não necessariamente se dá por conta das tecnologias. Sobre o assunto, destaca o autor:

Assistir a uma novela ou a um jogo de futebol pela televisão, por exemplo, é estar diante de uma mídia de massa, vendo algo planejado de acordo com os parâmetros da indústria cultural. No entanto, quando o indivíduo compartilha nas redes digitais seus comentários a respeito do que vê, a experiência de ver televisão é alterada – aliás, deixa de ser, em termos mais estritos, um ato de apenas “ver” televisão”, mas trata-se, sobretudo, de discutir e reimaginar a mensagem, que será criada e compartilhada com outras pessoas (MARTINO, 2014, p. 36).

No caso específico da telenovela, obra aberta, é notório que ela já oferecia ajustes de acordo com as respostas e questionamentos dos telespectadores. Somado a isso, convém nos atentarmos que a digitalização e a convergência das mídias ampliaram ainda mais os procedimentos de distribuição autorizada e também informal dos conteúdos televisivos, fazendo o universo ficcional facilmente repercutir em redes sociais na web ou fora dela (FECHINE *et al.*, 2013).

Figura 1- Exemplos de transbordamento de telenovelas na internet



Fonte: Google.

Uma das premissas mais importantes da cultura da convergência é, deste modo, a possibilidade de cada indivíduo ser potencialmente um produtor de mensagens (MARTINO, 2014). Facilitado pelo fato de as tecnologias digitais estarem presentes no cotidiano, o trabalho de criação ou recriação por pessoas fora do circuito da indústria cultural assume uma enorme quantidade de formas e é geralmente baseado nos códigos que o público viu, ouviu e leu a vida toda, porém temperados com suas próprias ideias e concepções:

Com alguns programas simples de edição de vídeo, uma pessoa pode reconstruir uma cena de novela em seu computador, colocar a trilha sonora que julgar mais adequada e dar significados diferentes do que o autor da novela e a emissora de TV imaginaram. Ao colocar sua produção disponível no ambiente digital, compartilha com outras pessoas essa sua reelaboração, alterando o circuito emissor-receptor (MARTINO, 2014, p. 37).

Temos aí o fundamento da cultura participativa, marcada pela potencialidade de qualquer indivíduo se tornar um produtor de cultura, seja criando conteúdos novos, seja recriando conteúdos já existentes. Jenkins *et al.* (2013) apontam que o surgimento de novas plataformas cria aberturas para mudanças sociais, culturais, econômicas, políticas e legais, e remodela o campo da mídia, na medida em que, no contexto da cultura participativa, as pessoas não estão apenas consumindo mensagens pré-construídas, como também estão modelando, reestruturando, compartilhando e remixando conteúdos midiáticos de maneiras antes não imaginadas. Segundo os pesquisadores:

E as pessoas estão fazendo isso não como indivíduos isolados, mas dentro de comunidades e redes maiores, o que lhes permite espalhar conteúdo muito além de sua proximidade geográfica imediata. Henry Jenkins (1992) cunhou o termo “cultura participativa” para descrever a produção cultural e as interações sociais das comunidades de fãs, inicialmente buscando uma forma de diferenciar as atividades dos fãs de outras formas de espectador. À medida que o conceito evoluiu, agora se refere a uma série de diferentes grupos que empregam a produção e distribuição de mídia para servir a seus interesses coletivos, já que vários estudiosos vincularam considerações sobre *fandom* em um discurso mais amplo sobre participação na mídia e por meio dela (JENKINS *et al.*, 2013, p. 2, tradução nossa¹⁸).

Em contraste com noções mais antigas sobre passividade dos espectadores dos meios de comunicação, o conceito de **cultura participativa** entrelaça os papéis, outrora separados, de

¹⁸ No original: And they are doing so not as isolated individuals but within larger communities and networks, which allow them to spread content well beyond their immediate geographic proximity. Henry Jenkins (1992) coined the term “participatory culture” to describe the cultural production and social interactions of fan communities, initially seeking a way to differentiate the activities of fans from other forms of spectatorship. As the concept has evolved, it now refers to a range of different groups deploying media production and distribution to serve their collective interests, as various scholars have linked considerations of fandom into a broader discourse about participation in and through media.

produtores e consumidores de mídia, e abre espaço para que ambos sejam considerados participantes que interagem com um novo conjunto de regras, ainda não compreendido por completo. Por outro lado, uma vez que nem todos os participantes são criados iguais, haja vista que corporações e mesmo indivíduos dentro das corporações de mídia ainda exercem maior poder do que qualquer consumidor individual ou mesmo um conjunto de consumidores, é preciso considerar que consumidores podem ter mais ou menos habilidades para participar dessa cultura emergente do que outros.

Seja como for, ligada ao cenário e conjunto variado de possibilidades abertas aos consumidores de mídias a um maior acesso, produção e circulação de conteúdos midiáticos, a partir da digitalização e convergência dos meios, Fechine *et al.* (2013) enfatizam que a designação de **cultura participativa** define novos comportamentos no uso das mídias, associados, sobretudo, no que tange à publicação, compartilhamento, comentários, recomendação e reoperação de conteúdos digitais. Não sem causa, a nova relação entre o público e os produtos culturais desvelam a importância de se pensar sobre as mudanças que ocorreram no próprio entendimento que seja uma pessoa em frente à tela da televisão ou dentro do cinema (JENKINS *et al.*, 2013).

Pensar sobre a audiência, por essa perspectiva, é considerar o processo coletivo no qual o consumo se tornou, afinal, o burburinho gerado sobre fluxos e conteúdos midiáticos nos incentiva a conversarmos sobre eles em nossa vida cotidiana. Desta feita, ainda que cada um de nós construa nosso próprio caminho de navegação pela internet, a partir de fragmentos de informações extraídos do montante de informação midiática, as redes de conversas geradas em torno dos conteúdos midiáticos expandem as possibilidades de entendimento do assunto para além de um âmbito meramente individualizado. É nesse sentido que a expressão inteligência coletiva, cunhada pelo ciber teórico Pierre Lévy, ajudou Jenkins a “explorar como a produção coletiva de significados, na cultura popular, está começando a mudar o funcionamento das religiões, da educação, do direito, da política, da publicidade e mesmo do setor militar” (JENKINS, 2008, p. 28).

Baseado em Lévy, o autor enfatiza que, na internet, as pessoas subordinam sua expertise individual a objetivos e fins coletivos. Assim, tomando a inteligência coletiva¹⁹ como uma capacidade de comunidades virtuais de impulsionar a expertise coletiva de seus integrantes, o

¹⁹ É válido ressaltar que Lévy traça uma distinção entre conhecimento compartilhado e inteligência coletiva. Assim, enquanto o primeiro se refere a informações tidas como verdadeiras e conhecidas pelo grupo inteiro, o segundo diz respeito à soma total de informações retidas individualmente pelos membros do grupo e que podem ser acessadas em resposta a uma pergunta específica. Maiores detalhes em Jenkins (2008).

autor sinaliza para o modo como uma **nova cultura do conhecimento** surge ao mesmo tempo em que nossos vínculos com antigas formas de comunidade social estão se rompendo, afinal, mudanças na nossa relação com a geografia física, a família e os Estados-nações estão sendo redefinidas, ao mesmo tempo em que novas comunidades surgem por afiliações voluntárias, temporárias e táticas. Como destaca o autor:

Os membros podem mudar de um grupo a outro, à medida que mudam seus interesses, e podem pertencer a mais de uma comunidade ao mesmo tempo. As comunidades, entretanto, são mantidas por meio da produção mútua e troca recíproca de conhecimento. Como Lévy escreve, tais grupos “tornam acessível ao intelecto coletivo todo o conhecimento pertinente disponível num dado momento”. E, o mais importante, esses grupos servem de lugar de “discussão, negociação, e desenvolvimento coletivos” e estimulam o membro individual a buscar novas informações para o bem comum: “Perguntas não respondidas criam tensão, indicando regiões onde é preciso inventar e inovar” (JENKINS, 2008, p. 55, aspas originais).

Desorganizada, sem disciplina e regras, a inteligência coletiva²⁰ supõe que toda pessoa tem algo a contribuir. A falta de conhecimento fixo sobre o que fazer com o conhecimento faz com que cada participante aplique suas próprias regras e trabalhe com os dados através de seus próprios processos, alguns dos quais serão mais convincentes que outros (JENKINS, 2008). Nesse ambiente, debates sobre regras fazem parte do processo e, embora participantes de uma inteligência coletiva por vezes sintam a necessidade de demonstrar e documentar o que sabem, essa experiência não se baseia em um sistema hierárquico. O conhecimento originário da experiência real de vida é, num certo grau, até mais valorizado que a educação formal:

O que consolida uma inteligência coletiva não é a posse do conhecimento – que é relativamente estática –, mas o processo social de aquisição do conhecimento – que é dinâmico e participativo –, continuamente testando e reafirmando os laços sociais do grupo social (JENKINS, 2008, p. 86).

Atento a esse cenário, o autor traça uma distinção entre interatividade e participação, na medida em que, para sua abordagem, esses dois conceitos assumem significados bem diferentes. Relacionando a interatividade ao modo como as novas tecnologias foram planejadas para responder ao feedback do consumidor, o estudioso ressalta o caráter previamente determinado por um designer de um ambiente interativo, marcado por suas restrições tecnológicas. A participação, por outro lado, se molda a partir de protocolos sociais

²⁰ A inteligência coletiva é diferente do paradigma do expert, que, entre outros fatores, utiliza regras estabelecidas por meio de disciplinas tradicionais sobre como acessar ou processar informações, e passa por rituais que certificam o domínio em um assunto particular, muitas vezes tendo a ver com educação formal (JENKINS, 2008).

e culturais e, como consequência, é mais ilimitada e menos controlada pelos produtores midiáticos. Nesse sentido, o nível aceitável de conversa em um cinema, por exemplo, é determinado mais pela tolerância das plateias de diferentes culturas ou contextos nacionais do que por alguma propriedade inerente ao cinema em si.

Sem dúvida, inicialmente, o computador ofereceu amplas oportunidades de interação com o conteúdo midiático. Enquanto a relação dos consumidores operou nesse nível, Jenkins (2008) destaca que foi relativamente fácil para as empresas de mídia controlar o que o ocorria. Cada vez mais, contudo, a internet tem se consolidado como um local de participação do consumidor, que passa a explorar maneiras não autorizadas e não previstas de relação com o conteúdo midiático. Neste sentido, pode-se dizer que a web, de alguma forma, representa uma ameaça pública e visível ao controle que as indústrias culturais mantinham diante de sua propriedade intelectual:

Embora a nova cultura participativa tenha raízes em práticas que, no século XX, ocorriam logo abaixo do radar da indústria das mídias, a web empurrou essa camada oculta de atividade cultural para primeiro plano, obrigando as indústrias a enfrentar as implicações em seus interesses comerciais. Permitir aos consumidores interagir com as mídias sob circunstâncias controladas é uma coisa; permitir que participem na produção e distribuição de bens culturais – seguindo as próprias regras – é totalmente outra (JENKINS, 2008, p. 183).

Como temos visto até aqui, portanto, a era da convergência das mídias abre espaço para modos de audiência comunitários. Assim, ainda que nem todo consumidor de mídia interaja no interior de uma comunidade virtual – na medida em que há aqueles que apenas discutem o que assistem com a família, amigos e colegas de trabalho – notório é o fato de que poucos assistem à televisão em total silêncio e isolamento (JENKINS, 2008). No caso da telenovela brasileira, por exemplo, o amplo território de circulação de sentidos de seus conteúdos, que são reelaborados e ressemantizados mesmo por aqueles que raramente as assistem. Isso faz com que ela seja tão vista como falada (LOPES, 2009), haja vista que os significados que se desenrolam a partir dela são tanto resultado da narrativa audiovisual como da interminável rede de conversação produzida pelas pessoas – que é ainda mais ampliada com a internet e os novos dispositivos de interatividade.

1.3 Transmidialidade e ficção televisiva: entendendo conceitos e aplicações

Nos últimos anos, a televisão brasileira vem passando por consideráveis transformações que afetaram tanto os modos de produzir como consumir conteúdos televisivos (LEMOS, NÉIA & SANTOS, 2019). No âmbito da produção, a presença de ficções televisivas nacionais em plataformas de *video on demand* chama atenção para as dinâmicas e estratégias que se desenrolam na relação entre as chamadas novas mídias e as mídias tradicionais.

Inicialmente enxergando as mídias digitais com certa desconfiança, a TV aberta, por exemplo, tem investido cada vez mais no diálogo entre a internet e a televisão. Nesse cenário, a Globo – que sempre recorreu à justiça para retirar trechos de sua programação postados em canais amadores do YouTube – não somente abriu seu próprio canal nesta plataforma, em 2014, como lançou, no ano a seguinte, sua plataforma OTT, o Globoplay, evolução do Globo.tv+, serviço de VoD anterior da emissora.

De 2016 para cá, o Globoplay vem passando por transformações e reposicionamentos. De início, servindo para a veiculação de tramas exibidas na TV aberta, bem como para a veiculação da técnica *digital first*²¹ para suas ficções de curta serialidade, a plataforma deu continuidade a modelos de distribuição anteriormente testados e, em 2018, passou a investir também na ampliação de seu catálogo por meio da oferta de séries internacionais e na produção/distribuição de séries brasileiras exclusivas para o *streaming* (LEMOS, NÉIA & SANTOS, 2019). Já em 2019, a Globo inovou mais uma vez ao disponibilizar os capítulos da telenovela *Órfãos da Terra* no Globoplay com um dia de antecedência à exibição na televisão.

Quanto às demais emissoras, após descontinuar seu canal pago no YouTube, a Record inaugurou, em agosto de 2018, o PlayPlus – plataforma que agrega em seu catálogo tanto conteúdos da emissora, como da Disney, Supertoons, FishTV, PlayKids, ESPN, entre outros. O SBT, por sua vez, tem se destacado por sua forte presença no YouTube: são mais de onze milhões de inscritos espalhados por 30 canais. De maneira geral, replicando a programação de sua grade televisiva, a plataforma ganha destaque por seu diálogo com o público infanto-juvenil de suas telenovelas nacionais. Segundo Lemos, Néia e Santos (2019, p. 138):

O canal dedicado à telenovela *As Aventuras de Poliana* (2018), por exemplo, conta com cerca de 4,5 milhões de inscritos e apresenta, além de capítulos que já foram ao ar, cenas de bastidores da produção. Já o Vlog da Juju, com mais um 1,5 milhão de inscritos, foi uma iniciativa transmídia da emissora a partir do universo narrativo da telenovela *Carinha de Anjo* (2016).

²¹ Distribuição de conteúdo no ambiente digital antes da TV.

Por falar em YouTube, no polo da recepção, a plataforma também tem chamado atenção pela presença de diferentes canais amadores que abordam, replicam ou expandem temas relacionados a essas narrativas. Nesse cenário em que as fronteiras entre a produção e a recepção se embralham (LACALLE, 2010) e questões como a reprodução legal e a violação dos direitos autorais (CASTILHO, 2018) são desafiadas, torna-se difícil mapear a quantidade de canais que configuram como verdadeiras extensões e/ou meios de divulgação alternativos de ficções televisivas:

É nesse contexto que as telenovelas mexicanas exibidas pelo SBT ganham espelhamento no YouTube. A partir de uma rápida busca de títulos veiculados em 2019 – *A Que Não Podia Amar* (Televisa, 2011), *Teresa* (Televisa, 2010) e *A Dona* (Televisa, 2010) –, percebemos que todos eles estão integralmente disponíveis em diferentes canais amadores – como Minhas Novelas, Novelas BR, Telenovelas SBT e Café com Novelas – que, além de capítulos, também oferecem vídeos com melhores momentos, fofocas de bastidores, enquetes, curiosidades sobre atores, entre outros assuntos (LEMOS, NÉIA & SANTOS, 2019, p. 138).

Além do YouTube, outros espaços na internet – como blogs e perfis em redes sociais digitais – se sobressaem pelo protagonismo das audiências, que criam *fanfics*, fazem memes, remixam conteúdos e, enfim, se utilizam dos dispositivos digitais para participar de forma mais ativa na cultura da mídia (RIBEIRO *et al.*, 2017), não apenas a partir de maior controle sobre os produtos midiáticos, mas, sobretudo, pelas apropriações e ressignificações das narrativas midiáticas que são frequentemente compartilhadas nesses ambientes. Nesse contexto, a experiência do consumo televisivo altera-se de maneira drástica. Afinal, ao invés de separados, produtores e consumidores de mídia interagem de acordo com um novo conjunto de regras: “Este novo cenário comunicativo reconfigura as relações de poder por meio de uma renegociação dos papéis entre produtores e consumidores” (RIBEIRO *et al.*, 2017, p. 21).

Figura 2 - Exemplo de perfil amador no Instagram com conteúdo voltado à ficção televisiva



Fonte: Instagram.

Reflexo de uma atuação mais participativa em comunidades *online*, a produção de *fanfics* de telenovelas em plataformas como Instagram, Tumblr, blogs, Facebook ou mesmo em repositórios *online* específicos de *fanfics* – como o Nyah²² e o Spirit²³ – são exemplos interessantes para se pensar acerca da expansão dos universos narrativos televisivos para outros ambientes. A partir de um levantamento de *fics* de *shipping* ou “shippagem” de telenovelas que começaram em 2013 e foram finalizadas em 2014 e de obras que integralmente foram exibidas entre 2014 e 2015, Souza *et al.* (2017) chegaram a uma amostra formada por 1.065 textos cadastrados sobre 15 das 17 telenovelas exibidas no período²⁴:

A faixa das 18h, tradicionalmente dedicada às donas de casa, rendeu 71 *fanfictions*, das quais 59 foram destinadas a *Meu Pedacinho de Chão*, de claro apelo infanto-juvenil, repleta de ludicidade e ares de faz de conta. Já o horário das 23h, detentor de maior classificação indicativa de idade em virtude das cenas de nudez, sexo e violência, foi o que menos gerou ficções de fãs, compreendendo uma contagem inferior a 1% da base de dados. Por sua vez, tramas das 19h, que geralmente acumulam muitos textos e interações por visarem ao público jovem e serem mais afetivas aos usos de estratégias de transmídiação, resultaram em 278 *fanfictions* [...] (SOUZA *et al.*, 2017, p. 61-62).

²² Disponível em: <https://fanfiction.com.br/>.

²³ Disponível em: <https://www.spiritfanfiction.com/?locale=PT>.

²⁴ De todas as novelas exibidas no período mapeado, apenas *Joia Rara* (Globo, 2013) e *Pecado Mortal* (2013) não receberam *fanfics*. Mais em Souza *et al.* (2017).

No geral, apontando para a liderança de *fanfictions* sobre telenovelas da Globo (96,7%) e, especificamente, do horário das 21h, campeão em textos registrados (com mais de 600 produções), Souza *et al.*, (2017) reforçam que as interações dos leitores funcionam como moeda de troca pelo trabalho de escrita. Não sem motivo, as três novelas com *fandoms* mais participativos em termos de interações – pela ordem: *Em Família*, *Império* e *Geração Brasil* – foram as que apresentaram *fanfics* com maior número de capítulos publicados. Outro fator enfatizado dentro do panorama de *fanfictions* de *ships* é a ocorrência de *crossovers*, fenômeno que, apesar de relativamente pequeno (6,1% do total de textos), foi expressivo no sentido da mixagem de mundos narrativos distintos, como *Naruto* e *Amor à Vida*.

Mas como qualificar, por exemplo, as comunidades virtuais blogs, fóruns ou perfis em redes sociais digitais que proliferam na internet em torno de programas de TV? O ponto de partida para esta resposta está na ideia de transmidiação que, de modo geral, pode ser entendida em termos do modo como uma história que “se desenrola através de múltiplos suportes midiáticos, com cada texto contribuindo de maneira distinta e valiosa para o todo” (JENKINS, 2008, p. 135). Exemplo disso é o filme *Matrix*, cuja narrativa é tão ampla que não pode ser contida em uma única mídia. Dito isso, pode-se dizer que, em sua forma ideal, cada meio expande o universo narrativo da história de modo que seu universo pode ser explorado de maneira autônoma por diferentes tipos de acesso: televisão, cinema, quadrinhos, romances, games ou até atrações em um parque de diversão, por exemplo.

Fruto de determinado planejamento estratégico, o autor aponta que, inicialmente, a *transmedia storytelling* seguia uma lógica comercial que permitia que um mesmo universo narrativo fosse explorado por corporações com atuações em diferentes mídias, o que estimulou um fluxo sinérgico e *cross-media* de consumo desses conteúdos. Nesse contexto, destaca o autor:

[...] as narrativas estão se tornando a arte da construção de universos, à medida que os artistas criam ambientes atraentes que não podem ser completamente explorados ou esgotados em uma única obra, ou mesmo em uma única mídia. O universo é maior que o filme, maior até do que a franquia – já que as especulações e elaborações dos fãs também expandem o universo em várias direções (JENKINS, 2008, p. 159).

Antes de Jenkins, contudo, Kinder²⁵ (1991 *apud* FECHINE *et al.*, 2013) já usava a expressão “sistemas comerciais transmídias” para explicar fenômenos como “Pokemón” e “Tartarugas Ninja”, que exploravam um personagem ou um grupo de personagens em um

²⁵ KINDER, M. **Playing with power in movies, television and videogames**. From Muppet Babies to Teenage Mutant Ninja Turtles. Berkley, LA: University of California Press, 1991.

conjunto de produtos correlacionados, tais como seriados, filmes, quadrinhos e brinquedos.

No entendimento dos pesquisadores:

Diante da globalização cultural e econômica, as grandes companhias procuraram controlar todos os aspectos do seu próprio mercado, diversificando-se, quando necessário, em uma gama de empresas interconectadas (Silverstone, 1996, p. 154-5). É nesse cenário que proliferam os fenômenos transmídia, o que nos permite pensá-los *a priori* como uma lógica comercial e uma forma cultural que refletem não apenas a convergência de conteúdos, mas também de propriedade (FECHINE *et al.*, 2013, p. 26).

Apesar de suas qualidades experimentais e inovadoras, a narrativa transmidiática não é inteiramente nova. Exemplo disso é a história de Jesus, conforme contada na Idade Média. A menos que se soubesse ler, Jesus não era fundamentado em livros, ainda assim detalhes de sua vida se faziam presente em múltiplos e diferentes níveis da cultura: “Cada representação (um vitral, uma tapeçaria, um salmo, um sermão, uma apresentação teatral) presumia que o personagem e sua história já eram conhecidos de algum outro lugar” (JENKINS, 2008, p. 165).

O conceito de narrativa transmidiática entrou para o debate público pela primeira vez em 1999, quando críticos e audiências tentavam entender o sucesso de *A Bruxa de Blair*, que, com pouco orçamento, conseguiu ultrapassar a esfera do cinema ao conquistar uma legião de seguidores na internet mais de um ano antes de sua estreia (JENKINS, 2008). A partir de uma série de elementos que expandiram o universo do filme – um site com documentação de inúmeras descobertas de bruxas ao longo dos séculos, um pseudocumentário que investigava a bruxa, quadrinhos supostamente baseados nos relatos de outra pessoa que havia encontrado a bruxa pelo bosque e até uma trilha sonora supostamente encontrada em um carro abandonado – os produtores conseguiram criar uma falsa lenda com diferentes pontos de vista e mistérios inexplicáveis que chamava atenção por sua atuação improvisada e seu estilo particular de câmera na mão.

Certamente, nem toda narrativa segue essa direção e um envolvimento mais profundo por parte do leitor continua sendo opcional, e não o único modo de extrair prazer das franquias midiáticas. Ainda assim, é válido ter em mente que cada vez mais narrativas estão percorrendo os meios de comunicação e oferecendo uma profundidade de experiência que não se via em décadas anteriores. Afinal, a “capacidade enciclopédica” da mídia digital²⁶ vem conduzindo a novas formas de narrativa que permitem que o público não somente busque informações além dos limites da história individual, como contribua para a percepção de que

²⁶ Cf. Murray (1999).

um universo ficcional é extenso e abrangente o suficiente para permitir explorações adicionais.

Surgindo em resposta à convergência das mídias, a narrativa transmidiática diz respeito a uma nova estética que faz novas exigências aos consumidores e depende de sua participação ativa. Podendo ser considerada como a arte da criação de um universo, a vivência plena num universo ficcional só pode ser experimentada se os consumidores assumirem o papel de caçadores e coletores, que perseguem pedaços da história pelos diferentes meios, comparam suas experiências a observações com outros fãs em grupos de discussão *online* e, enfim, colaboram para assegurar que todos tenham uma experiência de entretenimento mais aprofundada: “Cada vez mais consumidores estão gostando de participar de culturas de conhecimento on-line e descobrir como é expandir a compreensão, recorrendo à expertise combinada das comunidades alternativas” (JENKINS, 2008, p. 179).

O ambiente transmídia envolve, portanto, o engajamento do espectador como colaborador ou mesmo como coautor (RIBEIRO *et al.*, 2017). Até porque, para além da mera repetição de um conteúdo, o contexto de transmidiação se caracteriza pela participação ativa do consumidor nos processos criativos. Longe de algo fechado ou operado apenas pelos produtores da indústria de entretenimento, o que se tem é uma constante criação e ampliação do conteúdo narrativo que perpassa tanto os personagens quanto os ambientes e conflitos.

Se o desenvolvimento de narrativas multiplataformas faz referência aos textos nos quais o conteúdo aparece de forma coordenada em diferentes formatos de mídia – como televisão, jogos, álbuns de música, websites, cinema, telefonia móvel e quadrinhos – no atual cenário em que a internet e o celular são cada vez mais usados como espaços alternativos de difusão de conteúdos, também a indústria televisiva passa a oferecer formas variadas de engajamento aos telespectadores – como é o caso do uso de *hashtags* por parte de empresas televisivas como uma estratégia de mobilização do público nas redes sociais digitais, como o Facebook e o Twitter²⁷:

Nesse sentido, têm sido identificadas novas formas de circulação e de consumo da ficção televisiva no contexto da transmidiação. Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2011) entendeu esse fenômeno como sendo parte de um processo de recepção transmidiática da ficção televisiva. Novas práticas de consumo televisivo são imbricadas a formas de interação possíveis pelas redes sociais, como Facebook, Twitter e Instagram, na medida em que os fãs podem apropriar dos conteúdos de telenovelas, séries e minisséries e transformá-los em algo novo, como memes ou remixes, que

²⁷ Assim, se no passado, as redes de televisão promoviam seus programas a partir da compra de espaço ou tempo em outros meios de comunicação (promoção de mídia cruzada), no contexto atual, as emissoras de TV se valem cada vez mais das redes sociais digitais para se conectar ao público e promover sua participação (RIBEIRO *et al.*, 2017).

contribuem para estender a narrativa da ficção para outros contextos comunicativos. Os fãs on-line negociam criativamente com a ficção televisiva, quando desenvolvem uma interação sistemática e um envolvimento com tais produtos, realizando novas narrativas (RIBEIRO *et al.*, 2017, p. 23).

1.4 Da TV para a internet: anotações sobre a telenovela brasileira

A expansão dos textos midiáticos em múltiplas plataformas possibilitados pela convergência tem reverberado em novas formas de experimentação dos conteúdos midiáticos. No que toca à telenovela, maior recurso narrativo ficcional da América Latina, presa entre duas lógicas por vezes contraditórias – o *broadcasting* e o paradigma da convergência – Rocha (2013) considera que o formato atualmente passa por reconfigurações que indicam o poder da transmídiação, capaz de reforçar a característica de sua narrativa de ser tão vista quanto falada (LOPES, 2009).

No entendimento de Rocha (2013), a transmídiação ajuda não somente nas atuais hibridizações entre o real e o ficcional, como potencializa a capacidade do formato de funcionar como *narrativa da nação* (LOPES, 2003a, 2009) e como *recurso comunicativo* (LOPES, 2009), ao mesmo tempo em que “promove uma extensa paratextualidade, sedimentando sua função de preservar, construir e reconstruir um ‘senso comum’ da vida cotidiana” (ROCHA, 2013, p. 1).

No caso da Globo, essa autora argumenta que, tensionada e incentivada pelo atual cenário, a emissora vem buscando adequar-se ao atual paradigma da convergência, o que a faz produzir conteúdos direcionados às plataformas digitais. Podemos entender melhor como opera o novo modo de narrativa transmidiática examinando mais de perto alguns exemplos. Talvez nada melhor que começar que a experiência transmidiática pioneira na telenovela brasileira, *Viver a Vida* (GREGOLIN, 2010).

Na obra de Manoel Carlos, a personagem Mia, vivida por Paloma Bernardi, anunciou em janeiro de 2010 a criação do blog *Sonhos de Luciana* para que sua irmã na trama, a ex-modelo Luciana (Alinne Moraes) – que ficou tetraplégica após um acidente automobilístico – pudesse registrar ali suas experiências após o acidente, inspirando, dessa forma, outras pessoas em sua trajetória de luta e superação. Transbordando para além do universo ficcional da telenovela, o blog foi lançado na internet em fevereiro daquele mesmo ano, contando com posts diários que tiveram, em média, 150 comentários por post (MURAKAMI, 2015).

Figura 3 - Print Blog Sonhos de Luciana, da telenovela *Viver a Vida*



Fonte: Globo.com.

Como destaca a autora, o grande sucesso na exploração da internet para continuidade de sua narrativa para além da televisão fez o blog – à época muito divulgado na trama – ser muito mais do que um acessório disponível na internet:

Sonhos de Luciana tornou-se assim um espaço de interação com o espectador para além da tela televisiva, reunindo informações adicionais sobre a trama e os personagens, especialmente no que tange à problemática da deficiência física da protagonista. Entre a tela da TV e do computador construiu-se a vida das personagens da trama à volta de Luciana. Os telespectadores passaram a compartilhar essas experiências experimentando, pela primeira vez de maneira efetiva na história das telenovelas brasileiras, as narrativas transmidiáticas (MURAKAMI, 2015, p. 55-56).

Interessante notar que, em *Viver a Vida*, a adoção da estratégia transmídia reverberou na ampliação do *merchandising social* da televisão também para o blog da personagem (GREGOLIN, 2010). Afinal, ao trazer uma personagem tetraplégica, a obra iluminou problemáticas sociais importantes, levando o público a estabelecer uma relação de cumplicidade com a telenovela. Justamente por isso, ao fortalecer o circuito de *merchandising social*, o universo de *Viver a Vida* pode ser visto como um embrião de um tipo ideal de narrativa transmídia, isto é, o ativismo transmídia (Ibidem), pensado por alguns teóricos como um tipo de narrativa transmidiática com poder de mudança social. O ativismo transmídia seria uma maneira de conectar pessoas em uma causa comum por meio de sua exposição em diferentes canais de distribuição, que não somente abrem espaço para diálogo, como oferecem ao usuário experiências de aprendizado sobre o tema. Isso nos faz lembrar a função

pedagógica da própria telenovela que, segundo Lopes (2009), inclui temas de importância social para dentro de seus enredos.

Desde que *Viver a Vida* aproveitou-se da até então crescente tendência de transmitir mensagens, temas ou histórias em diferentes canais de mídia (MURAKAMI, 2015), no âmbito da ficção seriada brasileira, diferentes e muitas outras estratégias têm sido adotadas ao longo dos anos. Dez anos após o bem sucedido blog *Sonhos de Luciana*, a telenovela *A Dona do Pedaço* (Globo, 2019) inovou ao trazer para seu enredo uma personagem do universo das redes sociais digitais – Vivi Guedes (Paolla Oliveira) – o que ampliou a inclusão de ações publicitárias não apenas no âmbito narrativo da trama, como também no Instagram da personagem e nos intervalos comerciais da emissora. A *digital influencer* – cujo perfil no Instagram chegou a ter 2,5 milhões de seguidores – fez campanhas publicitárias para diferentes empresas, entre as quais uma fabricante de automóveis, uma marca de maquiagem, uma empresa de cosméticos, uma rede de varejo de móveis, uma operadora de celular e até a plataforma *streaming* da própria emissora.

Figura 4 - Primeira postagem patrocinada da personagem Vivi Guedes



Fonte: Meio e Mensagem.

Como apontam os últimos Anuários Obitel²⁸, a Globo vem investindo em “ações socioeducativas” e em diferentes formatos comerciais em suas ficções, o que tem levado a

²⁸ Lopes *et al.* (2019a, 2020, 2021).

emissora a flexibilizar regras em relação ao envolvimento de personagens e marcas²⁹. No caso de *A Dona do Pedaco*, além de dar continuidade ao projeto “Casa de Novela³⁰” – que ofereceu ao público a possibilidade de compra dos mesmos móveis e itens apresentados na trama, como a geladeira da personagem Maria da Paz – a obra chamou atenção por seus novos tipos de *merchandising*, que envolveram uma maior integração entre o setor comercial e a dramaturgia da emissora. Especificamente sobre o fenômeno Vivi Guedes, os autores observam que:

Os ensaios fotográficos da personagem exibidos na telenovela eram disponibilizados na rede, e essa estratégia aproximou ainda mais o público. Ao final da novela, a Globo preparou conteúdo especial para o Gshow: a atriz entrevistou a personagem, que deixava o horário das 21h, e se despediu do Instagram, transformando sua conta em @pravcarrasar. Mas a mudança não agradou o público, que manifestou sua insatisfação (LOPES *et al.*, 2020, p. 106).

No SBT, estratégias transmídias também foram destaque em 2019 na telenovela infanto-juvenil *As Aventuras de Poliana*. Em seu canal oficial no YouTube, sobressai a criação do programa de entrevistas *Tricô Show*, comandado pela personagem Dona Branca (Lilian Blanc), que recebia um convidado toda semana. Nessas entrevistas, temas da narrativa eram abordados de forma a complementar a trama principal. Isso demonstrou o *modus operandi* da transmidiação, que pressupõe “a produção e distribuição de conteúdos distintos, porém associados entre si, em múltiplas plataformas, de modo a intensificar e complementar a experiência de consumo de determinado texto” (FECHINE & LIMA, 2019 *apud* LOPES *et al.*, 2020).

Estratégias comerciais em *As Aventuras de Poliana* também chamaram a atenção para a obra, que divulgou marcas de brinquedos, alimentos, materiais escolares e até uma loja de departamento. Recentemente passando por uma reestruturação na área de *marketing*, a produção da emissora teve como preocupação apresentar as peças publicitárias de modo a inserir o produto ou serviço no cotidiano dos personagens³¹. A título de exemplo, a divulgação dos produtos de uma marca alimentícia se deu na trama por meio da discussão sobre alimentação saudável para crianças. A partir daí, o aplicativo da marca – que oferece

²⁹ Cf. <https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2019/10/10/a-dona-do-pedaco-e-do-merchandising.html>.

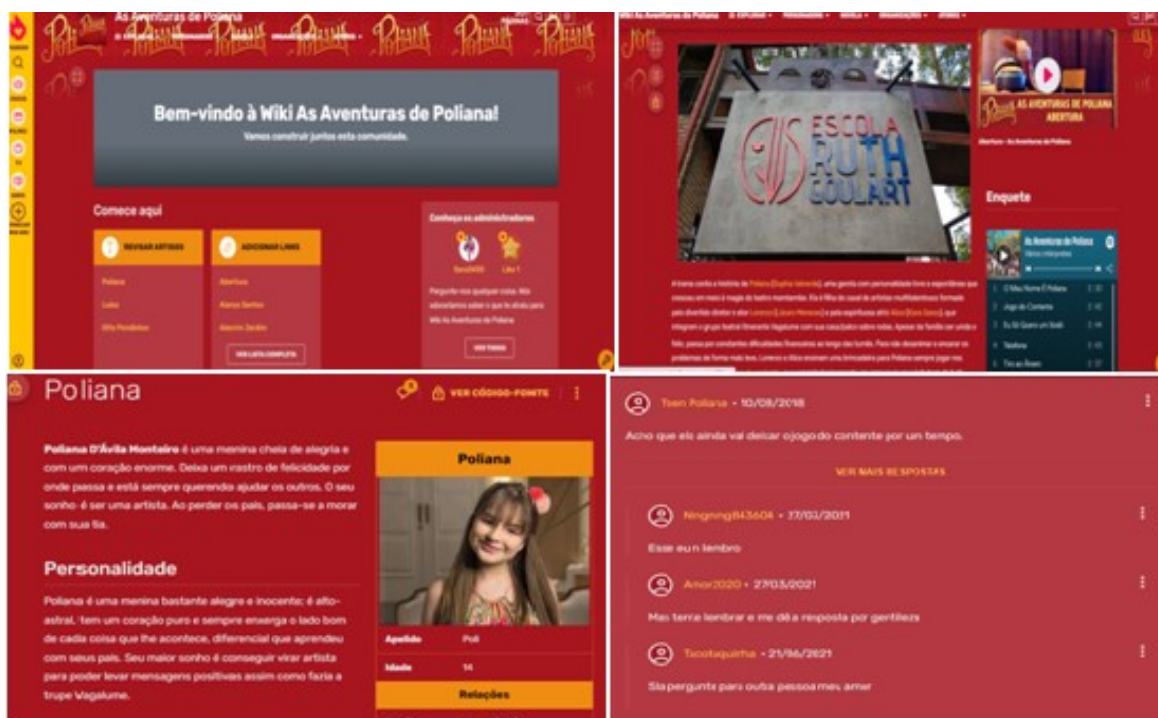
³⁰ Parceria entre a emissora e uma rede de varejo de móveis iniciada em 2018 com a telenovela *Segundo Sol*.

³¹ Cf. <https://propmark.com.br/midia/merchandising-e-repaginado-com-projetos-flexiveis-de-conteudo-na-tv/>.

receitas e games – foi divulgado e seu conteúdo transbordado para o canal do YouTube do folhetim. Nele, a personagem Poliana (Sophia Valverde) aparece fazendo receitas saudáveis para as crianças.

Esses e outros exemplos apenas reforçam a força da internet para o transbordamento dos conteúdos televisivos – seja com fins de engajamento com a narrativa, seja por fins comerciais, ou até ambos. Além disso, é preciso também considerar a atuação dos fãs nas redes, muito marcada pela reapropriação criativa dos conteúdos televisivos. Exemplo recente é a página Wiki da já mencionada *As Aventuras de Poliana*³², que possui lista de discussões, galeria de personagens, bastidores da telenovela. Administrada pelos usuários Sara3435 e Like1, a página dá possibilidade aos fãs de criarem e revisarem artigos, adicionar links, entre outras ações.

Figura 5 - Site de fãs da telenovela *As Aventuras de Poliana*



Fonte: Wiki As Aventuras de Poliana.

Frente a essa conjuntura na qual ambientes e conceitos surgem para explicar realidades que se formam, é possível afirmar que estamos diante de alterações estruturais no campo televisivo e audiovisual por onde também circula a ficção televisiva em meio a pressões mercadológicas, demandas por conteúdo, novos modelos de produção e uma série de

³² Cf. https://as-aventuras-de-poliana.fandom.com/pt-br/wiki/Wiki_As_Aventuras_de_Poliana.

possibilidades de distribuição (LOPES *et al.*, 2018). O dinamismo que tem caracterizado o cenário audiovisual brasileiro nos últimos anos desvela um movimento progressivo da simbiose entre telecomunicações, TV e informática (FECHINE & FIGUEIRÔA, 2011), onde a TV aberta busca no universo digital e nas modalidades de consumo de informação e entretenimento novas experiências de narrativa televisiva (MENDES & AMARAL, 2016). Nesse contexto no qual também a telenovela vem operando o modo de narrativa transmidiática – seja a partir da produção ou da recepção – pensar os atuais reajustes entre teorias e práticas é um imperativo.

CAPÍTULO 2 – OS ESTUDOS DE RECEPÇÃO: TELENOVELA, INTERNET E MAPAS DAS MEDIAÇÕES

Nos países do Sul o ofício de cartógrafo se desdobra: além de mapas que desenham a terra descoberta se necessita de *cartas de mar*, ou seja, de navegação por mundos ainda ignorados. No campo intelectual – incluindo nele o acadêmico –, essa tarefa encontra uma de suas figuras-chave no ofício de leitor que, sem menosprezar o prazer da leitura, aposta numa leitura-trabalho de *reconhecimento cultural* (JMB, 2004, p. 383).

2.1 Os estudos de recepção e suas apropriações na América Latina: panorama geral

Em termos gerais, a trajetória dos estudos de recepção tem sido marcada por diferentes vinculações teóricas, que refletem as distintas formas de conceber a história do campo dos estudos de recepção (JACKS, 2015). Justamente por isso, sua narrativa muda de acordo com os ângulos propostos pelos diversos historiadores do campo, o contexto histórico e social aos quais essas pesquisas se inserem e as diferentes abordagens escolhidas. Por exemplo, se tomada em seu sentido amplo, isto é, a recepção como o âmbito oposto ao da emissão, é possível afirmar que os estudos de comunicação são fundados pela problemática da “recepção”, haja vista que a preocupação com os efeitos causados pelos meios de comunicação na audiência é algo que começa a ser desenvolvido no cenário da sociologia norte-americana por volta dos anos 1920 e 1930³³.

O termo recepção surge dentro deste contexto, seguindo o modelo publicado por Harold Lasswell, em 1948, que enunciava a fórmula “quem, diz o que, para quem, com que efeito?” (JACKS, 2015). De lá até os dias atuais, a discussão sobre o circuito que envolve emissores, mensagem e receptores não aconteceu sem tensionamentos e transformações, sejam elas internas ao campo ou mesmo fruto de mudanças sociais, históricas, culturais e comunicacionais (LOPES, 2003b). Daí que todo esse processo aponta para o modo como a cartografia se move a partir de diferentes contextos.

Na América Latina, e particularmente no Brasil, JMB (2004) destaca que a trajetória dos estudos de recepção está intrinsecamente ligada com os estudos culturais do *consumo*. Tal particularidade fez com que os estudos dos processos de recepção situassem a recepção/consumo como *lugar epistemológico e metodológico* desde o qual se representa o

³³ Comumente identificada como *communication research*, esta vertente praticamente inaugura a perspectiva da relação entre pessoas com os meios.

processo de comunicação. Outra característica bastante marcante deste tipo de pesquisa é a correlação entre estes estudos e os debates sobre identidades coletivas – sejam elas regionais, locais, nacionais, urbanas ou do campo.

De grande importância para as reflexões sobre a recepção midiática, a vertente latino-americana de estudos de recepção emerge na década de 1980, tendo como marco referencial os autores Néstor García Canclini e Jesús Martín-Barbero (BOAVENTURA, 2009). Por influência de fatores históricos, que permitiram às organizações políticas rever as lutas populares e dar ênfase ao papel ativo das pessoas, a autora destaca que esta linha de estudos se delinea a partir de um movimento que buscava recuperar o sujeito em suas múltiplas relações com os veículos de comunicação e passava a ter por interesse a cultura popular.

Nesse movimento, a aproximação com os movimentos sociais e a reflexão trazida pelos estudos culturais foram fatores que alteraram a demarcação do *campo da comunicação* na América Latina – agora instalada em campos circundantes como a hermenêutica e a filosofia (JMB, 2004). Dá-se início, a partir de então, a deslocamentos metodológicos conceituais que se traduzem por uma nova relação com as disciplinas sociais, produzindo um afastamento da obsessão estruturalista sobre o texto em direção à *prática cotidiana* como lugar onde a linguagem se faz e se desfaz. É o resgate da vida cotidiana da linguagem.

A inserção da pesquisa em Comunicação no espaço das Ciências Sociais não ocorreu sem polêmicas e contradições. Afinal, se por um lado, a ênfase na trama social dos processos comunicativos foi, muitas vezes, interpretada como um obstáculo à delimitação do “objeto próprio” da disciplina, por outro, o esforço em assumir a espessura cultural dos meios foi comumente confundido com um culturalismo que despolitiza os processos e ignora o peso das estruturas de poder. Seja como for, a *transdisciplinaridade* tem sido vista com suspeitas e certo desconforto em função da desconfiança quanto ao seu rigor metodológico.

Não obstante estas contradições, o autor considera que o que tem movimentado a pesquisa latino-americana de comunicação de forma mais fecunda não são tanto as mudanças internas ao próprio campo, mas o movimento de *reflexividade* produzido nas ciências sociais e o empate com a *reflexão* que vem dos estudos culturais:

Mais que por recorrências temáticas ou empréstimos metodológicos, essa inserção se produziu por *apropriações*: desde a comunicação se trabalham processos e dimensões que incorporam perguntas e saberes históricos, antropológicos, estéticos, ao mesmo tempo em que a sociologia, a antropologia e a ciência política começam a encarregar-se, já não de forma marginal, dos meios e dos modos como operam as indústrias culturais (JMB, 2004, p. 248, grifo original).

À semelhança do que aconteceu com os estudos culturais britânicos, os estudos latino-americanos permitiram o questionamento da produção de hierarquias sociais e políticas, o que resultou na revisão de cânones estéticos ou mesmo de identidades nacionais e regionais que se apresentavam como universais. Sob a marca da multidisciplinaridade, esta linha permitiu um olhar que entende os processos culturais não como um fenômeno isolado, mas como fruto de processos interdependentes que, no todo, formam uma relação dinâmica com outras esferas, “principalmente com a estrutura ou os processos produtivos” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 49).

Vale ressaltar, contudo, que, na América Latina, a busca por situar a recepção/consumo como *lugar epistemológico e metodológico* desde o qual se busca representar o processo de recepção fez com que muitas pesquisas se perdessem numa espécie de hipóstase da recepção³⁴, que acaba confundido o resgate da atividade dos sujeitos com a máxima sofista “todo poder ao consumidor” (JMB, 2004). Não sem motivo, resgatar os processos de *interação entre sujeitos* e seus *trajetos de consumo* demanda uma espécie de etnografia dos usos que investigue “os movimento de ruptura de continuidade, de enraizamentos e deslocalização, assim como as memórias curtas e longas que os atravessam e sustentam” (Ibidem, p. 256). Afinal, todo sujeito se constitui socialmente e está situado em condições e contextos que são produzidos e de produção e, portanto, são espaços de poder, remodelações, disputas e lutas pela hegemonia. Não obstante as críticas e potencialidades que possam ser tecidas aos estudos de recepção, fato é que uma nova agenda tem se delineado para esse tipo de pesquisa, que começa a dar sinais de insuficiência diante do novo contexto tecnológico (JACKS, 2015).

2.2 A (ainda atual) problemática da recepção

A vinculação dos meios de comunicação de forma geral à internet e a ampliação do potencial de construção dos fluxos do receptor diante das transformações tecnológicas recolocaram a importância de se pensar acerca das mudanças ocorridas no interior dos estudos de recepção (LOPES, 2011; JACKS, 2015), já que tais transformações no âmbito das tecnologias digitais borram ainda mais os limites que separam emissão e recepção, “obrigando a teoria e a pesquisa e se reposicionarem para entender o que está ocorrendo com a interação e aproximação destas duas instâncias dos processos e práticas de comunicação” (JACKS, 2015, p. 244).

³⁴ No Brasil, Escosteguy (2009) aponta para a falta de equilíbrio dos estudos de recepção, que dão muito peso às audiências e acabam negligenciando o texto midiático e as condições de produção, que raramente aparecem em tais investigações.

Neste cenário de mudanças, a despeito de todas as contribuições³⁵ dos estudos de recepção para as pesquisas em comunicação – em suas diferentes abordagens teóricas e metodológicas –, talvez tenha chegado o momento de assumir aquilo que tais estudos já não alcançam. Desta forma, entendendo o problema para além de algumas críticas feitas à fragilidade metodológica de certos estudos, da falta de atenção a determinadas prerrogativas teórico-empíricas, e até mesmo do escasso diálogo com outras áreas, ela chama atenção para o atual embaralhamento das práticas que envolvem a produção e a recepção na atual cultura da convergência e acabam dificultando não somente a utilização da mesma noção de recepção, como também do próprio termo:

Por isto, só agora podemos lançar mão plenamente da expressão “a recepção já não alcança”, mas para indicar outra coisa: que o entendimento dos processos e das práticas comunicativas ganhou ainda maior complexidade, pois na atualidade os conteúdos de novas e velhas mídias se tornaram híbridos, reconfigurando a relação entre as tecnologias, indústria, mercados, gêneros e públicos. Isto porque ocorre um cruzamento entre a mídia massiva e a não massiva, que são assistidas em múltiplos suportes, às vezes simultaneamente, caracterizando a era da convergência midiática (JACKS, 2015, p. 247).

Self-media, televidência, prosumer, recepção crítica, recepção ativa, audiências em rede, recepção hiperativa, mutante, interativa, recepção transmídia – ao longo de décadas, distintas compreensões acerca da audiência e dos processos de recepção emergiram como tentativa de dar conta da relação entre emissor e audiência, cada qual fruto de determinados enquadramentos e desenvolvimentos teóricos. Todos esses esforços se tornam ainda mais pungentes diante da convergência midiática, que jogou luz sobre o fator crítico do estatuto do receptor diante este momento de transição que passa o campo em função dos processos comunicacionais contemporâneos desvelados pela internet e as mídias digitais. Afinal, uma vez que a participação das audiências diante das transformações tecnológicas contribui para borrar as fronteiras entre emissão e recepção, a importância da instância da recepção é recolocada em evidência nos estudos de Comunicação.

Tendo em vista, portanto, que a convergência midiática diz respeito a um processo que também abarca uma recepção mais participativa, possibilitada principalmente pela internet e as novas tecnologias digitais, o que está em jogo diz respeito à própria noção de produtores e

³⁵ Uma vez que abriram caminho para a análise da complexidade dos processos comunicacionais para além do enfoque nos meios e nas mensagens.

consumidores de mídia, que já não podem ser concebido como figuras distintas, com papéis diferentemente marcados. Como destaca a autora:

Se, por um lado, o receptor em geral está reivindicando o direito de participar efetivamente de sua cultura, e, com as possibilidades abertas pelas tecnologias digitais e a internet, eles adquiriram poder de negociação considerável perante as indústrias tradicionais; por outro lado, essas indústrias estão cada vez mais atentas ao potencial que os consumidores/receptores em geral representam e, ao mesmo tempo em que tentam obter vantagens dessa relação, procuram mantê-la sob seu controle a fim de que seus direitos autorais sejam preservados (JACKS, 2015, p. 249).

No âmbito das tentativas de se cunhar termos mais adequados para “recepção” – haja vista sua consolidada força semântica, que atualmente não dá conta de uma participação mais efetiva do receptor no processo comunicativo – a pesquisadora cita o exemplo dos trabalhos desenvolvidos pelo Observatório Ibero-Americano da ficção televisiva (OBITEL), que têm incluído o conceito de recepção transmídia, em clara alusão às proposições de Jenkins (2008) acerca da produção ficcional transmidiática e da convergência das mídias.

De fato, a partir de 2010, os trabalhos desenvolvidos no âmbito do OBITEL começaram a se voltar para as alterações oriundas da convergência dos meios, sendo que, inicialmente, a análise da *recepção transmidiática*, com foco na cultura participativa foi uma das principais problemáticas abordadas por esta rede, que teve como desafio o desenvolvimento de uma nova metodologia capaz de se ajustar às mudanças observadas em todas as instâncias da indústria televisiva (LOPES & LEMOS, 2019).

No tocante à recepção, parte desses esforços buscava dar conta de um cenário em que estudar telenovela – assim como qualquer outro produto midiático – demandava considerar o atual contexto de participação das audiências em função de uma nova realidade midiática e comunicacional que viabiliza uma nova forma de ser audiência (JACKS, 2015). Justamente por isso, a autora considera que a novidade da noção de recepção transmidiática está no fato dela impor a necessidade de se superar a análises monomidiáticas das audiências:

Ou seja, trata-se da trama midiática estabelecida pela circulação concomitante e ininterrupta dos conteúdos de todos os meios presentes em um contexto social e o fluxo criado pelos próprios receptores a partir deste fluxo midiático, constituindo um superfluxo conforme propõe Klaus Jensen (1997). Isso já se efetivava com anterioridade ao processo de convergência, mas, mesmo assim, os estudos em geral isolavam um ou outro meio para ser estudado (JACKS, 2015, p. 242-243).

Diante da impossibilidade de desatrelar os diferentes âmbitos deste fenômeno – por si só complexo, multifacetado e interconectado – a pesquisadora encontra na lógica proposta por JMB uma possibilidade concreta de adentrar os processos comunicacionais tanto no que concerne à análise dos aspectos relacionados aos meios, como de seus públicos. Tal movimento de enfrentamento epistemológico se daria por meio das mediações que vinculam essas duas esferas, “já que não são as mesmas, mas como tal continuam exercendo seu papel configurador, justamente porque dependem de fatores estruturais e contextuais que os relacionam” (JACKS, 2015, p. 249). Além dessa possibilidade, possíveis diálogos com estudos ciberculturais também poderiam ajudar a dar conta desses novos rearranjos:

Além disso, é importante dar densidade teórica e analítica aos estudos sobre receptores na internet e suas diversas possibilidades de transmediação, em audiências consideradas inerentemente *crossmídias* (...) e que hoje têm acesso a espaços com certa possibilidade de produção. Pesquisar nesse ambiente denota aspectos empreendedores, os quais demandaram audácia no enfrentamento dos riscos da hibridação de teorias, métodos e técnicas (SCHMITZ *et al.*, 2015, p. 126).

Deste modo, inicialmente interessadas pelos efeitos dos meios de comunicação de massa, as teorias da comunicação esbarram, hoje, em profundas mudanças sociais e culturais pelas quais passam a humanidade. O fenômeno é de tal ordem que Orozco (2011 *apud* JACKS, 2015) acredita tratar-se de um momento que deve ser compreendido a partir do que ele entende como “epistemologia do trânsito”, cujo desafio é compreender o atual imbricamento tanto da comunicação mediada pelas tecnologias digitais, como das velhas tecnologias massivas.

Se o fim do século XX inaugurou um mapa de sintomas e desafios para as ciências sociais, como acima notou JMB, no âmbito do atual cenário comunicacional, o enfrentamento analítico de pesquisas empíricas passa justamente por teorias e métodos comprometidos com a realidade atual. Uma agenda nova para a reflexão teórica e metodológica se abre no âmbito dos estudos de recepção e consumo midiático (JACKS *et al.*, 2017), onde as relações entre sujeitos e internet ganham centralidade.

2.3 A pesquisa brasileira em recepção e sua atual agenda metodológica: cartografias possíveis de um campo em construção

No Brasil, os estudos de recepção apontam para a complexidade da sociedade brasileira, haja vista que abarcam o cotidiano dos receptores em seus mais variados contextos sociais e

culturais – nacionais, regionais, locais – e a partir de diferentes nichos, isto é, mulheres, idosos, jovens, homens, crianças, educadores, entre muitos outros. À guisa da introdução até aqui feita, para as linhas que se seguem buscaremos delinear um quadro geral dos estudos de recepção no Brasil desenvolvidos em anos mais recentes – tecido a partir de leituras da autora e de compilações trazidas por outros autores.

Para fins de nossos interesses de pesquisa e da necessidade de fazermos escolhas e recortes, traremos nos tópicos 2.3.2 Uma cartografia do Obitel a partir da recepção transmídia e 2.4 Estudos de recepção nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (2010-2015) uma interpretação de levantamentos já feitos em profundidade por duas importantes fontes, a saber: os Anuários do Obitel publicados a partir de 2011, e o terceiro volume da série histórica de livros publicados pelo Núcleo de Pesquisa Recepção e Cultura Midiática (PPGCOM/UFRGS), coordenado pela Prof. Dra. Nilda Jacks. Nosso recorte temporal (de 2010 adiante) se deu em função de nosso interesse em focar na agenda que se abriu nos últimos anos para tais estudos – e da densidade dessas leituras, que demandam um olhar atento. Em determinados momentos, outros autores complementarão o debate.

Trata-se de um esforço de síntese que visa a dar conta dos nós mais complexos que entrelaçam a produção já feita e que nos permitirá uma visão dos estudos de recepção que se dá a partir de camadas – entrelaçadas, autônomas, complementares³⁶. Afinal, uma comunidade intelectual não se constitui a partir de conhecimentos comuns, mas pelo *reconhecimento* de determinadas posições teóricas e interpelações sociais (MARTÍN-BARBERO, 2004), ainda que dentro de uma gama diversa de temas e enfoques.

2.3.1 Vivendo com a telenovela e a metodologia das mediações

Para o escopo de uma pesquisa como esta, que tem como foco alcançar estudos de recepção a partir do diálogo com JMB, não seria possível deixar passar em branco a seminal contribuição trazida pelo livro clássico de recepção³⁷ de telenovela *Vivendo com a telenovela: mediações, recepção, teleficcionalidade*, de Maria Immacolata Vassallo de Lopes, Silvia Helena Simões Borelli e Vera da Rocha Resende (2002), que se destaca como um dos estudos pioneiros no país a adotar uma abordagem sociocultural da recepção a partir da perspectiva

³⁶ Uma pesquisa de recepção de telenovela, por exemplo, pode envolver, ao mesmo tempo, televisão, internet e questões identitárias.

³⁷ No âmbito da Antropologia, não podemos deixar de mencionar a dissertação “Leitura Social da novela das oito”, de Ondina Fachel Leal (1983), que é um marco no que tange ao estudo de como uma mesma mensagem televisiva é assistida, entendida e apropriada por agentes sociais estruturalmente diferenciados.

teórica das mediações (SIFUENTES & ESCOSTEGUY, 2016; DEPEXE *et al.*, 2021). Fruto de uma pesquisa de recepção da telenovela *A Indomada*, escrita por Aguinaldo Silva e Ricardo Linhares e exibida pela Globo em 1997, a obra foi resultado de um esforço multidisciplinar empreendido pelas autoras, que contou, ainda, com uma equipe de pesquisadores e colaboradores.

Nesse estudo, tomando a recepção como perspectiva de investigação integradora e compreensiva, Lopes *et al.* (2002) articulam o espaço de produção e o tempo de consumo a partir de quatro lugares de mediação: o cotidiano familiar, a subjetividade, o gênero ficcional e a videotécnica da televisão, que são desenvolvidos na pesquisa. De modo geral:

- **Cotidiano e subjetividade:** mediações localizadas na esfera da *recepção* e reapropriadas no gênero e na videotécnica;
- **Gênero:** mediação que se localiza no *produto* e que é reapropriada no cotidiano, na subjetividade e na videotécnica;
- **Videotécnica:** mediação localizada na esfera da *produção*, e que é reapropriada no gênero, no cotidiano e na subjetividade.

Um dos eixos centrais da pesquisa foi “a elaboração e aplicação de um protocolo metodológico que pudesse sintetizar os avanços da teoria das mediações numa pesquisa empírica” (p. 48). A investigação foi realizada com uma amostra composta por quatro famílias de posições sociais distintas da cidade de São Paulo – uma da favela, uma da periferia, uma de bairro classe média e uma de condomínio fechado de classe média alta. A estratégia metodológica impressiona por fazer uma abordagem multidisciplinar das mediações, que combinou onze modalidades de técnicas de pesquisa, incluindo observação etnográfica, diferentes modalidades de entrevistas individuais e em grupo, questionários, histórias de vida, grupos de discussão e telenovela reeditada. O resultado foi a obtenção de vasto material empírico muito rico e denso.

A coleta de dados foi realizada através de trabalho de campo de oito meses com essas quatro famílias que, juntamente com os pesquisadores, assistiram à telenovela *A Indomada*. Nessa etapa a sinopse da obra foi coletada, os capítulos foram gravados e *clippings* (notícias sobre a novela) foram reunidos. Já no segundo momento da pesquisa, o tratamento dos dados passou por um movimento de transcrição, tabulação e análise específica de cada mediação baseada na comparação entre as famílias. Essa etapa contou com a ajuda do software de

pesquisa qualitativa *WinMax*. Como referencial teórico, foi adotada a mediação de classe social:

O conceito de classe social foi aplicado como estruturante para investigar a recepção da telenovela nas diferentes famílias. As autoras utilizaram a etnografia no cotidiano familiar para mapear o processo receptivo em pessoas com distintas visões de mundo. A perspectiva das mediações de Martín-Barbero (1987) também foi eixo teórico da pesquisa na análise e articulação de como cada mediação incidia no processo receptivo como um todo (PEREIRA, 2020, p. 146).

De uma maneira bem geral, a situação de interação foi diferenciada e específica em cada família, e acabou por constituir-se no *esquema* invocado pelos pesquisadores para interpretar e organizar sua situação de interação. Assim, argumentando que diferentes tipos de situação de interação produziram diferentes tipos de material, as pesquisadoras demonstraram a importância das implicações epistemológicas, que derrubam mitos – como o da objetividade da relação sujeito-objeto e, principalmente, do caráter natural dos dados coletados. Neste sentido, a ênfase na experimentação metodológica que norteou a pesquisa foi, sem dúvida, um ganho para os estudos compreensivos da recepção com a perspectiva teórica das mediações.

Entre as inúmeras contribuições desta pesquisa de recepção destacamos o fato de que o cotidiano vivido pelas famílias não foi considerado apenas no momento da recepção da telenovela. Pelo contrário, a aplicação de um protocolo multimetodológico, que abarcou entrevistas individuais e familiares e questionários, permitiu às autoras extrapolar o momento da assistência e, assim, reconstituir diferentes nuances dos cotidianos das quatro famílias estudadas. A experiência de um trabalho de campo exaustivo, que acompanhou e reconstruiu a rotina das quatro famílias pesquisadas – seu cotidiano e a relação com a telenovela – foi fundamental para o estabelecimento de uma relação de empatia entre pesquisadores e pesquisados.

Desenvolvida, assim, em um momento em que não havia “receitas” já testadas para os métodos adotados, o que se antevê é uma pesquisa de fôlego que contribui para o avanço da pesquisa em Comunicação – feita a partir do exercício constante de reflexão e integração das dinâmicas que se constituem *entre* as lógicas de produção e as lógicas dos usos.

2.3.2 Uma cartografia do Obitel a partir da recepção transmídia³⁸

Como também já sinalizamos, o Observatório Ibero-Americano da Ficção Televisiva (Obitel) é uma importante rede de monitoramento e análise da ficção televisiva nos onze³⁹ países que a compõem. Fundada em 2005 e, atualmente, integrando equipes de países da América Latina e da Península Ibérica, a rede realiza anualmente um esforço coletivo empreendido a partir de um protocolo metodológico comum, que constantemente se atualiza, o que permite a realização de análises comparativas de caráter intercultural, bem como a identificação do que de mais relevante ocorre anualmente na teledramaturgia desses países:

Trata-se, portanto, de um projeto internacional focado no espaço ibero-americano, voltado inicialmente para estudos de produção e que foi estendendo seu interesse para os processos de circulação das ficções e de sua recepção. Em consequência, os estudos comparativos realizados pelo Observatório refletiram essa expansão de objetivos e mapearam as principais transformações por que estão passando os ambientes da produção, circulação e recepção da ficção televisiva na Ibero-América (LOPES & LEMOS, 2019, p. 5).

Sem dúvida, as transformações e as tendências que marcam o cenário televisivo brasileiro a partir da implantação da televisão digital e da emergência de uma cultura digital no país têm sido objeto de interesse para esta rede de pesquisadores – atenta aos novos hábitos de consumo das mídias, às mudanças significativas na assistência de ficções e às formas emergentes de *sociabilidade* dos receptores, observada em blogs, páginas na internet, comunidades virtuais, entre outras.

Se conteúdos ficcionais em diferentes telas e em múltiplas plataformas não passaram despercebidos pelo Obitel desde o início de sua série histórica, *a partir* de 2010 tais *reconfigurações* ganharam destaque mais aprofundado através do conceito de *recepção transmídia*. De modo geral, o olhar sobre tais práticas de recepção transmídia tem revelado diferentes modos como as narrativas transmídias percorrem diversos dispositivos e como ocorrem as transformações nos modos de ver ficção. Entre as mudanças estão o fim do

³⁸ Neste tópico, foram compiladas e interpretadas discussões trazidas por Lopes *et al.* (2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019a, 2020 e 2021). Para evitar repetições no texto corrido, optamos por suprimir tais referências no texto – salvo exceção em citações diretas. Autores complementares usados serão nomeados de modo convencional.

³⁹ São eles: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, Estados Unidos de língua hispânica, México, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela.

aprisionamento a uma grade fixa de programação e a possibilidade de assistência das obras em variadas telas e em horários mais fluidos.

Esse olhar do Obitel sobre as *competências de recepção* dos brasileiros perpassou as discussões de fenômenos emergentes, como o consumo de TV com o advento das novas tecnologias e as novas possibilidades de criação e compartilhamento de conteúdos – seja a partir do âmbito da produção como da recepção. Ao contrário do que muitos previam, o monitoramento dos hábitos de consumo apontou já em 2010 – momento em que os conteúdos se espalhavam para diferentes plataformas – que o brasileiro não via menos TV (LOPES & LEMOS, 2019), e sim mudava significativamente as *ritualidades* de consumo de ficção. Foi justamente nesse momento que o estudo da recepção transmídia passou a acompanhar a expansão da ficção televisiva em multitelas e multiplataformas – o que demandou um esforço de toda a rede de pesquisadores para o desenvolvimento de novos métodos de observação e análise que pudessem abarcar a natureza mutável desses novos tipos de participação.

O foco nas conversações *online* das audiências mais envolvidas com ficção trouxe mudanças de fundo para as pesquisas do Obitel, que não somente se debruçaram sobre o aporte teórico a respeito de fãs, relacionados a Hills (2002); Gray (2007) e Booth (2010), entre outros – como passaram a adotar técnicas de análise de diferentes softwares, como Gephi⁴⁰ e o NodeXL⁴¹, para analisar conteúdos gerados pelos usuários (CGU), incorporando técnicas visuais de nuvens de palavras (Wordle, Worldclouds) e de gráficos, que permitiram conformar importantes indicadores de níveis de engajamento das audiências. Vista de uma perspectiva temporal, a soma desses esforços tem gerado uma compreensão contextual de como vêm se dando esses fenômenos emergentes nas formas de ver e consumir ficção televisiva.

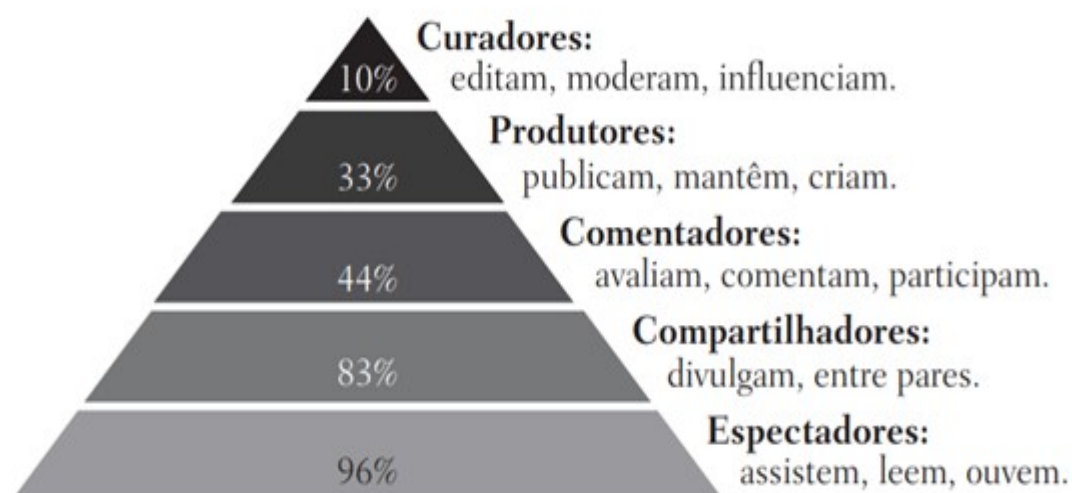
Em 2011, a equipe realizou um primeiro exercício tomando como estudo de caso da telenovela *Passione* (Globo, 2010). Para tanto, as pesquisadoras coletaram dados da obra em diversas redes sociais na internet durante sua última semana de exibição. Ao todo, foram mapeados 68.937 *tweets*, 7000 links no YouTube, 138.000 blogs; 33 comunidades no Orkut (totalizando 44.000 membros); 1096 grupos de discussão e presença de verbete na Wikipedia. Diante desse enorme banco de dados, optou-se pela análise de comentários do Twitter da última semana da novela – amostra composta por 1437 *tweets*. Olhar para esse universo

⁴⁰ Disponível em: <https://gephi.org/>.

⁴¹ Disponível em: <https://www.smrfoundation.org/nodexl/>.

possibilitou à equipe a elaboração de uma tipologia de fãs. Foram, assim, identificados cinco tipos de fãs de acordo com o engajamento:

Figura 6 - Tipologia de fãs brasileiros



Fonte: Lopes *et al.* (2011).

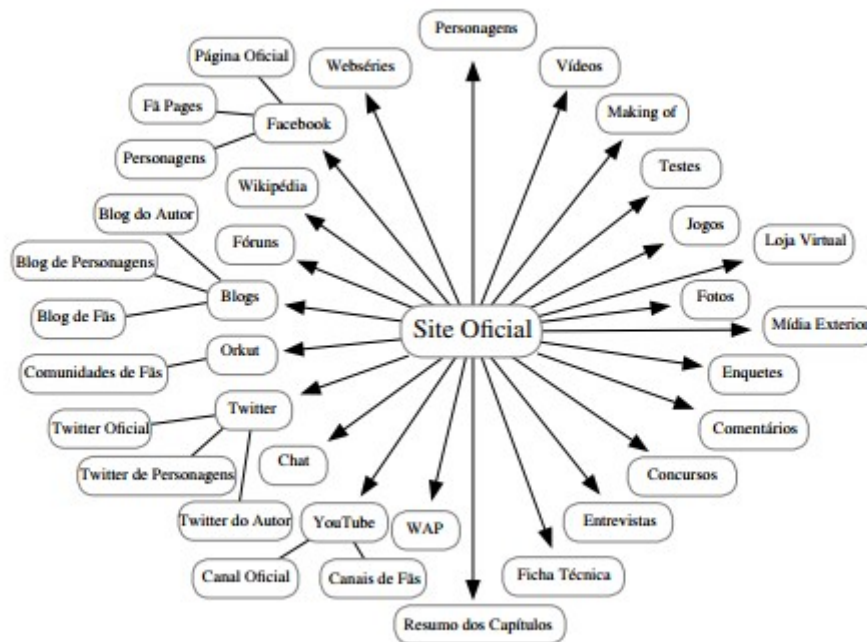
A soma dos esforços apreendidos pela equipe naquele estudo piloto demonstrou que *Passione* pôde ser considerada como um caso bem sucedido de interação entre os usuários de internet. Além disso, ao desvelar diferentes ações de transmidiação e de convergência midiática, o olhar sobre a obra reafirmou “tendências mostradas por muitos estudos sobre as redes sociais, ou seja, a emergência de uma cultura participativa com diversas modalidades de participação e a existência de uma audiência ativa e criativa representada por uma minoria em nada desprezível.” (LOPES *et al.*, 2011, p. 169).

Em 2012, a equipe brasileira elegeu como estudo de caso a telenovela *Cordel Encantado* (Globo, 2011) – que chamou atenção pelas características estéticas e temáticas diferenciadas para o horário de exibição da ficção (faixa das 19h). Essa novela abordou temas como direitos civis e sociais, diversidade regional e cultural, violência doméstica e cuidados na gestação. Fortes elementos da cultura popular do Nordeste brasileiro foram mixados aos folhetins do século XIX e à reprodução de temas e gêneros do discurso presentes na literatura de cordel. Além disso, parte do universo narrativo da telenovela teve continuidade no site de *Cordel Encantado*, que oferecia links para capítulos, perfis de personagens (que, por vezes, contavam com vídeos exclusivos dos atores), galerias de fotos e bastidores.

Mais uma vez, o olhar sobre as práticas dos fãs na internet – neste caso, no Facebook – reafirmou a grande movimentação que as ficções geravam nas redes sociais digitais. As comunidades mapeadas elucidaram estratégias interativas dos fãs que, a despeito da restrição das práticas no site oficial da obra, construíram seus próprios espaços de sentido e de agrupamento – onde a telenovela pôde ser compartilhada e comentada.

Abaixo, reproduzimos uma figura que contempla esse transbordamento de conteúdos transmidiáticos que marcaram a oferta das ficções nos países do Obitel no ano de 2011 – e que apontavam para a centralidade dos sites oficiais:

Figura 7 - Resumo da oferta transmidiática do top ten dos países Obitel em 2011



Fonte: Lopes e Gómez (2012).

Em 2013, a recepção transmidiática foi observada no país a partir do fenômeno *Avenida Brasil* (Globo, 2012) – recorde de engajamento e interações nas redes sociais digitais. A obra conseguiu uma, até então inusitada, conexão com seu público por meio do Twitter, o que fez com que, em suas últimas transmissões, a *hashtag* #AvenidaBrasil figurasse como uma das mais replicadas a nível mundial – indicando que a interação do público nas redes sociais da web ocorria em paralelo ao momento de sua transmissão. Olhar para esse caso específico deixou evidente a aposta da Globo “em gerar não apenas uma estratégia multiplataforma, mas uma interatividade em tempo real com os fãs de suas novelas por meio de plataformas como o YouTube” (LOPES & GÓMEZ, 2013, p. 64).

Escolhida, portanto, por marcar a história da televisão brasileira no que toca aos índices de engajamento da audiência com uma trama do horário nobre, o olhar sobre a recepção transmídia de *Avenida Brasil* apontou para diferentes níveis de interatividade e de práticas – compartilhamentos, fotomensagens, comentários, discussões, críticas, paródias, *remixes*, entre outras, do público nas redes sociais da internet. Outro destaque foram os aplicativos desenvolvidos pelos produtores e apropriados intensamente pelo público – o mais famoso deles foi “Congele seu Avatar”, que permitia o congelamento de fotos no perfil do Facebook. Desta forma, de ações da Globo às práticas de fãs, a telenovela foi marcada por diversas operações transmídia, que engajaram fãs, atores, produtores e agentes culturais e acenderam para a importância do olhar para tais práticas – inicialmente vistas como marginais, mas que se promoveram como elementos-chave para os novos hábitos de consumo de conteúdos ficcionais televisivos.

O Anuário Obitel de 2014 destacou as mudanças nas estratégias da Globo na divulgação de suas ficções no Facebook e nos perfis oficiais da emissora (@rede_globo.com e @Gshow). No lugar de inúmeras *fanpages*, a emissora concentrou o conteúdo de suas novelas em uma única *fanpage*, a Gshow. O estudo de caso eleito foi *Amor à Vida* (Globo, 2013), que gerou grande volume de comentários e interações no Facebook e no Twitter. Neste último, a popularização do uso de *hashtags* como estratégia mercantil dos produtores de telenovela reverberou na discussão de práticas e condutas homofóbicas presentes na sociedade. Na última semana de exibição da obra, a *hashtag* #amoravida alcançou cerca de 151 mil menções no Twitter, tendo como destaque a campanha dos internautas a favor do beijo gay entre Felix e Niko (#BeijaFelixeNiko). No último dia de exibição da telenovela, a *hashtag* acumulou 57 mil hits no Twitter. O destaque do ano foi a *fanpage* *Félix Bicha Má*, criada por um fã no Facebook no dia seguinte à estreia da telenovela. Até o final de 2013, a página acumulou mais de dois milhões e meio de fãs de telenovela. Abaixo, replicamos o *post* com maior índice de engajamento (I.E) da *fanpage*, que somou mais de 147 mil curtidas e 126 mil compartilhamentos. Nele, a mescla de humor e sarcasmo de Félix revela os preconceitos latentes na sociedade brasileira.

Figura 8 - Post com maior I.E



Fonte: Lopes *et al.* (2014).

No ano de comemoração dos dez anos de existência da Rede Obitel, o Anuário de 2015 optou por contemplar a recepção transmídia⁴² de duas obras: *Malhação* (Globo, 2014) e *Império* (Globo, 2014), ambas a partir do Twitter. Dessa forma, foi possível à equipe mesclar uma ficção com alto índice de audiência no horário nobre com uma com grande repercussão junto aos adolescentes na internet. O termômetro foi o envolvimento dos fãs nas práticas de *shipping* – nova forma de relacionamento do público com seus personagens ficcionais – algo que colocou *Malhação* e *Império* em destaque na recepção transmídia brasileira naquele ano. No caso desta última, a prática do *shipping* do casal Marta e José Alfredo (*#malfred*) por parte dos fãs contestou o desenvolvimento da trama, que apresentava Marta como a antagonista que maquinava contra o casal José Alfredo e Maria Ísis (*#alfredisis*). Esta prática estimulou a dialogia entre a produção e suas audiências. Além do Twitter, o YouTube e o Instagram também reverberavam práticas de *shipping* dos casais analisados.

Também o Twitter foi a plataforma escolhida para a análise da recepção transmídia da equipe do Brasil em 2016. Diante a mobilização entre ficção e audiências naquele ambiente

⁴² A partir daí, a rede Obitel adotou a nomenclatura recepção transmídia no lugar de recepção transmidiática – algo já adotado pela equipe do Brasil no ano anterior.

por meio e memes, *fanfics*, *remixes* e, sobretudo, *hashtags*, que colocou a ficção televisiva entre os assuntos mais discutidos no Twitter, o foco recaiu sobre os conteúdos gerados por usuários (CGUs) das telenovelas *Império* (Globo, 2014) e *Verdades Secretas* (Globo, 2015), que se destacaram as ficções mais comentadas no Twitter em 2015. De modo geral, olhar sobre tais conteúdos permitiu elucidar um cenário de mudanças, em que não somente as estratégias da produção pautam as interações nas redes. Observou-se um movimento mais acentuado vindo dos fãs.

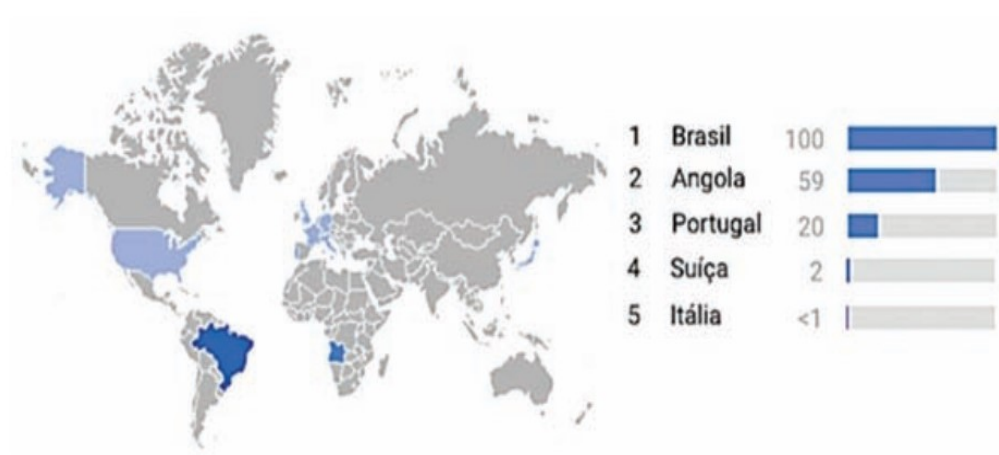
O Anuário de 2017, por sua vez, trouxe à baila a discussão sobre o desenvolvimento e consolidação de ações transmídias cada vez mais sofisticadas por parte das emissoras. Sobressaíram-se os *spin-offs* – isto é, extensões da narrativa em outra plataforma que contemplam pormenores não abordados na trama principal – das telenovelas *Totalmente Demais*, *Haja Coração* e *Liberdade, Liberdade* – todas produzidas pela Globo (2016). Outro destaque do ano foi a série *Supermax* (Globo, 2016), primeira série de terror da emissora, cuja estratégia transmídia envolveu a criação de um *game*, desenvolvido exclusivamente por estudantes e que teve mais de 400 mil downloads. A cada episódio, novos níveis eram desbloqueados, o que motivou a interatividade do público da televisão para o celular e vice-versa. *Supermax* se mostrou, assim, como um bom exemplo de tendência emergente na ficção televisiva. Isso porque a ficção foi planejada para diferentes plataformas e apresentou ações transmídias coordenadas – que abarcaram *games*, concursos, aplicativos e redes sociais digitais. Nesse cenário, ficou evidente o envolvimento do público no Twitter, que se viu impelido a prestar mais atenção na narrativa, marcada por sequência veloz de acontecimentos. Não sem motivo, o desfecho da série figurou nos *trending topics* mundiais.

No ano seguinte, o Anuário de 2018 seguiu apontando as estratégias multiplataformas de diferentes ordens das emissoras – que abarcaram desde a adoção de técnicas de *binge watching* (assistência contínua), como no caso da Netflix, até a criação, por parte da Globo, de uma ação transmídia entre a série *Dois Irmãos* com o e-book *Assista a Esse Livro*, que dava acesso a trechos de vídeos para consulta no Kindle. Já no que toca às redes, o destaque foi a telenovela *A Força do Querer* (Globo, 2017) que, em função do caráter social e polêmico dos temas abordados⁴³, consolidou-se como a ficção televisiva com maior repercussão no Twitter em 2017, registrando mais de 800 milhões de impressões por meio de 6 milhões de *tweets* – o que fez dessa rede o principal meio de diálogo entre a televisão aberta e sua audiência.

⁴³ No caso, identidade transgênero, sereísmo e tráfico de drogas.

Por sua alta repercussão, o último capítulo de *A Força do Querer* no Twitter figurou oito vezes nos *trending topics* mundiais (assuntos tendência na plataforma). Em termos de impacto, isso significou um crescimento de 66% no total de menções em relação aos últimos seis capítulos da bem-sucedida *Avenida Brasil*. O fenômeno da telenovela na internet foi tamanho que seus assuntos se espalharam para outros países. Abaixo, gráfico com os países que mais demonstraram interesse na obra:

Gráfico 1 - Países que mais procuraram por *A Força do Querer* na internet em 2017



Fonte: Lopes *et al.* (2018), com base no Google Trends.

Em 2019, em função de mudanças no protocolo metodológico do Obitel, o tópico Recepção transmídia foi substituído por Análise das ficções: TV aberta, VoD e expressões transmídia em redes. Nesse novo contexto, o observatório abordou expressões transmídia nas redes a partir de ficções da TV aberta, de canais pagos, e do VoD. Chamou atenção a estratégia do Canal Viva, focado em reprises da Globo, em concentrar todo o seu conteúdo nas redes sociais digitais (Instagram, Facebook, Twitter e YouTube) – o que impulsionou a maior interação do público com as tramas. Além disso, a telenovela *Segundo Sol* foi destaque em impressões no Twitter – somando aproximadamente quatro milhões de *tweets* e mais de 646 milhões de impressões.

Insumo para as conversações em rede são as temáticas sociais abordadas pela ficção. No caso de *Segundo Sol*, temas como machismo, preconceito religioso, homofobia e racismo foram destaque nas postagens. Uma cena que reforçava estereótipos contra as religiões de matriz afrodescendente foi motivo de protesto nas redes por parte de grupos ligados ao Candomblé e à Umbanda. E a falta de representatividade negra em uma obra, cuja trama principal se passava na Bahia, chegou a mobilizar denúncias pelo movimento negro.

Em 2020, o Anuário destacou a importância das expressões transmídia em serviços de *streaming* tanto de música, de vídeos e de *podcasts*. Destaque para a Netflix, conhecida por seu engajamento em suas redes oficiais – Twitter, Instagram e YouTube, com vídeos exclusivos para o público brasileiro e, no âmbito da TV aberta, para a Globo, que ano a ano vem amadurecendo suas estratégias nas redes a partir de ações em diferentes dispositivos – Gshow, Twitter, Facebook e Instagram. Segundo dados da Kantar Ibope Media, nove das dez ficções mais comentadas no país em 2019 eram telenovelas. *A Dona do Pedaço* (Globo, 2019) se sobressaiu ao contabilizar 487 milhões de impressões no Twitter, ultrapassando a última temporada de *Game of Thrones* (HBO). Entre as ações transmídia da telenovela, esteve a já mencionada personagem Vivi Guedes, que expandiu o universo narrativo da trama para o espaço das mídias sociais por meio do Instagram @estiloviviguedes, intensificando a experiência da narrativa ao permitir aos fãs acesso a conteúdos exclusivos – como ensaios fotográficos da personagem, dicas de moda e maquiagem e ações de merchandising.

Mais recentemente, o Anuário de 2021 apontou para os modos como o *streaming* repercutiu no processo de recepção em ano de Covid-19. Não passaram despercebidos alguns aspectos multidimensionais da participação das audiências nos meios digitais, entre os quais, a expansão digital, a interatividade social e a produção de ficções ao longo do ano de 2020. Especificamente no que toca às formas de participação e interatividade das audiências, chamou atenção o fato de que o telespectador brasileiro manteve seu hábito de uso das mídias sociais como segunda tela na recepção de conteúdos televisivos. Entre as 10 ficções mais comentadas no Twitter, por exemplo, 60% foram comentários relativos à telenovela e 40% dizem respeito a séries da Netflix – algo que reflete o mercado nacional.

Nesse cenário, a reprise de *A Força do Querer*, que figurou como quarta ficção mais vista no ano, foi a obra que mais gerou *tweets* por minuto ao longo de 2020 – foram 1171 no dia 21 de setembro. Também o compartilhamento de memes correspondeu à boa parte das postagens, o que permitiu identificar e quantificar – a partir do tom jocoso e satírico característico desse formato narrativo “conteúdos gerados pelo usuário” (CGU) – a participação do público diante as narrativas. Outro destaque no ano foram as produções de *fanfictions* pelo público de *Malhação- Viva a Diferença*, que somou mais de 300 histórias no site *Spiritfanfiction.com* – sendo a maior parte dessas narrativas dedicada ao casal lésbico Lica e Samantha. As demandas por representatividade LGBTQIA+ na televisão reverberaram também em produções independentes disponibilizadas principalmente no YouTube. Entre as webséries lançadas em 2020 com a temática estão *Esconderijo*, *The Stripper*, *Contos Latentes*, *Madu*, *Magenta* e *Ellas*.

Diante desse cenário de efervescência do digital, que aponta para inúmeras possibilidades de explorações futuras, o Obitel vem demonstrando sua posição privilegiada no monitoramento e na análise de práticas de assistência de ficção plurais e emergentes no contexto ibero-americano.

2.4 Estudos de recepção nos Programas de Pós-Graduação (2010-2015)⁴⁴

Pensar a pesquisa em recepção por meio de mapas, sejam eles teóricos ou a partir da análise de pesquisas empíricas, é um esforço que já há mais de duas décadas vem sendo feito no campo da Comunicação e não nos seria possível dar conta de todo o debate. Para fins de apresentar um quadro mais geral dos estudos de recepção no atual cenário de efervescências e intensas mudanças, que abrem caminho para uma nova agenda de pesquisa de tais estudos (JACKS, 2015) – reuniremos aqui algumas discussões acerca do estado da arte das pesquisas de recepção e consumo midiático realizadas nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (PPGC) no país, tendo como recorte temporal o período que vai de 2010 a 2015. Este universo é composto por 106 estudos de recepção e 71 de consumo midiático⁴⁵ que foram classificados em quatro categorias: meios (televisão e internet), gêneros (telenovela, Jornalismo, Publicidade), perspectiva (identidade) e abordagens teóricas (*sociocultural*⁴⁶, *sociodiscursiva*⁴⁷ e *comportamental*⁴⁸). O levantamento joga luz sobre um horizonte amplo, em que cruzamentos e possíveis diálogos adensam ainda mais este pequeno, porém complexo,

⁴⁴ Ao longo do tópico 2.4 e de seus subtópicos, nossos debates e interpretações terão como base o livro Meios e Audiências III: Reconfigurações dos estudos de recepção e consumo midiático no Brasil (JACKS *et al.* 2017). Por isso, assim como fizemos no tópico do Obitel, optamos por suprimir essa fonte das discussões para evitar repetições no texto corrido – salvo exceção em citações diretas. Autores complementares usados serão nomeados de modo convencional.

⁴⁵ No último volume, foi adotada a diferenciação entre recepção e consumo midiático. Segundo Jacks *et al.* (2017), estudos classificados como consumo midiático analisam a relação mais ampla com os meios. Já os que tratam da relação mais estreita (com programas, veículos, gêneros midiáticos e conteúdos específicos) foram classificados como estudos de recepção, “pois referem-se às pesquisas que buscam a interpretação, a produção de sentido em relação a algum tipo de conteúdo produzido pelos meios” (JACKS *et al.*, 2017, p. 15).

⁴⁶ Este tipo de abordagem abarca uma visão ampla e multifacetada do processo de recepção dos conteúdos produzidos pela mídia, uma vez que, seja ponto de vista teórico ou empírico, busca problematizar as múltiplas relações sociais e culturais que fazem parte desse processo (ESCOSTEGUY, 2004 *apud* SCHMITZ *et al.*, 2015).

⁴⁷ Aquela que se dedica à análise do discurso dos sujeitos, emanados tanto pela mídia como por suas audiências. Entre os enfoques teórico-metodológicos, inclui-se: análise do discurso, análise de conteúdo, semiótica, linguística, retórica, teoria das representações sociais, entre outros (SCHMITZ *et al.*, 2015).

⁴⁸ Busca entender os diferentes impactos causados pelos meios de comunicação. Este tipo de abordagem parte do pressuposto de que o conteúdo midiático é um estímulo que produz diferentes reações nas audiências (SCHMITZ *et al.*, 2015).

universo. Para fins desta tese, nosso recorte será feito sobre os estudos de televisão, internet e telenovela.

2.4.1 Recepção televisiva

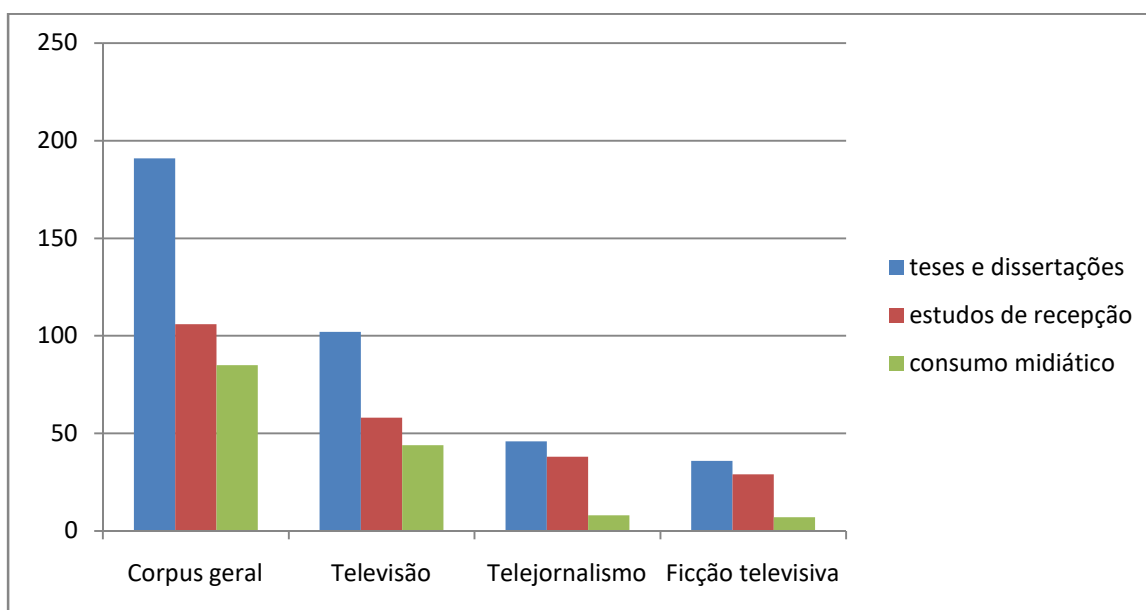
Ao longo de quase 20 anos, a recepção televisiva foi o objeto comunicacional mais estudado nos estudos de recepção, com pesquisas sobre telenovela, internet, jornalismo, publicidade, identidades. Segundo conta no último volume publicado, um panorama comparativo com os dois volumes anteriores⁴⁹ aponta para uma consolidação dos estudos de recepção televisiva, que tem tido um crescimento exponencial⁵⁰. No período entre 2010-2015, esse cenário se manteve. A televisão permaneceu como o meio mais estudado nos estudos de recepção e consumo midiático da Pós-Graduação brasileira. Dos 106 estudos classificados no livro como de recepção, 102 elegeram como objeto de estudo a televisão, sendo 58 estudos televisivos de recepção e 44 de consumo midiático televisivo. De um modo geral, os dados apresentados nesse livro revelaram que, em termos quantitativos, a produção de pesquisas sobre consumo midiático e recepção televisiva foi praticamente a mesma da década anterior. Seja como for, fato é que, de 2010 a 2015⁵¹, as formas de estudar televisão pela perspectiva da recepção e do consumo midiático foram reconfiguradas em função das mudanças nas práticas de fruição do televisivo, que têm demandado novos arranjos metodológicos. Em grande parte das pesquisas, o que se observa é um direcionamento cada vez maior para o cenário da convergência midiática e da integração da televisão com conteúdos multiplataformas. Neste contexto, os destaques são os estudos de Jornalismo (46 trabalhos) e Ficção seriada (36) que, juntos, somaram 82 pesquisas, isto é, 80,39% das pesquisas sobre televisão.

⁴⁹ Cf. Jacks, Menezes e Piedras (2008); Jacks *et al.* (2014).

⁵⁰ Ao todo, foram 22 trabalhos produzidos entre 1990-1999, 111 entre 2000-2009 e 102 entre 2010-2015.

⁵¹ A redução do intervalo analisado para cinco anos, em comparação com os demais livros (10 anos) ocorreu em função do aumento da produção da área, fruto do crescimento do número de programas de pós-graduação no último decênio (JACKS *et al.*, 2017).

Gráfico 2 - Panorama dos estudos televisivos (2010-2015)



Fonte: Jacks *et al.* (2017). Elaborado pela autora (2022).

A despeito dos novos ambientes de pesquisa com os quais a recepção televisiva tem se deparado, o desenho metodológico permaneceu como uma grave questão para parte destas pesquisas, ainda marcadas pela comum deficiência de suas reflexões. Neste sentido, assim como aconteceu na década de 1990 e de 2000, a superficialidade na apresentação dos sujeitos, as escolhas não justificadas e a não consideração das experiências dos grupos como contexto nas análises foram fatores que permaneceram nos trabalhos defendidos entre 2010-2015.

Chamou atenção o fato de que, na maior parte destes trabalhos, a descrição dos públicos estudados e/ou das amostras de pesquisa apareceu de maneira vaga e superficial⁵², evidenciando problemas de ordem metodológica. Ainda que nos levantamentos mais atuais tenha se notado um maior cuidado dos autores em relação à explicitação da condução da pesquisa, é ainda problemática a apresentação resumida da metodologia apenas em partes do trabalho (geralmente na introdução ou no capítulo de análise) ou em alguns casos, a completa falta de explicação do escopo metodológico adotado.

De uma perspectiva temporal, o olhar integrado para os trabalhos que trataram de consumo e recepção televisiva no período entre 2010-2015 permitiu aos autores perceber avanços e limitações que se impõem a estas pesquisas. Entre os achados, ficou evidente a

⁵² Das 13 pesquisas com abordagem sociocultural, duas sequer explicitam dados sobre o público estudado, e outras três o fazem de modo insuficiente (JACKS *et al.*, 2017).

ampla contribuição da Teoria das Mediações (JMB, 2009) que, desde a década de 1990 tem sido a proposição teórica mais utilizada. Ainda assim, no âmbito das pesquisas que o têm como um dos autores principais permaneceu um acentuado uso do mapa de 1987, o mesmo usado ao longo das décadas de 1990 e 2000. Em nenhum dos cinco trabalhos analisados entre 2010-2015 ficou evidenciado o uso do “novo” mapa das mediações – o das *mediações comunicativas da cultura* – que data do final da década de 1990. Neste sentido, é possível concluir que o “novo” destas pesquisas residiu no espraiamento dos estudos de televisão para ambientes digitais.

Outro achado do levantamento foi o fato de que, entre as teses e dissertações sobre consumo e recepção televisivos no cenário da convergência, os métodos adotados se distanciaram dos estudos de recepção tradicionais, que são geralmente orientados a partir de observações de cunho etnográfico e entrevistas. Como resultado, nessas investigações – que geralmente partem de abordagem sociodiscursiva – os procedimentos mais comuns de observação *online* foram a etnografia virtual, a netnografia e a análise de redes sociais digitais:

Pelo que se pôde observar, os resultados, nesses trabalhos, advêm geralmente de análises de conteúdo e do discurso. Nesses, pouco há espaço para realização de procedimentos que envolvam o contato direto com os receptores. Identificamos poucos trabalhos nos quais foram realizadas entrevistas (Cardoso, 2010; Antonacci, 2013; Pieniz, 2013) e discussão em grupo (Cardoso, 2010; Antonacci, 2013). Nesses casos, os procedimentos foram viabilizados por meio de contatos *off-line*, dos pesquisadores com os receptores (JACKS *et al.*, 2017, p. 54).

Vistas em seu conjunto, a análise crítica dessas pesquisas aponta para a atual necessidade de se desenvolver abordagens que acompanham essa nova fase da televisão, que deixa de ser um meio de transmissão e agora viaja por linhas telefônicas, cabos de fibra ótica e redes sem fio (LOPES & LEMOS, 2019). Afinal, o novo alcance que os telespectadores têm de conteúdos da televisão por meio de aplicativos, diferentes telas e mídia *players* de todos os tipos, não apenas criou novos ambientes – ainda não muito familiares – como fez emergir desafios que vão desde técnicas de *know how* a novas epistemologias dos objetos comunicacionais na internet. Diante deste cenário de demanda por novos arranjos teórico-metodológicos, mister se faz ao pesquisador assumir os desafios trazidos por esse novo momento, “mas sem abrir mão do rigor teórico-metodológico que os estudos de recepção e de consumo midiático consolidaram nos últimos anos” (JACKS *et al.*, 2017, p. 55).

2.4.2 Os estudos sobre internet

Os estudos de recepção na internet tiveram suas bases lançadas nos anos 2000, momento em que as pesquisas relacionadas aos meios tradicionais – como rádio e televisão – se sedimentaram. Sintomático da popularização de *sites* institucionais e das redes sociais digitais, já naquele momento, as pesquisas apontavam para o cenário de trânsito das audiências, que coloca em evidência a mediação estrutural da tecnicidade. Nessa primeira década, foram produzidas 31 pesquisas relacionadas à internet, sendo 26 dissertações e cinco teses (SCHMITZ *et al.*, 2015).

De 2010 a 2015, contudo, houve um aumento exponencial tanto no número (235 pesquisas⁵³) como na complexidade e diversidade de objetos de pesquisa que envolvem os sujeitos e a internet. Tal mudança de cenário mostrou novas perspectivas teórico-metodológicas e também empíricas que começaram a emergir nos trabalhos desenvolvidos no âmbito da Pós-Graduação em Comunicação, fazendo com que a própria forma de classificação do *corpus* analisado e a organização dos dados fosse reorganizada em relação à pesquisa anterior sobre a primeira década dos anos 2000. Afinal, se na década anterior, era perceptível a existência de dois grupos bem distintos – os que apenas tratavam de internet e os que analisavam a convergência – atualmente os autores consideram que esta classificação já não é suficiente.

Em relação aos procedimentos metodológicos, 23 pesquisas apresentaram uma abordagem qualitativa, 16 uma abordagem multimetodológica, que mesclou procedimentos quantitativos e qualitativos, e duas uma abordagem especificamente quantitativa. Por sua vez, a considerável presença de procedimentos quantitativos se deu em função do volume de comentários usados na tentativa de apreender os rastros dos usuários na web, algo comum nos trabalhos que envolvem internet.

No âmbito do embasamento teórico mais utilizado, destaque para estudiosos da questão da convergência e da comunicação digital, tais como Henry Jenkins, Manuel Castells e Pierre Lévy, a nível internacional, e André Lemos, Adriana Braga, Raquel Recuero e Lucia Santaella, a nível nacional. Sobressaíram-se, ainda, pesquisadores de referência para os estudos culturais e os estudos de recepção, como Jesús Martín-Barbero, Nestór García

⁵³ Das quais, 131 delas são sobre usos e competências nas plataformas; 52 sobre conversações na rede; 41 sobre convergência midiática e 11 feitas exclusivamente na internet. Deste universo, 39 são teses e 196 dissertações, produzidas no âmbito de 33 diferentes universidades do Brasil.

Canclini, Guillermo Orozco Gómez, Stuart Hall e, no caso brasileiro, Maria Immacolata Vassallo de Lopes. No entendimento dos autores:

Os trabalhos aqui citados evidenciam a tentativa do campo em apreender os fenômenos comunicacionais que estão ocorrendo nos espaços digitais. Tanto na perspectiva da recepção quanto na do consumo, importa atentar para a necessidade de utilização de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas para dar conta da complexidade dos objetos analisados. Diferentes meios de comunicação em convergência com a internet são uma tendência nos estudos da área (JACKS *et al.*, 2017, 2017, p. 30).

Um grande desafio encontrado nestas pesquisas foi a identificação dos principais conceitos trabalhados, haja vista a pluralidade de temas tratados. Apesar disso, foi possível mapear o interesse de base por questões como o funcionamento das redes sociais digitais, a comunicação na era digital, a cibercultura e a convergência midiática, bem como por temas como política (17), cultura (13), religião (6), identidade (4) e moda (4). Em termos teóricos, os conceitos mais recorrentes nestes estudos foram respectivamente: redes sociais na internet (45), cibercultura (40), ciberespaço (27), mídias digitais (26), interação (25), ciberativismo (20) e mediações (18). Além deles, conceitos como cibernética, *blogs*, dispositivos e convergência também apareceram, porém com menor recorrência se comparado aos demais temas.

No topo dos procedimentos metodológicos, a observação participante foi a técnica mais utilizada para a obtenção de dados empíricos (22 pesquisas), seguida por aplicação de questionário (18 trabalhos), análise de conteúdo (11 estudos) e observação não participante (7 pesquisas). Outras técnicas – como análise de *posts*, análise de redes, análise de comentários e análise de audiovisual – também foram utilizadas, porém em menor recorrência.

De modo geral, olhar para esse universo de 235 pesquisas permitiu aos autores mapear tendências semelhantes, tanto na utilização de um referencial comum como no uso de certos procedimentos metodológicos. Em termos dos autores mais utilizados estão Manuel Castells, Pierre Lévy e Henry Jenkins, no cenário internacional; André Lemos, Raquel Recuero e Alex Primo, no contexto nacional. Cabe ainda ressaltar a importância de Jesús Martín-Barbero, Guillermo Orozco Gómez e Néstor García Canclini para estudos de consumo midiático e de recepção na internet.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, a ênfase recaiu na combinação de métodos qualitativos e quantitativos, em especial com a utilização de questionários, entrevistas, observação e análise de conteúdo, que se destacou pela grande quantidade de

trabalhos que têm como objeto empírico os diversos tipos de postagens na internet. Isso porque a possibilidade de coleta de dados dos sujeitos materializados em *posts* e comentários na internet requer procedimentos capazes de apreender os discursos e os conteúdos presentes no texto. Também a netnografia foi muito citada como uma tentativa de aplicação das bases da etnografia no ambiente *online*:

Dentro disso, o cuidado com a escolha e o detalhamento teórico-metodológico é o mais importante, pois é onde os trabalhos podem fazer o campo avançar. Isso implica a reflexão quanto à coerência metodológica e o refinamento dos conceitos usados para nomear os espaços analisados, como mídias sociais, *sites* de redes sociais digitais, espaços de comunicação virtual, etc. (JACKS *et al.*, 2017, p. 30).

Somado a isso, o desafio epistemológico da reflexão sobre os níveis de institucionalização existentes nos espaços midiáticos, o grande volume de dados gerados na interação das pessoas com a internet, a complexidade das temáticas que emergem das tentativas de se apreender acerca do atual trânsito de sujeitos nos papéis de emissor, receptor e interagente, são apenas alguns dos fatores que instigam a reflexão sobre os atuais desafios dos estudos de recepção na contemporaneidade, “campo em que as fronteiras a serem apreendidas são cada vez mais tênues” (JACKS *et al.*, 2017, p. 40).

2.4.3 Recepção de telenovela e sua atual agenda metodológica

Ao longo das últimas décadas, a pesquisa *stricto sensu* do campo da Comunicação tem se voltado à recepção e consumo de ficção televisiva, em especial de telenovela que, bem ou mal sucedida em termos de audiência, continua despertando o interesse das audiências e, como consequência, da pesquisa acadêmica.

Inicialmente, os estudos de recepção de telenovela desenvolvidos na década de 1990 tiveram algumas características comuns, tais como o uso da Teoria das Mediações, a compreensão do processo comunicativo como horizontal⁵⁴, a concepção de um receptor capaz de negociar, interpretar e reelaborar as mensagens dos meios, a predominância da abordagem sociocultural em detrimento à perspectiva comportamental e a originalidade de seus temas e abordagens metodológicas. Ainda assim, de forma genérica, os trabalhos dessa década foram marcados por suas limitações metodológicas, dentre as quais destacam-se amostras mal construídas ou mal explicitadas e procedimentos e técnicas pouco problematizadas. A

⁵⁴ Ou seja, entendendo que não há um emissor onipresente em oposição a um receptor passivo.

passagem da década de 1990 para a primeira metade dos anos 2000 apontou para um movimento de transformações no interior das pesquisas em telenovela (SILVA & JACKS, 2009), que acabou consolidando a abordagem sociocultural. O foco na mensagem foi paulatinamente perdendo espaço para trabalhos que abordavam questões relativas à identidade nacional e étnica (racial, indígena e de imigrantes), à religião, ao amor romântico, a temas de cunho social, ao contexto rural e à homossexualidade. Deste deslocamento, questões relativas à identidade e gênero têm ganhado espaço nos estudos de recepção contemporâneos.

De 2010 a 2015, a produção de estudos de recepção e consumo midiático de ficção televisiva⁵⁵ somou 36 pesquisas, sendo 29 categorizados como estudos de recepção, e sete, como consumo midiático. Entre os estudos de recepção, 22 apresentaram abordagem sociocultural, e sete, sociodiscursiva. Já entre os estudos de consumo midiático, três foram classificados na abordagem sociocultural e quatro, na sociodiscursiva. Destaque para os estudos de telenovela, que somaram 30 pesquisas⁵⁶, sendo 24 estudos de recepção e seis de consumo midiático⁵⁷.

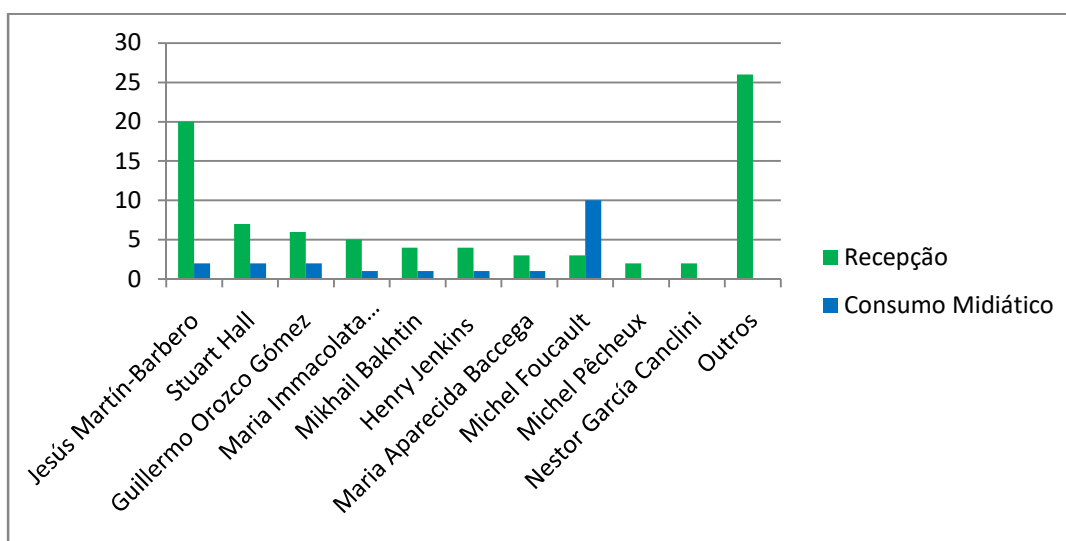
Em relação às perspectivas teóricas, metodológicas e empíricas adotadas pelas pesquisas no sexênio 2010-2015, Martín-Barbero, García Canclini e Orozco Gómez mantiveram-se no topo dos autores mais citados, tanto no que tange aos estudos de recepção, como nos de consumo midiático, como se pode observar no gráfico a seguir. Chamou atenção o fato de que, ao contrário do que se observou na década anterior, houve maior incorporação de pesquisadores brasileiros, assim como referências femininas, principalmente nos estudos de recepção.

⁵⁵ Ao contrário dos mapeamentos anteriores, neste volume optou-se por expandir o debate para além da telenovela. Para tanto, foram incorporados nas discussões diversos formatos da ficção televisiva, que vão da *soap opera* à animação, passando por séries e minisséries.

⁵⁶ As demais seis pesquisas distribuíram-se entre séries (2), infantil (2), minissérie (1) e Soap Opera (1).

⁵⁷ Válido ressaltar que dos sete estudos de consumo midiático mapeados no sexênio, seis deles se concentraram no estudo de telenovela.

Gráfico 3 - Autores mais citados ficção televisiva (2010-2015)



Fonte: Jacks *et al.* (2017). Elaborado pela autora (2022).

A predominância de Martín-Barbero entre os estudos de recepção (20 trabalhos) e consumo midiático (2 trabalhos) é fruto de sua inegável contribuição para os estudos de recepção latino-americanos. Apesar disso, se por um lado, a influência do pensamento desse autor aponta para o enfraquecimento dos pressupostos teóricos da sociologia funcionalista norte-americana, vertente muito utilizada no Brasil, por outro, a *aplicação instrumental* das proposições teórico-metodológicas do intelectual é algo que precisa ser repensado. Afinal, o *esgotamento* dos desenhos metodológicos no âmbito das pesquisas de recepção tem limitado estas pesquisas à constatação da capacidade interpretativa das audiências. Como destacam:

Outro aspecto crítico relacionado às estratégias metodológicas desenvolvidas pelos pesquisadores de recepção latino-americanos diz respeito a um certo uso reiterativo das mediações como modelo aplicativo que, ao conduzir a uma escassa inventividade metodológica nos estudos realizados, pouco vem colaborando para o avanço teórico e empírico das pesquisas de recepção realizadas na América Latina nas últimas décadas [...] (JACKS *et al.*, 2017, 2017, p. 120).

Além de Martín-Barbero, outros autores bastante utilizados foram Stuart Hall (sete trabalhos de recepção), Orozco Gómez (seis trabalhos de recepção e dois de consumo) e García Canclini (dois trabalhos de recepção). Juntos, eles formam o que as autoras entendem

como o “grupo⁵⁸” dos representantes dos estudos de recepção latino-americanos, sendo que, nesta lógica, Stuart Hall representaria os estudos culturais britânicos, cuja influência de Gramsci o aproximaria do trio latino.

Já no âmbito dos autores nacionais, destaque para Maria Immacolata Vassallo de Lopes, autora principal de cinco estudos de recepção e de dois de consumo midiático. A pesquisadora é referência tanto nas temáticas de telenovela, como no que tange a questões relativas ao campo da Comunicação e à metodologia. Além dela, Maria Aparecida Baccega, citada em três estudos de recepção e um de consumo midiático, se destacou no que tange à temática da recepção, ficção, linguagens e discursos.

Cabe ressaltar que o “grupo” composto por Mikhail Bakhtin (quatro estudos de recepção e um de consumo), Michel Foucault (três estudos de recepção e um de consumo) e Michel Pêcheux (dois estudos de recepção) diz respeito aos trabalhos que se dedicam a estudar o discurso e os enunciados. Já Jenkins (com quatro trabalhos de recepção e um de consumo) aponta para estudos que abordam a convergência da mídia.

Por fim, o grupo denominado “outros” agrega autores que foram citados apenas uma vez no conjunto dos trabalhos analisados, entre os quais estão Esther Hamburger, Ana Carolina Escosteguy, Isabel Orofino, Nilda Jacks, André Lemos, Veneza Ronsini, Raquel Paiva, Roberto DaMatta, Janice Caiafa, Jessé Souza, Patrícia Matos, Jiani Bonin, Lucia Rabelo e Helena Wendel Abramo.

No âmbito das temáticas, a preocupação com a identidade permaneceu como fenômeno mais estudado, contemplando oito das 29 pesquisas de recepção. Temas como identidade nacional, identidade étnica, feminina e familiar foram recorrentes nos estudos do período. Já o segundo fenômeno mais estudado foi o consumo (presente em cinco estudos de recepção e um de consumo midiático), seguido por representações sociais (quatro trabalhos de recepção) e relações de gênero (dois trabalhos de recepção e dois de consumo).

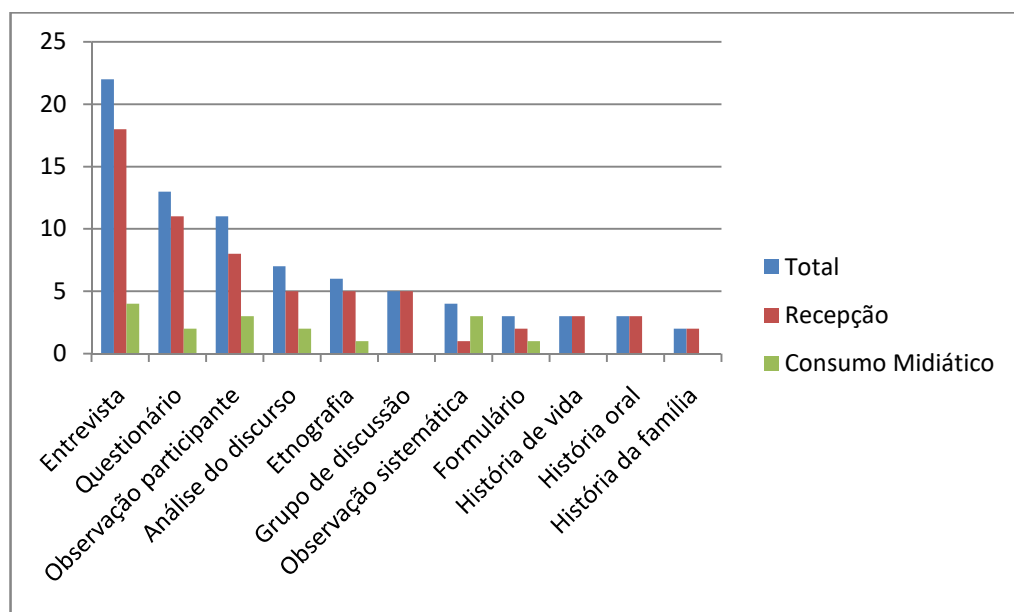
Em relação ao método, a maioria das pesquisas optou pelo uso de metodologia qualitativa (31 pesquisas), sendo que cinco optaram pela articulação entre metodologia qualitativa e quantitativa (destes, quatro são estudos de recepção e um de consumo midiático). De modo geral, a amostra nestes trabalhos é não probabilística e intencional. Do total 36

⁵⁸ Para fins de análise, Silva e Noll (2017) dividem os autores mais citados em cinco grupos: o primeiro é composto pelo “trio” latino-americano (Martín-Barbero, Orozco Gómez e García Canclini) mais Stuart Hall; o segundo é dedicado à autoria nacional; o terceiro é capitaneado por autores que se dedicam a pensar o discurso e os enunciados, o quarto diz respeito à convergência de mídia e o quinto, denominado “outros”.

pesquisas, apenas uma de consumo midiático⁵⁹ não apresentou a amostra estudada, e uma de recepção⁶⁰ optou pela amostra probabilística aleatória.

A combinação de técnicas foi fator evidenciado na maioria das pesquisas. Nelas, a entrevista foi a técnica mais utilizada (22 trabalhos, sendo 18 de recepção e quatro de consumo), seguida por questionário (13 trabalhos, sendo 11 de recepção e dois de consumo), observação participante (11 trabalhos, sendo oito de recepção e três de consumo), análise do discurso (sete trabalhos, dos quais cinco são de recepção e dois de consumo), etnografia⁶¹ (seis trabalhos, sendo cinco de recepção e um de consumo), grupo de discussão (cinco trabalhos de recepção), observação sistemática (quatro trabalhos, sendo um de recepção e três de consumo), formulário (três trabalhos, sendo dois de recepção e um de consumo), história de vida (três trabalhos de recepção), história oral (três trabalhos de recepção), e história de família (dois trabalhos de recepção).

Gráfico 4 - Principais técnicas nos estudos de ficção televisiva (2010-2015)



Fonte: Jacks *et al.* (2017). Elaborado pela autora (2022).

⁵⁹ Também entre os estudos de consumo midiático, dois apresentam a amostra de maneira precária (SILVA & NOLL, 2017).

⁶⁰ Já em relação aos estudos de recepção, apenas um não apresenta amostra e outra a apresenta de forma precária (SILVA & NOLL, 2017).

⁶¹ Cabe aqui ressaltar que, a despeito das categorizações encontradas nos estudos, não consideramos a etnografia uma técnica, mas um método. Desenvolveremos melhor este assunto adiante.

Com menor incidência, apareceram também outras técnicas, como diário de campo, grupo focal, observação direta e indireta, metodologia dos mundos possíveis, teoria dialógica, discussão em grupo, análise interpretativa, pesquisa-intervenção, análise da estrutura narrativa, grupo focal, pesquisa documental, estudo de caso, pesquisa exploratória, conversas informais e assistência da telenovela junto ao grupo pesquisado.

Vale ressaltar, ainda, que o aumento do uso de *sites* de redes sociais como *lócus* para os estudos de recepção tem criado uma demanda por técnicas que viabilizem pesquisas em tais ambientes, como o questionário *online*, a netnografia e a etnografia virtual. Neste cenário, chamou a atenção das autoras a ênfase que essas pesquisas têm dado à abordagem sociodiscursiva, algo evidenciado em sete dos 12 trabalhos sobre ficção televisiva na internet, como pode ser melhor observado no quadro abaixo:

Quadro 1 - Mídias digitais nos estudos de recepção e consumo midiático

Autor/ano	Abordagem	Título do trabalho
Freire, 2010	Sociocultural	<i>Telenovela e Identidade nacional no ciberespaço: explorações metodológicas da recepção internacional de Caminho das Índias em comunidades virtuais</i>
Jesus, 2013	Sociocultural	<i>Função educativa da telenovela brasileira: do merchandising social à ação socioeducativa em Salve Jorge (Facebook)</i>
Pieniz, 2013	Sociocultural	<i>A tecnicidade como mediação empírica: a reconfiguração da recepção de telenovela a partir do Twitter</i>
Desidério, 2013	Sociodiscursiva	<i>O discurso sobre a homossexualidade em Insensato Coração: ressonância nos comentários – fragmentos discursivos – de internautas em websites</i>
Karhawi, 2013	Sociodiscursiva	<i>Blog de personagem: discurso e dialogia na produção de sentidos entre internautas e personagem da minissérie Afinal, o que querem as mulheres?</i>
Ernesto, 2013	Sociodiscursiva	<i>Ver, lembrar e narrar: a conformação das memórias sobre a ditadura militar na recepção do audiovisual</i>

Estevão, 2013	Sociodiscursiva	<i>A telenovela e o diálogo on-line com o fandom</i>
Souza, 2014	Sociodiscursiva	<i>Blogs de personagens de telenovelas: convergências entre o real e o ficcional</i>
Noll, 2014	Sociocultural	<i>Comicidade e recepção: o riso de fãs de séries cômicas nacionais (Facebook)</i>
Drumond, 2014	Sociodiscursiva	<i>Entre espaços, uma novela: teletopias de uma #avenida em trânsito (Twitter)</i>
Florito, 2014	Sociocultural	<i>“Don’t tell me what I can’t do” – John Locke (Lost): a ascensão dos mediadores de ficção seriada televisiva</i>
Depexe, 2014	Sociodiscursiva	<i>Distinção em 140 caracteres: classe social, telenovela e Twitter</i>

Fonte: Jacks *et al.* (2017).

Além do forte indício da popularização da internet a partir dos anos 2000 e sua atual consolidação na década seguinte, os dados acima demonstram como a pesquisa virtual pode ser promissora, a despeito de suas vantagens e desvantagens em termos de escolha metodológica. Afinal, a internet trouxe à baila a possibilidade de acesso remoto a apresentações multimídias, vídeos e imagens – algo não admissível, por exemplo, nas habituais formas de aplicação de questionários.

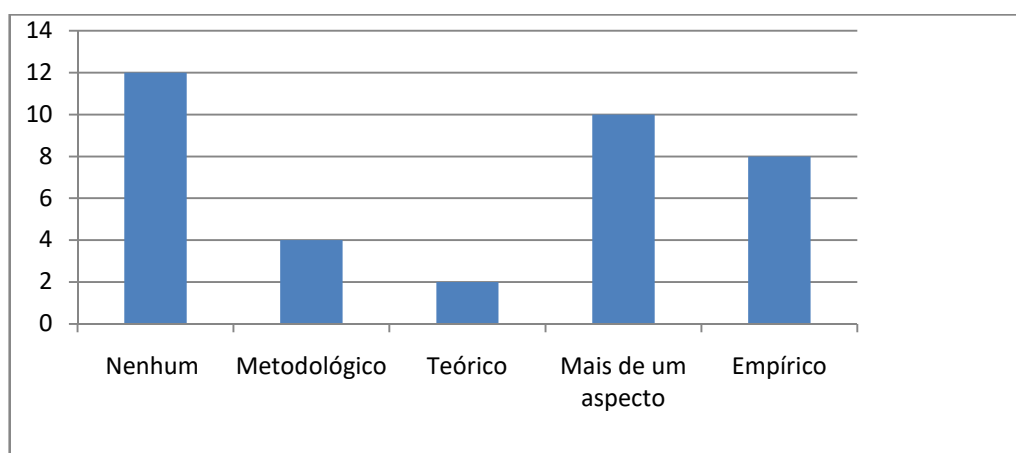
Por fim, em relação ao público estudado, os receptores foram denominados de formas distintas, como internautas (2), comunidades virtuais (1) e tuiteiros (1). A pesquisa com mulheres foi predominante tanto nos estudos de recepção (nove), quanto nos de consumo midiático (4), sendo seguida pelo estudo de homens (dois de recepção e três de consumo), família (quatro de recepção), jovens (três de recepção), público infantil (dois de recepção e um de consumo) e fãs (dois de recepção e um de consumo). Além deles, o público idoso, adulto e os grupos étnicos somaram dois estudos de recepção cada. Já adolescentes,

integrantes de comunidades LGBT⁶², heterossexuais a partir de 16 anos, pastores e fieis foram analisados cada qual em apenas um trabalho.

2.4.4 Limites e avanços das pesquisas em ficção televisiva (2010-2015)

Ao longo do sexênio 2010-2015, é possível observar avanços e limitações no âmbito das pesquisas sobre ficção televisiva. Em termos gerais, o volume destaca um amadurecimento no campo, sentido a partir do esforço dos pesquisadores em refletir sobre suas investigações. Segundo observam, dos 36 trabalhos analisados, 23 deles apresentaram algum tipo de avanço (empírico, teórico, técnico e/ou metodológico). Além disso, 10 trabalhos avançaram em mais de um aspecto; oito avançaram no âmbito empírico, quatro no aspecto metodológico e dois em questões teóricas. Apesar disso, 12 investigações não trouxeram nenhum avanço específico os estudos de recepção e de consumo.

Gráfico 5 - Avanços na época (2010-2015)



Fonte: Jacks *et al.* (2017).

No tocante aos avanços, chamou atenção a boa interpelação entre teoria, empiria e metodologia encontradas em alguns trabalhos. Em relação aos estudos de recepção, destaque para os trabalhos de Freire (2010), Sifuentes (2010), Marcelino (2012), Silva (2012), Pieniz (2013), Noll (2014), John (2014) e Cretaz (2015), que conseguiram avanços no âmbito teórico e metodológico. Já com relação aos trabalhos de consumo, Oliveira (2014) e Sifuentes (2014) se destacaram pelos avanços observados em um ou mais aspectos em suas respectivas pesquisas.

⁶² Atualmente, LGBTQIA+.

Nota-se que, entre os estudos⁶³ citados no volume, Freire (2010) chamou atenção por experimentar novos procedimentos no universo do ciberespaço, entre os quais a etnografia adaptada à pesquisa virtual. Já Sifuentes (2010) trouxe, além da articulação teórico-analítica entre classe e gênero e da apropriação de dois modelos teórico-metodológicos dos estudos culturais (Mapa das Mediações e *Encoding/Decoding*), uma apropriação de um mix de técnicas qualitativas a partir do método etnográfico.

Por outro lado, em relação às limitações encontradas no período analisado, a maior dificuldade das teses e dissertações mapeadas está no desenvolvimento do relatório:

O que chama a atenção nesses trabalhos é que muitos deles perdem o fôlego no fim e não conseguem refletir criticamente sobre a sua própria produção. Outras vezes, não é possível identificar claramente os objetivos e problemas de pesquisa, algo básico na pós-graduação. Há ainda problemas de revisão do texto e a falta de tensionamento entre teoria e empiria, tão importante nos trabalhos de recepção e consumo midiático. Em muitos dos estudos, as considerações finais não retomam a análise nem problematizam os resultados das pesquisas e, no âmbito metodológico, não explicitam, discutem ou teorizam método, procedimentos, técnicas e amostras (JACKS *et al.*, 2017, p. 130).

A despeito dessas limitações, ao apontar lacunas, destacar pontos a melhorar, trazer *insights* para pesquisas futuras e promover um tensionamento entre teoria, metodologia e empiria, a maioria dessas pesquisas (23 de 36) demonstrou certa maturidade dos estudos de ficção televisiva. Urge, no entanto, o desenvolvimento de investigações que abarquem a recepção e o consumo da ficção para além da televisão, afinal, o atual desafio teórico, metodológico e empírico identificado nestas investigações se deu justamente em função dos atuais ambientes de pesquisa.

Se por um lado, o cenário midiático sempre demandou a criatividade do pesquisador, as mudanças culturais e tecnológicas que atravessam o setor audiovisual e a indústria televisiva nacional (LOPES & LEMOS, 2019) têm recolocado diferentes questões a serem superadas no âmbito da pesquisa acadêmica, entre os quais estão o recorte do *corpus*, a coleta e análise de um grande volume de dados, a chegada aos receptores e o tensionamento teórico, metodológico e empírico do objeto.

No âmbito das pesquisas em ficção televisiva, o desafio de buscar saber quem é esse receptor da internet – fã, internauta, tuiteiro, etc. – fez com que algumas pesquisas mesclassem metodologias e técnicas tradicionais juntamente a outras mais contemporâneas,

⁶³ Já no âmbito dos trabalhos que se destacam por um ou outro aspecto específico, Silva e Noll (2017) consideram que a pesquisa de Wottrich (2011) chama atenção por utilizar técnicas variadas a partir do método etnográfico.

como a etnografia na internet e análise das redes sociais digitais. Curiosamente, destacam os autores do volume, os trabalhos do sexênio fizeram questão de reforçar sua inspiração etnográfica no âmbito de seu desenvolvimento metodológico:

Essa inspiração etnográfica permite certa liberdade de utilização de técnicas da etnografia, mas também sugere isentar o próprio pesquisador de ter que afirmar a adoção de uma metodologia e/ou técnica de outra área (JACKS *et al.*, 2017, p. 133).

Com a evolução das ferramentas virtuais, isto é, das tecnologias da informação e da comunicação digitais, os suportes comunicacionais adotados para a utilização de técnicas de coleta de dados ganharam reforço. Ainda que essa utilização deva ser encarada de forma criteriosa, fato é que os estudos de recepção e consumo de ficção televisiva no ambiente da internet têm apontado para uma transformação significativa e impactante no interior das propostas metodológicas de investigações futuras.

2.4.5 Um olhar panorâmico sobre os estudos de recepção e consumo midiático (2010-2015)

Ao considerar a produção da pós-graduação *stricto sensu* no período de 2010-2015 foi possível perceber a importância do diálogo entre os estudos de recepção, de consumo midiático e os de cibercultura, algo ainda pouco usual entre os trabalhos analisados, mesmo entre as pesquisas mais fortemente entrelaçadas ao cenário da convergência – tais como os estudos dos fãs, internet e jornalismo.

No tocante aos estudos de recepção, a crítica metodológica mais comum é quanto ao uso de modelos consagrados dos pesquisadores latino-americanos, que tem sido adotado quase como uma fórmula. Somado a isso, a falta de definição do público receptor em grande parte das pesquisas tem sido um dos aspectos mais problemáticos que se mantêm nos 25 anos de análise e permaneceu sendo um problema evidenciado em todos os capítulos do sexênio, com maior destaque para os trabalhos que justamente abordam o recorte por público – crianças, jovens, mulheres.

No âmbito teórico, a valorização de autores internacionais em detrimento aos pesquisadores nacionais pode ser articulada a outro problema de cunho teórico-metodológico: a falta de um levantamento do estado da arte sobre os estudos de recepção já feitos. Como consequência, o que se observa é pouco ou nenhum diálogo com os trabalhos já feitos, ainda que muitos tenham adotado o mesmo recorte empírico, temático e metodológico.

Quanto à perspectiva metodológica da produção analisada, o volume deixa claro que a coerência entre os procedimentos metodológicos e a perspectiva teórica adotada é ainda uma questão que não está plenamente resolvida nos trabalhos mapeados. Mesmo em casos em que há coerência teórico-metodológica, como nos estudos sobre televisão⁶⁴, é comum que haja falta de atualidade ou defasagem das referências adotadas. Além disso, outra lacuna que se mantém é a falta de clareza quanto aos procedimentos adotados na pesquisa, as escolhas do pesquisador e sua justificativa, e a indicação sobre a condução da pesquisa empírica.

A despeito desse panorama geral, há indícios de avanços quanto à questão em estudos recentes, tal como observado nos estudos sobre identidade que, na maioria dos casos, seguem protocolos e metodológicos articulados com o problema e os objetivos da pesquisa (JACKS *et al.*, 2017). Além disso, os autores apontam uma maior preocupação dos trabalhos no que tange à explicitação metodológica:

No âmbito das técnicas, há um predomínio daquelas usualmente adotadas nos estudos de recepção e de consumo midiático, como entrevista e observação de cunho etnográfico. Eventualmente, o questionário é adotado como recurso complementar a outras técnicas, e algumas pesquisas que adotaram o grupo de discussão ou discussão em grupo nem sempre as diferenciaram. Em termos gerais, são adotadas mais de uma técnica de pesquisa simultaneamente, visando uma triangulação de dados, o que também não é problematizado ou devidamente realizado (JACKS *et al.*, 2017, p. 296).

É importante destacar um movimento metodológico resultante da preocupação com objetos e questões advindas do contexto digital. Como observado em vários capítulos, foi comum que trabalhos recorressem a técnicas de observação *online*, tais como a netnografia, a etnografia virtual e a análise de redes sociais na internet. Entretanto, como destacam os autores, em muitos casos, os resultados da pesquisa são fruto de análises do discurso e do conteúdo, o que acontece sem uma articulação com as teorias da recepção ou do consumo midiático: “A lacuna está na escassez de estudos que empreendam a articulação de técnicas para coletar e analisar dados nos ambientes *on-line* e *off-line*, complementarmente” (JACKS *et al.*, 2017, p. 296).

Advém desse cenário desafios de diversas ordens, tais como o diálogo entre o enfoque qualitativo – já tradicionalmente adotado nos estudos de recepção e de consumo midiático – e o quantitativo, em função do grande volume de dados gerado no ambiente da internet. Neste

⁶⁴ Neste caso, a perspectiva de Martín-Barbero é adotada através do mapa das mediações de 1987.

sentido, se por um lado, estudos sobre internet, fãs e jornalismo têm colocado na pauta da produção acadêmica em Comunicação a necessidade de domínio de *softwares* e conhecimentos estatísticos, por outro, a agenda de estudo de cada meio enfatiza também a importância do uso de técnicas qualitativas mesmo entre pesquisas que façam uso de técnicas quantitativas e cujo recorte se dê a partir de comentários na internet:

Os estudos precisam analisar as falas, com entrevistas em profundidade, por exemplo, de uma parcela desses integrantes que geram a movimentação em torno dos produtos midiáticos. Portanto, é importante que os pesquisadores que têm se proposto a investigar os processos de recepção e do consumo midiático em tempos de convergência assumam o desafio de investigação nesse novo cenário, intercalando técnicas de coleta de dados *on-line* e *off-line*, sem abrir mão do rigor teórico-metodológico que os estudos sobre esses consolidaram nos últimos anos (JACKS *et al.*, 2017, p. 298).

A despeito das particularidades de cada categoria, fica evidente, de modo geral, a emergência de um novo estatuto do receptor, bem como a atual necessidade de se atualizar o debate epistemológico do que seja considerado mídia hoje. Afinal, a visibilidade propiciada pela internet – que aproxima amadores e profissionais e borra as fronteiras dos espaços midiáticos institucionalizados e espaços midiáticos emergentes – joga luz sobre uma *agenda mais ampla*, que contempla os atuais estudos de recepção e consumo midiático, e chama atenção para desafios teóricos, epistemológicos e metodológicos que também atravessam também a pesquisa em Comunicação em tempos de internet.

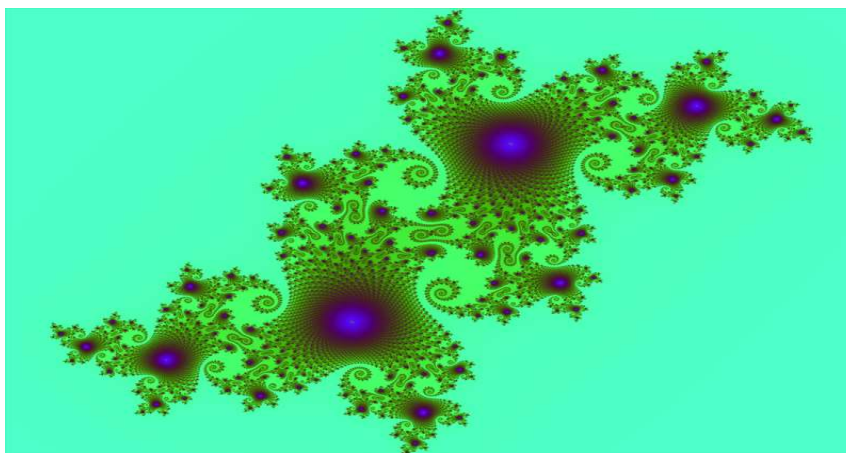
2.5 Muitos mapas, uma agenda comum

Pois um campo “é um espaço de relação de forças” (Bourdieu) e não só de objetos e correntes teóricas, já que toda produção de conhecimento põe em jogo um capital e a luta por sua apropriação (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 414, aspas originais).

Mais além do balanço bibliográfico que buscou situar o nó mais amplo que atualmente entrelaça e constitui os estudos de recepção no cenário da convergência – seja no âmbito do Obitel, cujos resultados foram publicados em Anuários e na Coleção Teledramaturgia, ou no que tange ao estado da arte realizado pelo Núcleo de Pesquisa Recepção e Cultura Midiática, aqui compilado a partir do debate do Volume 3 – Meios e Audiências III: Reconfigurações dos estudos de recepção e consumo midiático no Brasil –, o esboço que tratou este primeiro momento da tese buscou pensar as pesquisas de recepção como campo e comunidade (JMB, 2004). Justamente por isso, procuramos enquadrar as pesquisas de recepção de ficção

televisiva dentro de um mapa maior, que contempla os estudos de recepção de maneira geral e aponta para desafios e agendas em comum. Olhar para esse quadro geral fez-nos entrever a *lógica fractal* (JMB, 2004) ou *hologramática* (MORIN, 1999), que recobre a perspectiva cartográfica barberiana. Afinal, essa metáfora epistemológica faz-nos refletir sobre padrões que se repetem⁶⁵, ainda que singularidades de cada objeto.

Figura 9 - Exemplo de figura fractal



Fonte: Google.

Ora, se como destaca Martín-Barbero (2004), uma comunidade apenas ganha respeito e peso social na medida em que afirma sua coerência e sua competência, fundamental se torna o olhar reflexivo e autocrítico sobre as produções acadêmicas e seus desdobramentos. Daí decorre que, mais do que mera formalidade ou especulação estéril, a reflexão acerca deste campo em processo e gestação permitiu-nos lançar luz sobre os principais pontos que adensam a espessura de tais estudos, historicamente marcados pelos olhares sobre as competências de uma audiência múltipla e cada vez mais fragmentada em função das novas possibilidades abertas pelas tecnologias digitais.

No caso específico dos estudos de ficção desenvolvidos no âmbito da Pós-Graduação brasileira, a pluralidade de recortes feitos nesses trabalhos e suas diferentes abordagens, longe de enfraquecerem o campo ou insinuarem uma falta de unidade, podem apontar para uma dinamicidade e potência do objeto, que se reconfigura continuamente em função de seus diferentes contextos e problemáticas, bem como de sua natureza necessariamente histórica

⁶⁵ Afinal, o fractal é uma estrutura geométrica complexa cujas propriedades, em geral, repetem-se em qualquer escala de tal modo que cada uma delas seja semelhante ao objeto original. Tal metáfora trazida por Martín-Barbero recorda-nos também a perspectiva hologramática em Morin (1999), segundo a qual o menor ponto da imagem contém a quase totalidade da informação do objeto representado – o que remete à máxima: o todo está na parte e a parte está no todo. Este princípio abarca tanto o mundo biológico quando o sociológico.

(SCHMITZ *et al.*, 2015). Neste sentido, a dispersão de enfoques, o maniqueísmo metodológico e a atual agenda teórica e metodológica podem ser lidos tanto no sentido a elucidar as potencialidades de formação de um corpo teórico rico e dinâmico, quanto para acentuar e visibilizar as críticas às suas deficiências. Como nos mostra JMB (2004), o amadurecimento de uma comunidade que se constitui enquanto campo intelectual é tecido não apenas de conhecimento, mas, sobretudo, do re-conhecimento de paradigmas, posições teóricas e interpelações sociais.

Urge, assim, que tais estudos comecem a considerar os aspectos da convergência, haja vista já não ser suficiente estudar recepção de telenovela somente a partir do meio televisão, como fizeram todas as pesquisas da década de 2000. Além disso, é importante que tais estudos adotem outros mapas de JMB – fruto de atualizações e novas elaborações do autor. No que toca, por exemplo, ao uso do segundo mapa nas pesquisas, as autoras argumentam:

Por fim, entendemos que, embora se reconheçam as condições teóricas para a configuração de uma segunda onda da abordagem barberiana no Brasil, essa não se firmou, uma vez que não só o mapa ainda não é usado de forma tão expressiva, mas, especialmente, porque o sentido de integração entre recepção e produção não é encontrado nos trabalhos empíricos que desenvolvem suas investigações a partir do modelo de Martín-Barbero. Como na primeira onda, permanece o uso predominante da “teoria das mediações” por pesquisas de recepção (SIFUENTES & ESCOSTEGUY, 2016, p. 14).

O que se extrai desse primeiro momento, portanto, aponta para a crescente importância das redes sociais digitais como novo *locus* de investigação, bem como para a necessidade de enfrentamentos teóricos e metodológicos. Afinal, a emergência de um novo estatuto do receptor e a atual necessidade de se atualizar o debate epistemológico do que seja considerado mídia hoje⁶⁶ (JACKS *et al.*, 2017) jogam luz sobre uma agenda mais ampla, que contempla os atuais estudos de recepção⁶⁷ e consumo midiático, e chama atenção para desafios teóricos, epistemológicos e metodológicos que também atravessam a pesquisa de Comunicação na era de internet.

⁶⁶ Afinal, a visibilidade propiciada pela internet aproxima amadores e profissionais e borra as fronteiras dos espaços midiáticos institucionalizados e espaços midiáticos emergentes (JACKS *et al.*, 2017).

⁶⁷ No que tange aos estudos de recepção feitos na web, Schmitz *et al.* (2015) destacam que o atual cenário caracterizado pela presença da internet e das novas tecnologias criou uma demanda por pesquisas com maior densidade teórica e analítica. Afinal, as possibilidades de transmidiação colocam no centro das questões estudos de audiência tidos como inerentemente *crossmídias*, sendo o amadurecimento teórico- metodológico algo imprescindível para o campo da recepção como um todo.

Como aponta Lopes (2011), o enfoque teórico e complexo das mediações na recepção de televisão deve ser pautado por um protocolo multimetodológico que seja capaz de superar, ou ao menos contornar, as atuais dificuldades de análise da recepção das novas mídias. Afinal, se no início dos estudos de recepção, a leitura de textos televisivos já se encontrava bem estabelecida⁶⁸, as atuais pesquisas sobre os textos das novas mídias e suas audiências devem se realizar de forma conjunta.

Em tempos de reconfigurações das dinâmicas de produção, circulação e consumo do audiovisual nacional, que atualmente enfrenta também mudanças emergenciais em função da emergência do novo coronavírus, o comprometimento com a transformação de nosso contexto latino-americano – renomadamente contraditório, ambivalente e desigual – é um imperativo. Nesse cenário de desafios de diversas ordens, talvez a junção entre reflexividade e relacionismo (LOPES, 2010) seja a chave para o desenvolvimento de pesquisas socialmente mais engajadas e historicamente melhor situadas. É tempo de nos abirmos para novas experiências metodológicas, feitas com alto grau de reflexividade epistemológica.

⁶⁸ Seja com base na análise semiótica, análise retórica, crítica literária, crítica ideológica, entre outras (LOPES, 2011).

PARTE 2

O DESENHO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

CAPÍTULO 3 – UM CHAMADO À CARTOGRAFIA MESTIÇA: O BALUARTE QUE CONFORMA NOSSA PROPOSTA

3.1 Sobre desafios, recortes e costuras no âmbito dos estudos de recepção e da Antropologia

Iniciamos este terceiro capítulo, talvez de maneira não muito ortodoxa, evidenciando os desafios que perpassaram toda a costura desta tese. Acreditamos que iluminar nossas rotas, escolhas, recortes e percalços da pesquisa é fundamental para se entender o desenho que conforma tanto a tese em si, como mais especificamente nossa proposição, a ser apresentada já na próxima seção.

De cara, começamos com o mais óbvio. Este trabalho demandou um recorte bibliográfico capaz de conciliar os dois principais eixos da pesquisa que, por si só, são muito complexos e complicados, a saber: as pesquisas sobre telenovela e as pesquisas antropológicas, ambas abarcando discussões sobre método/internet. Certamente, minha formação em Comunicação e em Ciências Sociais facilitou determinados diálogos, porém, de forma alguma, anulou os obstáculos encontrados pelo caminho. Foram, portanto, de quatro ordens os principais desafios desta pesquisa:

Em relação à pesquisa de telenovela, optamos por privilegiar aqueles trabalhos que tinham como foco questões relativas à transmídiação, convergência das mídias e, claro, questões sobre método. Ainda assim, foi um desafio dar conta da produção desenvolvida sobre o tema, além da quantidade de linhas e universidades que desenvolvem pesquisas sobre ficção televisiva no âmbito da Pós-Graduação no Brasil.

Tentando contornar essa situação – ou, pelo menos, amenizar seus efeitos – selecionamos em primeiro lugar as pesquisas desenvolvidas pelo Obitel, que nos ajudaram a refletir sobre a mudança de cenários por onde circula a ficção televisiva. Além de agregar trabalhos desenvolvidos pelo CETVN e mais dez grupos de pesquisa espalhados por três regiões do país e seis estados brasileiros, o Obitel se destaca por seu esforço colaborativo e seu trabalho nacional e internacional em rede, pautado sempre pelo princípio da interdisciplinaridade e que mapeia a recepção transmídia nos Anuários Obitel (2011-2021). Em segundo lugar, resolvemos selecionar o Núcleo de Pesquisa Recepção e Cultura Midiática (coordenado por Nilda Jacks), que tem realizado o mapeamento das pesquisas de recepção nos programas de Pós-Graduação em Comunicação no país, publicado em três livros – o primeiro voltado à emergência dos estudos de recepção no Brasil, o segundo à sua

consolidação e o terceiro às reconfigurações de tais estudos. Nesta tese, fizemos uso deste último. Ambas as fontes – Obitel e Meios e o volume 3- Meios e Audiências III: Reconfigurações dos estudos de recepção e consumo midiático no Brasil (JACKS *et al.*, 2017) – nos permitiram ter uma visão integrada desse universo dos estudos de recepção. É o que expusemos no capítulo 2.

No que se refere aos estudos desenvolvidos no âmbito da Antropologia, que também é outro mundo de reflexões e produção acadêmica, optamos inicialmente por dar ênfase àqueles trabalhos que tratassem questões de método/internet/mídia, tendo em vista a diversidade de autores, linhas de pesquisa, possibilidades de explorações e, principalmente, para atender ao próprio recorte da tese. Desta forma, apesar de cientes de que a pluralidade da área faz com que nenhuma fórmula una esses diferentes trabalhos (LINS, PARREIRAS & FREITAS, 2020) – mesmo aqueles que busquem pensar temas comuns – o esforço inicial se deu no sentido a mapear práticas e interesses de pesquisa comuns, bem como um engajamento teórico-epistemológico capaz de abarcar pesquisas sobre conteúdo audiovisual e indústria televisiva a partir de uma perspectiva antropológica.

Apresentar a Antropologia como possível campo de diálogo para futuras pesquisas de recepção no ambiente *online* foi não somente um desafio grato, como também uma responsabilidade, que demandou cuidado e vigilância epistemológica constantes. Por isso mesmo, cientes de que, muitas vezes, as diferenças internas de uma disciplina podem ser maiores do que as diferenças entre disciplinas distintas (LOPES & ROMANCINI, 2014), tivemos como preocupação desenvolver uma proposta de estudo que fosse coerente em seus pressupostos teóricos.

Para além do grande volume de referências, a principal dificuldade encontrada foi reunir e estabelecer um corpo teórico coeso e que – de alguma forma – dialogasse entre si e com as preocupações desta pesquisa. Ainda assim, cientes de que o trabalho de todo pesquisador requer escolhas que operacionalizem a escrita de sua exposição, nossa grande aposta foram as discussões trazidas pela Antropologia Digital, que será delineada mais adiante (tópico 3.2.4). Para tanto, optamos pela obra que lançou os princípios que dão forma a essa nova subdisciplina (HORST & MILLER, 2012). A segunda aposta residiu no enquadramento da pesquisa a partir da *Teoria Barberiana da Comunicação* (LOPES, 2018), o que exigiu um mergulho nas obras desse autor, algo que também foi um grande desafio, principalmente em função da complexidade de seus escritos. Nesse quesito, além dos textos do próprio autor, o artigo *A Teoria Barberiana da Comunicação* (LOPES, 2018) e o livro *Um nuevo mapa para investigar la mutación cultural – Diálogo com la propuesta de Jesús Martín-Barbero*

(JACKS, SCHMITZ & WOTTRICH, 2019), foram adotados como referências básicas e fontes de reflexões bastante fecundas para o desenvolvimento de uma perspectiva empírica e metodológica baseada nos mapas de JMB.

Somados a essa conjuntura, a pandemia do novo coronavírus e o confinamento como medida sanitária afetaram notadamente o “trabalho de campo” presente em muitas áreas, incluindo a Comunicação e a Antropologia, de tal modo que planos e estratégias metodológicas precisaram ser revisitados e inúmeros desafios foram postos – o que nos levou a refletir sobre algumas questões. Afinal, em muitos casos, o trabalho de campo previsto teve de ser repensado e até conduzido inteiramente *online*. Em outros termos, o trabalho de campo passou a designar o trabalho *online*. Mesmo no atual contexto de vacinação e maior flexibilização dos protocolos sanitários, e do trasbordamento de conteúdos televisivos para a internet, é possível que algumas pesquisas ainda tenham que realizar apenas etnografia *online*. Olhar para essas e outras questões nos remeteu à natureza dinâmica, mutável e descontínua dos métodos, por manterem uma estreita relação com o tempo lógico e com o tempo histórico do objeto de estudo (LOPES, 2004) e, por isso, estarem sujeitos a adaptações de diferentes ordens.

Gostaríamos de ter estendido o diálogo da pesquisa, mas tivemos que enfrentar problemas como a dificuldade de localização de textos, a falta de tradução de boa parte das obras de interesse, a quantidade de leituras teóricas em inglês e espanhol, sem falar das grandes dificuldades de se trabalhar com um tema complexo como a internet. Seja como for, acreditamos que, resguardadas nossas limitações, chegamos à construção de um desenho teórico-metodológico coerente e adequado à nossa pesquisa, que será melhor desenvolvido a seguir.

3.2 A Teoria Barberiana da Comunicação como moldura teórica

Uma vez apresentado o mapa maior de nossas questões e os desafios que encontramos pelo caminho, passemos agora ao trajeto que desenha a proposta metodológica desta pesquisa, tecida a partir do diálogo entre a Comunicação e a Antropologia. Justamente este diálogo suscita em nós a necessidade de refletirmos sobre o enquadramento teórico-epistemológico que emoldura nossa proposta, bem como sobre a teoria antropológica da qual partimos. Afinal, se diferentes são os métodos de pesquisa para a internet – como estudos de redes sociais digitais, hiperlinks, métodos estatísticos, webometria, grupo focal *online*, entre outros–

também diferentes são as abordagens etnográficas existentes dentro do leque de pesquisas acadêmicas.

Evidentemente, não se pretende dar conta de todos os aspectos que se relacionam à pesquisa na internet, tampouco esgotar as abordagens antropológicas existentes sobre este ambiente, haja vista que este seria um esforço que facilmente ultrapassaria os limites e até as possibilidades desta tese. O que se espera é contribuir para a literatura acadêmica sobre pesquisas de recepção na internet a partir de um esforço situado em uma literatura específica, que dialogue com a proposta teórica e multimetodológica apresentada por JMB e leve em consideração as especificidades do objeto de estudo. Para tanto, lançamos mão de uma metodologia fundamentalmente qualitativa de pesquisa baseada na pesquisa bibliográfica.

Como se sabe, o legado de JMB ao campo de estudo da Comunicação é de tal grandeza que pode ser considerado como um uma Teoria da Comunicação específica (LOPES, 2018), caracterizada por uma epistemologia, metodologia e conceitos próprios⁶⁹. Afinal, ao propor o exercício metodológico de deslocamento, capaz de mudar o lugar das questões relativas aos objetos comunicacionais, ele tornou investigáveis os processos de constituição do massivo para além da chantagem culturalista que os transformara em processos de degradação da cultura, obrigando-nos a revisitar cânones teóricos e metodológicos. Como apropriadamente diz:

A crítica tinha de ser radical: mudar de perspectiva exige não só mudar de método, pois não pode poupar-se o questionamento da matriz epistemológico-teórica dessa “ciência” [teoria funcionalista]. O metodológico não é autônomo, sua coerência lógica é parte do projeto teórico, de uma particular concepção do objeto a partir da qual certos problemas são formuláveis e abordáveis e outros não (JMB, 2004, p. 50-51).

Como melhor trabalharemos adiante, o *calafrio epistemológico* barberiano introduziu uma perspectiva inovadora dentro dos estudos de Comunicação, haja vista que foi capaz de romper a visão monolítica e oferecer diferentes mapas das práticas comunicacionais e culturais latino-americanas (LOPES, 2018). O que advém da proposta do autor vai muito além do mero reconhecimento da não-passividade do receptor, já evidenciada por Lazarsfeld em meados de 1962, posto que provém do reconhecimento da necessidade de mudar o eixo da análise da dinâmica comunicacional de tal modo a dar conta dos espaços e processos

⁶⁹ Lopes (2018) analisa o que denomina de *teoria barberiana da comunicação* a partir de três eixos inter-relacionados: a epistemologia da comunicação, metaforizada pelo “calafrio epistemológico”; a cartografia como método e os mapas das mediações como recursos teórico-metodológicos.

religiosos, políticos e artísticos mediante os quais as camadas populares exercem suas atividades de negociação de sentidos com conteúdos midiáticos – seja por meio da resistência ou da réplica.

Desenvolver os mapas barberianos como uma moldura capaz de ser articulada com os pressupostos teóricos e metodológicos abertos pela Antropologia Digital requer de nós um esforço por ir além de fronteiras que delimitam as áreas; um verdadeiro chamado à transdisciplinaridade, vista por JMB (2004) como um meio eficaz de abordar de forma nova os velhos objetos de estudos e construir novas formas de se olhar para um objeto já antigo. Justamente por isso, a ousadia em fazer da Comunicação o *lugar de onde se vê* abriu diferentes entradas para explorações metodológicas mestiças, que permitem situar a comunicação como parte da nossa própria vida cultural e social.

Transdisciplinaridade no estudo da comunicação não significa a dissolução de *seus objetos* nos das disciplinas sociais, mas a construção de articulações – mediações e intertextualidades – que fazem sua especificidade, essa especificidade que, hoje, nem a teoria da informação nem a semiótica, embora sejam disciplinas “fundamentais”, podem já construir (JMB, 2004, p. 220).

Há invenção na medida em que se procura deslocar as fronteiras erigidas por disciplinas, cânones e hierarquias dos saberes, racionalidades políticas ou evidências tecnológicas, e se vai elaborando uma articulação estrutural entre formação e investigação (JMB, 2004, p. 242).

Fruto das experiências híbridas do autor com outros campos – tais como a semiologia, a filosofia, a antropologia, os estudos culturais – a construção da metodologia das mediações não apenas ofereceu uma proposta reflexiva que vai além das inércias acadêmicas e do compartimento de áreas, como tem se constituído como uma importante ferramenta para a análise de diferentes narrativas midiáticas, entre as quais estão as televisivas (ENNE, OLIVEIRA & NANTES, 2018).

Sem dúvida, todas essas questões teóricas suscitadas pelas obras de JMB trouxeram a necessidade de um arcabouço metodológico capaz de dar conta de, ao menos, três questões, a saber: o acesso à leitura de diferentes grupos populares, a reflexão sobre novas e outras *voces* que emergem nesses processos e a subversão das relações de poder. Deste modo, ao apontar para a existência de uma “gramática” outra, capaz de revelar outra lógica na produção de sentidos e na atividade de decodificação, o que se tem, na prática de pesquisa, é o desafio à *imaginação metodológica*.

3.2.1 A cartografia como estratégia

Em *Ofício de cartógrafo: Travessias latino-americanas da comunicação na cultura*, JMB (2004) narra sua jornada teórica – ora como autor, ora como cronista – pelo campo da Comunicação. Nesse percurso, que se revelou a ele como um *exercício artesão de cartografia*, o autor passa a se interessar naquilo em que o ofício possa lhe dizer respeito. A descoberta da *cartografia cognitiva* como estratégia teórico-metodológica para tempos instáveis, fluidos e ambíguos foi de tal ordem que o fez reconhecer-se como um *cartógrafo mestiço*. Nesse entremeio, destaca:

Atravessando duas figuras modernas – a do *universo* de Newton e dos *continentes* (da história) de Marx, e (do inconsciente) de Freud –, nossos mapas cognitivos chegam hoje a outra figura, a do *arquipélago*, pois, desprovido de fronteira que o una, o continente se desagrega sem ilhas múltiplas e diversas, que se interconectam (JMB, 2004, p. 12-13).

Mais do que uma referência meramente simbólica ou até literária, a ideia de arquipélago diz respeito a um novo tipo de *logos* que interconecta o diverso e contrapõe a cartografia representacional de fronteiras àquela que é tecida por imagens de relações e entrelaçamentos. Lopes (2018) encontra nesta inovadora episteme aproximações com os esquemas cognitivos reorganizadores de que trata Morin (2000), isto é, “as migrações de conceitos de suas disciplinas originárias para fecundar o terreno dos objetos e projetos transdisciplinares” (LOPES, 2018, p. 40). Além disso, também reconhece semelhanças com a cartografia do estado disciplinar das ciências sociais tecida por Wallerstein (1996), que as incita a se abrirem.

Ao traçar proposições e apontamentos do caráter epistemológico e metodológico da cartografia em JMB, Lopes (2018) traz importantes diálogos entre a Teoria Barberiana e algumas correntes de pensamento ainda pouco explorados. Entendendo, antes de mais nada, a cartografia como um método, a autora joga luz sobre as inspirações filosóficas que perpassam as teorias da cartografia e dos mapas cognitivos, passando por autores como Benjamin (1986), Bauman (1999, 2000), Morin (2000) e Deleuze (1988). Chama-nos atenção nesse percurso a referência que a autora faz à cartografia como método rizomático, tal como encontrada na “Introdução” de Mil Platôs, de Deleuze e Guattari (1995[1980]):

O rizoma se estende e desdobra num plano horizontal, de forma acêntrica, indefinida e não hierarquizada, abrindo-se para a multiplicidade, tanto de interpretações quanto de ações, remetendo à formação radicular da batata, da ngrama e da erva daninha. Ele não opera pelo jogo de oposição entre o uno e

o múltiplo, não tem começo, fim ou centro, nem é formado por oportunidades, mas por dimensões ou direções variáveis, além de constituir multiplicidades lineares ao mesmo tempo em que é constituído por múltiplas linhas que se cruzam nele, formando uma rede móvel, conectando pontos e posições (LOPES, 2018, p. 47).

A autora chama atenção para as semelhanças existentes entre o modelo do rizoma e a cartografia barberiana. Segundo ela, nos mapas barberianos, “o modelo do rizoma é aplicado ao campo comunicacional onde as mediações são dispositivos que se entrecruzam em constante movimento de mutação, renovação e atualização” (p. 48). Neste sentido, é essencial notar que, no lugar de regras metodológicas, JMB usa a ideia de *pistas metodológicas* que guiam o trabalho de pesquisa, servindo ao cartógrafo de referências para a manutenção de uma atitude de abertura, que se produz e se modifica no caminhar do percurso da pesquisa.

A construção da cartografia proposta pelo autor tem, assim, natureza dialética. Na medida em que um mapa nunca substitui o anterior, mas, antes, dialoga com a proposta de novos mapas, apropriando-os e dando possibilidade de acréscimos e reinterpretações em um processo que exige pensamento de maior complexidade. A construção cartográfica por si sugere um modelo rizomático de aplicação, que percorre linhas e redes, aplicando estratégias rizomáticas de análise e de ação, percorrendo e desenhando trajetórias que, também segundo Lopes, são de pesquisa-intervenção. Deste modo, a cartografia diz respeito a um método estratégico-rizomático.

Cabe-nos ressaltar também que tal como o *artesanato intelectual* de Wright Mills (1969), a *cartografia* barberiana também é *tecida por mapas cognitivos*, que esbarram na figura do pesquisador como artesão – construtor e (re)construtor sua pesquisa a partir de suas experiências e trajetos percorridos, e que está intrinsecamente ligada aos desafios do tempo histórico. Não sem causa, é a partir de uma rica reflexão teórica que JMB (2004) dá forma, no exercício de sua cartografia, ao relato de seu empenho por renovar o mapeamento dos estudos de Comunicação. Sobre o assunto, Lopes (2018, p. 43) destaca:

A longa fidelidade que mantém ao cruzamento de experiência de vida com a teoria se encontraram num cenário pessoal que resultou no que chamou de calafrio epistemológico, que lhe permitiu descobrir uma estética no popular, isto é, uma experiência estética não redutível ao mero reflexo, ou à resistência e a percepção de estéticas do popular muito diversas do massivo ou do culto.

Antes mesmo de nomeá-la, Lopes argumenta que JMB lança mão da *estratégia de pesquisa cartográfica* desde suas primeiras reflexões sobre a pesquisa de comunicação na América Latina. Encontrando nas obras do autor considerações que foram

permanentemente se complexificando ao longo dos anos, a ponto de dificultar os desentranhamentos dos diferentes níveis de análise – comunicacional, filosófico, histórico, cultural etc. – e dos inúmeros objetos que sua teoria vai incluindo – telenovela, educação, jovens, cidade, mídia, políticas culturais, entre tantos outros – a pesquisadora aponta para os movimentos de avanços e retomadas, assim como de sistematizações parciais e incompletas. À semelhança de arquipélagos móveis, tais considerações apontam para “uma teoria viva em estreito diálogo com as transformações do seu contexto que é a América Latina inserida no mundo” (p. 41).

O esforço por ultrapassar o velho modo de cartografar as questões que merecem ser pensadas reverberou em novos modos de se fazer mapas, que incluam o estudo dos *interstícios*, o alcance de novos lugares e, sobretudo, que sejam capazes de des-atar epistemologicamente as fronteiras que nos limitam (JMB, 2004). Tomar nossas pesquisas como mapas é, neste sentido, uma abertura para assumirmos as margens, questionarmos os esquemas fixos e reconhecermos quão múltiplas são as zonas da realidade cotidiana que podem ser exploradas. Afinal, o mapa é aberto, reversível, desmontável e propenso a modificações constantes.

Ao longo de suas obras, o autor chama atenção para diferentes mapas – mapas secretos, mapas possíveis, mapas móveis, mapas capazes de ligar os processos de comunicação e as dinâmicas da mudança cultural, e até mesmo mapas que requerem políticas de comunicação e de cultura, e que por isso apontam para a necessidade de articulação entre Estado, Academia e diferentes atores sociais. O caráter próprio de sua teoria aponta, desse modo, para as múltiplas entradas possíveis em uma cartografia e chama atenção tanto para a existência de inúmeras cartografias possíveis⁷⁰.

Longe de apontar para um esquema metodológico fixo e baseado em regras fechadas já previamente estabelecidas, o caráter dialético da construção cartográfica em JMB permite variadas explorações de campos a serem cartografados. Desta feita, o pesquisador feito cartógrafo é convidado a tecer seu percurso metodológico à medida do caminhar de sua própria pesquisa. É justamente esse chamado à abertura que torna a cartografia um instrumento teórico potente, capaz de dar origem a novos lugares metodológicos:

A Cartografia como método de pesquisa pressupõe uma orientação do trabalho do pesquisador que não se faz de modo prescritivo, por regras já prontas nem com objetivos estabelecidos. No entanto, não se trata de uma ação sem direção, já que a cartografia reverte o sentido tradicional de

⁷⁰ O que coloca a necessidade de uma proposição metodológica estratégica em relação a cada situação ou contexto a ser analisado (LOPES, 2018).

método sem abrir mão da orientação do percurso da pesquisa. O desafio é o de realizar uma reversão do sentido tradicional de método – não mais um caminhar para alcançar metas pré-fixadas (*metá-hódos*), mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas. A reversão, então, afirma um *hódos-meta* (LOPES, 2018, p. 48).

Ora, JMB (2004) parte de um entendimento de método que vai além de uma ferramenta⁷¹ cuja função é dar conta de um objetivo/problema, sendo também um *ponto de vista* sobre o objeto que tanto pode possibilitar como impedir que algo seja considerado um problema⁷². Deste modo, ao apontar para a importância de uma instância metodológica capaz de captar conflitos e mudanças, bem como desenvolver a criatividade e a imaginação no decurso do trabalho científico, o filósofo abre espaço para uma ruptura teórica que também incide sobre objetos e métodos de pesquisa no campo da Comunicação.

3.2.2 Os mapas das mediações e suas possibilidades abertas

Em JMB, o conceito de mediações adquire múltiplos significados e justamente por isso é tratada no plural. Inicialmente vistas como uma perspectiva de investigação *sobre e a partir* da recepção, foi possível perceber um conjunto de princípios atribuídos ao conceito de mediações ao longo do tempo, o que acaba por remeter à importância progressiva das mediações para uma *teoria da comunicação*⁷³. Entendidas pelo próprio JMB como “lugar” de onde se pode compreender a interação existente entre o pólo da emissão e o da recepção, o autor, mais tarde destacou na última introdução de *De los medios a las mediaciones* (2010):

Mediações remetem, então, mais ao traço que conecta em rede os pontos e linhas dispersos, distintos e distantes que tecem um mapa que a uma realidade que se constata ou a um conceito que se tem e se manipula. Daí, minha tenaz resistência a definir mediações, e minha aposta por ir desdobrando-as e delimitando-as à medida que os processos de comunicação, as práticas culturais e os movimentos sociais iam se tornando

⁷¹ JMB cita dois exemplos no campo da comunicação de uma concepção instrumentalista de método: o primeiro é aquele que enxerga e reduz as transformações culturais a *efeitos* dos meios – isoláveis e mensuráveis. Esse tipo de método deixa de lado outras variáveis do contexto social – que não podem ser objetivadas – incapacitando a compreensão dos processos culturais como processos sociais multidimensionais (JMB, 2004). O segundo estaria ligado à incapacidade das entrevistas e questionários tradicionais para a abordagem da atividade de decodificação de diferentes grupos sociais em relação às mensagens dos meios. Essa incapacidade, para o autor, não é um mero problema técnico, mas possui matriz epistemológica e política.

⁷² Argumentando contra um pragmatismo da teoria funcionalista, bem como de muitas pesquisas que se autoproclamam críticas, JMB (2004) rompe com uma concepção epistemológica que reduz a investigação científica a aplicação de uma fórmula pronta, confundindo objetividade com estatística.

⁷³ Lopes (2018) destaca que nos anos 1970, o uso do termo mediação aparecia na teoria de JMB a partir do desejo de articulação da pedagogia libertária de Paulo Freire com a hermenêutica de Paul Ricoeur. Mais tarde, contudo, o próprio autor se referiu às razões pelas quais nunca definiu o conceito de mediações.

aproximando, por meio da densa relação do mundo da produção midiática nas indústrias culturais com os mundos do consumo massivo, sim, mas diferenciado, ativo e cidadão (JMB, 2010, p. 29 *apud* LOPES, 2018, p. 49, tradução da autora).

Como já destacamos anteriormente, desde a seminal pesquisa sobre a recepção de telenovela desenvolvida por Lopes *et al.* (2002), a adoção da metodologia das mediações tem demonstrado a potência dos mapas barberianos nas pesquisas empíricas de Comunicação. A incorporação de tais mapas, por outro lado, não é algo fixo tal como uma receita de bolo, mas que depende da estratégia metodológica adotada na pesquisa empírica. Justamente daí advém os diferentes lugares metodológicos que a estratégia cartográfica revela.

Ao longo das décadas⁷⁴, JMB refinou sua teoria de tal modo que seu *mapa noturno* inicial, apresentado em *Dos meios às mediações*⁷⁵, abriu espaço para outros mapas das mediações socioculturais a partir dos quais operam as bases para uma cartografia específica das *mediações comunicativas da cultura*. Neste sentido, ao tornar-se “lugar antropológico da mutação cultural que introduz a espessura comunicacional do social” (2004, p.19-20), tal cartografia reconfigura as relações entre sociedade, cultura e política.

De fato, a reinserção da comunicação no campo da cultura – seja por meio de suas particularidades políticas, de suas temporalidades sociais ou mesmo de suas matrizes históricas – exigiu do campo uma desterritorialização conceitual que tanto abriu espaço para a pluralidade dos atores, como para a complexidade das dinâmicas envoltas no processo comunicacional. Neste sentido, se nos anos 1990, tal deslocamento permitiu a travessia da comunicação para o movimento que atravessa e desprende a cultura, o próprio autor reconhece que o advento das tecnologias digitais revelou novas formas de percepção e de linguagem, bem como novas sensibilidades e escritas decorrentes de uma mutação cultural:

As mudanças no âmbito da tecnicidade e da identidade estão reclamando imperiosamente que se pense as *mediações comunicativas* da cultura, um novo mapa que dê conta da complexidade das relações constitutivas da comunicação na cultura, pois as mídias passaram a constituir um espaço-chave de condensação e interseção da produção e do consumo cultural, ao mesmo tempo em que catalisam hoje algumas das mais intensas relações de poder”(JMB, 2004, p. 229, grifos originais).

⁷⁴ De acordo com Lopes, data do início dos anos 1980 o *primeiro mapa* desenvolvido pelo autor – naquele momento ainda apresentado na forma de agenda investigativa para o campo da Comunicação na América Latina. Uma vez que não apresentava o conceito de mediação, ele não é chamado como mapa das mediações.

⁷⁵ Que indagava as inércias da dominação, da produção e do trabalho a partir das brechas e do prazer (JMB, 2004).

No início dos anos 1990, JMB se dedicou a refletir sobre a importância da superação das fronteiras disciplinares e dos cânones. Atento, naquele momento, à relação entre o trabalho acadêmico e os modelos de comunicação hegemônicos que perpassavam as instâncias da dependência teórica, da apropriação de modelos e teorias e da invenção que indisciplina os saberes, o autor saiu na defesa por uma prática de pesquisa que levasse em conta a *imaginação categorial*, responsável não apenas por tornar pensável o que não foi pensado, como por abrir novos territórios ao pensamento.

Ora, se como o autor assinala, a constituição de um modelo que entende a *cultura* como uma importante *mediação* da comunicação com o popular permitiu, de um lado, uma abertura para a pesquisa de diferentes objetos de pesquisa e, de outro, se constituiu como um convite mais aberto à transdisciplinaridade, também é notório o fato que tal deslocamento desvelou novas possibilidades e desafios, não apenas teóricos, como também metodológicos. Não sem motivo, o autor ressalta que as rupturas que, desde o final dos anos 1970, começaram a se delinear no âmbito das pesquisas em comunicação podem ser consideradas marcas no espaço do trabalho teórico e metodológico que estão causando certos deslocamentos tanto no plano social como no político:

Achamo-nos em processo de construção de um novo modelo de análise que coloca a *cultura* como mediação, social e teórica, da *comunicação* com o popular, que faz do espaço cultural o eixo desde o qual encontrar dimensões inéditas do conflito e vislumbrar novos objetos a pesquisar. O restabelecimento da problemática e do conceito de cultura é sintomático da convergência que evidenciam ultimamente as preocupações sobre o *cultural-popular*, da qual a pesquisa de comunicação na América Latina recebe agora seu traço mais característico. Isso como se a perda da identidade pela derrubada das fronteiras que academicamente delimitavam o campo da comunicação houvesse possibilitado aos pesquisadores deste campo o encontro e o aproveitamento da reflexão próxima, que desde há muito tempo vinham fazendo sociólogos e antropólogos, historiadores e politólogos (JMB, 2004, p. 110, grifos originais).

Ao longo dos anos, JMB fez e refez seus mapas das mediações, haja vistas as novas complexidades existentes nas relações constitutivas entre comunicação, cultura e política (2018). Longe de negar ou anular um ao outro, o autor aponta para o caráter cumulativo desses mapas que se sobrepõem e se completam na medida em que a sociedade se transforma. Por esta lógica, assim como há os mediadores socioculturais tradicionais, como a igreja, a escola, a família e o bairro, o surgimento de novos atores e movimentos sociais também introduz novos sentidos do social, assim como novos usos sociais dos meios de comunicação.

Tomando os mapas não como uma metáfora, mas como um conceito que indica o horizonte no qual JMB procura ressituar os estudos de comunicação e dos meios a partir das

matrizes culturais e dos espaços sociais, Lopes (2018) traça o percurso das mediações através de quatro mapas constitutivos do corpo teórico-metodológico da teoria barberiana da comunicação, que vai de 1987 a 2017. De modo geral, argumentando a favor da necessidade permanente em se estudar as articulações entre comunicação-cultura-política, a pesquisadora demonstra como JMB foi aprimorando e acrescentando novos eixos e novas mediações para esses mapas que, atualmente, apontam para o estatuto que as tecnicidades assumiram na reconfiguração das mediações da sensorialidade e da socialidade.

Em seu primeiro mapa, que data dos anos 1980, JMB toma a televisão como a grande referência, dado seu lugar de destaque e abrangência para a época. Constituído basicamente a partir de dois níveis que se sobrepõem, um que cobre o tecido epistêmico e político do final dos anos 1970, e outro que abarca o campo dos estudos da cultura, o mapa começa a ganhar novos contornos à medida que novas tecnologias entram em cena.

Figura 10 - Primeiro Mapa Metodológico das Mediações (1987)

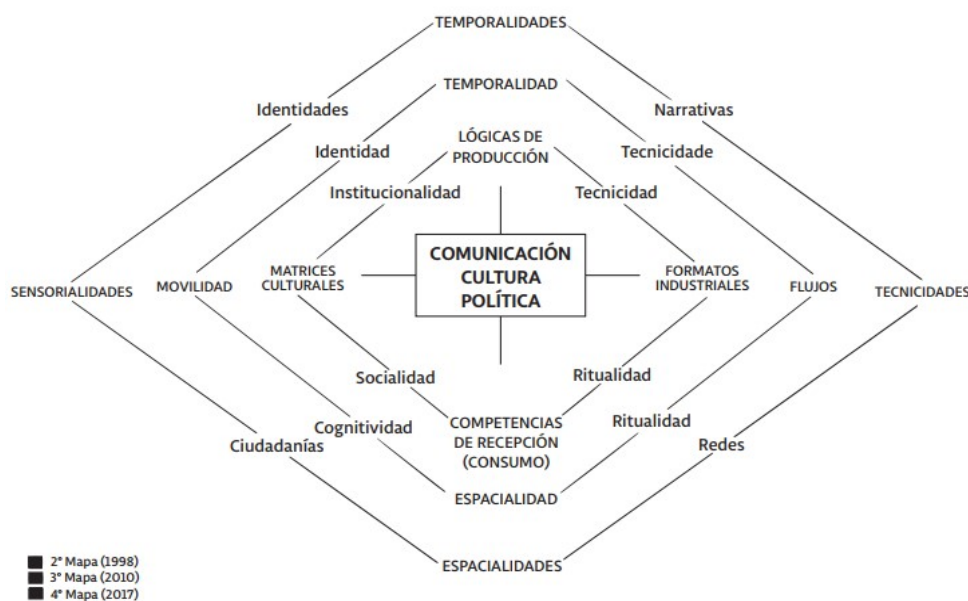


Fonte: Lopes (2018).

O penúltimo mapa trabalhado por JMB liga os anteriores ao estudo de mutações culturais contemporâneas, cujos eixos são tempos/espacos e migrações/fluxos. De um modo geral, chamando atenção para o desafio que é hoje não opor de forma radical o culto ao presente e a amnésia do passado, ou mesmo a cidade habitada por imigrantes da cidade dos cibernautas, o intelectual, mais uma vez, nos convida ao exercício de ir além dos esquemas binários e dicotômicos que categorizam os diferentes aspectos da vida social em distintos compartimentos fechados, isolados (2018). De modo sucinto, Silva e Baseio (2019)

propuseram uma figura que ilustra de modo claro a fusão de todos os mapas propostos por JMB e suas possíveis mobilidades:

Figura 11 - Fusão de todos os Mapas de JMB



Fonte: Silva e Baseio (2019).

Certamente os meios de comunicação vêm reconfigurando o estatuto cognitivo e os modos de se viver em sociedade, mas as antigas mediações permanecem e se misturam. Por esta via, diante o adensamento teórico dados às mediações da *tecnicidade* e da *sensorialidade*, Lopes (2018) destaca que o quarto mapa apresentado por JMB é colocado de modo a assinalar como, atualmente, as tecnicidades implicam uma reconfiguração da sensorialidade e da socialidade. Trata-se de um novo mapa rizomático “em que essas mediações se tornaram básicas e se des-pregam podendo ser relacionadas em formas de direções e densidades diferentes” (p. 59).

É com base nesse pensamento dialético, próprio da *cartografía barberiana* que damos sequência aos próximos passos desta tese, que se movem em direção ao atual cenário comunicacional e que afeta, sobremaneira, a recepção de telenovela dentro do mapa mutável e complexo hegemonizado pela comunicação digital (PEREIRA, 2020).

3.3 Antropologia, sociedades contemporâneas e estudos de mídia

Historicamente marcada por sua identificação com a tradição, não ocidental, e com a vitalidade do local, o campo da Antropologia vem, desde o final dos anos 1980, se atentando também para o estudo das mídias enquanto prática social (GINSBURG *et al.*, 2002). De lá para cá, tendo avançado em pesquisas que abarcam as dinâmicas de todos os processos sociais midiáticos, esse campo vem se consolidando como um fértil solo para uma ampla discussão metodológica dos meios de comunicação de massa, bem como para a reflexão dos complexos modos pelos quais cinema, televisão, rádio, imprensa, publicidade operam em todas as suas etapas – produção, distribuição e consumo⁷⁶.

Fruto de uma particularidade histórica e de uma ruptura teórica com as teorias antropológicas e as metodologias dos anos 1980 e 1990, a que que Fox (1991 *apud* GINSBURG *et al.*, 2002) chamou de “antropologia do presente”, essa mudança no interior da disciplina possibilitou uma análise mais profunda das transformações do meio do século passado, em que a mídia passou a desempenhar um papel cada vez mais proeminente. Ao lado de uma crescente aceitação de trabalhos realizados na América do Norte, bem como na Europa, veio também uma maior atenção para o tráfego econômico, cultural e político, entre o urbano e o rural, o “primeiro” e o “terceiro” mundos: “Essa realocação do foco geográfico e teórico significou que os antropólogos estavam trabalhando em sociedades onde a mídia era mais central e confrontando o fato de que as formas de mídia eletrônica estavam penetrando em sociedades antes vistas como fora de seu alcance” (GINSBURG *et al.*, 2002, p. 3, tradução nossa⁷⁷).

Com efeito, reconfigurações advindas dos processos de globalização e de modernização, tais como a emergência e popularização dos meios de comunicação de massa na vida cotidiana de povos de diferentes partes do mundo e o novo fluxo de migrações em massa ao qual atualmente estamos constantemente expostos⁷⁸, vêm produzido mudanças no modo como antropólogos se posicionam em relação a suas próprias teorias. Exemplo disso é a discussão

⁷⁶ De fato, as questões que tratam o lugar da mídia no mundo não são novidade, já que Raymond Williams escrevia sobre o assunto há quase um quarto de século atrás (GINSBURG *et al.*, 2002). O que se destaca aqui, contudo, é que também os antropólogos passam a encontrar nas mídias um novo lugar para trabalhar.

⁷⁷ No original: “This relocation of geographic and theoretical focus meant that anthropologists were both working in societies where media were more central and confronting the fact that forms of electronic media were penetrating societies once seen as beyond their reach”.

⁷⁸ Embora o trânsito – voluntário ou forçado – de massas migratórias não constitua uma característica nova na história da humanidade, Appadurai (1996) entende que a relação móvel e imprevisível entre meios de comunicação e fluxos migratórios transforma mundos pré-existentes de comunicação e conduta.

trazida por Appadurai em seu já clássico livro *Modernity at large* (1996), onde o autor defende uma ruptura geral no teor das relações intersocietais nas últimas décadas⁷⁹.

Appadurai (1996) toma a mídia e as migrações em massa como os dois principais elementos da constituição da subjetividade moderna – que, juntos, formam o núcleo elo entre globalização e modernidade. No caso específico dos meios de comunicação, o antropólogo enfatiza que a mídia eletrônica marca e reconstitui um campo muito mais amplo – composto por diferentes formas de mediação comunicacional, impressa, oral, visual e auditiva. Em seu entendimento, portanto, justamente por conta da enorme multiplicidade das formas materiais em que as mídias aparecem – cinema, televisão, rádio, jornal, computador, telefone – e da rápida maneira como se movem através das rotinas da vida diária, é que elas fornecem recursos para a auto-imaginação como projeto social cotidiano. Neste sentido, mais do que técnicas novas, mídia eletrônica e migrações em massa marcam e impulsionam o mundo presente por meio de seu trabalho de imaginação e de ação coletiva⁸⁰.

Diante todas essas reconfigurações ocorridas no âmbito da teoria antropológica, Gupta e Ferguson (1997) refletem sobre a atual dificuldade em se conduzir uma pesquisa antropológica que naturalize e essencialize uma “cultura” como algo dado e separado. Cientes do fato de que em um mundo de fluxos transnacionais e movimentos em massa de populações, as tentativas de mapear o globo como um conjunto de regiões ou berços torna-se inadequada, os autores oferecem um panorama etnográfico de avança para além de suas “culturas⁸¹” e nos faz repensar uma das noções antropológicas mais produtivas, a noção de *cultura*, bem como os parâmetros de sua chave metodológica, ou seja, o *trabalho de campo etnográfico* (GUPTA & FERGUSON, 1997). Afinal, como seria propor a investigação de problemáticas e contextos similares aos de outras disciplinas? E como seria passar do estudo

⁷⁹ É importante destacar que, do ponto de vista defendido por Appadurai (1996), a globalização não implica necessariamente, ou mesmo com frequência, homogeneização ou americanização. Na medida em que diferentes sociedades se apropriam dos materiais da modernidade de maneira diferente, o autor defende que ainda há muito espaço para o estudo profundo de geografias, histórias e idiomas específicos. Não sem causa, a globalização é, em si, um processo profundamente histórico, desigual e até local.

⁸⁰ Entendida por ele como uma propriedade de coletivos – e não meramente uma faculdade do indivíduo dotado – a imaginação criada pela mídia torna possível uma leitura coletiva, crítica e prazerosa, capaz de gerar o que o autor denominou de “comunidade de sentimento” (APPADURAI 1990 *apud* APPADURAI, 1996). Assim, as imagens propagadas pela mídia criam esferas públicas da diáspora, de tal modo que aqueles que desejam se mudar, aqueles que se mudaram, aqueles que desejam retornar ou mesmo aqueles que optam por ficar, raramente formulam seus planos fora da esfera midiática, seja ela rádio, televisão, vídeos, mídia impressa ou telefone.

⁸¹ Neste sentido, a ideia de cultura – que antes pareceria ser um objeto sólido de análise empírica dos etnógrafos – aparece agora mais como um dispositivo narrativo do que propriamente como um fato (GUPTA & FERGUSON, 1997).

de pequenas comunidades consideradas isoladas para análises de problemas nacionais e até internacionais?

É nesse cenário de novos olhares sobre as sociedades contemporâneas e, conseqüentemente, também sobre os meios de comunicação que a Antropologia desponta como uma importante fonte de reflexões acerca do significado sociocultural que filme, televisão, vídeo, rádio, etc., desempenham na vida cotidiana de grande parte do mundo. Não obstante as previsões mais céticas e pessimistas de alguns, que chegaram, inclusive, a apregoar o fim da Antropologia, a disciplina floresceu entre as décadas de 1950 e 1970 (FELDMAN BIANCO, 1987) e, daí por diante, tornou suas teorias e práticas ilimitadas, multifocalizadas, na medida em que abriu um leque de possibilidades e legados intelectuais de dentro da disciplina, bem como de campos afins, que a permitiram refletir sobre como a mídia vem se constituindo e fazendo sentido em diferentes sociedades.

Não é sem causa, portanto, que a Antropologia começa a incluir em seus estudos objetos da ficção televisiva, como *soap operas*, telenovelas e séries. Com pesquisas que passaram a considerar o material visual em múltiplas plataformas, a disciplina vem demonstrando a importância atual de se discutir um mundo crescentemente mediado por tecnologias digitais. Atentos, agora, para práticas artísticas e culturais, mídias sociais, novas tecnologias de comunicação e até abordagens participativas, os antropólogos passam a se debruçar sobre as intersecções entre o digital, a cultura e as redes de sociabilidade⁸². Sobre o assunto, Dornelles (2003, p. 7) destaca que:

Classicamente, a Antropologia se interessou pelo estudo de diferentes culturas e fenômenos sociais envolvidos. No conjunto de temas de interesse da antropologia sempre esteve presente o estudo das formas de associação humana. Estudando a sociabilidade humana, a antropologia se preocupou em responder o que une os indivíduos e de que maneira a união se processa. Até pouco tempo atrás a sociabilidade privilegiadamente era praticada no encontro face a face entre os indivíduos. Emergiu, na última década, uma forma de interação inusitada, onde o contato se processa via máquinas/computadores. Não é somente uma nova forma de comunicação, mas sim a possibilidade de se socializar a partir de um contato face a tela (de computador).

De fato, o olhar com desconfiança sobre esses novos territórios de pesquisa acompanhou mesmo disciplinas como a Antropologia, que inicialmente resistiu ao novo contexto da pesquisa por medo de uma suposta falta de “autenticidade” do campo

⁸² Nesse caminho, a Antropologia Digital é também um campo de estudos que vem se preocupando com os estudos das mídias digitais em diferentes culturas locais. Voltada para a compreensão das relações socioculturais entre humanos e a tecnologia, Machado (2017) aponta como o campo, ainda em construção, possibilita um diálogo transdisciplinar, além de oferecer interessantes diálogos entre o local e o global.

(GONÇALVES, 2020), visto por muitos pesquisadores como “enganoso” e suscetível à necessidade de comprovação dos dados etnográficos “encontrados” em campo – já que a suposta inconsistência ontológica do mundo *online* o impediria de ser palco para etnografia que não se ancorassem no mundo “real”. As acusações também se estendiam às relações que se estabeleciam nesses ambientes: fosse por suposta falta de espontaneidade das relações, ou pelos novos arranjos temporais advindos pelas práticas *online*, o desafio era convencer a própria Antropologia da possibilidade de realizar etnografias na internet.

Se no final da década de 90 e começo dos anos 2000, a Antropologia ainda ponderava acerca dos impactos da cibercultura em suas práticas de pesquisa (GONÇALVES, 2020), no atual panorama brasileiro, as configurações das esferas sociais ilustradas no país pelas eleições de 2018 lançaram luz sobre a importância do uso das redes sociais da internet e a necessidade do debate sobre a legitimidade dos campos virtuais – algo que já não pode mais ficar à parte da disciplina.

Diante toda essa conjuntura, estamos cientes de que os desafios, possibilidades e também limites dos usos do método etnográfico em pesquisas de recepção na contemporaneidade são de diversas ordens e, portanto, não nos cabe esgotar o tema. A discussão por nós estabelecida é, no entanto, um esforço inicial em construir um campo teórico coeso que nos ofereça *pistas* para futuras pesquisas de recepção feitas na internet, em função de nosso entendimento de que o movimento epistemológico de tomar o ciberespaço como objeto de investigação configura-se, em suas potencialidades, como um encontro celebratório entre a Comunicação e a Antropologia (RAMOS, 2016; GONÇALVES⁸³, 2020).

3.3.1 A virada digital na Antropologia: contexto, autores, perspectivas

Atualmente, a crescente emergência dos meios de comunicação e do ambiente *online* vem questionando pressupostos que distinguem uma pesquisa na internet de uma pesquisa *offline*. Exemplo disso é o livro *The Internet - An Ethnographic Approach*, onde Miller e Slater (2000) buscam refletir sobre o uso prático do termo “etnografia⁸⁴” numa era em que a

⁸³ Para o autor, as aproximações entre os campos da Antropologia e da Comunicação pode impactar positivamente as duas áreas (GONÇALVES, 2020).

⁸⁴ Insatisfeitos com a literatura emergente sobre a internet, e relativamente conservadores na defesa dos cânones tradicionais da investigação etnográfica, Miller e Slater (2004) criticam um uso indiscriminado da “etnografia”, cujo termo tem se banalizado em muitas disciplinas e áreas. Em relação aos Estudos Culturais, por exemplo, os pesquisadores apontam que o termo tem sido considerado como sinônimo de um distanciamento da pura análise textual. Já em outros casos, a noção de etnografia da Internet tem se reduzido quase inteiramente ao estudo de uma “comunidade” e relacionamentos *online*, o que pode ser observado nas “etnografias do ciberespaço”.

abordagem etnográfica é capaz de produzir “novas perspectivas sobre os conceitos pelos quais a internet tem sido assimilada pela literatura acadêmica” (MILLER & SLATER, 2004, p. 42). Tomando a etnografia como uma abordagem – mais do que um método – que permite problematizar quadros mais amplos, a obra permite pensar práticas sociais relacionadas à internet, ao mesmo tempo em que assinala para a importância dos cânones tradicionais da investigação etnográfica no estudo das novas mídias.

Com efeito, as tecnologias digitais transformaram não somente a paisagem midiática como nossas sociedades e culturas. Ainda assim, mantendo-se em direto repúdio às reivindicações de psicólogos e gurus digitais de que as transformações provenientes das novas tecnologias representam uma mudança em nossa capacidade cognitiva ou na essência do ser humano⁸⁵, a Antropologia defende uma noção de humano que é normativo e cultural (HORST & MILLER, 2012). Definição esta onde o humano media o que é tecnologia, e não o contrário. Uma apreensão antropológica, portanto, se recusa a permitir que o digital seja visto como uma mera tecnologia. Mas de que Antropologia estamos ou não partindo?

3.3.2 A Antropologia desde a qual (não) partimos

Netnografia, etnografia *online*, etnografia digital, webnografia, ciberantropologia⁸⁶. Mesmo dentro das abordagens antropológicas, há distintas frentes teóricas e diferentes definições para a prática etnográfica no ambiente da internet, cada qual com suas próprias reflexões, epistemologias, objetivos e questões. Diante disso, vale ressaltar que vários desses termos são derivados de pesquisas mercadológicas e suas definições variam entre instrumentos de operacionalização, protocolos metodológicos e conceituações plurais⁸⁷.

Desde a primeira edição da obra de Hine (2004), intitulada *Etnografia Virtual*, e do trabalho de Kozinets (1998) e seu guia teórico sobre etnografia *online*⁸⁸, diversas nomenclaturas surgiram para a distinção dos termos de adjetivação metodológica nos estudos de interações sociais *online*. Isso refletiu no modo como investigações de abordagens

⁸⁵ Apesar disso, Horst e Miller (2012) reconhecem que a tecnologia pode ser empregada para ajudar a mudar a conceituação de ser humano.

⁸⁶ Ainda que algumas dessas definições colocadas para etnografia no ambiente da internet sejam, por vezes, colocadas como sinônimo, há uma diferença muito grande entre elas. Para mais detalhes sobre terminologias ver Fragoso, Recuero e Amaral (2011).

⁸⁷ Cf. Fragoso, Recuero e Amaral (2011); Pereira e Mendes (2020).

⁸⁸ Ambos citados por Ferraz e Alves (2017).

etnográficas na internet eram e ainda são comumente chamadas de netnografia, etnografia virtual, webnografia, etnografia digital ou etnografia *online*.

Apenas a título de exemplo, tomemos o termo “netnografia”, utilizado inicialmente nos anos 90 e muito relacionado ao marketing e às comunidades de consumo *online*⁸⁹. Criada e difundida por Kozinets (2014), que apresenta uma abordagem por ele denominada de netnográfica, esta perspectiva é bastante ligada à pesquisa de mercado e tem sido utilizada no estudo de comunidades de consumidores de diferentes produtos⁹⁰. Entre as razões teóricas da adoção está a possibilidade de compreender os relacionamentos *online* entre consumidores e empresas/produtos, isto é, o modo como dado produto passa a ser percebido na rede⁹¹. Além disso, no âmbito da razão prática, o plano metodológico apresentado pelo autor permite a execução de estudos com prazos curtos e viáveis economicamente em termos de mercado. Há pesquisas, por exemplo, que podem ser realizadas no período de um mês.

Para Kozinets (2014), a *netnografia* se trata da pesquisa observacional participante realizada no campo *online* que se difere de uma etnografia convencional, embora também apresente similaridades, como a demanda de flexibilidade por parte do pesquisador na adequação de métodos, e a busca por legitimidade e por práticas de pesquisa detalhadas e rigorosas. Marcada pela adaptação dos procedimentos etnográficos comuns de observação participante às peculiaridades das interações mediadas via computador, o autor desenvolve seus argumentos a partir da diferenciação entre a etnografia tradicional e a netnografia, ressaltando que o uso desta última sinaliza não somente a presença, como também o peso do componente *online*:

Referir-se à netnografia como uma prática particular além da etnografia é importante. O que ela sinaliza aos diversos constituintes da pesquisa – aqueles que aprovam sua ética, aqueles que a patrocinam e financiam, aqueles que a consentem, aqueles que dela participam, aqueles que formam seu público, aqueles que a analisam e aqueles que a lêem – é que essa pesquisa em particular segue um conjunto comum distinto e especificado de procedimentos e protocolos metodológicos que foram acordados por uma comunidade de estudiosos (KOZINETTS, 2014, p. 62).

⁸⁹ Cf. Pereira e Mendes (2020).

⁹⁰ Ao digitar o termo “netnografia” na internet é possível encontrar diferentes trabalhos que usam essa perspectiva, entre os quais alguns voltados à perspectiva do consumo, outros ao marketing.

⁹¹ Desta forma, este tipo de abordagem permite que empresas adquiram maior conhecimento sobre seus consumidores ou fãs – seus pensamentos, o modo como adotam seus produtos (materiais ou simbólicos) na vida cotidiana.

O embasamento argumentativo do autor parte do pressuposto de que não existe um padrão de etnografia necessariamente *verdadeira* que seja capaz de satisfazer todo purista metodológico. Deste modo, apontando para a pluralidade de tipos de etnografia – que vão desde narrativas realistas às aventuras de viagens – o autor evoca a legitimidade da existência de *outras* etnografias – não necessariamente aceitas por antropólogos –, feitas tanto por pesquisadores de outras áreas, como por estudiosos do próprio campo da Antropologia que sejam indisciplinados ou questionadores sobre as práticas do campo:

Quando compreendemos diversos fenômenos sociais, construímos o significado dos termos metodológicos de uma nova forma. A Antropologia é um campo muito diverso, com uma série de normas, e a etnografia se espalhou muito além dela, mudando campos e sendo mudada por eles no processo. Nessas circunstâncias, o que é a “coisa verdadeira”, ou seja, uma etnografia genuína, autêntica, fiel, confiável, é uma peça de trabalho etnográfico que satisfaz algum grupo ou determinados padrões de grupos para o que é necessário em um determinado momento (KOZINETS, 2014, p. 64).

A proposta apresentada por ele para o estudo de comunidades no ambiente *online* difere de Christine Hine (2000), por exemplo, para quem a *etnografia virtual* é sempre e necessariamente parcial e incompleta por não dar conta de aspectos considerados importantes, como é o caso da possibilidade de se obter uma visão holística sobre qualquer informante. Contrasta também com a proposta de Daniel Miller, para quem a *etnografia digital* mesmo não sendo necessariamente incompleta⁹², não é vista nem como uma técnica, tal como Kozinets (2014) a enquadra – tampouco como uma metodologia diferente da etnografia tradicional. Para Miller (2020), uma pessoa que separa *online* e *offline* não pensa antropológicamente⁹³.

De fato, longe de uma discussão acabada ou sem ruídos, as relações entre *online* e *offline* têm sido encaradas de maneiras distintas por diferentes autores ou mesmo por um mesmo autor em diferentes momentos. Exemplo disso é a própria Christine Hine, principal responsável pelo termo “etnografia virtual”. Mais recentemente, a pesquisadora questionou o surgimento de tais termos e chegou a propor a suplantação de termos como netnografia e etnografia virtual (este último popularizado por ela mesma), sob o argumento de que “aludem a uma suposta distinção entre os ambientes *online* e *offline* em vez de uma relação de

⁹² O autor considera a possibilidade de se fazer uma pesquisa etnográfica inteiramente *online*.

⁹³ Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=WC24b3nzp98>.

contiguidade e atravessamento entre ambos, que é observada em boa parte dos estudos” (FRAGOSO, RECUERO & AMARAL, 2011, p. 178).

Seja como for, fazemos já aqui uma demarcação: a Antropologia desde a qual pensamos não nos permite ignorar as continuidades estabelecidas entre a etnografia “clássica” e a etnografia feita no ambiente *online*. Não nos parece somente tentador, como também perigoso, esse chamado a uma netnografia que quase essencializa uma suposta diferença natural entre uma etnografia feita nos moldes tradicionais – já aparentemente ultrapassada em seus pressupostos clássicos – e um novo modo de fazer pesquisa etnográfica na internet. Na contramão dessa ideia, este estudo propõe um movimento teórico e metodológico que entende a importância da teoria antropológica “clássica”⁹⁴ para os estudos etnográficos realizados na web, ao mesmo tempo em que propõe uma reflexão sobre as especificidades de se fazer uma etnografia *online* (face/computador).

Nesse cenário, romper com a ideia monolítica de pesquisa *online* é fundamental para entender o significado mais específico ao qual nos propomos para a presente tese, haja vista que tal posicionamento nos possibilitará partir de um lugar específico em direção a objetivos também específicos: no caso, o intuito é, a partir do diálogo entre JMB e a Antropologia Digital, oferecer subsídios teórico-metodológicos para pesquisas de recepção desenvolvidas no ambiente da internet. Assim, mais distantes de uma ideia ligada ao marketing, métricas e consumo no sentido mais voltado ao mercado, a perspectiva etnográfica ao qual nos filiamos, isto é, a etnografia digital, está situada no campo maior da Antropologia das Mídias, cuja tradição vem se fortalecendo desde o fim dos anos 1980 enquanto campo interdisciplinar.

3.3.3 A Antropologia desde a qual partimos: sobre a emergente Antropologia Digital

Como já destacamos anteriormente, o emergente subcampo da Antropologia Digital tem como marco a publicação do livro *The Internet – An ethnographic approach*. No Brasil, esse texto traduzido para o português⁹⁵ tornou-se uma espécie de cânone na antropologia digital brasileira (LINS, PARREIRAS & FREITAS, 2020), permitindo aos pesquisadores da área pensar as relações fluidas e contextuais entre o que se costuma chamar de *online* e *offline*. A

⁹⁴ Cf. Horst e Miller (2012); Miller e Horst (2014); Horst (2012).

⁹⁵ Miller e Slater (2004).

Antropologia Digital enquanto nova disciplina, todavia, foi proposta por Heather e Horst (2012) no livro *Digital Anthropology*.

Desde a publicação de Miller e Slater (2000), outros esforços têm sido feitos por alguns autores da área, que vêm refinando suas teorias e abrindo novos leques de estudos. Em entrevista à Revista de Antropologia da USP, em 2009, Daniel Miller – um dos principais, senão o principal, expoente da área, pontuou acerca da importância dessa nova subdisciplina e os desafios que o têm movimentado a pesquisar questões relacionadas às mídias digitais e o ambiente *online*. Professor de Antropologia na University College London (UCL) desde o início de sua carreira, na década de 1980, Miller destacou seu envolvimento com um novo programa em Antropologia Digital, que acreditava ser o primeiro no mundo com esse nome. Naquele momento, o pesquisador argumentou:

Não temos medo destas mudanças, não as vemos como algo perturbador, mas simplesmente como uma nova oportunidade para compreender pessoas. Há uma dinâmica na qual as pessoas interagem com estas novas tecnologias e sobre a qual pode-se tirar reflexões. Este programa de antropologia digital aproveita essas mudanças e enfrenta o desafio de trabalhar com a velocidade da mudança, o que não significa que você não possa desenvolver idéias teóricas que são profundas e duradouras (VIANNA & RIBEIRO, 2009, p. 430).

Apesar de bastante diversa, a Antropologia de Miller é ainda pouco lida no Brasil. Se à época, apenas o livro *Teoria das compras*⁹⁶ tinha sido traduzido para a língua portuguesa – o cenário atual não é muito diferente: acresce-se a ele apenas o livro *Trecos, troços e coisas*⁹⁷ e a coletânea *Como o Mundo Mudou as Mídias Sociais*, que inclui textos de nove antropólogos sobre pesquisas de campo em diferentes partes do mundo⁹⁸. Desse modo, apesar de serem portas de abertura para a obra de Miller, que se pauta pela importância da materialidade na construção das relações entre as pessoas e as coisas (VIANNA & RIBEIRO, 2009), no que toca à discussão sobre a Antropologia Digital há ainda uma demanda por livros traduzidos sobre o tema no país – a exemplo da obra que tomamos como base para nossas discussões, como veremos a seguir.

A despeito dessa lacuna, no Brasil, alguns esforços têm sido empreendidos por alguns pesquisadores do campo da Antropologia Digital que, ao menos desde 2006, vêm realizando

⁹⁶ MILLER, Daniel. **Teoria das compras**. São Paulo: Nobel, 2002.

⁹⁷ MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas**: Estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.

⁹⁸ MILLER, Daniel *et al.* **Como o mundo mudou as mídias sociais**. Londres: UCL Press, 2019.

pesquisas, participando de grupos de trabalho, seminários nacionais e internacionais, e mesas na área da Antropologia (LINS, PARREIRAS & FREITAS, 2020). Alguns desses trabalhos serão apresentados mais adiante, no capítulo 7 desta tese.

Voltando à questão da Antropologia Digital enquanto nova subdisciplina, Miller (2015) demarca a diferença entre esse tipo de abordagem em relação aos estudos antropológicos tradicionais⁹⁹. Situando essa diferença no plano ideológico – e não metodológico, (como faz Kozinets, 2014), o antropólogo argumenta:

Na Antropologia, frequentemente encontramos pesquisas onde há a romantização do “outro”, passando a vê-lo, assim como a suas sociedades, como mais autênticas, como comunidades, enquanto que há a caracterização de sociedades como aquela em que vivo como uma perda. Então o mundo *online* é visto como virtual, e o amigo do Facebook não é visto como um amigo de verdade. Para mim é muito importante que a Antropologia trate todas as sociedades como iguais. Para mim, Londres é tão autêntica quanto a Amazônia, e seus relacionamentos sociais tão significativos quanto. Fazer coisas *online* é parte e parcela do dia a dia. Nós não consideramos uma ligação telefônica como “virtual” só porque acontece por telefone. Em segundo lugar, os estudos tradicionais são frequentemente fixados em uma população particular e local. Mas quando estudei, por exemplo, a relação entre mães e filhos filipinos, uma das unidades de análise foram as conexões digitais transnacionais entre eles (MILLER, 2015, s.n).

Dessa forma, a força do livro *Digital Anthropology* está no fato de que ele não duela com tais diferenças, mas, ao contrário, busca pensar para além delas, no sentido a teorizar os novos ambientes digitais. Somado a isso, as qualidades da tradição etnográfica, que permite integrar o trabalho teórico com o humanismo dos relatos etnográficos, são entendidas pelo autor como fundamentais para iluminar os modos como a tecnologia digital está integrada no cotidiano de pessoas comuns. Justamente por isso, a obra sugere que as características tradicionais do trabalho de campo antropológico mantêm sua centralidade nos estudos do digital. Sobre a questão, ele argumenta:

Por exemplo, estudos sociológicos implicam que o uso da internet tem levado a uma abordagem da rede mais focada no ego, e, ao mesmo tempo, com forças de estado e superestado cada vez mais poderosas, que constituem a nova infraestrutura digital. Essas questões são encontradas na escrita de pessoas como Castells e Wellman. Mas, em nossos estudos, descobrimos que a comunicação digital frequentemente ainda tem base nas unidades dos estudos da Antropologia mais tradicional. Assim, em nosso estudo na Índia, mostramos que a casta é central na forma como a rede social é usada,

⁹⁹ Em entrevista à Revista Z Cultural. Cf. <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/daniel-miller-a-antropologia-digital-co-melhor-caminho-para-entender-a-sociedade-moderna/>. Acesso em 07/01/2022.

enquanto nos estudos na Turquia ela é mais tribal e, em outros estudos, tem mais base na família. Todos esses estudos antropológicos ligam o individual ao social em vez de vê-los como duas categorias opostas na vida (MILLER, 2015, s.n).

O mesmo ocorre com o significado cultural dos comportamentos. Como sugerem as tradições antropológicas, a vida cultural é sempre normativa, isto é, as pessoas julgam umas as outras o tempo todo acerca de seus comportamentos, classificando-os como adequados ou não. Esse julgamento mantém estreita relação com as especificidades culturais – de modo que algo totalmente aceitável por uma família brasileira pode ser inadmissível para uma família turca. Do mesmo modo, as mídias digitais impõem normatividade aos seus usuários. Nas redes sociais digitais, por exemplo, a exposição e visibilidade de nossos comportamentos parecem não somente se manter, como potencializar, a atenção das pessoas em relação às nossas ações – que serão julgadas como aceitáveis ou não, seja pela família, casta ou comunidade.

À luz de tais questões, o ponto central da Antropologia Digital *não* é o que a torna *diferente*, e sim o que a torna *importante* para a pesquisa acadêmica. Tomando-a como o melhor caminho para compreender a sociedade moderna – Miller acredita que, em última instância, o que essa nova disciplina aponta é a centralidade da Antropologia, “uma das poucas disciplinas equipadas para imergir a si no processo pelo qual a cultura digital torna-se cultura normativa e entender o que ela nos diz sobre ser humano. A lição para a antropologia é que, longe de nos fazer obsoletos, a história da antropologia mal começou” (MILLER & HORST, 2015, p. 108).

3.4 A Antropologia Digital e os Estudos de Comunicação

Apesar de não muito traduzidos no Brasil, os escritos de Daniel Miller têm sido incorporados ao campo de Comunicação, principalmente no que toca ao debate sobre consumo e cultura digital. Em recente artigo intitulado *Diálogos com Daniel Miller no campo da Comunicação: reflexões a partir das pesquisas do GP Consumo e Culturas Digitais*, Silva e Machado (2020) examinam dez pesquisas desenvolvidas pelo grupo, que é vinculado à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/CNPq), de modo a discutir como tem sido incorporado o legado teórico e metodológico de Daniel Miller nesse conjunto de reflexões. Por trás desse interesse está o reconhecimento da “potência do método etnográfico para a análise cultural e para a descrição da cultura digital e dos ambientes de interação *online*” (p. 861). De acordo com esses autores, os livros de Daniel Miller e coautores vêm

demonstrando influência significativa, tanto em termos teóricos como metodológicos¹⁰⁰ por construir diálogos interdisciplinares, considerando o contexto e também as materialidades das interações digitais. Os autores mapearam seis dissertações e quatro teses que apresentam diálogos com Miller a partir de contextos sociais específicos, descrevendo apropriações de diferentes tecnologias digitais na vida cotidiana, singularizadas por elementos como geração, gênero, sexualidade, trabalho, agremiações, posições políticas, condições socioeconômicas, entre outros, que constituem, de modo conjunto e interconectado, experiências vividas na web.

Quadro 2 - Principais gêneros culturais observados em 10 pesquisas com base na Antropologia Digital de Daniel Miller

Título (autoria, ano)	Principais gêneros culturais
<i>Celulares, conexões e afetos: a sociabilidade e o consumo de smartphones entre jovens de comunidade popular</i> (Tondo, 2016)	Dispositivo como mediador de afetos e <i>performances</i> Dificuldades geracionais de letramento digital Não tornam públicas desavenças entre familiares e amigos(as) Racionalização pouco efetiva por parte de pais e mães Satisfação familiar de oferecer acesso à internet Na internet, os(as) filhos(as) estão em casa: pais/mães sentem que ofertam proteção Frustração das expectativas amorosas
<i>“Em um relacionamento sério com o celular”: uma etnografia das práticas de consumo de smartphones por mulheres</i> (Pereira, 2017)	O <i>smartphone</i> significa a internet, e o Facebook, o navegador Maternidade e <i>status</i> de relacionamento são definidores dos tipos de publicações Sem o <i>smartphone</i> não há trabalho 24 horas conectadas com o mundo doméstico Papéis de gênero normativos: ciúmes como principal motivo de interdição de alguns tipos de publicações Uma boa mãe e mulher é reconhecida pelo que publica É preciso desligar o aparelho para dar conta das atividades domésticas e familiares
<i>No ritmo do passinho: deslocamentos midiáticos e estetização cotidiana do grupo Dream Team do Passinho</i> (Menezes, 2017)	Estratégias visuais consolidadas nas redes para adentrar as coberturas e a grade da televisão Demarcação de identidades coletivas por meio de conteúdos de dança e militância Deslocamentos do que é ser celebridade na favela Influência dos patrocinadores nas composições estéticas Produção de conteúdo digital sem a chancela da gravadora
<i>Crianças no YouTube: um estudo etnográfico sobre as infâncias e suas estratégias de relacionamento nas mídias digitais</i> (Kuntz, 2018)	YouTube como aprendizado de habilidades e expansão da sociabilidade infantil Insultos e <i>haters</i> causam insegurança em pais e mães

¹⁰⁰ Cf. SILVA, Sandra Rubia; MACHADO, Alisson. Diálogos com Daniel Miller no campo da Comunicação: Reflexões a partir das pesquisas do GP Consumo e Culturas Digitais, 2020.

	<p>frente ao retorno financeiro</p> <p>Imitação de canais famosos: repetição de um modelo de infância</p> <p>Fortalecimento de laços com familiares</p> <p>Papéis projetivos de si (dos pais e das mães) na estética dos vídeos</p>
<p><i>“A gente se ama e se odeia ao mesmo tempo”</i>: uma etnografia do consumo de smartphones em circuitos de sociabilidade de jovens de camadas populares (Trindade, 2018)</p>	<p>Valores da masculinidade hegemônica para ambos os sexos</p> <p>Imperativo do conflito que admite o cômico</p> <p>Materialização das disputas (<i>emojis, gifs, memes</i>)</p> <p>Espaços <i>off-line</i> para liberação do estresse <i>online</i></p> <p>Geolocalização e <i>check-ins</i> como forma de usufruir a cidade</p> <p>Procura de um namoro ideal igual ao do mundo digital</p> <p>Sentimento frustrado de liberação sexual das jovens em cenários de machismo</p> <p>Moralização das estéticas</p>
<p><i>Participação política na timeline: o Facebook como arena pública para sugestões legislativas apresentadas no E-cidadania</i> (França, 2018)</p>	<p>Apoio às SUGs para movimentar a agenda pública do tema pleiteante</p> <p>Cidadão produtor e responsável pela circulação do tema</p> <p>Mobilização junto a ativistas, blogueiros(as) e <i>youtubers</i></p> <p>Atuação individual de cidadãos/ativistas</p> <p>Superficialidade nas interações devido à matriz interacional das plataformas</p>
<p><i>A internet dos leigos: catolicismo midiático e práticas de consumo como experiência vivida</i> (Flores da Rosa, 2018)</p>	<p>Tendência ao entretenimento, humor e à catequese de boteco</p> <p>Tensões políticas, doutrinárias e litúrgicas entre diferentes setores da Igreja</p> <p>Embate digital contra os hereges</p> <p>Ênfase dada não ao transcendente, mas à vida prática da fé</p> <p>Mídia como o encontro com a Igreja e suas exigências</p> <p>Experiências digitais de afirmação da catolicidade: buscam atingir quem já é católico</p> <p>Explicação da fé canônica e de temas considerados polêmicos</p> <p>Postagens blindadas pelos poderes eclesiais</p>
<p><i>O suicídio em torno da vida e da morte: uma etnografia do consumo do Facebook por jovens</i> (Paz, 2019)</p>	<p>Criação de espaços de escuta</p> <p>Ações de responsabilidade, cuidado e meios de sustentação da vida</p> <p>Interferir pontualmente nos momentos de crise do(a) suicidando(a)</p> <p>Maior segurança no desabafo: liberdade em falar da temática sem ser(em) estigmatizados(as)</p> <p>Combater a exposição de material íntimo de meninas na internet por meninos</p> <p>Tribunais públicos para punição desses acusados</p> <p>Uso de vários perfis por uma mesma pessoa por se sentir mais livre para autoexpressão</p>
<p><i>Práticas de consumo das redes sociais</i></p>	<p>Luta por justiça e memória no Facebook</p>

<p><i>por mães de vítimas do incêndio da Boate Kiss: a criação de experiências no cotidiano</i> (Pavanello, 2019)</p>	<p>Direito à saúde como demarcação política em um cenário marcado pela impunidade Narrativas para corporificar nos outros a dor que sentem Proteção afetiva e recurso terapêutico Sentem-se mais protegidas de insultos em seus perfis do que na Tenda da Vigília (local de memória mantido pelos familiares das vítimas) Facebook para manter diálogos com os(as) filhos(as) mortos(as) Manutenção dos perfis da mesma forma como outros objetos significativos são preservados A mediação tecnológica diminui as distâncias insuperáveis</p>
<p><i>Toda trabalhada na wi-fi: cotidiano travestiem trajetórias digitais</i> (Machado, 2019)</p>	<p>Manutenção de reputações pela valorização da honestidade Fofocas e jocosidade para demarcar a fidelidade a si mesmas Sentem que não têm direito à privacidade No <i>trottoir</i> também se busca conexão wi-fi Fazer a pista conectada é menos arriscado Dinâmicas da prostituição contidas nos celulares: 24 horas conectadas para o sexo (cansaço e diminuição da libido) Trabalho constante de ativar o desejo das mariconas O encontro <i>online</i> precisa acontecer <i>offline</i> para assegurar o retorno financeiro O perfil e as publicações são dedicados aos orixás</p>

Fonte: Silva e Machado (2020, p. 867).

Resumindo a análise que esses autores fazem dos estudos apresentados no GP Consumo e Culturas Digitais da INTERCOM, destaca-se o fato de que eles têm empreendido uma costura interdisciplinar entre o campo da Comunicação e da Antropologia, “seja pelo caráter etnográfico das pesquisas analisadas ou dos diálogos com o campo da antropologia do consumo e da antropologia digital e que se alinham às perspectivas teórico-metodológicas de Miller” (p. 877). No rol das principais obras do autor que foram apropriadas em tais estudos estão: *Digital Anthropology*¹⁰¹, *The cell phone: an anthropology of communication*¹⁰², *Tales from Facebook*¹⁰³ e *How the world changed social media*¹⁰⁴. Destaque para as 15 teses desenvolvidas por Miller (2011) sobre o Facebook na obra *Tales from Facebook*, que têm sido fundamentais para as investigações, haja vista sua proeminência na maioria dos campos de pesquisa. Além disso, a noção de polimídia (polimedia) tem sido usada para dar conta de

¹⁰¹ Horst e Miller (2012).

¹⁰² Horst e Miller (2006).

¹⁰³ Miller (2011).

¹⁰⁴ Miller *et al.* (2016).

um cenário em que já não é mais possível entender uma plataforma midiática de modo isolado, mas sempre em relação a outras. Essa noção também tem permitido compreender que a distinção entre os ambientes digitais também significa a distinção entre as pessoas. Igualmente importante nas pesquisas foi *How the world changed social media* (MILLER *et al.*, 2016), que possibilitou fazer a comparação de dados de campo com resultados obtidos em outros países. Além disso, o uso da noção de “sociabilidade escalonável” (*scalable sociality*) apontou para “a importância de observar as variações entre o tamanho do alcance das interações e os graus de extensão das mídias sociais” (p. 872). Ao final, fica clara a importância do uso dos trabalhos de Miller para estudos de Comunicação, registrando-se um crescente número de pesquisas defendidas nos últimos anos nos Programas de Pós-Graduação que encontram nos trabalhos do autor alicerces para questões teórico-metodológicas. Justamente diante de tal fôlego da Antropologia Digital, damos sequência a nossos esforços de dialogar com esse campo que, mesmo emergente, tem muito a nos inspirar.

3.5 Uma metodologia das mediações: nossa proposta

Desde o lançamento do livro *Vivendo com a telenovela* (LOPES *et al.*, 2002) – tornado referência para as pesquisas empíricas de recepção que usam metodologia das mediações – ficou evidente a potência do uso estratégico dos mapas barberianos nos estudos de comunicação. No caso de pesquisas que, por exemplo, tenham como objeto de estudo um determinado produto comunicacional – como a telenovela ou o telejornal – a pesquisadora ressalta que, a partir desses formatos televisivos, é possível explorar elementos da linguagem televisiva em articulação com as lógicas da produção a partir da exploração da mediação da tecnicidade. Já caso o pesquisador queira articular esse objeto às competências da recepção é possível fazê-lo por meio das mediações da ritualidade ou da sensorialidade: “Trata-se então de elaborar uma específica estratégia de uso dos mapas das mediações para uma específica pesquisa empírica” (LOPES, 2018, p. 61).

Cientes de que a diretriz cartográfica gera um contexto propício ao cruzamento de autores e conceitos vindos de outras áreas¹⁰⁵, para as linhas que se seguem, apresentaremos o arcabouço teórico-metodológico que conforma nossa proposta.

A cartografia proposta por JMB (2004) estabelece articulações entre:

¹⁰⁵ Cf. Lopes (2018).

as operações – de rejeição, de retorno, de assimilação, de refuncionalização – feitas pelas pessoas no processo de leitura e apropriação das mensagens denotam a preocupação do autor com o que fazem as pessoas com aquilo que se faz delas (p. 136). Essa perspectiva põe em xeque a noção de um emissor onipotente e um receptor passivo, pronto para receber sem resistência os conteúdos dos meios de comunicação;

as matrizes– de território, de classe, de religião, de etnia, de sexo, de idade – dizem respeito às especificidades históricas do popular na América Latina – espaço denso de interações, de intercâmbio e reapropriações – típicos de nosso *movimento de mestiçagem*;

os espaços– a fábrica, o bairro, a prisão, o habitat – nos lembram que a cidade não é somente um “espaço ocupado” ou construído (p. 293), mas um espaço comunicacional que conecta pessoas e territórios na vida cotidiana. Pensa o bairro como espaço-chave de luta pela identidade dos grupos populares;

as mídias – discos, livros, gravadores, a imprensa, o rádio e a TV – entendidas como espaços-chave de condensação e intersecção da produção e do consumo cultural e também catalisadoras de algumas das mais intensas formas de poder (p. 229). Mais além de lógicas mercantis e invenções tecnológicas, dizem respeito também a questões de cultura.

Nós buscaremos aqui também estabelecer articulações que nos sejam fecundas para pensar sobre o digital e suas implicações na pesquisa de recepção na internet.

Se em *Ofício de Cartógrafo*, JMB relata como seu encontro com um livro de Margareth Mead, intitulado *Cultura e Compromisso*, o fez se deparar com outro “mapa noturno” sobre a relação da aceleração das transformações na cultura e os modos de comunicar com o aprofundamento de nossos medos da mudança, para fins deste trabalho, tomamos como inspiração o livro *Digital Anthropology*, de Horst e Miller (2012), onde são propostos *seis princípios básicos* que norteiam essa nova subdisciplina. Fazemos isso com a intenção de espalhar a tela mais ampla possível sobre a qual se deve iniciar um trabalho criativo de pesquisa e de pensamento. São eles: **dialética, falsa autenticidade, holismo, relativismo cultural, abertura e fechamento e materialidade**. De modo bem resumido:

Dialética: rompe com a distinção entre analógico/digital. Entende o digital não como mera tecnologia, mas como meio altamente eficaz para refletir o que significa ser humano;

Falsa autenticidade: rompe com ilusões do mundo pré-digital e questiona a noção de ser humano puro e não mediado. Aponta para a armação da estrutura das relações face a face: nada é natural ou autêntico;

Holismo: reafirma o compromisso com a metodologia – em especial a etnografia. Ressalta a importância do contexto mais amplo da integração de várias instituições;

Relativismo cultural: parte do entendimento de que a internet é sempre uma invenção local de seus usuários. Desvela a pluralidade e heterogeneidade das culturas, reafirma compromisso às regiões e culturas negligenciadas e permite estudos comparativos dos valores das pessoas;

Abertura e fechamento: explicita contradições na sociedade, apontando novas e ambíguas formas na experiência da liberdade proporcionada pela internet. Reafirma o princípio dialético do digital ao apontar contradições, variações e fluxos;

Materialidade: abarca um conceito cultura que passa pela objetificação, posto que a socialização ocorre dentro de um mundo material com artefatos culturais. Questiona a ilusão da imaterialidade do digital, aponta a materialidade da infraestrutura da tecnologia e reafirma uma noção de ordem social que é mediada pela cultura material.

Nesse percurso, os autores não apenas nos ajudam a refletir sobre os novos desenvolvimentos da pesquisa antropológica na internet, como também aprofundar nossa compreensão do que somos e sempre fomos, afinal, o digital é visto como um meio altamente eficaz para refletir sobre o que significa ser humano – tarefa final da Antropologia como disciplina.

3.5.1 Entre mediações e princípios: Uma moldura para a pesquisa empírica de recepção na internet

A cartografia é um procedimento teórico-metodológico que, no campo da comunicação, estimula o cartógrafo a esboçar seus percursos de pesquisa e, assim, compreender os processos de percepção ali envolvidos (...), pois que esses processos estão fora do sujeito, são exteriores a ele, e só vão existir para o sujeito quando forem percebidos por ele (...) (LOPES & LEMOS, 2019, p. 7).

Passamos agora a esboçar o baluarte teórico-metodológico que conforma nossa proposta, feita a partir do diálogo entre a obra de JMB e o livro *Digital Anthropology*. Cabe-

nos já fazermos uma demarcação: dado o caráter integral e integrado da teoria barberiana, cuja perspectiva dá conta de todos circuitos da comunicação– produção, circulação e recepção, optamos por focar na discussão teórica que alcança o circuito da recepção. Isso não nos impediu, todavia, de lançarmos um olhar integrado entre a produção e a recepção (LOPES *et al.*, 2002; SIFUENTES & ESCOSTEGUY, 2016) – proposta do próprio JMB a partir do **Mapa das Mediações Comunicativas da Cultura**, que permite “operacionalizar a análise de qualquer fenômeno social que relaciona comunicação, cultura e política, impondo-se como uma dimensão da articulação entre produtores, mídia, mensagens, receptores e cultura” (LOPES, 2018, p. 54).

Fazemos notar, todavia, que, dado o escopo desta proposta – que busca pensar a internet como campo de observação etnográfica – temos como fio condutor as fases do fazer etnográfico trabalhadas em articulação com a cartografia de JMB. Assim, apesar de passarmos por questões que tocam o encontro com o “Outro”, isto é, o “Receptor”, não cabem aqui discussões sobre o estatuto do receptor, tampouco proposta que abarque a totalidade do circuito da recepção¹⁰⁶. Dito de outra forma, nossa preocupação aqui é a discussão sobre a potencialidade do método etnográfico na internet nas pesquisas empíricas de recepção na internet.

Assim como já apontaram Wottrich, Silva e Ronsini (2009) no que tange à proposta de explorar a perspectiva das mediações de JMB para a pesquisa de recepção da telenovela, estamos cientes de que nossa proposta não preenche de modo algum o caminho proposto por JMB. Uma vez, contudo, que encontramos nos mapas do autor uma moldura teórica, que liga nossa discussão teórico-metodológica ao escopo de pesquisas empíricas, acreditamos ser importante o esmiuçamento de algumas questões.

A primeira delas é que uma adoção integral do modelo de JMB não é algo possível de ser feita nos limites de uma única pesquisa, haja vista que sua proposta “é empiricamente viável apenas em condições institucionais ideais” (Ibidem, p. 2). Além disso, a própria análise da instância da recepção em si, já é demasiada ampla, haja vista que abarca articulações entre comunicação, mídia e sociedade. Isso faz as autoras argumentarem que, diante de um modelo ambicioso como o de JMB, apenas um trabalho composto por uma equipe de pesquisadores poderia dar conta de todo o circuito da comunicação – que vai da produção à recepção e volta à produção. O mesmo argumento é apresentado por Ronsini (2010), que reflete sobre as implicações teóricas e metodológicas de se trabalhar com o circuito apresentado por JMB:

¹⁰⁶ Para Ronsini (2010), a totalidade possível para a recepção abarca o contexto cultural e social, o receptor e sua posição de classe, e o texto midiático.

Sinteticamente, o argumento que apresento é o de que a proposição teórica de Barbero pode ser aplicada de um modo mais restrito, menos ambicioso no que diz respeito a sua amplitude empírica e teórica, podendo ser recortada para definir agendas investigativas diversas em direção à produção, ao exame das representações ou discursos formalizados no texto, à circulação das formas simbólicas no consumo e à apreensão do sentido na recepção (RONSINI, 2010, p. 5).

Desta feita, diante a necessidade de focar em algum âmbito da comunicação, isto é, produção, produto ou recepção, e para que seja possível dar conta da complexidade desse âmbito, optamos por dar ênfase às mediações que nos permitissem contribuir para o debate dos estudos de recepção feitos na internet. Propomos, assim, **quatro mediações para pensar um estudo de recepção feito no ambiente da internet, são elas: redes, tecnicidade, temporalidade e ritualidade**. Tal opção nos fez mobilizar dois mapas de JMB, a saber: o Mapa das Mediações Comunicativas da Cultura ([1988]2003), que ainda é pouco explorado nos estudos de recepção¹⁰⁷, e o Mapa das Mutações Culturais e Comunicativas Contemporâneas, apresentado em entrevista a Omar Rincón em 2017 e que virou tema do já mencionado livro *Un nuevo mapa pra investigar la mutación cultural* (JACKS, SCHMITZ & WOTTRICH, 2019).

Como ponto de partida, elegemos em um primeiro momento duas mediações que são intrinsecamente ligadas aos estudos de recepção: a tecnicidade e a ritualidade¹⁰⁸. Ao começar pela mediação mais próxima das lógicas de produção¹⁰⁹, isto é, a **tecnicidade**, chamou-nos atenção por se referir não às gramáticas discursivas que são formuladas nas práticas de enunciação, *mas* aos *modos* como a tecnologia molda a *cultura* e as *práticas cotidianas*, grosso modo, apontando para o aspecto técnico da conformação da cultura. A **ritualidade**, por sua vez, foi considerada importante por constituir-se a partir dos processos midiáticos, remetendo aos diferentes *usos sociais* dos meios e aos diversos *trajetos de leitura*. De modo geral, ela permitiu refletir sobre “a modelagem dos ritmos que imprimimos ao viver o cotidiano” (RONSINI, 2010, p. 12).

Nosso interesse na recepção não nos limitou a elegermos apenas mediações que se encaixem no âmbito dos usos. Por isso, elegemos mais duas mediações que, apesar de não *necessariamente* remeterem ao circuito da recepção, também dizem respeito às pessoas, suas

¹⁰⁷ Cf. Sifuentes e Escosteguy (2016).

¹⁰⁸ Cf. Ronsini (2010).

¹⁰⁹ Inicialmente vinculada à produção em contraponto à recepção, a mediação tecnicidade foi posteriormente incorporada ao debate sobre a lógica dos usos sociais (PIENIZ & CENCI, 2019; RONSINI, 2010).

práticas e sentidos negociados – é o caso das **redes**, mediação que aparece pela primeira vez no mapa de 2018, colocando no centro do debate questões sobre a cultura digital, e da **temporalidade**, que vai contra a ideia linear de tempo e está intimamente ligada às práticas culturais na América Latina (JMB, 2004). Cabe aqui ressaltar que, mesmo em um estudo que recaia com o foco na recepção, deve haver a preocupação em se relacionar os circuitos de produção, discurso e recepção:

As mediações que atravessam a relação dos receptores com os meios não existem fora da relação com os meios: classes sociais, gênero, etnia, família, escola, grupos de amigos, indivíduos estão sendo modelados pela cultura da mídia. As mediações comunicativas na recepção são apreendidas através da análise dos textos midiáticos relevantes no cotidiano do receptor, abrangendo o exame do texto e dos usos, da sua circulação no espaço/tempo do receptor e da conformação deste espaço/tempo (RONSINI, 2010, p. 11).

Além do mais, é preciso problematizar que se o uso do “novo mapa” repercute em uma nova onda de estudos que buscam dar prioridade à “totalidade da recepção”, isso aponta que pouco se avançou no entendimento da proposta de JMB como uma teoria de todo processo comunicativo, isto é, que privilegia as relações entre produção e recepção (SIFUENTES & ESCOSTEGUY, 2016). Desse modo, compartilhamos com as autoras o pensamento de que tanto as pesquisas de recepção poderiam dar mais ênfase a aspectos relativos à produção, como trabalhos que têm como foco a produção e o texto poderiam se valer de JMB para explorar um eixo ainda muito pouco desenvolvido do Mapa das Mediações Comunicativas.

De maneira sucinta, destacamos que: a opção pela mediação redes nos permitiu dialogar com o debate sobre o digital e o olhar sobre o campo; tecnicidade, mediação central na obra de JMB, foi por nós aproveitada para o debate sobre cultura no cenário da globalização; temporalidade, permitiu-nos pensar a relação sujeito e objeto como uma questão temporal; e ritualidade – mediação já muito utilizada na literatura acadêmica no que toca às práticas das audiências, justamente por estar diretamente relacionada ao processo de atribuição de sentidos feitos pelo receptor em relação aos conteúdos midiáticos¹¹⁰ – foi desmembrada no sentido a abarcar as práticas das audiências nos novos cenários de comunicação.

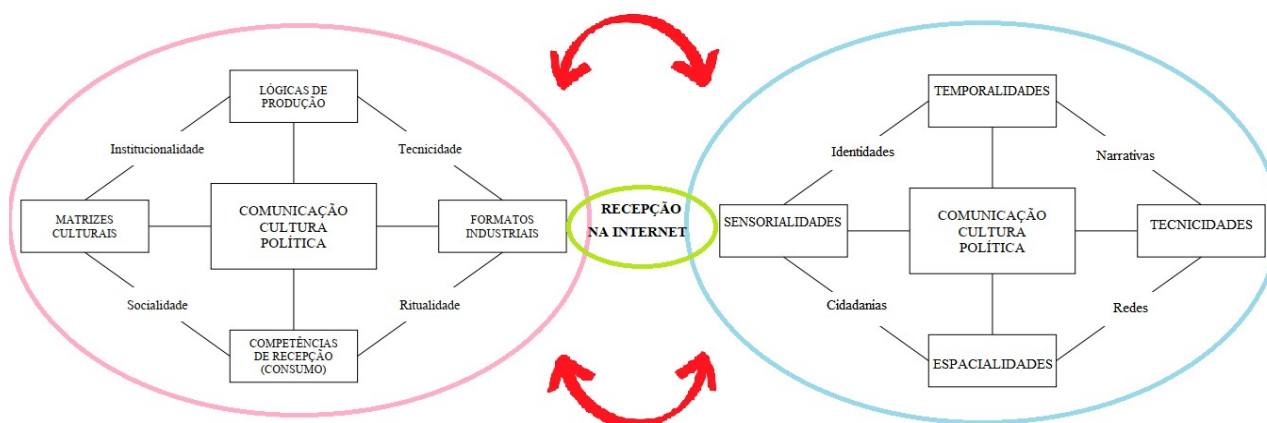
Inicialmente, tínhamos em mente explorar uma mediação de JMB para cada princípio da Antropologia Digital – o que não foi possível principalmente em função das demandas pela operacionalização da escrita da tese. Uma vez lidas as obras fundamentais e já *tateadas* aproximações entre os autores, optamos por selecionar aqueles princípios que nos permitiriam

¹¹⁰ Cf. Wotrich, Silva e Ronsini (2009).

fazer um *link* entre mediações que nos permitissem pensar questões de recepção e que, ao mesmo tempo, se encaixassem em uma das *fases* da pesquisa etnográfica de tal modo que todas elas pudessem ser contempladas.

Essa escolha resultou em uma mediação (temporalidade) que não foi desenvolvida em diálogo com um princípio da Antropologia Digital. Isso porque: (1) questões de tempo não foram trabalhadas no livro que nos deu base; (2) o debate sobre a questão do tempo veio fomentado não necessariamente pelo diálogo com o digital, mas, antes, pela trajetória da autora, que teve o livro de Fabian (2013) como um marco no mestrado. Abaixo, uma figura da mobilização dos mapas em nossa proposta:

Figura 12 - Diagrama da mobilização dos mapas na proposta teórico-metodológica



Fonte: a autora (2022), inspirado em Pereira (2020).

No que tange ao diálogo com a Antropologia Digital, o mesmo esforço que se deu nos termos de delimitação das mediações a serem trabalhadas – que não foram escolhidas por serem de um mapa específico, tampouco aleatoriamente, mas de acordo com as necessidades teóricas sentidas ao longo do *percurso criativo* de nossas leituras e debates – se deu nos termos de escolha dos princípios a serem explorados. Uma vez estabelecido que pretendíamos pensar a internet como campo de pesquisa etnográfica, optamos por partir de suas fases para propor a estruturação de nossa proposta.

A definição básica do *fazer etnográfico* feito a partir de diferentes momentos: a formação teórica, o trabalho de campo e a escrita – explorados por diferentes perspectivas a partir de nossos referenciais teóricos¹¹¹ foi o pontapé inicial que nos permitiu dar forma ao

¹¹¹ Uriarte (2012); Peirano (2014); Magnani (2009); Pereira e Mendes (2020).

baluarte de nossa proposta teórico-metodológica – tecida lentamente, e de forma quase *artesanal*, a partir de diferentes leituras, rascunhos, indagações e, principalmente, mais perguntas do que respostas.

Após muito refletir, chegamos, enfim, aos quatro princípios: a dialética, que nos permitiu discorrer sobre o digital e as porosas relações entre *online* e *offline* e foi trabalhada em diálogo com a mediação redes; a falsa autenticidade, que chamou atenção para o olhar para as pessoas e suas práticas a partir da discussão sobre a internet e foi trabalhada em diálogo com a mediação tecnicidade; o holismo, que permitiu a discussão sobre método etnográfico; e, por fim, o relativismo cultural e seu olhar sobre as ritualidades, que levantou a questão da “voz” na pesquisa. Ficaram de fora desse debate os princípios da materialidade e da espacialidade – ambos também muito importantes, mas que podem ser explorados futuramente em outros trabalhos.

Cabe aqui também ressaltar que o único princípio que não foi trabalhado a partir do diálogo com uma mediação específica foi o holismo, haja vista que este aflora questões de *ordem metodológica* que não conseguimos relacionar necessariamente a uma mediação, mas *a partir da proposta* de JMB de aproximação com o campo. Afinal, seu modo de pesquisa é aquele que *vê* com o “Outro”. A ênfase por mantê-lo, todavia, se deu pela abertura em discutir as questões sobre o campo. Essa licença poética nos foi aberta justamente pelo *escopo aberto e não-dogmático* de nossa proposta, que não se prende a esquemas fixos e a encaixes rígidos.

O que se antevê no arcabouço teórico-metodológico aqui apresentado é, antes de tudo, uma *possibilidade* de se pensar a internet como campo de pesquisa etnográfica, o que se faz a partir do diálogo entre JMB e a emergente Antropologia Digital. Em face da atual agenda metodológica que se forma não apenas no bojo dos estudos de telenovela, mas dos estudos de recepção como um todo – discussão já esboçada por nós no capítulo anterior – buscamos apresentar um todo coerente de pressupostos que possam contribuir para pesquisas de campo.

Diante do mar de informações que circulam sobre a literatura acadêmica do digital e das inúmeras possibilidades de exploração de nosso objeto de estudo, a proposta teórico-metodológica que se segue foi delineada no sentido a estabelecer um *recorte possível*. Ainda assim, essa operacionalização foi bastante *extensa* e demandou um *alto esforço* de seleção e escolha de referenciais teóricos e autores que contemplassem nossa proposta, principalmente no que tange à estrutura que pretendíamos seguir e que daria forma à nossa proposta. Sobre a questão, Lopes (2014a, p. 116) nos recorda:

Propor um modelo metodológico é propor um método que visa apreender a construção da estrutura da obra científica. Essa construção é feita à base de opções, seleções, combinações etc., cujo resultado é a produção do conhecimento científico. Em outras palavras, o discurso científico é o resultado do fazer de um sujeito que, possuidor de uma série de competências, visa buscar um objeto de valor que é o saber. O sujeito investigador é então *responsável* pela organização do discurso e é nessa organização que se deve buscar a inteligência de suas asserções.

Se, no âmbito da pesquisa empírica, cabe ao pesquisador escolher, no rol dos métodos consagrados nas ciências humanas e sociais, aqueles que serão adequados às suas pesquisas¹¹², para o escopo desta pesquisa, coube-nos discutir as potencialidades da *etnografia digital* para estudos de recepção feitos na internet em um cenário em que os modos de simbolização e ritualização dos laços sociais “se encontram cada vez mais entrelaçados às redes de comunicação, desterritorializando discursos e solapando fronteiras espaciais e temporais (LOPES, 2018, p. 42-43). A soma dos debates que se seguem parte do pressuposto de que é inteiramente possível conduzir uma etnografia tão original, relevante e repleta de *insights* quanto uma feita aos moldes tradicionais.

¹¹² Cf. Ronsini (2010).

PARTE 3

QUANDO O CAMPO É A INTERNET: UM MAPA POSSÍVEL

EIXO 1 – CONSTRUINDO O CAMPO – MOMENTO DE FORMULAÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO 4 – QUANDO O CAMPO É A INTERNET: A NOÇÃO DE REDES E SUAS IMPLICAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

La noción de red es la manera de juntarse en nuestro tiempo, desde el genoma humano que se teje en red, la unidad deja de ser la clave y la red es lo significativo, y no es una metáfora (RINCÓN, 2019, p. 23).

Nossa capacidade de elaborar agendas de pesquisa e paradigmas teóricos capazes de lidar com as emergentes articulações entre tecnologia e cultura passa necessariamente por um entendimento do que seja o digital (BOELLSTORFF, 2012). Neste capítulo, buscaremos traçar aproximações entre a noção de *redes* como mediação – que aparece pela primeira vez nos mapas barberianos em Rincón (2018) – e as discussões sobre o digital trazidas pela Antropologia Digital. Para tanto, teremos como fio condutor o princípio da *dialética*, fundamental para pensar as relações *online* e *offline* e suas implicações na prática de pesquisa.

Na Antropologia clássica, informantes, livros e percursos terrestres eram considerados a condição básica para os primeiros contatos de uma pesquisa de campo. Desde o seminal *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* de Malinowski (1978 [1922]) até os dias atuais, contudo, muita coisa mudou e a exigência de um campo físico, tão defendida pelo pai da observação participante¹¹³, tem aberto espaço para novos debates – ainda muito recentes no âmbito da Antropologia.

Do surgimento à sua posterior popularização, a internet tem despertado o interesse de pesquisadores de diferentes disciplinas. Na Antropologia, esse interesse, que data de meados dos anos 1990, vem dando contornos a um campo profícuo e robusto de pesquisas que têm a internet como foco ou que dela se valem como ferramenta de pesquisa (LINS, PARREIRAS & FREITAS, 2020). A partir de uma diversidade temática, tais estudos têm legitimado o emergente campo que Miller e Horst (2012) denominam Antropologia Digital.

A sociedade conectada por uma rede mundial de computadores passa por uma reconfiguração. A etnografia feita na internet entra em cena com suas inovações metodológicas (PEREIRA & MENDES, 2020), bem como com seus novos desafios de um

¹¹³ Ao construir a etnografia como vivência de campo, Malinowski aponta que é a partir da vivência que o pesquisador tem acesso a informações em situações de pesquisa em meio à sociedade de estudo. É justamente essa imersão no campo que lhe permite coletar o material necessário para que possa lançar sua visão particular sobre o objeto.

novo campo *online*. Nessa realidade das relações em rede, os elementos que historicamente marcam o trabalho etnográfico (campo, informantes, livros) são comumente substituídos por ícones em telas que se conectam via internet. Como destacam Ferraz e Alves, (2017, p. 5-6, grifos dos autores):

Portanto, é a partir da entrada nos sites de busca e nas redes sociais, onde se abarcam as referências preliminares das diferentes temáticas do estudo, correspondendo ao lugar onde se inicia o emprego da etnografia. E a internet, como tal porta, pode convergir sobre o caminho da proposta etnográfica tradicional de Mauss (1999:05-07), que está na ação do etnógrafo em *observar e classificar os fenômenos sociais*, pois as *diversas formas de olhar*, agora em rede digital, que de antemão proporcionam o *contato com um universo de possibilidades de estudos*.

O advento da pandemia do novo coronavírus e a necessidade de isolamento social afetaram o trabalho de campo etnográfico de variadas formas. Isso fez com que muitos pesquisadores precisassem mudar seus planos e estratégias metodológicas. Mesmo assim, defendemos aqui ser inteiramente possível conduzir uma etnografia tão original, significativa e repleta de *insights* quanto uma feita de modo tradicional. Para que isso aconteça, contudo, é preciso sensibilidade da parte do pesquisador para lidar com possíveis situações de depressão e ansiedade, por exemplo, e foco na observação participante – feita de modo consciente das particularidades do ambiente *online*. Se já há alguns anos as pesquisas antropológicas reconheciam a importância de se pensar o digital, a pandemia da Covid-19 iluminou ainda mais a centralidade das tecnologias para as relações que estabelecemos com o mundo e com os outros. A migração para formas remotas de interação apontou para a necessidade ainda maior de “complexificar nosso entendimento dos muitos usos e das muitas possibilidades oferecidas pela tecnologia e pelo digital” (LINS, PARREIRAS & FREITAS, 2020, p. 2).

Nesse cenário de reconfigurações sociais, tecnológicas e culturais, ainda muito marcado por lacunas da pesquisa etnográfica na internet e intensificado pela emergência da pandemia de Covid-19, o que acabou instrumentalizando ainda mais a internet como ferramenta de pesquisa – iniciamos nossa discussão sobre o campo *online* a partir da reflexão sobre o conceito de redes e suas implicações sob o digital. Acreditamos que a tentativa de desenvolver reflexões que ajudem a pensar o digital e as imbricadas relações *online* e *offline* diante do crescente uso de tecnologias digitais seja um exercício mais que bem-vindo – ousamos dizer, necessário.

Saber se posicionar diante do campo, buscar entender como a Antropologia Digital tem se colocado diante da internet e os apontamentos que têm sido feitos diante os novos cenários

que emergem; refletir sobre o significado de digital e seus desdobramentos sobre contextos mais amplos são exercícios fundamentais para qualquer trabalho que busque uma aproximação etnográfica, ainda que sem perder o olhar comunicacional do qual se parte.

4.1 Redes e redes sociais

O conceito de redes e seu desenvolvimento enquanto perspectiva teórica atravessa diferentes correntes do pensamento e áreas do conhecimento (BRIGNOL, COGO & MARTÍNEZ, 2019) – como a psicologia, a matemática, a antropologia, a sociologia e até a biologia. Como definição inicial, as autoras consideram ser possível pensar uma rede como um conjunto de nós – também chamados de pontos ou vértices – que podem ser interpretados em uma análise social como uma rede de atores ligados por linhas que indicam as relações que os conectam. Segundo elas:

Rizo García (2003) amplia o conceito ao caracterizar as redes sociais como formas de interação social, espaços sociais de convivência e conectividade, fundamentalmente definidas pelas trocas dinâmicas entre os atores que as formam (p. 188, tradução nossa¹¹⁴).

Podendo remeter a uma imensa variedade de sistemas que são abundantes no mundo – entre as quais a internet, redes comerciais, redes neurais, redes organizacionais, redes alimentares, redes de distribuição, como vasos sanguíneos, redes metabólicas, entre muitos outros – o termo rede termina por abarcar um amplo conjunto de definições que o tornam um conceito polissêmico, popularizado não apenas no discurso acadêmico, como no vocabulário político, midiático, econômico e até no senso comum.

Buscando uma aproximação ao conceito de *redes* no âmbito das Ciências Sociais, Brignol, Cogo e Martínez (2019) tomam os trabalhos de Portugal (2007) e Newman (2003) para situar historicamente o momento inicial em que os estudos de rede emergem na área. Mapeando, na década de 1930 o surgimento dos primeiros estudos de redes nas Ciências Sociais – momento em que sociólogos começam a perceber a importância dos padrões de conexão entre as pessoas para o estudo do funcionamento da sociedade – as autoras pontuam que inicialmente o termo rede social foi utilizado em sentido metafórico, o que mudará somente em meados dos anos 1950. Afirmam elas:

¹¹⁴ No original: “Rizo García (2003) amplía el concepto al caracterizar las redes sociales como formas de interacción social, espacios sociales de convivencia y conectividad, definidas fundamentalmente por los intercambios dinámicos entre los actores que las forman”.

Como pioneiros no campo da pesquisa em Ciências Sociais, Wellman (1988) destaca, na perspectiva da antropologia britânica do pós-guerra, as contribuições de John Arundel Barnes, que em 1954 utilizou pela primeira vez o termo "rede social" ao analisar laços de parentesco, grupos e classes sociais em uma vila de pescadores na Noruega. De acordo com Wellman (1988, p. 22), o conceito não só o ajuda a descrever com mais precisão a estrutura social da aldeia, mas também é útil para explicar os principais processos sociais entre seus vizinhos, como acesso ao emprego e atividade política. (p. 191, tradução nossa¹¹⁵).

É na década de 1990, contudo, o marco do surgimento de pesquisas multidisciplinares em redes sociais a partir de diferentes abordagens, muitas delas motivadas pelo aumento da complexidade da vida urbana e pelas comunicações mediadas por computador. No âmbito da Comunicação, a noção de rede é incorporada tendo como pano de fundo as transformações nas sociedades contemporâneas. Diretamente relacionada às formas dominantes de informação, comunicação e conhecimento, as autoras destacam que este interesse pelas redes toca também em temas mais amplos, como mudanças na sensibilidade, nas relações sociais, mobilização social, narrativas culturais e instituições. Desse novo cenário advêm novas expressões de cultura, novas formas de ver o mundo, linguagens, ferramentas e padrões de comportamento que afetam as diferentes áreas da vida:

As interações sociais mediadas por computadores, tablets e smartphones, e aplicativos como redes sociais digitais, blogs, wikis, jogos online, televisão interativa, comércio eletrônico, produção de música e vídeo e muitos outros desenvolvimentos da Internet, estão em constante evolução e configuram uma nova ideia de cultura: cultura digital ou cibercultura (Ibidem, p. 193, tradução nossa¹¹⁶).

Se, inicialmente, a maioria das definições de cibercultura ou cultura digital teve como denominador comum o fato de se referir à cultura gerada na internet, na atualidade a cultura digital é entendida como imbricação de tecnologias digitais nos processos culturais das sociedades contemporâneas. Uma vez considerado que a cultura digital não se esgota no

¹¹⁵ No original: “Como pioneros en el campo de investigación en las Ciencias Sociales, Wellman (1988) destaca, en la perspectiva de la antropología británica de la posguerra, las contribuciones de John Arundel Barnes, que en 1954, utiliza por primera vez el término “red social” para analizar los lazos de parentesco, grupos y clases sociales en una villa de pescadores en Noruega. Según Wellman (1988, p. 22), el concepto no sólo le ayuda a describir más precisamente la estructura social de la aldea, sino que también es útil para explicar procesos sociales clave entre sus vecinos, como el acceso al empleo y a la actividad política”.

¹¹⁶ No original: “Las interacciones sociales mediadas por computadores, tabletas y teléfonos inteligentes y las aplicaciones como redes sociales digitales, los blogs, wikis, juegos en línea, televisión interactiva, comercio electrónico, producción de música y vídeo y muchos otros desarrollos de internet, se encuentran en constante cambio y configuran una nueva idea de cultura: la cultura digital o cibercultura”.

ciberespaço, a hipertextualidade passa a ser o *link* entre os diferentes meios de comunicação (rádio, cinema, televisão, etc.) e os processos de interação social no contexto cultural mais amplo.

A análise da mudança de uma cultura que se refere a um espaço ou território específico, com modos de interação e formas particulares de representar o mundo, para uma cultura digital que carrega uma nova noção de espaço-tempo, jogou luz sobre a centralidade da lógica de rede. Como nos lembram as três autoras, não sem motivo Castells (2009) considera que a internet, enquanto “rede das redes”, se configura como uma estrutura global – um conjunto de nós interconectados que transcende os limites territoriais e institucionais por meio de redes de computadores que se comunicam entre si.

É dentro desse cenário de debates que emerge a noção de rede na trajetória teórica de JMB. Na medida em que todos nós nos conectamos diariamente através de aplicativos como WhatsApp, Facebook, Instagram, Twitter, TikTok, entre muitos outros, fica evidente o papel central que as redes sociais digitais desempenham na vida social e política. Não sem motivo, as autoras consideram tais espaços como locais de disputa, que permitem popularizar, ampliar e tornar visíveis ações de diferentes organizações e grupos sociais – o que requer atenção de pesquisadores de diferentes áreas.

Sob este prisma, a noção de *rede* é acionada como articuladora de uma reconfiguração na forma de pensar as relações entre atores e organizações sociais, implicando em um ponto de vista epistemológico que permite reconhecer aproximações e sobreposições entre o local e o global, o particular e o universal, o *online* e o *offline* (BRIGNOL, COGO & MARTÍNEZ, 2019). É no largo deste horizonte que a perspectiva teórica de JMB se transforma, de modo a acompanhar o processo das mutações comunicacionais e culturais de nosso tempo (LOPES, 2018).

4.1.1 As redes em Jesús Martín-Barbero

Como já mencionamos acima, a noção de *rede* como mediação na obra de JMB aparece pela primeira vez em 2018. Juntamente com as mediações de narrativas e cidadania, as *redes* se destacam como uma novidade do quarto mapa de JMB, indicando a importância que elas assumem nas questões teóricas do autor, bem como apontando para diversos caminhos de pesquisa que surgem em sintonia com os estudos sobre comunicação e cultura digital.

Na tentativa de mapear as referências à mediação *redes* nos escritos de JMB, Brignol, Cogo e Martínez (2019) observam que antes mesmo da emergência desse novo mapa já era

possível notar a mediação redes em JMB em seu percurso intelectual enquanto “cartógrafo mestiço”. A apropriação que o autor fez do método cartográfico e do conceito de mediações – a partir de uma dimensão rizomática, fluida e em constante construção – revelou mapas que se transformaram ao longo dos anos e que acompanharam as mudanças nas relações entre comunicação, cultura e política. Mais recentemente, a preocupação com o papel das redes na configuração de novas relações de tempo e espaço na contemporaneidade e a relação entre redes e tecnicidade marcam o debate sobre essa nova mediação. Importante notar que essa relação entre tecnicidade e redes é sempre situada de uma perspectiva barberiana crítica, de modo a se distanciar de qualquer determinismo tecnológico.

A crítica a que JMB chama de tendência ao autismo técnico é aprofundada em *Ofício do Cartógrafo* (2004), quando ele chama atenção para a necessidade de estudar as tecnologias a partir da relação entre inovações culturais e seus usos sociais, sempre múltiplos e complexos. Sobre a questão, Brignol, Cogo e Martínez (2019, p. 200, tradução nossa¹¹⁷) destacam:

Em 1998, no prefácio à quinta edição de *De los Medios a las Mediaciones*, JMB já chamava a atenção para os meios de comunicação como espaços-chave de "condensação e intersecção de múltiplas redes de poder e produção cultural" e denunciava "o pensamento único que legitima a ideia de que a tecnologia é hoje “a grande mediadora” entre as pessoas e o mundo, quando o que a tecnologia media hoje, de forma mais intensa e acelerada, é a transformação da sociedade em mercadoria.

Dez anos mais tarde, ao refletir sobre questões acerca de políticas de comunicação e cultura, JMB novamente chama atenção para a dimensão comunicativa da cultura a partir da mediação das redes – trazendo à baila uma noção de comunicação mais ancorada no conceito de rede e interface (JMB, 2008). É que sua preocupação recaía nas mudanças operadas na percepção e no significado das identidades. As contradições entre identidades e fluxos globais, assim como o caráter constitutivo das narrativas identitárias, eram apontadas como questões de demarcavam uma mudança de era.

Em seu artigo *Diversidade em Convergência* (2014), JMB avança na compreensão do modelo de comunicabilidade em rede – entendido como interativo e conectivo. Uma vez que toma a convergência como um conceito central para a reflexão das lógicas das redes que dão

¹¹⁷ No original: “En 1998, en el prefacio de la quinta edición de *De los Medios a las Mediaciones*, JMB ya llamaba la atención a los medios de comunicación como espacios clave de “condensación e intersección de múltiples redes de poder y de producción cultural” y denunciaba “el pensamiento único que legitima la idea de que la tecnología es hoy “el gran mediador” entre las personas y el mundo, cuando lo que la tecnología intermedia hoy, de modo más intenso y acelerado, es la transformación de la sociedad en mercancía”.

base para as formas contemporâneas de comunicação, o autor chama atenção para a renovação do modelo de comunicação – que passa do paradigma unidirecional, linear e autoritário da informação para o modelo de rede, marcado pela conectividade e interação:

Para garantir a sobrevivência da diversidade neste cenário de convergência digital, JMB (...) propõe o desafio de superar tanto o determinismo tecnológico quanto o pessimismo cultural, para pensar, nos termos de Milton Santos (...), não apenas na perversidade da globalização, mas em suas possibilidades (BRIGNOL, COGO & MARTÍNEZ, 2019, p. 202, tradução nossa¹¹⁸).

Ao enxergar a técnica tanto como fonte de desigualdades como potencial de resistência e expressão criativa, JMB joga luz sobre as desigualdades das conexões de rede – algo facilmente observado tanto pela diferença de acesso às tecnologias entre países do Norte e do Sul, como entre populações ricas e pobres de um mesmo país. Nesse contexto, destaca o autor, a distância digital pode equivaler à distância social. Somado a isso, o caráter desigual de seu acesso – interpelado por fatores geracionais, de classe, etc. – revelam diferentes tipos de uso, que diferenciam radicalmente o significado social de estar conectado à rede.

Mais além do cenário de desigualdades, JMB vislumbra também as possibilidades de surgimento de redes culturais mediadas pelas redes digitais, especialmente no que tange à integração sociocultural do espaço latino-americano. Aí a convergência digital e cultural possibilitada pelas redes é interpretada como uma brecha para a integração de diferentes atores sociais – entre os quais, políticos, acadêmicos, artistas, instituições e comunidades de vizinhança – em um novo espaço público de intermediação. Nas palavras do próprio autor:

Estamos diante da possibilidade histórica, não só tecnológica mas cidadã, de renovar radicalmente a trama política da interculturalidade tecendo redes que vinculam cada vez mais o mundo dos artistas e trabalhadores culturais com o de instituições territoriais e organizações sociais (JMB, 2014, p. 31).

Esses itinerários e possibilidades abertas por sua cartografia serão explorados posteriormente a partir do mapa de mediações de 2018, no qual é possível identificar diferentes formas pelas quais a lógica das redes – tanto dos sujeitos em deslocamento quanto das narrativas hipertextuais – aparece configurando novas espacialidades e temporalidades.

¹¹⁸ No original: “Para garantizar la supervivencia de la diversidad en este escenario de convergencia digital, JMB (...) se propone el desafío de superar tanto el determinismo tecnológico y el pesimismo cultural, para pensar, en los términos de Milton Santos (...), no sólo en la perversidad de la globalización, pero en sus posibilidades”.

Neste mapa, tempos, espaços, fluxos e mobilidades (ou migrações) são os eixos que norteiam a compreensão de outras mediações.

Segundo Rincón (2019), o novo conceito é a rede como um conceito social de como ler o mundo social, político, o ecossistema, a intersecção entre redes e fluxos. Sendo a rede a linguagem que fala a contemporaneidade, os fluxos, por sua vez, são a mobilidade que produz e gesta formas em movimento – chamando-nos a entender que vivemos em mutação – não em transformação, já que não mais cabe a ideia de estática e de essência nos diferentes âmbitos, digital, cultural, político. Na análise de Rincón (2019, p. 23, tradução nossa¹¹⁹):

Os fluxos são a mobilidade que produz e gesta formas que, por sua vez, estão em movimento. E chegamos à instabilidade. O fluxo é a expansão de dentro, a rede é a visão de fora. O fluxo expressa a alteridade produzida pelo movimento. A rede tece os fluxos com algum significado. E os fluxos são compreendidos na rede, na sua articulação, no seu tecido.

O atual fluxo de imagens e as grandes migrações populacionais em escala nunca antes observada modificaram radicalmente os modos de ser, estar e reconhecer-se no mundo contemporâneo. Atento a esse cenário, também sinalizado por Appadurai (1996), JMB (2011) joga luz na emergência de um novo espaço comunicacional, tecido menos de encontros e multidões, e mais de conexões, fluxos e redes. Em outros termos, é a importância da tecnologia para a compreensão do tecido que forma as subjetividades e sociabilidades contemporâneas, tecido esse formado por redes e interfaces. Brignol, Cogo e Martínez, (2019, p. 204, tradução nossa¹²⁰) assinalam que:

Trata-se de uma compreensão da técnica que rompe com seu caráter instrumental para pensá-la associada a uma nova economia cognitiva, constituindo-se como mediador universal do conhecimento e operador técnico/estético.

As redes de computadores mobilizam formas de conhecimento de vão além da razão dualista atrelada à noção de técnica e transformam nossa relação com o espaço e o lugar. A

¹¹⁹ No original: “Los flujos son movilidad que produce y gesta formas que a su vez están en movimiento. Y llegamos a la inestabilidad. El flujo es la expansión desde el adentro, la red es el ver desde afuera. El flujo expresa la alteridad que produce el movimiento. La red teje con algo de sentido los flujos. Y los flujos se comprenden en la red, en su articulación, en su tejido”.

¹²⁰ No original: “Se trata de una comprensión de técnica que rompe con su carácter instrumental para pensarla asociada a una nueva economía cognitiva, constituyéndose como mediador universal del saber y operador técnico/estético”.

chave para a mudança está no que JMB identifica como “novo ambiente tecno-comunicativo”, constituído a partir de suas próprias linguagens, escritas e novas gramáticas – e que torna a concepção de comunicação “muito mais capaz, ‘epistemologicamente’ de abarcar tudo o que acontece na vida social com as tecnologias da comunicação transformando-se de um instrumento específico em um ecossistema cultural” (JMB, 2009, p. 159).

Ao aproximar os deslocamentos entre territórios e fluxos comunicacionais JMB faz refletir sobre a forma como tais misturas atualmente constituem-se como dinamizadoras de identidades e tecnicismos e como isso tem impacto nas lógicas de cognição e nas formas de apropriação da técnica. Exemplo disso é o fato que, se por um lado, fluxos de migrantes causam desordens sociais e políticas na cidade, também os fluxos de imagens, escritas, informações e linguagens acabam produzindo caos nas autoridades e hierarquias da cidade letrada e escolar (JMB, 2015). Concordamos com a leitura que fazem Brignol, Cogo e Martínez (2019, p. 205-206, tradução nossa¹²¹):

Aqui, em nossa leitura, está mais um eixo para refletir sobre o lugar da noção de redes na obra de JMB. As redes migratórias e as redes informacionais são disruptivas: impactam a lógica das fronteiras geográficas e simbólicas, reorientam os modos de leitura, escrita e produção de conhecimento.

Por esta via, enxergamos na obra de JMB contribuições para a reflexão sobre cultura e redes digitais. Apesar de o autor ter refletido sobre os processos de interação e apropriação de tecnologias pela sociedade, sobretudo no quadro de uma cultura analógica, permanece relevante considerar os dilemas que demarcam a expansão e consolidação da cultura digital. Como contribuição específica para o pensamento contemporâneo sobre redes, destacamos o reposicionamento proposto por JMB na compreensão da tecnicidade como mediação estruturante dos processos de comunicação, algo que será melhor discutido no capítulo que se segue.

Uma vez despontadas no quarto mapa barberiano como nova mediação (juntamente com narrativas e cidadanias), *as redes são situadas, na representação cartográfica, entre espacialidades* – espaços produzidos, imaginados e praticados *e a mediação estruturante da*

¹²¹ No original: Se sitúa aquí, en nuestra lectura, otro eje para reflexionar sobre el lugar de la noción de redes en la obra de JMB. Las redes migratorias y las redes informacionales son disruptivas: impactan en la lógica de las fronteras geográficas y simbólicas, reorientan los modos de lectura, de escritura y de producción de conocimiento.

tecnicidade. Ainda que a noção de rede não seja algo novo nas ciências sociais, o surgimento da convergência midiática e da cultura digital a faz ganhar destaque na obra de JMB, fornecendo *pistas* sobre as mutações comunicacionais vividas no tempo contemporâneo e exigindo uma consolidação teórica nas pesquisas comunicacionais.

4.1.2 O significado particular de redes sociais digitais para a antropologia e as potencialidades para estudos futuros

O estudo da antropologia digital justapõe dois termos aparentemente contraditórios, segundo Miller (2012). De um lado, a antropologia é tradicionalmente associada ao estudo dos costumes e da tradição em sociedades de pequena escala, e não à vanguarda da modernidade. De outro, a antropologia digital parece remeter à ideia de mudança social e transformação rápida.

Se a rapidez do desenvolvimento das redes sociais digitais parece antitética à antropologia, sua substância, todavia, parece sugerir estreita afinidade. O próprio termo rede social poderia ser uma definição de uma perspectiva antropológica em oposição, por exemplo, à psicologia. Até porque, ao se recusarem a estudar pessoas como meros indivíduos, os estudos de parentesco antropológicos passaram a considerar cada indivíduo como um nó em um conjunto de relacionamentos, sendo o parentesco entendido como uma rede social. Em contraste com a antropologia, a sociologia preocupava-se principalmente com as consequências de um declínio assumido dessa condição como resultado da industrialização, do capitalismo e do urbanismo. Resultado disso é que livros influentes da sociologia atual permanecem dentro dessa trajetória dominante que, em termos gerais, supõe que as formas mais antigas de redes sociais estreitas – que, coloquialmente, podem ser caracterizadas por palavras como bairro ou comunidades – estão sendo cada vez mais substituídas pelo individualismo. Entre os autores desta linha estão Giddens, Beck e Bauman.

Ainda dentro do escopo da sociologia, aponta-se para o interesse crescente na ideia de que esses indivíduos são melhor compreendidos como interligados. A ideia de rede social correspondeu aos desenvolvimentos teóricos associados a Castells, Gravnovetter e Wellman¹²², e aproxima os estudos das redes sociais digitais às tradições mais antigas dos estudos antropológicos das relações sociais, como os estudos de parentesco. Miller cita como

¹²² Na leitura de Miller, o teórico que mais manteve aberto o diálogo entre as formas de socialidade *online* e *offline* foi Barry Wellman, uma vez que sua pesquisa sugeriu que a rede online pode promover uma renovação de algum grau de sociabilidade *offline*.

exemplo o Facebook, onde as amizades foram unidas a redes de familiares e de parentesco e também onde, em alguns casos, é possível observar a dissolução das distinções entre casa e trabalho. Essa capacidade de reunir em um mesmo lugar o que antes era separado tem embaralhado o que antes parecia definido:

Como tal, as redes sociais digitais desafiam a premissa fundamental que separa a sociologia da antropologia: que as relações sociais sobrepostas que foram fundamentais para o estudo antropológico inevitavelmente declinam em direção às redes mais separadas que são centrais para a sociologia. (MILLER, 2012, p. 147-148 tradução nossa¹²³).

Como argumento mais amplo, o antropólogo sugere que, ao invés de encarar as redes sociais digitais como a vanguarda do ano – destacando, por exemplo, sua rapidez de alcance global – é possível considerar que sua aceitação tão rápida em lugares como Indonésia e Turquia pode apontar para a correção do impacto de isolamentos causados por outras novas tecnologias – permitindo que pessoas retornem a certos tipos intensos de relacionamento social que, de outra forma, estariam se perdendo. O próprio uso de redes sociais digitais por migrantes, amplamente discutido ao longo do livro, vem demonstrando ser uma forma de manter laços com a família e a terra natal.

Há relativamente poucos anos, o mapa parecia claro e sem rugas (JMB, 2009), de um lado, à antropologia cabia o encargo das culturas *primitivas*, de outro, à sociologia cabia o estudo das sociedades *modernas*. Resultava daí a separação da cultura em duas vertentes opostas: na vertente antropológica, a cultura seria *tudo*, haja vista que no magma habitado pelos primitivos a cultura é tanto o mito quanto o machado, o repertório das crenças rituais ou das plantas medicinais, a oca e também as relações de parentesco. Na sociologia, por outro lado, a cultura é resumida a um tipo específico de objetos e atividades, de práticas e de produtos ligadas ao cânone das artes e das letras. No atual cenário, contudo, essa divisão já não é tão nítida:

Na tardomodernidade em que hoje vivemos, a separação que instaurava aquela dupla ideia de cultura é, de um lado, obscurecida pelo movimento crescente de especialização comunicativa do cultural, agora organizado em um sistema de máquinas produtoras de bens simbólicos ajustados a seus “públicos consumidores”. É o que hoje faz a escola com seus alunos, a televisão com suas audiências, a igreja com seus fiéis ou a imprensa com seus leitores. E, de outro, é toda a vida social que, *antropologizada*, torna-se

¹²³ No original: “As such, SNS challenge the fundamental premise that separates sociology from anthropology: that the overlapping social relationships that were foundational to anthropological study inevitably decline towards the more separated-out networks that are central to sociology”.

cultura. Como se a máquina da racionalização modernizadora – que separa e especializa –, impossível de ser detida, estivesse girando, patinando, em círculos, a cultura escapa a toda compartimentalização, irrigando a vida social por inteiro (JMB, 2009, p. 13-14, grifos originais).

Vistas por este ângulo, as redes sociais digitais têm uma habilidade extraordinária de agregar tradição e modernidade, preocupações sociológicas e antropológicas fundamentais. O cerne do argumento de Miller (2012) está centrado na ideia de que a real importância das redes sociais digitais não está na abertura de um admirável mundo novo nunca antes visto, mas na presença de um conservadorismo inerente, que ajuda a trazer de volta tanto intensas relações sociais perdidas, como a interconexão entre campos de socialidade separados. Ao devolver o mundo as formas de sociabilidade que eram da preocupação antropológica tradicional, o estudo das redes sociais digitais pode ser considerado de fundamental importância para a antropologia contemporânea e para o futuro da disciplina. A absoluta onipresença das redes sociais digitais – vista como um sinal de que elas provavelmente se tornarão um aspecto presente em praticamente todas as áreas de estudo antropológico no futuro, dá a dimensão da importância da inserção das redes sociais digitais no âmbito da antropologia digital.

É ainda Miller (2012) quem chama atenção para o fato de que as redes sociais digitais são uma das muitas mídias atualmente utilizadas e que num futuro próximo os estudos de mídia digital devem considerar o contexto mais amplo do que ele entende como *polimídia* – termo que designa as diferentes formas de comunicação possíveis a partir do smartphone e do computador e sobre o entendimento de uma plataforma midiática não de modo isolado, mas a partir de sua relação com outras mídias¹²⁴.

É, portanto, dentro da tradicional preocupação da antropologia com o equilíbrio entre o particular e o universal, que o estudo das redes sociais na internet passa a ser encarado como uma nova possibilidade de compreensão da natureza da sociedade e da cultura, bem como uma chamada ao comprometimento da disciplina com questões teóricas mais amplas.

Para as linhas que se seguem buscaremos trazer *insights* que permitam articular a lógica cartográfica de JMB com os debates estabelecidos por Miller na Antropologia Digital. Como destaca o próprio autor, o atual cenário de expansão da cidade e a densificação das mídias e das redes eletrônicas exigem “pensar a envergadura antropológica das mudanças em *modos de*

¹²⁴ Segundo o autor, as próprias redes sociais digitais se tornaram instrumentos de *polimídia*, na medida em que permitem que pessoas enviem mensagens instantâneas ou outras formas de mensagens de texto dentro de uma própria plataforma.

estar juntos, essas novas socialidades, que empatam com os novos cenários urbanos de comunicação [...]” (2004, p. 253-254).

Pensando nestas questões, talvez o princípio mais frutífero para iniciar nossa articulação teórica entre a Comunicação e a Antropologia Digital seja o princípio da dialética, que rompe com a distinção entre analógico e digital, permitindo-nos refletir sobre o quão porosas podem ser as fronteiras que aparentemente separam o mundo pré e pós-digital.

Esse movimento reflexivo, alinhado à própria construção dialética da cartografia barberiana, torna-se especialmente significativo quando nos deparamos, por um lado, com o interesse em refletirmos sobre as mudanças culturais, caracterizadas pela chegada de uma outra civilização, que não a moderna, ilustrada e da escrita, mas a digital, fluida, caótica e hipertextual, de que nos fala Rincón (2019) e, por outro, com as diferentes entradas que obra de JMB oferece para a compreensão do conceito de redes.

4.2 Redes como questão de dialética antropológica: aproximações com Jesús

Martín-Barbero

A *dialética* como princípio antropológico se refere à relação entre crescimento em universalidade e particularidade, bem como as conexões entre seus efeitos positivos e negativos (MILLER & HORST, 2012). Baseado no pressuposto de que o digital intensifica a natureza dialética da cultura, este princípio sugere que, ao invés de uma distinção geral entre o digital e o analógico o digital deve ser compreendido a partir das nuances existentes entre o virtual (*online*) e o real (*offline*). Longe de um debate estabelecido, contudo, a questão da dialética põe em xeque o que poderia ser considerado um dos calcanhares de Aquiles para a Antropologia atualmente: o conceito de digital.

Como recorda Boellstorff (2012), apesar de a Antropologia ter sido submetida a diferentes formas de crítica – pós-colonial, reflexiva e pós-estruturalista – no que tange à noção de digital até hoje a disciplina é marcada por um silêncio teórico. Na maior parte das vezes, o termo digital apenas substitui “computacional” ou “eletrônico”. No entanto, se digital nada mais é do que um sinônimo de relação mediada pela internet, então toda antropologia é, de alguma forma, antropologia digital. Esse antropólogo parte de uma crítica à noção de que o virtual e o real estão se fundindo em um único domínio. Seu eixo de análise trata o digital não como um objeto de estudo, mas uma abordagem metodológica fundada na observação participante que permite investigar o virtual e sua relação com o real. Sua concepção mais

focada nos significados originários do digital oferece benefícios metodológicos específicos para o estudo da cultura *online* que melhor delinearemos adiante.

O desenvolvimento do código binário simplificou radicalmente a informação e a comunicação, criando novas possibilidades de convergência entre o que antes eram tecnologias ou conteúdos díspares. Como primeiro esforço em estabelecer os princípios gerais da emergente Antropologia Digital, antropólogos definem o digital como tudo o que foi desenvolvido em código binário¹²⁵ ou pode ser reduzido a ele – bits consistentes de zeros (0s) e uns (1s). Além de forma de identificação de um precedente histórico, essa postura os permite desenvolver um argumento que encontra no dinheiro o melhor precedente para o entendimento da cultura digital. Se no nível da abstração não pode haver nada mais básico e abstrato do que os bits binários, no outro extremo da escala, já está claro que o digital supera em muito a mera mercantilização em sua capacidade de proliferar a diferença. Quer sejam mercantilizadas ou não, as tecnologias digitais têm proliferado um campo muito maior de formas culturais. O que, então, parece claro é a suposição de que o digital é uma torção do parafuso dialético. Tal posicionamento vem ao encontro dos interesses de JMB (2004), para quem o “que de *novο* trazem as ‘últimas tecnologias’ de comunicação tem que ser estudado *em relação* ao movimento do social e não só ao da inovação tecnológica” (p. 199, grifos originais).

Ao olharmos para a perspectiva cartográfica de JMB é possível perceber que o conceito de redes assume uma dimensão epistemológica que nos permite igualmente refletir sobre a cultura digital e seus desdobramentos. A necessidade de um olhar que considera as contradições que dinamizam a complexidade cultural das sociedades aproxima os debates entre a emergente antropologia digital e JMB. Uma confluência que reconhece nas transformações vivenciadas pelas sociedades ocidentais a densidade das relações que liga as lógicas da *produção industrial* com a da *criação cultural*, as discussões trazidas por Miller e Horst (2012) ao longo dos capítulos de *Digital Anthropology* contribuem para uma postura crítica das tecnologias digitais, que exacerbam, mas também revelam contradições. Pensar o digital e as próprias redes a partir do princípio da dialética requer a crítica e a fuga de binarismos simplistas. Como destaca JMB (2004), a internet é um lugar onde emergem muitas palavras. Nesse ambiente, circulam intrigas, mas também se abre espaço para a formação de

¹²⁵ Parte-se dessa definição básica, embora cientes de que o termo *digital* foi associado a muitos outros desenvolvimentos e, em uso coloquial, é um termo claramente mais amplo que o uso específico desenvolvido por antropólogos.

diferentes comunidades. É justamente nesse sentido que o uso das redes pode construir grupos que passam da conexão ao encontro e do encontro à ação.

Na contramão do debate sobre o digital que tem como premissa uma suposta ameaça que ele representa para o ser humano, a Antropologia Digital tem demonstrado, a partir de uma variedade de estudos, que o digital está produzindo muitas culturas. O princípio da dialética vem, nesse sentido, reafirmar que é condição intrínseca das tecnologias digitais expandirem seus impactos positivos e negativos. Ao tomarem o exemplo do dinheiro, os antropólogos enfatizam como é possível encontrar tanto pontos positivos como negativos na nova economia política do mundo digital.

As contradições dialéticas envolvidas na reflexão do impacto do digital sobre o dinheiro – marcado por avanços tecnológicos que vão desde caixas eletrônicos eficientes à promessa do banco móvel – denotam bem essa questão dialética. A partir de um debate já estabelecido na Antropologia sobre as consequências do dinheiro para a humanidade, Miller e Horst tomam os trabalhos do antropólogo Keith Hart – especialista em antropologia econômica, cuja produção tem renovado os estudos sociais sobre o dinheiro – para argumentar que, assim como o digital, a fundamentação decimal para os sistemas do dinheiro moderno também representou uma nova fase na abstração humana, já que pela primeira vez praticamente qualquer coisa poderia ser reduzida a um elemento comum. Neste sentido, se o digital apontou para nossa habilidade de reduzir parte do mundo à comunalidade do binário – sistema à base de 2 – do mesmo modo, o olhar sobre nossa relação com o dinheiro nos permite refletir sobre a habilidade humana de reduzir muito do mundo à base de 10. Nessa perspectiva, mais do que meios que fazem a sociedade avançar, o dinheiro e o digital são dois elementos que permitem à humanidade avançar na imaginação de si.

A postura epistemológica de pensar o dinheiro e o digital de maneira dialética – ou seja, de modo que a relação entre o crescimento simultâneo do universal e do particular seja vista como dependente, e não oposta – é algo que permite desvelar algumas camadas de complexidade nas relações sociais contemporâneas, onde as tecnologias digitais tornam o dinheiro ainda mais abstrato, mais desterritorializado e mais barato. Afinal, uma vez que o digital não apenas exacerba os problemas do dinheiro, como também permite a criação de sistemas mais personalizados e democráticos de troca fora do núcleo do capitalismo, como afirma Hart *apud* Miller e Horst(2012), uma etnografia na internet pode revelar tanto as contradições de um ambiente virtual sujeito a todo tipo de fraude e truques empresariais que uma pessoa pode encontrar em negócios *offline*, como apontar para toda uma massa de bens altamente diferenciados que foram criados por essas tecnologias.

Olhar para o digital, por esta via, nos permite sugerir que a nova economia política do mundo digital não é tão diferente da antiga política econômica, embora o digital seja capaz de expandir as possibilidades previamente desencadeadas pelo dinheiro:

A questão não é escolher entre a ênfase de Hart no ponto de abstração e a de Miller no ponto de diferenciação. O princípio da dialética é que é uma condição intrínseca das tecnologias digitais expandir ambas, e o impacto também é intrinsecamente contraditório, produzindo tanto efeitos positivos quanto negativos. Isso já era evidente no estudo antropológico de Dinheiro e mercadorias (MILLER & HORST, 2012, p. 12, tradução nossa¹²⁶).

Nem determinismo tecnológico, nem pessimismo cultural já nos dizia JMB (2004). As *redes* põem em xeque a razão dualista com a qual estamos habituados a pensar a técnica. Sendo, ao mesmo tempo, abertas e fechadas, integradoras e desintegradoras, totalizadoras e destotalizantes, as *redes* desvelam um horizonte de mistura de diferentes lógicas, velocidades e temporalidades, “tão diversas como as que entrelaçam as texturas do relato oral, a intertextualidade das escrituras e as intermedialidades do hipertexto” (p. 262).

Em confluência com o pensamento de Miller e Horst (2012), JMB (2004) enxerga no mundo pré-digital não uma ruptura, mas já vestígios de uma cultura digital. Ao tomar o livro *A Odisséia* como o primeiro relato sobre um navegante virtual, que se reunia com sua mulher nos sonhos, o autor considera que a singularidade do mundo em que habitamos passa pelos espaços virtuais que, se em outros tempos teciam sonhos e representações, agora tecem também as redes de comunicação. Comentando o livro, diz:

O amante e a amante tinham deixado de estar presentes. Enquanto o primeiro navegava pelo mar real, a segunda sonhava com o espaço virtual da rede que ia urdindo. Penélope urdia no tear o atlas que Ulisses atravessava a remo e vela, e que Homero contava com a lira ou a cítara (p. 261).

Já há algum tempo, o autor preconizava que a cidade é muito mais do que um “espaço ocupado” ou construído, sendo também “um espaço *comunicacional* que conecta entre si seus diversos territórios e os conecta com o mundo” (2004, p. 293). Esse seu olhar sobre a cidade informatizada o permitiu refletir como na contemporaneidade *não* necessariamente é preciso ter *corpos unidos*, mas *interconectados*. No cenário de fluxos e redes, a imbricação entre televisão e informática produz “uma aliança entre velocidades audiovisuais e informacionais,

¹²⁶ No original: “The point is not to choose between Hart’s emphases upon the point of abstraction and Miller’s on the point of differentiation. The principle of the dialectics is that it is an intrinsic condition of digital Technologies to expand both, and the impact is also intrinsically contradictory, producing both positive and negative effects. This was already evident in the anthropological study of Money and commodities”.

entre inovações tecnológicas e hábitos de consumo [...]” (Ibidem, p. 294). O olhar crítico é capaz de apontar como o atual desenvolvimento tecnológico está transformando tanto a imagem mental do mundo, como também nossa experiência sensível. Para ele, a visualidade cultural aberta pela visualidade eletrônica ilumina novos espaços e tempos para uma nova era do sensível – visualidade cultural esta que começa na televisão e prossegue no computador e no hipertexto multimídia.

É interessante notar que o autor não faz distinção entre relações mais ou menos autênticas em função da internet. Pelo contrário, ao apontar para a virtualidade da qual nossas cidades já eram feitas, antes mesmo da internet e da era digital, seu posicionamento quanto ao modo como a televisão transforma o espaço doméstico em virtual é bastante ilustrativo da *porosidade* existente entre o que é físico e o que é virtual. Como destaca:

O que é importante compreender não é apenas o encerramento, o recolhimento à privacidade do lar, mas sim a reconfiguração das relações do privado e do público que aí se produz, isto é, a superposição entre ambos os espaços e o borrar-se das fronteiras (Ibidem, p. 299).

Essa postura não apenas corrobora o pensamento de Miller e Horst (2012) de que as formas de sociabilidade advindas das tecnologias digitais não se tornam menos autênticas e naturais do que as relações do mundo pré-digital, como nos faz recordar a necessidade de enfrentamento do pensamento que considera a tecnologia como o “grande mediador” entre os povos e o mundo (Ibidem, p. 229).

Virtuais de início, enquanto tecido que dá forma ao ciberespaço, como o sentido ontológico da *potência*, as redes se tornam *reais* quando são ativadas, usadas para negociar ou administrar, para navegar ou conversar. (Ibidem, p. 260-261, grifos do autor).

Também, no âmbito da internet e das novas tecnologias, é não somente possível, como necessário um olhar sobre as práticas das pessoas que leve em conta as diferentes (re)interpretações e customizações feitas a partir de diferentes níveis de negociação. Como nos faz refletir Boellstorff a partir de seu envolvimento etnográfico cuidadoso no *Second Life*, de muitas maneiras, as vidas humanas sempre foram virtuais antes mesmo do surgimento da internet e isso nunca as tornou menos reais.

4.3 Para refletir: O digital que nos interpela

Como vimos destacando, a relação entre o virtual (*online*) e o real (*offline*) traz implicações ontológicas, epistemológicas e políticas fundamentais e tem consequência direta na relação do pesquisador com seu campo, principalmente considerando uma pesquisa *online*. Boellstorff (2012) desenvolve uma noção de digital que remete ao seu significado original de dígitos – ao invés de uma noção difusa de digital como aquilo que é meramente eletrônico ou *online*. Ele parte de uma crítica à noção de uma suposta convergência iminente entre o real e o virtual. Segundo ele, há uma linha tênue entre traçar limites artificiais entre real e virtual com base em distinções tecnológicas e encaminhar para uma perspectiva que desfoca as diferenças entre os dois campos. O que precisa ser questionado é a suposição de que mundos virtuais são fronteiras artificiais, enquanto esferas de atividade como família, trabalho ou golfe não são artificiais. Por trás de tais preocupações sobre dicotomias, indefinições e autenticidade encontra-se o perigo triplo: de uma *separação originária*, de um *encontro* e de uma *reunificação*. Sob o argumento de que tanto a fusão quanto a separação entre o *online* e o *offline* minam o projeto da Antropologia Digital, o autor cita como exemplo a ser combatido a postura de alguns estudiosos do *online* que naturalizam o uso do físico como o “real” sem sequer refletir como tal postura imprecisa implica deixar implícito que o *online* é irreal. Além de deslegitimar seu próprio campo de estudo ao ignorar que o virtual é imanente ao humano, a persistência de tais deturpações aponta para a necessidade urgente de se repensar a Antropologia Digital.

De uma perspectiva etnográfica, Horst (2012) considera que o desafio tem sido levar a sério as relações entre os mundos criados nos espaços *online* e *offline*. Isso não significa privilegiar um espaço sobre o outro como mais ou menos autêntico – e sim compreender como essas práticas se unem e se divergem em determinados momentos¹²⁷.

Se, por um lado, a persistência na distinção entre o real e o virtual enfraquece e deturpa o debate sobre o digital, tampouco a ideia de que *online* e *offline* podem se fundir contribui para o debate. O que se faz necessário é uma gama de recursos conceituais que permitam teorizar o *tráfego* entre *lacunas constitutivas* dessas duas esferas. Daí que a noção de digital

¹²⁷ Para Horst (2012), o poder analítico e o compromisso com os valores fundamentais associados às formas antropológicas clássicas de conhecimento – tais como a atenção às mudanças ao longo do tempo e o amplo compromisso com locais, pessoas e práticas – são um ganho para pesquisas que tenham como interesse a digitalização da vida cotidiana por meio da mídia e da internet.

pode ajudar a evitar qualquer suposição de que o virtual e o real estão convergindo ou se desfocando.

Ilustrativo desse debate é o estudo de Geismar (2012) sobre museus digitais. A partir de uma discussão sobre os efeitos desse tipo de mediação tecnológica na prática e experiência museológica, o autor reavalia a afirmação ampla e bastante comum entre os estudos digitais de que o digital é um domínio completamente novo, que cria encontros sociais e materiais radicalmente diferentes de seus antecedentes. Mapeando nos sistemas de catálogo tradicional dos museus os precedentes para a mediação digital de coleções, o autor levanta a questão do que exatamente é novo ou inovador nas formas de museu digital e do que de fato é culturalmente específico. Desta forma, ele questiona as noções de ruptura e a novidade que conformam muitos debates sobre o digital¹²⁸.

Situado a partir de uma discussão sobre museus, o autor defende a necessidade de se desenvolver uma perspectiva sobre as tecnologias digitais em tais espaços que enxergue essas formas como estrutura e efeito, uma parte intrínseca da dialética da produção cultural. Neste sentido, destacando que os projetos digitais continuam o trabalho fundamental dos museus de forma mais geral – isto é, criar um senso de público, atrair a comunidade e envolver a comunidade com ideias educativas, expressivas e experienciais mais amplas sobre o conhecimento das coisas por meio das coisas – o pesquisador situa o digital como um objeto através do qual essas práticas de conhecimento são canalizadas dentro dos museus.

Todas essas discussões e exemplos vêm a conformar quão *porosas* são as fronteiras que têm se estabelecido com o advento das novas tecnologias. Em contraste com o local de trabalho industrial, onde o portão da fábrica estabelece uma fronteira clara entre o trabalho e a vida doméstica, a nova economia do conhecimento tem estabelecido limites *fluidos* entre a casa e o trabalho – algo que aflorou ainda mais com o advento da pandemia.

Sintomático desse cenário também têm sido as mudanças ocorridas nos moldes de condução do trabalho de campo etnográfico. Ao se deslocar do ambiente físico para o ambiente *online*, o pesquisador se depara não somente com novos desafios de pesquisa, como com a emergência de um limite *difuso e mutável* que separa sua vida privada de seu campo de pesquisa. Seja a partir de um notebook, um tablet ou um celular, é a partir de seu ambiente doméstico que ele tem acesso ao mundo de seus informantes.

Como se sabe, o uso generalizado de computadores com conexão à internet no ambiente de trabalho representou um desafio fundamental para a manutenção da dualidade estrita entre

¹²⁸ E que presumem que o digital seja arauto de uma transformação social e estrutural radical sem precedentes.

trabalho e lazer. Todavia, longe de representarem uma ruptura com os limites anteriores entre trabalho e não trabalho, na instância pessoal, a adoção de tais tecnologias de comunicação apontaram para uma transição gradual, porém significativa entre essas duas esferas. Não sem motivo, Horst (2012) considera que o advento nas novas tecnologias de mídia tem sinalizado para um retorno de pesquisas com foco no lar e no espaço doméstico.

Em sintonia com esse debate, Lins, Parreiras e Freitas (2020, p. 2) referem-se ao digital como “um conjunto heterogêneo e bastante amplo de objetos, ações e relações sociotécnicas que se tornaram parte de nossa experiência cotidiana, modulada por marcadores sociais de classe, gênero, idade, raça, sexualidade, dentre outros”. Essa heterogeneidade somada à pluralidade de usos fez com que se tornasse quase um lugar comum nas Ciências Sociais a afirmação de que não existe apenas uma internet, um Facebook ou um YouTube – haja vista que diferentes sujeitos ou grupos sociais vivenciam, se apropriam e conferem diferentes significados a esses dispositivos tecnológicos que, enquanto tecnologia, são intrinsecamente sociais. As pesquisadoras não pressupõem a internet e seus dispositivos como uma novidade sem precedentes, tampouco subestimam a importância dos debates e dos conceitos clássicos da Antropologia e das Ciências Sociais para a investigação de fenômenos sociais que emergem nesse campo. Além disso, também chamam atenção para o erro de opor o virtual e o real, já que tal posicionamento traz o risco de ligar o virtual, a internet a relações menos autênticas, mais voláteis e a uma parte separada da vida. Retomando o seminal trabalho de Miller e Slater, as autoras destacam:

Em 2000, Miller e Slater, em texto traduzido para o português em 2004 e hoje espécie de cânone na antropologia digital brasileira, ao estudarem cibercafés em Trinidad, apresentam um argumento inovador e, nos parece, mais adequado ao entendimento contemporâneo dos modos como as pessoas fazem uso das tecnologias e especificamente da internet. Sua proposta é substituir o par de oposição real/virtual por *online* e *offline*, partindo da premissa de que não se trataria de mera modificação da terminologia ou da manutenção da dicotomia, mas sim, de repensar a própria relação entre o que está sendo chamado de *online* e de *offline*. Entre eles, haveria uma relação fluida, contextual e que só faz sentido a partir dos modos como os sujeitos dão sentido às suas práticas, aos seus usos e às relações que estabelecem. (p. 3, grifos nossos).

É justamente essa fluidez e a relação sempre contextual entre o *online* e o *offline* que tornam cada pesquisa única e cada proposta sujeita a suas próprias questões. Se, a depender da investigação, é possível compreender as práticas analisadas a partir da integridade dos

próprios mundos¹²⁹ – sendo totalmente possível a realização de uma pesquisa etnográfica apenas no ambiente *online*, cabe ao pesquisador refletir como essas duas instâncias dialogam ou não dentro de seus interesses de pesquisa – e quais as implicações de pensar determinada prática como autônoma ou interligada a um cenário maior¹³⁰.

A necessidade desse olhar para além de fronteiras artificiais ou junções simplificadoras nos faz recordar o paradigma do pensamento complexo tal como discutido por Morin (2006) – que é capaz de enxergar a complexidade a partir de lugares em que ela aparentemente está ausente, como na vida cotidiana. Refletir sobre a relação *online* e *offline* é, nesse sentido, considerar a necessidade de irmos além de um paradigma simplificador – que enxerga o uno e o múltiplo, mas não consegue ver que o uno pode ser ao mesmo tempo múltiplo e vice-versa. Afinal, se a aceitação da complexidade é a aceitação das contradições, é preciso de fato assumirmos que o mundo, o homem e as relações – sejam elas “reais” ou virtuais – são complexas e não devem ser reduzidas a binarismos ou tratamentos simplistas.

4.4 Sobre os “nós” que nos conectam

Como tentamos destacar ao longo do capítulo, a noção de *redes* em JMB não somente abre caminho para diversas pesquisas em comunicação e cultura digital como para diferentes diálogos, entre os quais com a Antropologia, que atualmente volta seu olhar sobre a internet e a cultura digital. Cientes do caráter aberto e dialético da cartográfica barberiana, buscamos trazer pistas que permitissem pensar as redes enquanto mediação a partir dos princípios da dialética, central para uma reflexão antropológica sobre a internet e, conseqüentemente, para pesquisas que busquem uma abordagem antropológica/etnográfica feita nesse espaço.

A necessidade de enfrentamento do *pensamento único* de que a tecnologia é hoje o “grande mediador” entre os povos e o mundo (JMB, 2004; HORST & MILLER, 2012) impõe a revisão da relação entre o imaginário e o real, não já como instâncias exteriores, mas como instâncias em diálogo. Ao mesmo tempo, chama-se atenção para a necessidade do diálogo

¹²⁹ Cf. Boellstorff (2012); Horst (2012).

¹³⁰ Daí a importância da leitura de pesquisas etnográficas feitas no ambiente digital. Se, por um lado, intenções, emoções e atividades que acontecem no Facebook não podem ser reduzidas às atividades que acontecem no mundo físico (BOELLSTORFF, 2008) – afinal, é possível se tornar melhor amigo de alguém no Facebook sem sequer encontrar essa pessoa no mundo físico; por outro, práticas aparentemente banais – como a simples incorporação de cores nas páginas de redes sociais digitais – podem ser reflexo das interações existentes entre a vida *online* e *offline* de uma pessoa – tal como demonstrado por Horst (2012) em sua pesquisa sobre o uso de novas tecnologias na vida cotidiana.

entre a Comunicação com diferentes áreas¹³¹. É justamente este um cenário propício para que as ciências sociais passem de uma presença majoritariamente exterior ao campo da Comunicação a uma outra – em que a antropologia ou a economia sejam parte constitutiva desse campo. No entendimento de (JMB, 2004, p. 219):

Tão decisiva quanto a assunção explícita do “tema” das mídias e das indústrias culturais pelas disciplinas sociais é a consciência crescente do estatuto *transdisciplinar* do campo, tornado evidente pela multidimensionalidade dos processos comunicativos e sua gravitação a cada dia mais forte em torno dos movimentos de desterritorialização e hibridações que a modernidade latino-americana produz.

A emergência e configuração de objetos móveis, nômades, de contornos difusos e impossíveis de serem encerrados “nas malhas de um saber positivo e parcelado” (Ibidem, p. 258) trouxe à tona o desafio advindo das mudanças no próprio saber, do desordenamento da vida urbana, do desajuste entre comportamento e crenças e da confusão entre realidade e simulacro. Todos esses fatores apontam para novos modos de simbolização e ritualização do laço social, que se encontram cada vez mais *entrelaçados* às redes comunicacionais e aos fluxos informacionais. Em suas palavras:

O despedaçar-se das fronteiras espaciais e temporais que eles introduzem no campo cultural deslocaliza os saberes e deslegitima suas fronteiras entre razão e imaginação, saber e informação, ciência e arte. Isto modifica tanto o estatuto epistemológico como o institucional das *condições do saber* e das *figuras de razão*, que constituem os traços da *mudança de época*, em sua conexão com as novas formas de sentir e as novas figuras da socialidade (Ibidem, p. 258).

O autor chama atenção para uma socialidade em rede, “feita de nós que seriam as novas tribos¹³²” (p. 322). As novas maneiras de *estar juntos* – já não mais ligadas a um território físico tampouco a um consenso racional e duradouro, e sim a questões de idade e gênero, estilos de vida, gostos sexuais, repertórios estéticos e exclusões sociais – trazem ao debate a questão da desterritorialização de identidades e da reelaboração de fronteiras políticas e culturais. Nesse cenário, também a Antropologia percebe uma mudança na sensibilidade que

¹³¹ Para JMB (2004, p.426), a identificação da Comunicação com uma única disciplina implica reduzir o campo a uma parcela que deforma, usurpa e acaba matando a investigação.

¹³² Por ele entendidas como os novos grupos formados pelas gerações de jovens que vivem na pulsão entre a homogeneização da comida, da vestimenta e da morada, e a densa pulsão de diferenciação (JMB, 2004, p.322).

afeta a vida social. Não sem motivo, JMB afirma estarmos diante do desaparecimento do nexo simbólico, da falta do dispositivo que constrói alteridade e identidade, sendo o resultado disso “a acentuação do *caráter abstrato e desencarnado da relação social*” (p. 323). Exemplo dessa abstração é a atomização do telespectador da política que, outrora diante da multidão que se reunia na praça, agora se encontra atomizado em sua experiência em casa. Dessa forma, a atomização dos públicos transforma não apenas o sentido do discurso político, mas o que lhe dá sustento, isto é, o laço social – “*o conjunto das relações simbolizadas, admitidas e reconhecidas entre os homens*” (p. 324, grifos originais).

Uma vez que as redes põem em circulação, ao mesmo tempo, fluxos de informação e movimentos de integração à globalidade tecnoeconômica, elas também jogam luz sobre a produção de um novo tipo de *espaço reticulado*, que embaralha as fronteiras do nacional e do local, convertendo esses *territórios* ao mesmo tempo em pontos de acesso e de transmissão. Não sem motivo, é fundamental colocar o contexto histórico a uma distância crítica que lhe permita compreender o sentido e o valor das transformações que estamos vivendo.

Acreditamos, pois, que ler a *gramática* da internet para além do determinismo tecnológico e considerar as atuais mudanças e reconfigurações da sociedade a partir do advento das novas tecnologias não simplesmente a partir de rupturas, mas de tráfegos e continuidades, é algo fundamental. Isso requer também considerar que o virtual e o real não estão se confundido ou sequer se separando um do outro, até porque as metáforas espaciais de proximidade e movimento enfraquecem e esvaziam o debate.

Reside justamente aqui nossa defesa de que a Antropologia Digital pode ser um caminho possível para evitar esse beco conceitual sem saída. Para que isso aconteça, contudo, é importante que esse novo campo represente mais do que uma etnografia *online*: é preciso teoria, é preciso refletir sobre o digital e as relações que ligam o *online* e o *offline*; é preciso foco metodológico na observação participante feita de modo consciente e com tempo. É preciso, enfim, imaginação:

A antropologia digital pode desempenhar um papel importante nesse sentido, mas para que isso aconteça, ela deve representar mais do que etnografia *online*. O tempo é uma necessidade para a antropologia digital – você não pode fazer pesquisas etnográficas em um fim de semana. Mas a imaginação também é necessária. Repensar a antropologia digital ficará a quem se não incluir imaginar o que “digital” pode significar e quais podem ser suas consequências para a investigação social (BOELSSTORFF, 2012, p. 57, tradução nossa¹³³).

¹³³ No original: “Digital anthropology can play an important role in this regard, but for this to happen it must stand for more than ethnography online. Time is a necessity for digital anthropology—you cannot do

Diante de todas essas questões, fica evidente a necessidade do cuidado e da atenção à teoria e à epistemologia, principalmente quando lidamos com um objeto tão poroso como a internet a partir do diálogo com uma área de estudo que não a nossa. Longe de quisermos esgotar o debate, por si só ainda aberto e marcado pela diversidade temática e por diferentes abordagens sobre o digital, defendemos aqui que uma pesquisa em Comunicação que busca se aproximar de uma perspectiva antropológica do digital ou que tenha como método a etnografia feita em ambiente *online* deva levar em conta, pelo menos, as seguintes proposições:

* A necessidade de não criar uma linha divisória entre o virtual e o real que nutre uma falsa dicotomia entre essas duas instâncias; tampouco que encaminhe para uma suposta junção;

* O cuidado no tratamento da etnografia digital, de modo a não criar uma falsa ruptura com a etnografia tradicional;

* A atenção ao tratamento da cultura digital e das novas socialidades que daí advêm para não cair no risco dos efeitos da mídia e de uma suposta perda da socialidade autêntica com o advento das novas tecnologias.

Ressaltamos que todas as proposições são básicas e, ao mesmo tempo, fundamentais para um trabalho de campo consciente e autorreflexivo e um olhar crítico sobre a teoria. Certamente, a perspectiva aqui apresentada é uma das diversas outras existentes atualmente, e ainda assim, enfatizamos sua validade e seu diálogo com a obra e o pensamento de JMB. A perspectiva aberta pelo paradigma da mediação e da análise cultural, que deram peso *social* aos estudos do campo ao repensar as relações comunicação/sociedade, é, como o próprio JMB adverte, um chamado à luta contra o assédio do imediatismo e do fetiche da atualidade e, ao mesmo tempo, um convite para nos abirmos ao novo e ao diálogo com outras áreas.

CAPÍTULO 5 – TECNICIDADE E FALSA AUTENTICIDADE: UM DEBATE A PARTIR DA CULTURA E DAS MUTAÇÕES CULTURAIS

O pensamento atual acerca das relações entre cultura e tecnologia chega em grande parte a conclusões desanimadoras e se detém. Os conservadores culturais dizem que a televisão a cabo é a última oferta da caixa de Pandora e a transmissão via satélite coroará a torre de Babel. Ao mesmo tempo uma nova classe de intelectuais, que dirige os centros operados pelas novas tecnologias culturais e informáticas, fala com confiança de seu “produto”. Nenhuma dessas posturas representa um solo firme. *O que temos é uma péssima combinação de determinismo tecnológico e pessimismo cultural* (RAYMOND WILLIAMS *apud* JMB, 2014, p. 17).

5.1 Introdução ao tema

Dando continuidade ao nosso debate sobre as implicações teóricas e epistemológicas da pesquisa etnográfica na internet, uma vez situada a centralidade das redes para o estudo das culturas digitais, bem como sua íntima relação com a estratégica mediação da *tecnicidade* – passamos agora para a reflexão que abarca a questão da cultura e das mutações culturais a que atualmente estamos expostos e que tem como pano de fundo o papel que as técnicas assumem no atual cenário da globalização. Para tanto, colocaremos em diálogo a mediação estrutural da *tecnicidade* e o princípio da *falsa autenticidade* – princípio este que faz atualmente antropólogos reconhecerem que as questões da cultura com as quais a disciplina esteve engajada por tanto tempo estão hoje inelutavelmente emaranhadas com desenvolvimentos contemporâneos em tecnologias de mediação (DENICOLA, 2012).

Sem dúvida, a globalização fez repensar o conceito de cultura tão largamente utilizado pela antropologia cultural americana ao longo do século XX, que reforçava a ideia de que cada sociedade possuía sua própria cultura e que as diferenças humanas se davam em termos da diversidade de sociedades separadas. Se, de um lado, o advento dos meios de comunicação de massa representou o mais claro desafio às noções ortodoxas de cultura (GUPTA & FERGUSON, 2000), de outro, a consolidação de um mundo de fluxos transnacionais de cultura e movimentos em massa de populações tornou inadequadas as tentativas de mapear o globo como um conjunto de regiões ou berços.

Uma vez derrubadas as fronteiras que por séculos demarcaram as fronteiras do “aqui” e do “lá”, do centro e da periferia e até mesmo da colônia e da metrópole, a globalização jogou luz sobre as contradições e ambiguidades advindas do encontro com o “Outro”, e pôs no centro as relações entre cultura e a comunicação. Por outro lado, o desafio à paisagem

fraturada de nações independentes e culturas autônomas (Ibidem) – que reafirma as exclusões já não mais sob a forma de fronteiras, mas de distâncias, capazes de colocar “cada um em seu lugar” – levantou a necessidade de compreender a transformação cultural e a mudança social como questões de espaços interligados:

A suposição de que os espaços são autônomos permitiu que o poder da topografia ocultasse a topografia do poder. O espaço inerentemente fragmentado implícito na definição da antropologia como o estudo das culturas (no plural) pode ter sido um dos motivos por trás da antiga e persistente omissão de escrever a história da antropologia como uma biografia do imperialismo. Pois, se partimos da premissa de que os espaços *sempre* estiveram interligados hierarquicamente, em vez de naturalmente desconectados, então, a mudança cultural e social não se torna mais uma questão de contato e de articulação cultural, mas de repensar a diferença *por meio* da conexão (Ibidem, p. 33).

Apesar de derrubar as ilusões de comunidades primevas e puras, que ignoram que povos sempre foram mais voláteis e que as identidades menos fixas do que as abordagens estáticas sugeridas pela Antropologia clássica, o espaço pulverizado da pós-modernidade faz repensar as políticas de identidade, comunidade e diferença cultural. Afinal, a formação de algo como uma esfera pública transnacional tornou antiquado qualquer sentido de localidade e de comunidade estritamente limitada, haja vista ser hoje possível a constituição de formas de identidade e de solidariedade já não mais repousando sobre uma apropriação do espaço ou pela proximidade/contato pessoal.

Na medida em que acelera as operações de desenraizamento, a globalização tende ainda a incluir as identidades nas lógicas dos fluxos (JMB, 2006). Disso resulta já não ser possível pensar identidades a partir de raízes estanques, costumes e territórios de tempo longo. Implica, ainda, em considerar as migrações e as mobilidades, de redes e também de fluxos, de fluidez e instantaneidade. Advém desse cenário, o interesse do autor em refletir a atual relação entre a diversidade cultural – atravessada atualmente por territórios e memórias, e também por redes e diversidades – e o fenômeno da globalização.

O pano de fundo é o debate sobre o atual estatuto da técnica em nossa sociedade e a necessidade de que a reflexão ultrapasse o determinismo tecnológico e o pessimismo cultural. Justamente por isso, JMB acredita que pensar a relação entre tecnologia e cultura é tão importante para a América Latina que, frente a uma tendência de não poucos pensadores europeus de reduzir essa imbricada relação a partir do olhar pessimista, tem como desafio o desenvolvimento do pensamento crítico, capaz de lançar um olhar múltiplo e desafiante sob a

globalização, vista tanto a partir da *perversidade* como das *possibilidades*¹³⁴. Nas suas palavras:

O que a globalização põe em jogo não é só uma circulação maior de produtos, mas, sim, uma rearticulação profunda das relações entre culturas e entre países, mediante uma descentralização que concentra o poder econômico e uma desterritorialização que hibridiza as culturas (p. 62).

Diante dos inúmeros desdobramentos possíveis a partir deste debate, interessa-nos aqui especificamente o debate sobre a questão cultural em sua relação com a revolução tecnológica das comunicações. Afinal, se tal revolução agrava, por um lado, o fosso das desigualdades culturais e sociais entre os países, também é verdade que ela é capaz de mobilizar coletividades, “potencializando suas capacidades de sobrevivência e de associação, de protesto e de participação democrática, de defesa de seus direitos sociopolíticos e culturais e de ativação de sua criatividade expressiva” (JMB, 2014, p. 17).

Essas reflexões ganham ainda mais força com a emergência da pandemia que, ao forçar a migração de diversas atividades para a internet, iluminou ainda mais a centralidade da *tecnicidade* no mundo contemporâneo. Não há como olhar para as atuais mudanças nas práticas cotidianas – que vão do ensino ao trabalho remoto, do entretenimento aos serviços de *delivery* – sem as conectar com os usos e sentidos que os diferentes atores sociais atribuem à tecnologia (CÁRDENAS, 2020).

5.2 A *tecnicidade* enquanto mediação: um olhar desde os gregos

Na busca por explorar algumas pistas de como JMB constrói seu conceito de *tecnicidade*, Pieniz e Cenci (2019) recorrem à genealogia do conceito na perspectiva da filosofia, campo cujo tratamento dado à *tecnicidade* se dá em relação às práticas puramente teóricas, e que possibilita o surgimento de teorias como a das mediações. Sob o argumento de que reconstruir a *tecnicidade* na obra de JMB requer um olhar sobre as apropriações da técnica desde a Grécia até o presente, os autores resgatam a ideia de *tecnicidade* a partir de filósofos que se dedicaram a refletir sobre os conceitos de técnica e tecnologia.

Esse percurso os faz percorrer um caminho teórico que vai desde a emergência do conceito de *thechné*, passa pela modernidade – que transforma a técnica em tecnologia e coloca

¹³⁴ Se, de um lado, JMB (2014) destaca a *perversidade sistêmica* sentida no aumento da pobreza e das desigualdades, bem como no desemprego crônico e nas enfermidades; pela via das possibilidades, ressalta a mistura de povos, raças, culturas e gostos, bem como a apropriação das novas tecnologias por grupos subalternos – permitindo a construção do que ele chama de *revanche sociocultural*.

a necessidade de reflexão sobre ela – e desemboca nos usos oferecidos por JBM a partir de seu debate sobre a cultura contemporânea. Dentro de uma perspectiva histórica, os autores apontam que ideia de *tecnicidade* propriamente dita surge em meados da década de 1990, momento em que os avanços tecnológicos notadamente remodelam as relações sociais, exigindo um refinamento conceitual sobre a tecnologia.

A origem etimológica da palavra “técnica” vem do conceito grego de *techné*, que diz respeito tanto a um tipo de arte, de manufatura ou maneira de fazer algo, como também se refere à habilidade ou destreza (PIENIZ & CENCI, 2019). Daí é possível afirmar que é técnica é um conhecimento para a produção de algo, sendo, portanto, meio e não fim, que seria a produção em si. Por essa lógica, a técnica pode ser compreendida como uma mediadora entre determinado problema e sua resolução – sentido esse, segundo os autores, atribuído por Aristóteles¹³⁵ quando ele distinguiu *techné* e *physis*:

A distinção que ele propõe é expressa pela maneira de distinguir como algo é produzido. A *physis* é o princípio do movimento como Aristóteles aparece na Metafísica (...). Esse movimento ocorre pela ordem causal da natureza, como pensavam os antigos gregos. Pois bem, a *techné* também produz movimento; mas não como a natureza, mas pela intencionalidade de um conhecimento que propõe um fim, como parte das ciências produtivas (...), pois elas produzem algo além da causalidade da *physis* (...) (p. 140, tradução nossa¹³⁶).

Sob outro aspecto, a noção de *techné*/técnica envolve também arte; algo que é aprendido e ensinado e que requer um aparato educacional para que alguém adquira conhecimento e proficiência em determinadas artes – que na Idade Média eram chamadas de artes liberais. Naquela época, havia um sistema dedicado ao ensino dessas artes, que se dividiam entre o Trivium (Gramática, Lógica e Retórica) e o Quadrivium (Aritmética, Geometria, Música e Astronomia). Essa divisão era responsável pela variação dos ofícios, como as artes gramáticas, o conhecimento lógico ou linguístico e as artes lógicas. Seja como for, em ambos os sentidos, a técnica é reduzida à função mediadora e instrumental, já que ela é sempre posta como meio para determinado fim, e não como uma atividade-fim. Artes e técnicas, neste

¹³⁵ Resulta dessa concepção de *techné* compreendida a partir da intencionalidade para a produção de algum fim a falsa noção, mais tarde originada na modernidade, de técnica como algo neutro.

¹³⁶ No original: “La distinción que propone él se expresa por el modo de distinguir cómo se produce algo. La *physis* es el principio del movimiento como aparece Aristóteles en la Metafísica (...). Este movimiento ocurre por el orden causal de la naturaleza, tal como lo pensaban los griegos en la antigüedad. Pues, la *techné* también produce movimiento; pero no como la naturaleza, sino por la intencionalidad de un saber que propone un fin, como parte de las ciencias productivas (...), pues producen algo además de la causalidad de *physis*”.

sentido, “se misturaram em campos de aplicação do conhecimento na produção de alterações no mundo¹³⁷” (Ibidem, p. 141).

No que tange a JMB, Pieniz e Cenci (2019) destacam que o tratamento dado pelo autor à *tecnicidade* é fruto de uma complexa rede de saberes interdisciplinares que permitem uma análise multifocal da cultura contemporânea. Sem se prender aos limites dos campos tradicionais do conhecimento, o cartógrafo mestiço engloba em seu potente conceito de *tecnicidade* tanto a gênese traçada desde a filosofia grega até as elaborações filosóficas contemporâneas, sob o tempero especial do enfoque nas mediações da cultura.

De acordo com Lopes (2018), a opção de JMB pelo uso do termo *tecnicidade*, e não técnica, se justifica na medida em que hoje não se dá a devida conta à noção grega de *techné*, cujo sentido original remete à destreza e à habilidade de fazer, “mas também de argumentar, de expressar, de criar e de comunicar através de formas materiais, destreza essa que se atualiza com base nos novos modos de lidar com a linguagem” (p. 57) . Por outro lado, sob o argumento de que o debate atual encaminhou para uma noção de técnica como aparato, a autora enfatiza que nenhum desses sentidos de técnica é suficiente para pensar a técnica atualmente, posto que há na técnica novos modos de ver, ouvir, ler, perceber, aprender novas linguagens, novos modos de linguagem, de escrituras e de expressão.

O sentido de *tecnicidade*, desse modo, não está relacionado à noção de mero aparato tecnológico, mas ao domínio das linguagens, à materialidade dos discursos que remetem à constituição das gramáticas que estão no seio dos novos formatos e produtos midiáticos. Afinal, a *tecnicidade* não é da instância do instrumento, mas dos saberes, da formação de novas práticas que produzem inovações discursivas, de modos de percepção do social:

Afasta-se, portanto, da noção de técnica como mero aparato, recuperando o original sentido do termo grego *techné*. Haveria uma espécie de *intermediação como experiência comunicativa*, ou seja, de muitas interfaces entre os diferentes meios e destes nos diferentes espaços comunicativos do consumo e da criação (...). O que está aí implícito é a recusa do sentido instrumental de tecnologia tão sedimentada nos estudos de comunicação (LOPES, 2018, p. 58, grifos originais).

¹³⁷ No original: “se mezclaban en campos de aplicación de saberes en la producción de alteraciones en el mundo”.

5.2.1 A mediação da *tecnicidade* em e a partir Jesús Martín-Barbero

Em sua jornada por diferentes mapas e mediações, JMB faz a *tecnicidade* aparecer em três mapas, a saber: 1998, 2009, 2017. A trajetória da mediação *tecnicidade* tem início em 1998 – momento em que aparece no mapa noturno das *mediações comunicativas da cultura* e em que JMB já se posicionava contra a visão única de que as tecnologias eram as grandes mediadoras entre as pessoas e o mundo. Vista a partir da capacidade de inovação dos formatos industriais e das formas de recebimento das mensagens midiáticas, a *tecnicidade* surge em meio a outras mediações que dizem respeito às dimensões da produção, em contraponto às dimensões da recepção. Já em *Ofício de Cartógrafo* (2004), JMB chama atenção para uma nova agenda que se abria e parecia despedaçar as fronteiras que separam as Ciências Sociais e a Comunicação. Naquele momento, tomando a *tecnicidade midiática* como dimensão estratégica no cenário da globalização, apontava para os desafios impostos por essa mediação que, a despeito de muitas vezes reduzida a um olhar determinista, converte-se em *enlace universal global* não apenas no espaço nas redes informáticas, mas também na conexão de outras mídias com o computador – como o telefone e a televisão.

No âmbito deste mesmo contexto, JMB apresenta, em 2009, um novo mapa que abarca as formas mestiças de mídia que se inserem nas “mutações comunicativas e culturais” (PIENIZ & CENCI, 2019). Nele, a *tecnicidade*, ainda como *submediação*, aparece no sentido a elucidar o cenário de mutações culturais e suas repercussões nas práticas sociais. A intenção de JMB naquele momento era dar conta da realidade comunicacional sem, contudo, demarcar explicitamente os polos de emissão e recepção tal como feito no mapa da década anterior.

Na trajetória histórica dos mapas, a *tecnicidade* adquire diferentes formas ao longo do desenvolvimento das condições comunicacionais de cada época. Situada atualmente no cenário da globalização e da convergência, ela passa de uma perspectiva ligada às *lógicas produtivas* para a dos *usos sociais* da mídia e suas ritualidades (Ibidem). Nesse contexto de transição, as tradições adquirem novas roupagens e as tecnologias de comunicação têm ganhado um espaço de destaque no atual ecossistema cultural¹³⁸.

A transformação da *tecnicidade* em mediação estrutural trouxe como consequência a mudança do *próprio lugar* da cultura na sociedade, uma vez que atualmente a tecnologia remete muito mais do que a novidade de aparatos, mas também a novas sensibilidades e escrituras (JMB, 2014), isto é, a novas formas de *percepção* e também de *linguagem*. Assim

¹³⁸ Nesse ponto, os autores destacam que a compreensão histórica das mediações na teoria barberiana da comunicação requer o entendimento de transitoriedade das categorias em função de uma realidade mutável e suscetível de intervenção.

sendo, ao radicalizar a experiência da desancoragem produzida pela modernidade, e modificar o estatuto cognitivo e institucional das *condições de saber* e das *figuras da razão*, a tecnologia conduziu a um apagamento do que antes delimitava arte e ciência, razão e imaginação, natureza e artifício, saber e informação, experiência profana e saber especialista. Sobre o assunto, Pieniz e Cenci (2019, p. 152, tradução nossa¹³⁹) destacam:

Há possibilidades de novos usos sociais da mídia, que favorecem uma lenta formação de novas esferas de público, com novas formas de imaginação e criatividade social. Os jovens, com sua empatia cognitiva com a linguagem da tecnologia, podem provocar rupturas e transformações político-culturais, com novas formas de estar junto. Sem deixar de considerar as demais mediações relacionadas às instituições, etc. (JMB, 2008).

Todas essas transformações e rearranjos nas relações dos discursos públicos e dos gêneros midiáticos com os formatos industriais e os textos virtuais abertos pela *tecnicidade* “apontam então para o novo estatuto social da técnica, para o rearranjo do sentido do discurso e da práxis política, para o novo estatuto da cultura e para os caminhos da estética” (JMB, 2004, p. 236). Mais recentemente, o surgimento do novo mapa de 2017 apontou ainda mais para a centralidade ocupada pela tecnologia e também para a reflexão sobre cultura e redes digitais.

A conformação desse novo ambiente de informação, que abarca e mistura diferentes saberes e diversas formas de aprendizado é, no entendimento do autor, uma das transformações mais profundas que uma sociedade pode sofrer. Até porque, a aparição de um modelo de conhecimento difuso e descentrado rompe com um modo de circulação de conhecimento que, desde os mosteiros medievais até as escolas dos dias de hoje, canaliza o saber em torno do livro e o personifica em figuras sociais determinadas. Em meio a esse cenário de novas sensibilidades, novas formas de ver e se relacionar com a mídia, Pieniz e Cenci (2019, p. 149, tradução nossa¹⁴⁰) destacam:

¹³⁹ No original: Hay posibilidades de nuevos usos sociales de los medios, que propician una lenta formación de nuevas esferas del público, con nuevas formas de imaginación y creatividad social. Los jóvenes, con su empatía cognitiva con la lengua de las tecnologías, pueden causar rupturas y transformaciones político-culturales, con nuevas maneras de estar juntos. Sin dejar de considerar las demás mediaciones relativas a las instituciones, etc. (JMB, 2008).

¹⁴⁰ No original: Estas nuevas prácticas se encuentran en la nueva mirada sobre las relaciones sociales y sobre los productos mediáticos. Pueden ser percibidos, también, en las reflexiones como las de Jenkins (2006) al investigar el mercado *hollywoodiano* de producción ficcional, ante la cultura de la convergencia mediática y la cultura participativa de los fans. Además, se percibió una revitalización en el uso del concepto de tribus de

Essas novas práticas são encontradas no novo olhar sobre as relações sociais e os produtos midiáticos. Também podem ser percebidos em reflexões como as de Jenkins (2006) ao investigar o mercado *hollywoodiano* de produção ficcional, diante da cultura de convergência midiática e da cultura participativa dos fãs. Além disso, percebeu-se uma revitalização no uso do conceito de tribos de Maffesoli (1998), ao pensar nas comunidades virtuais que se formaram a partir da apropriação tecnológica da web.

Decorre desse contexto o fato de que atualmente a diversidade cultural atravessa uma *situação* bem específica. Isso porque, ao colocar em uma *linguagem comum* textos, imagens, vídeos, dados e sons, a convergência digital não apenas desmonta a hegemonia racionalista do dualismo que opõe ciência à arte, cultura à técnica, os livros aos meios audiovisuais, como permite a configuração um novo espaço público construído a partir de comunidades culturais, meios comunitários e movimentos sociais (JMB, 2014). Nesse horizonte, o filósofo observa um confronto entre uma crescente consciência do valor da *diferença*, da *heterogeneidade* e da *diversidade* e um poderoso movimento de *uniformização dos imaginários cotidianos*, sentido na moda, nos gostos musicais, nas expectativas de êxito social e até nos modelos de corpos difundidos pelo grande público a partir da televisão, do cinema e do videogame.

A despeito da crescente onda de fatalismo tecnológico e do pessimismo político e cultural, o autor joga luz sobre a formação do que ele entende por um novo *ecossistema comunicativo*, que tem como ponto fulcral a nova experiência do audiovisual possibilitada pela revolução digital. Essa nova experiência aponta para um cenário estratégico de *visibilidade cultural* que vem a contrapor “o velho e excludente poder da letra” (Ibidem, p. 25). A riqueza e a diferença das oralidades e visualidades culturais, até então ignoradas pela cultura letrada, são agora entrelaçadas nos imaginários da virtualidade, que conferem novos sentidos e formas às tradições culturais. Isso permite aos indivíduos e coletividades inserirem suas culturas cotidianas – sonoras, orais, visuais – à trama das novas linguagens e escrituras:

Na América Latina, o palimpsesto das memórias culturais múltiplas de seu povo nunca teve, como agora, possibilidades tão grandes de apropriar-se do hipertexto em que leitura e escritura, saberes e fazeres, artes e ciências, paixão estética e ação política se entrecruzam e interagem (Ibidem, p. 26).

Esse novo modelo de sociedade, caracterizado pela introdução da comunicação/informação como o motor mais eficaz da inserção e do desencaixe das culturas no espaço/tempo do mercado, aponta para a necessidade de se refletir a globalização para além da economia e do mercado. Afinal, a intensificação inédita de conflitos e de contatos decorrentes da exposição das culturas umas às outras iluminou ainda mais a relação antropológica constitutiva entre comunicação e cultura, agora acentuada pelas transformações culturais provenientes das mutações ocorridas no âmbito da trama tecnológica da comunicação. Ilustrativo desse horizonte é a mudança de percepção das comunidades culturais no tocante a si mesmas e a seus modos de construir suas identidades:

A atual reconfiguração das culturas indígenas, locais, nacionais, responde especialmente à *intensificação da comunicação e à interação dessas comunidades com as outras culturas do país e do mundo*. De dentro das comunidades locais, os atuais processos de comunicação são cada vez mais percebidos como uma oportunidade de interação com o conjunto da nação e do mundo. E sem deixar de lutar por suas terras, este combate hoje faz parte da luta pelo Estado, isto é, em ser contado na construção do país (Ibidem, p. 25, grifos originais).

Como resultado da imbricação entre cultura e comunicação está tanto a revitalização das *identidades culturais* – étnicas, locais, regionais, racionais – quanto a revolução das *tecnicidades* que, no contexto da globalização, tem reconfigurado o vigor e o sentido dos laços sociais, bem como as possibilidades de convívio com o nacional e o local (JMB, 2006). Vista, dessa forma, como processo de inclusão/exclusão em escala planetária, a globalização é percebida como integrante do processo de conversão da cultura em espaço estratégico de encolhimento das tensões que atravessam e recompõem os modos de *estar juntos*. Daí o motivo de ser a partir da diversidade cultural – das histórias, experiências, territórios e memórias – que não apenas se resiste, mas se interage e se negocia com a globalização.

Ao despontar, portanto, como mediação fundamental para se pensar acerca dos novos regimes culturais, o que a reflexão sobre a tecnicidade revela é a necessidade de se pensar a convergência da revolução tecnológica e da globalização a partir do olhar sobre novas linguagens, escritas, saberes e práticas que colocam no bojo das discussões o surgimento de uma visibilidade cultural convertida em palco para a batalha política entre a ordem e o poder da letra e as visualidades e oralidades culturais (JMB, 2006). Advém daí a necessidade de mais pesquisas empíricas que atualizem o *calafrio epistemológico* que o autor sentiu ao *ver com* os sujeitos.

O chamado de JMB a pensar uma nova trama de territórios e atores – que leva em conta conflitos, brechas e contradições e que questiona a razão instrumental que funda a hegemonia do modelo informacional – o impulsiona a explorar um modelo de comunicação ancorado na convergência, na interação e na conectividade (BRIGNOL, COGO & MARTÍNEZ, 2019). Nesse percurso, interessam as diferentes apropriações e os nem sempre previsíveis redesenhos das tecnologias que conformam novas percepções, linguagens, sensibilidades. Em suas palavras:

Na investigação sobre esses novos modos de *estar juntos* aparecem em primeiro plano as transformações da sensibilidade que produzem os acelerados processos de modernização urbana e os cenários de comunicação que, em seus fluxos e fragmentações, conexões e redes, constroem a cidade virtual (JMB, 2004, p. 279, grifos originais).

Uma vez que as novas tecnicidades apontam para *novos campos de experiência*, hibridizações e novas ritualidades, elas também reorganizam “os mapas dos ofícios desde os fluxos e redes pelos quais hoje se mobilizam não só a informação, mas também o trabalho, o intercâmbio e a colocação em comum de projetos, de pesquisas científicas e de experimentações estéticas (Ibidem). Urge, portanto, a reflexão sobre as novas práticas abertas pela cultura digital.

5.3 A falsa autenticidade sob a égide da cultura

Em sintonia ao debate sobre o impacto das novas tecnologias na vida cotidiana de pessoas comuns, o princípio da *falsa autenticidade* parte do pressuposto de que as pessoas não estão nem um pouco mais mediadas em função da ascensão das tecnologias digitais (MILLER & HORST, 2021). Tendo como pano de fundo a crítica à nostalgia generalizada presente tanto no jornalismo com em uma série de trabalhos acadêmicos que têm como foco os efeitos da mídia e uma suposta perda da socialidade autêntica com o advento das novas tecnologias, este princípio novamente traz uma aproximação entre as preocupações da antropologia com a teoria de JMB – permitindo-nos refletir sobre a importância do saber *olhar* sobre as tecnologias – já não mais vistas sob a égide dos efeitos, mas da cultura:

Pensar a comunicação desde a cultura é fazer frente ao *pensamento instrumental* que tem dominado no campo da comunicação desde seu nascimento, e que hoje se autolegitima apoiado no otimismo tecnológico a que se acha associada a expansão do conceito de informação (JMB, 2004, p. 212).

Como já destacamos na introdução deste capítulo, a globalização e o advento dos meios de comunicação de massa representaram desafios às noções ortodoxas de cultura. Se, tradicionalmente, as representações de espaço nas Ciências Sociais se deram a partir das imagens de ruptura, rompimento e disjunção, o advento da pós-modernidade levou ao questionamento da suposição da autonomia dos espaços que naturalizava as relações entre espaço, identidade e cultura e dava base a uma convincente ficção que mapeava culturas a partir de lugares e povos¹⁴¹. Explodindo, assim, com a equivalência entre identidade e nação, a globalização não somente questionou os acontecimentos que essencializavam o nacional, como redefiniu a própria ideia de nação e de cultura (JMB, 2004).

Se de um lado, contudo, o rompimento da ilusão de uma conexão essencial entre lugar e cultura forçou antropólogos a reavaliarem conceitos analíticos centrais da Antropologia – como o de cultura e de diferença cultural, isso de maneira alguma conduziu ao fantasma moderno da homogeneização cultural global – tampouco fez ignorar que determinados aspectos de nossas vidas seguem altamente “localizados” em um sentido social. Como afirmam Gupta e Ferguson (2000, p. 36).

A ironia da nossa época, no entanto, é que ao mesmo tempo em que lugares e localidades se tornam cada vez mais borrados e indeterminados, as *ideias* de locais cultural e etnicamente distintos tornam-se talvez mais proeminentes. É nesse ponto que fica mais visível a maneira como comunidades imaginadas (Anderson, 1983) ligam-se a lugares imaginados, na medida em que povos deslocados se reúnem em torno de terras natais, lugares ou comunidades imaginadas, em um mundo que parece negar cada vez mais essas firmes âncoras territorializadas em sua realidade.

O que a erosão parcial de mundos sociais espacialmente limitados e de concepções naturalizadas de “culturas” espacializadas iluminou foi a necessidade de se explorar a produção da diferença dentro de espaços comuns – compartilhados e conectados. A mudança na forma de pensar as relações de poder, espaço e cultura, longe de ser algo acabado, aponta para direções futuras no âmbito da teoria e da prática antropológica, entre os quais está o promissor desafio que os meios de comunicação de massa colocam à noção de cultura como fenômeno espacialmente localizado. Afinal, como temos enfatizado, já não é possível ignorar a reunião de práticas culturais que não se pode dizer que pertence a um “povo” específico ou a determinado “lugar”.

¹⁴¹ Uma clara ilustração dessa questão está nos “mapas etnográficos”, que buscam dar conta da distribuição espacial de tribos, povos e culturas (GUPTA & FERGUSON, 2000).

No que tange ao debate sobre os meios de comunicação, JMB (2009) reporta a complicada discussão sobre a relação televisão/cultura. Do lado dos críticos, vista como decadência cultural e, do lado dos folcloristas, a partir do purismo que situa a verdadeira Cultura no povo – sem contaminações ou mestiçagens – a televisão é, para ambos, não assunto de cultura, mas apenas de comunicação. A despeito dessa indagação feita pelos mandarins da “Cultura” sobre a televisão, quer gostemos ou não, “é a própria noção de cultura, sua significação social, o que está sendo transformado pelo que a televisão produz e em seu modo de reprodução” (p. 300).

Para fins desta pesquisa, interessa-nos deixar claro o debate que questiona noções de povos e culturas “puras” que desembocam em reivindicações de autenticidade, onde muitas vezes os meios de comunicação são vistos como vilões que deturpam relações sociais anteriormente mais autênticas e naturais.

Longe de um entendimento de que as formas de sociabilidade anteriores eram mais naturais ou autênticas em virtude de serem menos mediadas, o princípio da *falsa autenticidade* sugere ser errônea uma tendência geral da sociedade de considerar as novas tecnologias como uma perda de autenticidade das relações, afinal, para a Antropologia, todas as pessoas são culturalmente iguais, ou seja, todas são produtos de objetificação:

Na antropologia não existe imediatismo humano puro; a interação face a face é tão culturalmente influenciada quanto a comunicação mediada digitalmente, mas, como Goffman (1959,1975) apontou repetidas vezes, deixamos de ver a natureza enquadrada da interação face a face porque esses frames funcionam muito efetivamente. O impacto das tecnologias digitais, como as webcams, às vezes são perturbadores em grande parte porque nos tornam conscientes e autoconscientes sobre os quadros tidos como certos em torno de encontros diretos face a face. (MILLER & HORST, 2012, p. 12, tradução nossa¹⁴²).

Potencialmente, uma das maiores contribuições da Antropologia Digital é justamente o grau com que ela derruba as ilusões de um mundo pré-digital, não mediado e não cultural (Ibidem). Daí advém que parte dos desafios que os estudiosos da área enfrentam para dar conta deste princípio é justamente revelar a *natureza armada e mediada* do mundo não digital. Isso envolve, ainda, ir contra o pensamento de que a tecnologia é hoje o “grande mediador” entre as pessoas e o mundo.

¹⁴² No original: “In anthropology there is no such thing as pure human immediacy; interacting face-to-face is just as culturally inflected as digitally mediated communication, but, as Goffman (1959,1975) pointed out again and again, we fail to see the framed nature of face-to-face interaction because these frames work so effectively. The impact of digital Technologies, such as webcams, are sometimes unsettling largely because they makes us aware and newly self-conscious about those taken-for-granted frames around direct face-to-face encounters”.

Tomando o trabalho Meyer (2011) sobre o papel da mídia durante a Reforma Protestante, Miller e Horst (2012) argumentam que, em alguns aspectos, a atual negativa às tecnologias digitais tem raízes históricas no desejo protestante de criar um ideal de autenticidade e subjetividade não mediadas. Naquele momento, enquanto os católicos promoviam uma cultura da materialidade na qual as imagens proliferaram, porém conservando um senso de mediação de tal forma que representavam o mistério maior de Cristo, os protestantes tentavam abolir a mediação de objetos e outros elementos culturais, promovendo um ideal de experiência do divino sem mediação.

Em contraste com a teologia protestante, a Antropologia não acredita no não mediado. Considerar que não somos mais mediados simplesmente porque não somos mais culturais do que éramos antes, é, portanto, uma atitude epistemológica sobre a teoria e prática antropológica que requer o reconhecimento de que o *virtual* não está em contraste com o *real*. Reiteramos com Boellstorff (2012) que os mundos *online* são simplesmente outra arena do mundo *offline* que permite expressar práticas, e não há motivos para privilegiar um em detrimento do outro. Até porque as Ciências Sociais têm demonstrado como o mundo real era virtual antes de percebermos o quão real é o mundo virtual. Nesse sentido, uma perspectiva antropológica digital está amplamente preocupada em compreender o motivo de alguns meios de comunicação serem socialmente percebidos como mediadores enquanto outros não o são. Isso implica em, ao invés de tomar os mundos pré-digitais como menos mediados, estudar como o surgimento das tecnologias digitais criou essa ilusão de que o eram.

Uma vez, portanto, que a Antropologia Digital critica as imagens ilusórias de culturas ou comunidades “verdadeiras” e “naturais”, o princípio da *falsa autenticidade* rompe com um discurso mais amplo e romantizado que pressupõe uma maior autenticidade ou realidade no pré-digital. Exemplar nesse sentido é o estudo de Ginsburg (2012) sobre pessoas deficientes na internet. O olhar particular sobre o caso da autista Amanda Baggs no vídeo *In My Language*¹⁴³, que produz vídeos a partir da perspectiva de seu mundo, permitiu à autora desmembrar como as tecnologias digitais oferecem possibilidades imprevistas e poderosas às pessoas com deficiência de se comunicarem com uma ampla gama de públicos, demonstrando com esse caso a maneira como o *online* pode fazer com que pessoas coloquem para fora o que sentem e o que são.

Reiterando que o digital pode ajudar a repensar os parâmetros culturais da humanidade e as discriminações sociais mais profundas, esse caso específico discutido pela antropóloga

¹⁴³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JnylM1h2jc>.

joga luz sobre as plataformas de mídia digitais enquanto locais que permitem a emergência de contra-discursos de representação para atores sociais que raramente teriam a oportunidade de entrar na esfera pública. O uso que Amanda Baggs faz das plataformas digitais – especialmente do YouTube – ilustra o potencial benéfico que esse tipo de tecnologia tem para determinados grupos de pessoas com deficiência – especialmente autistas ou portadores de distúrbios comunicativos relacionados, capazes agora de se envolverem em uma discussão em primeira pessoa sobre o seu mundo e suas experiências – permitindo-as afirmarem um sentido alternativo de personalidade.

Olhar para a experiência cotidiana de pessoas com diferentes identidades e das mais diversas comunidades na era digital – que agora encontram na web novas possibilidades para desenvolver práticas digitais emergentes de mídia – tem sido um ganho não apenas em termos de autorrepresentação dessas pessoas, mas também para a expansão do nosso senso de personalidade e de públicos.

Ora, como recorda JMB (2006) as atuais lutas por *reconhecimento* e *sentido* requerem de nós o reconhecimento de que vivemos muito mais do que uma revolução puramente tecnológica, introduzida por novas máquinas em nossas sociedades. Por essa via, é ao imbricar-se aos ambientes natural e urbano/social que a tecnologia digital passa a configurar nossos modos de viver no mundo e de desenvolvermos laços sociais. Em suas palavras:

O que os novos movimentos sociais e as minorias — as etnias e as raças, as mulheres, os jovens ou os homossexuais — demandam não é tanto ser rerepresentados, mas, sim, reconhecidos: fazerem-se visíveis socialmente em sua diferença. O que dá lugar a um modo novo de exercerem politicamente seus direitos (JMB, 2006, p. 68).

Ainda no âmbito das plataformas digitais, também o *Second Life* tem se destacado pelas possibilidades abertas a participantes com deficiência, que encontram naquele ambiente uma chance de se envolver em práticas sociais que, de outra forma, talvez não estivessem disponíveis para eles. Em seu trabalho de campo nessa plataforma, Ginsburg (2012) se deparou com as possibilidades abertas pelo jogo que, em muitos casos, permitiu um acesso a um “eu” interior não possível no mundo “real”. Pessoas com *déficit* de atenção ou que não podiam andar no mundo real descobriram que podem ser percebidos como qualquer outro residente. Além disso, a acessibilidade às plataformas de mídia, como o YouTube, aumentou drasticamente as possibilidades de formação de comunidades para aqueles que têm dificuldade de falar ou manter uma conversa cara a cara. Decorre que mais do que mero entretenimento, o impacto positivo de atividades virtuais nas vidas *offline* têm sugerido que a

oportunidade dessas pessoas fazerem parte de uma comunidade virtual tem efeitos terapêuticos em suas vidas:

A pesquisa clínica confirma esses relatos sobre os efeitos práticos e existenciais da participação em mundos virtuais para pessoas com deficiência. Esses efeitos incluem usuários com deficiência ganhando uma sensação de controle sobre seu ambiente e suas interações com os outros (Alm et al. 1998; Stevens 2004; Williams e Nicholas 2005); desenvolvendo uma consciência espacial aprimorada, coordenação olho-mão e habilidades motoras finas e encontrando fontes de apoio social e informações médicas (Hill e Weinert 2004; Kalichman et al. 2003); e alcançando maior independência, comunicação e aprendizado para aqueles com deficiências de mobilidade (Anderberg e Jönsson 2005) e lesão cerebral traumática (Thornton et al. 2005). A participação na realidade virtual mostrou ajudar aqueles com deficiências cognitivas a concentrar a atenção e aprender habilidades para a vida, como fazer compras e preparar alimentos (Alm et al. 1998; Christiansen et al. 1998; Standen e Cromby 1995). Pessoas com transtornos do espectro do autismo geralmente acham a comunicação de realidade virtual mais confortável do que a comunicação na vida real (Biever 2007; Parsons e Mitchell 2002) (Ibidem, p. 114, tradução nossa¹⁴⁴).

Nas últimas décadas, uma mudança radical ocorreu da intimidade do lar para os mundos públicos, da pesquisa científica, da política educacional e, sobretudo, nas narrativas midiáticas e na mídia digital. A presença pública de pessoas com deficiência como atores sociais e a exposição de uma ampla gama de deficiências por meio de documentários e relatos de ficção que incluem como protagonistas pessoas com deficiência – que vão desde autismo, transtorno de déficit de atenção, cegueira, surdez, síndrome de Down, entre outras – têm ampliado nossa compreensão das variações humanas.

No Brasil, as telenovelas se destacam por desempenhar essa função social, não somente no que tange às deficiências, mas a outras temáticas de importância social, como AIDS, doação de medula óssea, câncer de mama, transexualidade, violência contra a mulher, entre muitas outras. A forte presença do chamado *merchandising social* (que em verdade são ações socioeducativas) em tramas e enredos de teledramaturgia confirma a telenovela como

¹⁴⁴ No original: “Clinical research confirms these reports on the practical and existential effects of participating in virtual worlds for people with disabilities. These effects include disabled users gaining a sense of control over their environment and their interactions with others (Alm et al. 1998; Stevens 2004; Williams and Nicholas 2005); developing an enhanced spatial awareness, eye-hand coordination and fine motor skills and finding sources of social support and medical information (Hill and Weinert 2004; Kalichman et al. 2003); and achieving greater independence, communication and learning for those with mobility impairments (Anderberg and Jönsson 2005) and traumatic brain injury (Thornton et al. 2005). Participation in virtual reality has been shown to help those with cognitive impairments focus attention and learn life skills such as shopping and food preparation (Alm et al. 1998; Christiansen et al. 1998; Standen and Cromby 1995). People with autism spectrum disorders often find virtual reality communication more comfortable than communication in real life (Biever 2007; Parsons and Mitchell 2002)”.

narrativa que dialoga com seu tempo histórico respondendo a demandas do contexto social. Sobre a especificidade da telenovela, Lopes ressalta:

Esses temas (sociais) são inseparáveis das tramas românticas, dos enredos de família, do amor, do casamento, da separação. É a lógica das relações pessoais e familiares que presidem a uma narrativa dos problemas sociais. É aí que parece residir o poder dessa narrativa, sua capacidade de traduzir o público através das relações afetivas, ao nível do vivido, misturando-se na experiência do dia a dia, vivida ela mesma em múltiplas facetas, subjetiva, emotiva, política, cultural, estética (2009, p. 27).

Essa forma de inclusão social através de um bem cultural de acesso popular pode ser considerada “uma ‘ação pedagógica’ deliberada ‘para quem não sabe ler e pouco escrever’ a partir de elementos de enunciação de reconhecimento popular” (LOPES, 2009, p. 39, aspas originais). Apenas para citar casos de personagens deficientes, temos a deficiência visual em *América* (Globo, 2005), a síndrome de Down em *Páginas da Vida* (Globo, 2006) e a deficiência física (paraplegia) em *Viver a Vida* (Globo, 2009).

A ascensão do movimento global pelos direitos das pessoas com deficiência desde a década de 1980 e o surgimento simultâneo de tecnologias digitais habilitadoras para pessoas com deficiência criaram um efeito modesto, mas ainda assim transformador (GINSBURG, 2012). Todavia, uma vez que o atual avanço tecnológico não ocorre separado do mundo social em que vivemos, sendo o próprio surgimento da Web 2.0 reflexo dessa mesma lógica de exclusão, impera ainda o atual desafio de criar um ambiente digital mais inclusivo e que contemple uma gama de diferentes tipos de deficiência. Se, por um lado, o caso de Amanda Baggs e o tipo de admiração que ele produziu é um lembrete do quão novo é esse tipo de prática digital para pessoas com deficiências, por outro, é inegável que a internet está oferecendo às pessoas deficientes a possibilidade de interação com indivíduos com ideias semelhantes em seus próprios termos. Por esta via, o estudo etnográfico no jogo virtual *Second Life* é representativo de uma plataforma que transformou-se no lar de uma pequena, porém crescente comunidade de participantes com deficiências. Ali, um número notável de avatares foi criado por pessoas que levam uma vida plenamente social de maneiras não disponíveis para eles na vida real.

Em termos amplos, estudos sobre avatares¹⁴⁵ e salas de bate-papo têm demonstrado como o *online* pode fazer com que pessoas coloquem para fora o que sentem e o que são,

¹⁴⁵ O avatar, neste sentido, não reproduz apenas a pessoa *offline*. Pelo contrário, é na internet que muitas pessoas se sentem capazes, talvez pela primeira vez, de expressar de forma plena a sua alma e paixão (MILLER & HORST, 2012).

afinal, muitas vezes é apenas na internet que uma pessoa pode tornar-se real. Todas essas discussões, no entanto, demandam o *reconhecimento* de que o termo real deve ser considerado como algo *coloquial* e não *epistemológico* (MILLER & HORST, 2012). Afinal, seu uso inadequado mina o projeto da Antropologia Digital, ao atrelar à cultura pré-digital a ideia de um local de autenticidade retida. Em vez de ver os mundos pré-digitais como menos mediados, é necessário estudar como o surgimento das tecnologias digitais criou a ilusão dessa maior ou menor autenticidade.

O que queremos esclarecer nesse debate é que não somos mais mediados, uma vez que somos igualmente humanos em cada uma das diferentes e diversas arenas em que vivemos. Somos todos frutos da cultura como a grande mediação, seja pelas regras de parentesco e religião, ou até pelas vias do jogo. Do que decorre deve sempre ser questionado o conceito de autenticidade.

5.4 *Tecnicidade* e cultura: um diálogo possível entre Antropologia e Jesús Martín-Barbero

As reconfigurações advindas da globalização e da vida moderna vêm impactando o mundo de diferentes maneiras. As tecnologias digitais transformaram não somente a paisagem midiática como nossas sociedades e culturas. Ainda assim, mantendo-se em direto repúdio às reivindicações de psicólogos e gurus digitais de que as transformações provenientes das novas tecnologias representam uma mudança em nossa capacidade cognitiva ou na essência do ser humano, a Antropologia Digital defende uma noção de humano que é normativo e cultural.

Como temos destacado, ao jogar luz sob a natureza mediada e emoldurada do mundo não digital, a Antropologia Digital traz como ponto central a questão da cultura e sua relação com as novas tecnologias digitais. Em sintonia com esse debate, JMB (2004) critica a postura que relega aos meios a vulgarização, alienação e envilecimento da cultura. Seguindo uma direção oposta a dos efeitos que as novas tecnologias de comunicação colocam no âmbito cultural para os latino-americanos, ele aponta para a *lógica dos usos* – processos de imposição e dependência, de dominação, mas também de resistência, de ressemantização e de redesenho:

A investigação do impacto das novas tecnologias de comunicação sobre as sociedades e culturas da América Latina deveria começar por uma relocação dos próprios termos com os quais se enuncia o tema, já que o discurso acerca dos efeitos das tecnologias sobre a cultura está cheio de armadilhas. De uma parte, continua – agora de modo sofisticado e laico – a velha tradição idealista que opõe a tecnologia à cultura como se opõe a matéria ao espírito, e segue acreditando em uma identidade cultural. De outra parte funciona aí

um contraditório conceito de “efeito” que permite, ao mesmo tempo, fragmentar o social em parcelas isoláveis de sentido e depois recompor tudo, metafisicamente sem brechas nem conflitos (JMB, 2004, p. 178).

Ciente da deslegitimação que a modernização opera sobre as tradições e os costumes, o autor chama atenção para as armadilhas que se escondem por trás da ideia de que processos de comunicação são ameaça à sobrevivência de *culturas tradicionais* da América Latina – rurais, indígenas, negras. Por outra via, aponta alguns usos dos meios como formas de resistência e luta por direitos – incluindo o direito de falar e de conservar os símbolos de identidade de um povo. Isso traz novamente ao centro do debate o lugar estratégico ocupado pela comunicação, bem como sua centralidade para se pensar a sociedade.

Ao pontuar a importância de se pensar o passado como continuidade da experiência – o que não deve ser confundido com uniformização ou com nostalgia – JMB (2006) chama atenção para a possibilidade de diálogo entre gerações e a leitura entre tradições:

Na assunção de tecnicidade midiática como dimensão estratégica da cultura, nossa sociedade pode interagir com os novos campos de experiência em que hoje se processam as mudanças: desterritorialização/relocalização das identidades, hibridações da ciência e da arte, dos escritos literários, audiovisuais e digitais, a reorganização dos saberes desde os fluxos e redes, pelos quais hoje se mobilizam não só a informação, mas também o trabalho e a criatividade, o intercâmbio e a aposta em comum de projetos políticos, de pesquisas científicas e experimentações estéticas. Nossa sociedade pode interagir tanto com as novas figuras e modalidades de profissão quanto com as novas formas de participação cidadã que se abrem especialmente à vida local (Ibidem, p. 76).

Sobressai dessa discussão a maneira como JMB questiona e rompe com a razão dualista com a qual habitualmente se pensa a técnica. Seu olhar crítico sobre as transformações tecnológicas e sociais o faz reconhecer movimentos que são, ao mesmo tempo, de integração e de exclusão, de desterritorialização e de relocalização.

O advento das tecnologias de comunicação digital geralmente tem sido apresentado como uma expansão de nossos ambientes sociais, e até como a conformação de um novo *espaço comunicacional*¹⁴⁶ que permite o desenvolvimento de laços não necessariamente baseados no local, mas a partir de conexões de interesses criados remotamente, independentemente da proximidade física. Nas Ciências Sociais, em geral, a ideia de que as pessoas pudessem ter relacionamentos intensos, frutíferos e emocionalmente ricos em espaços

¹⁴⁶ Cf. JMB (2014).

virtuais que foram criados para reunir pessoas com interesses comuns, independentemente de sua localização geográfica e de seu pertencimento social e cultural, provocou uma euforia intelectual inicial.

Apesar disso, muitas pesquisas etnográficas apontam que entre as principais consequências da proliferação de novos canais de mídia para a vida cotidiana das pessoas está a intensificação de um pequeno grupo de relacionamentos altamente íntimos, que agora conseguem combinar a riqueza de sua conexão social com a riqueza de múltiplos canais de comunicação (BROADBENT, 2012). Por esta via, a natureza transformadora dos canais de comunicação digital não é percebida como um meio de transcender laços existentes, mas como uma possibilidade de expandir o co-presente no ambiente *online*. Ainda assim, há indícios de que mais pessoas também estão se dirigindo, com menor frequência, a um público mais amplo e de conexões mais fracas.

A importância da internet para as populações migrantes que estão separadas de suas famílias é exemplar desse debate que contempla a capacidade das redes sociais digitais de unir as populações da diáspora e facilitar suas conexões com sua terra natal – o que pode ter efeitos positivos, como a manutenção dos laços mais próximos; quanto negativos, como a vigilância das mães com os filhos e vice-versa, a falta de relações adequadas e exposição pública de ressentimentos e ansiedades pessoais.

Se, por um lado, a literatura inicial sobre as migrações contemporâneas concentra-se no uso das redes sociais digitais como forma de recuperar e manter vínculos com a pátria, é possível pensar que mais do que meios de comunicação entre duas localidades, os sites de redes sociais como lugares no quais as pessoas, em certo sentido, realmente vivem (MILLER, 2012). Por exemplo, um trabalhador filipino que mora em Londres, que nunca usa nenhuma das instalações locais, não frequenta *pubs* nem sai para assistir filmes. Além de trabalhar, dormir e comer em Londres, esse homem passa seu tempo nos sites de redes sociais na companhia de amigos e parentes. Um efeito irônico do crescente transnacionalismo e cosmopolitismo das migrações é que as redes sociais digitais também parecem estar na vanguarda da criação de uma nova forma de domesticidade, em vez de serem meramente tecnologias digitais.

Ao enxergar nossa inserção na mundanidade técnica a partir de um processo marcado por contradições e ambiguidades, avanços e retrocessos, o olhar crítico de JMB aponta para uma multiplicidade de interações entre as velhas e novas formas de habitar o mundo. Por isso, as novas formas pelas quais imigrantes podem se conectar ao seu próprio país e de manter vínculos com amigos e parentes, mesmo que do outro lado do Atlântico ou do mundo,

apontam para a necessidade de reflexão das relações constitutivas entre a técnica e o ser humano. Advém daí, o desafio para pensar, de um lado, a técnica como dimensão constituinte do ser humano e, de outro, a convergência tecnológica como novo *ecossistema comunicativo* (JMB, 2014).

Diante esse debate que contempla e interconecta meios de comunicação e cultura, o cartógrafo mestiço fala de um cenário em que o olhar intelectual hegemônico acerca das relações entre comunicação e cultura ainda opõe e separa “o elevado âmbito da *cultura* ao espaço mundano e mercantil da *comunicação*” (Ibidem, p. 23). Essa espécie de purismo reconduz a cultura ao âmbito do simbólico, ignorando que este se entrecruza com o intercâmbio social e com a comunicação. O autor reconhece, contudo, que não apenas no meio acadêmico, mas também no âmbito das instituições culturais os meios de comunicação são vistos com receio.

O medo de que a sociedade da informação seja mais uma extensão do capitalismo liberal global reduz os processos de globalização a apenas isso - sua dimensão econômica¹⁴⁷. No entanto, uma vez que a economia não pode ser separada das questões culturais, sociais ou políticas, tanto a crítica antropológica como a obra de JMB têm voltado seu olhar para o suposto alcance dos processos de globalização, visto não a partir da homogeneidade, mas da heterogeneidade.

Indo contra a tese do imperialismo cultural tão popular no final dos anos 1970 e 1980, porém ainda adotado por alguns estudos críticos, a Antropologia tem chamado atenção para as formas imprevistas com as quais a globalização pode desencadear respostas locais e como aqueles que aparentemente não estão no comando procuram alternativas para o que é postulado como uma sociedade da informação mundial homogênea¹⁴⁸. Justamente as diferentes maneiras pelas quais diversas sociedades se apropriam dos materiais da modernidade têm apontado para amplas possibilidades de estudos de geografias, histórias e idiomas específicos, sendo também um lembrete salutar de que a globalização é, em si, um processo profundamente histórico e desigual.

Entendendo a mídia de massa como um fenômeno essencialmente cultural, DeNicola (2012) aponta dois aspectos do espaço e da mídia que são colocados em primeiro plano pelo trabalho antropológico sobre a cultura digital contemporânea: o primeiro é o que ele entende como *mobilização da tecnologia digital*, isto é, a passagem da interação *online* antes feita

¹⁴⁷ Cf. Barendregt, (2012).

¹⁴⁸ Cf. Appadurai (1996), Gupta e Ferguson (2000); Barendregt (2012).

apenas a partir do computador – doméstico ou empresarial – para dispositivos portáteis e pessoas, permitindo que celulares se transformem em tocadores de música, plataforma para navegação *online*, console de jogos, entre muitas outras funções. O segundo aspecto diz respeito à reconfiguração contínua das instituições dominantes de mídia que, em comparação com o ordenamento hierárquico da mídia comercial do século XX, vê emergir um cenário social e político volátil, composto não somente pela mídia tradicional, mas também por blogueiros, usuários do YouTube, defensores de softwares de código aberto e muitos outros – apontando para uma forma mais horizontal de distribuição e idealmente mais participativa da produção de conhecimento.

Também na América Latina é possível perceber um potencial estratégico representado pelas redes digitais para a *integração sociocultural de seus povos*. A partir de diferentes cenários de convergência – entre comunidades locais, emigrantes, escola pública – JMB (2014) discute a potência desse novo cenário proporcionado pela globalização e pelas novas tecnologias:

Estamos, assim, diante de um novo cenário cultural e político que pode ser estratégico; primeiro, para a transformação de um sistema educativo excludente não só quantitativa mas, sobretudo, qualitativamente, e profundamente anacrônico em relação às mudanças pelas quais passam as culturas cotidianas; segundo, para que a democratização de nossas sociedades chegue ao mundo das culturas das majorias, permitindo às populações apoderar-se, desde suas próprias culturas, dos novos saberes, linguagens e escrituras (JMB, 2014, p. 32).

Apoiado na Antropologia, que vê na técnica um *organizador perceptivo* que articula nas práticas a transformação material à inovação discursiva, a *tecnicidade* vista por esse ângulo vai muito além da mera instrumentalidade, ligando-se principalmente à constituição de novas práticas e ao exercício da criatividade. A partir desse debate, Brignol, Cogo e Martínez (2019) entendem que as reflexões de JMB podem ajudar a orientar pesquisas no campo da comunicação e da cultura digital. Seu entendimento de redes a partir de uma perspectiva sociocultural e comunicacional, bem como seu olhar para as técnicas enquanto mediadoras de novos regimes culturais, não apenas o aproximam de uma perspectiva antropológica, como o faz assumir a importância das práticas de recepção e consumo de tecnologias por diferentes setores e movimentos sociais – agora mais do que nunca adensadas pela articulação entre espaços locais, nacionais e transnacionais.

Interessante notar o lugar que ocupa, hoje, a telenovela brasileira não apenas no âmbito latino-americano, mas mundial. Lançar luz sobre esse formato e suas diferentes e conflitantes

lógicas dos usos e apropriações nos permite ir além dos esquemas fixos e limitadores de uma teoria da globalização que necessariamente implica homogeneização e americanização dos costumes: afinal, seu alcance transnacional e os diferentes modos como ela se entrelaça diariamente à vida cotidiana de milhares de pessoas, telespectadores ou não – seja a partir de memes, produtos, vídeos remixados, projetos de leis, discussões sociais ou até mesmo a conversa mais banal entre familiares e amigos – revela a importância de seu estudo para o entendimento de muitas de nossas práticas sociais, geralmente escondidas na opacidade que constitui nossa conflitiva e cambiante realidade do social, o que leva Lemos, Néia e Santos (2019, p. 135) a afirmar:

Como se sabe, as questões epistemológicas que englobam nosso objeto de estudo dizem respeito ao encaixe e ajustamento de paradigmas. Nos estudos da ficção televisiva, estamos diante de um novo tráfego de conteúdo, que extrapola o aparelho televisor e se apropria de técnicas e ferramentas que pertenciam anteriormente apenas aos computadores – o protocolo de internet (IP) estimula a expansão e a onipresença da imagem (Manovich, 2001) em todos os campos.

Ao pensar a técnica a partir da comunicação e da recepção, JMB põe no centro do debate a importância de levar em consideração os usos sociais da mídia. A ênfase na *tecnicidade* como mediação estrutural diante de processos complexos da sociedade tem reverberado em diferentes investigações na área da Comunicação, que se voltam para distintas questões – tais como a recepção da televisão na internet, as reconfigurações na comunicação organizacional, as novas formas de cidadania contemporânea, as apropriações tecnológicas para fins de resistência diante os fluxos migratórios no planeta, as diferentes formas de expressão dos sujeitos em seus espaços de redes sociais digitais, entre outros.

No âmbito da recepção de telenovela na internet, Pieniz e Cenci (2019) destacam que as transformações ocasionadas pela *tecnicidade* apontam para novas formas da audiência – em trânsito na internet e na televisão – ver e interagir com a telenovela em seus diferentes espaços midiáticos. É o caso do Twitter, rede social digital com particularidades técnicas que permite determinados tipos de interação entre a mídia e suas audiências. O que se antevê, portanto, é uma nova agenda que se forma diante das reconfigurações promovidas pela *tecnicidade*:

Na próxima década, mais do que nunca, precisamos, segundo Rincón (2018), poder ir ao território fora da academia para imaginar outras formas de estar nesse mundo, a partir das relações que nos constituem. Pesquisas empíricas de médio e longo prazo, investimento em procedimentos de observação, sistematização e análise quantitativa e qualitativa dos processos de

comunicação são essenciais para assimilar as transformações contemporâneas (Ibidem, p. 157, tradução nossa¹⁴⁹).

É nesse caminho também que pesquisas etnográficas abrem um leque de possibilidades e legados intelectuais que podem contribuir para estudos que buscam refletir como as diferentes mídias vêm se constituindo e fazendo sentido em diferentes sociedades. Em meio ao convite à abertura ao diálogo e ao rompimento das fronteiras que especializam e compartimentam os conhecimentos, reconhecer “a envergadura que a tecnicidade tem hoje, não mais como instrumento, mas incrustada na estrutura mesma da cognição/logos e da vida cotidiana, acreditamos que aqui está a uma pista metodológica forte que nos dá JMB” (LOPES, 2018, p. 58). Em um cenário ainda marcado pelo determinismo tecnológico e pelo pessimismo cultural, uma reflexão crítica sobre *tecnicidade*, que ultrapasse as armadilhas superficiais da instrumentalidade, e abarque não somente o aspecto instrumental como o antropológico da questão, é um desafio para futuras pesquisas em Comunicação. No largo desse horizonte, onde discussões sobre o pós-humano ganham espaço, a Antropologia desponta como campo estratégico para o diálogo ao não somente apontar que não estamos nos tornando menos humanos, menos autênticos e mais mediados, mas ao ajudar a refletir como o digital tem sido altamente eficaz para o entendimento do que significa ser humano.

¹⁴⁹ No original: “En la próxima década, más que nunca, necesitamos, conforme Rincón (2018), ser capaces de ir al territorio fuera de la academia para imaginar otros modos de estar en ese mundo, a partir de las relaciones que nos constituyen. Las investigaciones empíricas a medio y largo plazo, la inversión en procedimientos de observatorio, sistematizaciones y análisis cuantitativos y cualitativos de los procesos de comunicación, son fundamentales para asimilar las transformaciones contemporâneas”.

EIXO 2 - A CHEGADA AO CAMPO – MOMENTO DE ENCONTRO COM O “OUTRO”

CAPÍTULO 6 – OLHAR COM MÉTODO E VER COM OS “OUTROS”: HOLISMO, ANTROPOLOGIA E DIÁLOGOS COM JESÚS MARTÍN-BARBERO

O verdadeiro calafrio epistemológico veio ao perceber que havia visto outro filme e o que precisava era aprender a analisar o que eles, os outros, viam. Insultar as pessoas comuns por sua ignorância *não ajudava em nada* a transformar a sociedade. E isso foi o que me levou a ver com as pessoas o que elas gostam. Que *é* a única maneira de sair do nosso mundinho e nos aproximarmos de seus mundos de vida [...]. Saí do cinema traumatizado, completamente traumatizado. Foi aí que nasceu *Dos meios às mediações* (JMB *apud* LOPES, 2018, p. 44, tradução da autora, grifos originais).

Na América Latina, o mapa cultural aponta para comunidades heterogêneas, dispersas e marcadas por múltiplas formas de viver e de pensar, de estruturas de sentir e de narrar¹⁵⁰. Neste capítulo, seguimos percorrendo caminhos e mapas possíveis que nos ajudem a pensar a pesquisa de recepção na internet – mapas estes que não nos sirvam para a fuga, mas para o reconhecimento da atual situação que envolve pesquisador e objeto no ambiente *online* e que, justamente por isso, permita-nos situarmos não do lado da dominação, da produção e do trabalho, mas das brechas, do consumo e do prazer. Afinal, o “que de *novo* trazem as ‘últimas’ tecnologias de comunicação tem que ser estudado *em relação* ao movimento do social e não só ao da inovação tecnológica” (JMB, 2004, p. 198, grifos e aspas originais).

Alinhadas a esse exercício cartográfico, iniciamos agora as discussões sobre o segundo passo do fazer etnográfico: o trabalho de campo, o que nos leva refletir sobre o método etnográfico (tradicional e *online*). Aqui, faremos uma discussão sobre o princípio do *holismo*. Notamos que neste capítulo não estabeleceremos diálogo com uma mediação de JMB. Apesar disso, teremos como fio condutor da discussão a *proposta metodológica* do autor, que situa seus interesses a partir do lugar do *Outro*, isto é, das apropriações e usos – o que justamente o aproxima de uma perspectiva etnográfica, e nos coloca o desafio de pensar as possibilidades abertas pela internet a partir de uma perspectiva aberta e não dogmática:

Diante da concepção instrumentalista, é necessário insistir hoje na assertiva de que um método não é só uma ferramenta pra abordar um objetivo-problema, é também um *ponto de vista sobre o objeto* que impede ou possibilita que algo seja considerado problema (JMB, 2004, p. 64, grifos nossos).

¹⁵⁰ Cf. JMB (2004).

Ao chamar atenção para a importância da criatividade e da imaginação no trabalho científico, o autor argumenta contra um pragmatismo que se “alimenta da concepção epistemológica segundo a qual investigar se reduz a tornar operativo um modelo, a aplicar uma fórmula, na qual a objetividade se confunde com a estatística” (Ibidem, p. 64). A crítica a uma visão instrumentalizada e mecanicista de métodos e técnicas de pesquisa o faz se voltar para uma noção de método capaz de captar o conflito, a mudança, o imaginário e o simbólico. Justamente esse interesse pelo método como *ponto de vista* nos instiga a trazer aproximações com a pesquisa etnográfica num cenário em que não somente o bairro é visto como lugar de reconhecimento e de constituição de identidades¹⁵¹, mas também a internet.

6.1 Incentivar a abertura de brechas – Aproximações de Jesús Martín-Barbero e a Antropologia

A proximidade de JMB com a Antropologia não é algo que passa despercebido na obra do autor. Como ele próprio narra em “*Ofício de Cartógrafo*”, seu encontro com a prática cultural dos habitantes de Cali – que se emocionavam com um melodrama mexicano – foi fundamental para o exercício dos deslocamentos que encontramos em sua teoria. Daí que – do seu estranhamento inicial, tão pungente quanto o exotismo sentido por Malinowski ao se deparar com os habitantes das ilhas Trobriand – às rupturas que antevemos no legado do autor estão, de certa forma, esse lugar teórico e metodológico do *ver* e do *sentir* com os outros, que evidencia um avanço estratégico no entendimento do local dos meios em relação aos demais espaços do cotidiano das pessoas, ao mesmo tempo em que aponta para a necessidade de se pensar sobre as hibridações da modernidade urbana. Sobre este episódio, Lopes (2018) argumenta:

Foi a estranha experiência provocada durante a assistência de um dramalhão mexicano (*La ley del monte*) em um cinema de um bairro popular de Cali. Ele e um grupo de estudantes não conseguiam contar as risadas constantes diante das cenas de um gritante “mau gosto”, ao passo que o público, majoritariamente masculino, se emocionava e chegava às lágrimas. Entretanto, as pessoas, indignadas com as risadas, quase os colocaram para fora do cinema (Ibidem, p. 44).

O reconhecimento dos espaços de tensões, conflitos e contradições existentes no tecido social, bem como no interior do Estado e outras instituições, ocasionou um deslocamento

¹⁵¹ Como propôs JMB (2004, 2009).

estratégico, tanto na teoria como na ação política, em direção a zonas de fraturas e tensões presentes, não no abstrato, mas na realidade de cada formação histórica e social. Como consequência, além da quebra da imagem de um poder sem contradições ou fissuras, outra ruptura trazida por essa perspectiva foi a tomada de consciência acerca da *atividade dos dominados* que, de espectadores passivos, passaram a ser encarados como sujeitos da decodificação. Justamente esse novo olhar sobre pessoas comuns e suas atividades do dia a dia permitiu que a teoria barberiana acenasse para uma abordagem e um tipo de pesquisa que compreende o social e o conjunto da vida cotidiana a partir de embates e resistências.

Sua permanente preocupação com a esfera da *recepção* trouxe à baila não somente a diversidade de hábitos que caracterizam a relação da televisão com a organização do espaço e do tempo da vida cotidiana, como também conferiu um novo status aos relatos pessoais e às vivências em grupo, vistos como *chave de acesso* às diferentes leituras dos textos televisivos e porta de entrada para o campo das brechas, conflitos e contradições.

Seja no plano teórico como no metodológico, olhar sobre tais práticas permite vislumbrar um horizonte maior diante de práticas cotidianas, macro e microssociais. Por isso mesmo, são capazes de oferecer camadas de análises objetivas e subjetivas, sob o tempero das diferentes percepções de distintos atores. É justamente essa a chave para o trabalho etnográfico que o autor traz para os estudos televisivos:

O trajeto metodológico é então aquele que vai do assistir em conjunto ao fato de dar às pessoas a possibilidade de contar o que viram. A única forma de acesso à *experiência de ver* passa pela ativação das diferentes competências narrativas a partir das quais nos falamos os diversos povos que contêm – em seu duplo sentido – o público da televisão (JMB, 2004, p. 176).

Importante que, nesse percurso, o autor chama atenção para o risco que há na mistificação do “Outro” – popular ou massivo, indígena ou rural. Ao lançar luz sobre a perspectiva epistemológica que renega o “Outro” de sua história e até mesmo de sua formação cultural, JMB faz-nos refletir justamente sobre a importância do olhar lançado às práticas dos diferentes atores sociais.

Se o estudo dos usos demanda o deslocamento dos meios para os lugares onde os sentidos são produzidos, outro elo marcante entre a abordagem antropológica e as práticas de recepção tal como propostas pelo autor é que ambas são radicalmente situadas no presente¹⁵²

¹⁵² Como destaca Barboza (2020), no caso da Antropologia, sua abordagem do presente é tão significativa que por vezes pode até parecer indicar um futuro. Cf. https://www.youtube.com/watch?v=wR5a0_odU-U.

e demandam do pesquisador um exercício *do ver e do pensar junto ao Outro*. Justamente essas características tornam tais pesquisas capazes de demonstrar como classificações não são rígidas e de apontar para zonas de passagem e de trânsito que esmiúçam as dinâmicas de transição entre os campos políticos, culturais, sociais. Alinhada a estas questões, a virada digital que acompanha a Antropologia tem permitido à disciplina refletir como o virtual é parte integrante da vida cotidiana, sendo também uma parte constitutiva das relações sociais e práticas culturais estabelecidas entre os homens. Isso reflete a própria característica da disciplina, cujos pesquisadores estão constantemente reformulando conceitos e metodologias.

Incentivar a abertura de brechas demanda um esforço que busque acompanhar uma nova concepção de modernidade e também de desenvolvimento na qual caibam os distintos ritmos e modos de inserção das populações e de suas culturas nessa mesma modernidade. Afinal, operando sobre tradições e costumes, a modernidade revela um cenário em que facilmente as pessoas podem assimilar os instrumentais tecnológicos e as imagens de modernização, porém apenas lenta e dolorosamente são capazes de recompor seus sistemas, normas éticas, virtudes cívicas e valores. Essas e outras questões colocam a necessidade de reflexão sobre a prática etnográfica, capaz não somente de explorar diferentes contextos e usos locais de práticas globais, mas também de jogar luz sobre nossas práticas latino-americanas – mestiças, heterogêneas, plurais.

Se, então, Evans-Pritchard via da porta de sua barraca o que acontecia na aldeia durante todo o tempo em que passava com os Nuer, e se, mais recentemente, os antropólogos urbanos contemplam da janela de seu apartamento parte do espetáculo da vida social, o desafio para quando o campo é a internet é justamente entender como parte dos rearranjos verificados nos estudos da ficção televisiva no Brasil pode ser percebido e analisado a partir da solitária relação entre o pesquisador e seu meio¹⁵³ – seja ele uma televisão, um *notebook* ou um *tablet*¹⁵⁴.

¹⁵³ Seja como for – na aldeia ou na metrópole; da janela do apartamento ou pela TV em frente à sala – compartilhamos com Magnani (1996) a ideia de que indispensável é o caráter relativizador que a presença do “outro” possibilita, “essa imagem de si refletida no outro que orienta e conduz o olhar em busca de significados ali, onde à primeira vista, a visão desatenta ou preconceituosa só enxerga o exotismo, quando não o perigo, a anormalidade” (ibidem, p.5).

¹⁵⁴ Afinal, não necessariamente o pesquisador terá contato direto com seus informantes.

6.2 A etnografia como método e como teoria

Antes de partirmos para a discussão sobre o campo *online*, julgamos ser necessário passarmos pela reflexão sobre o método etnográfico em si, haja vista, de um lado, o entusiasmo que a etnografia vem suscitando em diversas áreas nos últimos anos¹⁵⁵ e, de outro, sua centralidade para o estudo de diferentes fenômenos sociais. Acreditamos que estabelecer esse debate será importante, na medida em que muitas pesquisas feitas na internet ganham poder analítico quando acompanhadas de uma série de valores fundamentais associados às formas antropológicas clássicas de conhecimento, tais como a atenção às mudanças ao longo do tempo, relacionamentos e um amplo senso de compromisso com um local, lugar, pessoas ou práticas (HORST, 2012).

Chamamos aqui atenção para o risco do lugar comum que se tornou dizer que se “faz etnografia”, que se adota uma “perspectiva etnográfica” ou que se “etnografou” isso ou aquilo¹⁵⁶. Não queremos aqui seguir uma orientação ortodoxa ou purista que limita o uso da etnografia apenas a antropólogos, mas, antes, apontar para a necessidade do cuidado que se deve ter ao adaptar um método próprio de outra área, seja ela qual for. Dizer, por exemplo, que se assume uma perspectiva estatística em uma pesquisa requer a discussão sobre a composição da amostra, sobre o que seria uma amostra representativa dentro de determinado universo de investigação, quais seriam os critérios de composição, validação, margens de erros, etc. – algo que, Becker (2007), por exemplo, esmiúça muito bem.

Ora, a ausência de uma reflexão sobre tais aspectos em uma dada pesquisa denota não apenas uma suposta naturalização de métodos e técnicas como sendo neutros (LOPES, 2014b), como também uma atitude não reflexiva da parte do pesquisador sobre a importância da metodologia como espaço de reflexão de um campo do conhecimento sobre si mesmo. É comum, nesses casos, uma separação entre as instâncias teórica e metodológica da pesquisa.

A noção de “método etnográfico” é complexa e não pode ser encerrada nessas linhas que se seguem. Diante as muitas definições de etnografia encontradas na literatura acadêmica¹⁵⁷, partimos aqui de uma noção para nós básica: a etnografia não é uma técnica ou uma ferramenta de pesquisa e não deve ser tratada como tal. É um método, segundo Magnani (2009) e, até mais do que isso, é também teoria, como afirma Peirano (2014).

¹⁵⁵ E que, na maioria das vezes, não vem acompanhado de um cuidado ou uma reflexão sobre o que, de fato, isso implica na pesquisa. Mais detalhes em: Peirano (2014), Uriarte (2012), Magnani (2012).

¹⁵⁶ Discussão pode ser lida em: Uriarte (2012); Magnani (2012).

¹⁵⁷ Ver: Magnani (2009); Peirano (2014); Fragoso, Recuero e Amaral (2012).

Peirano (2014) inicia sua discussão a partir de um lugar comum: da noção de que a etnografia é a ideia-mãe da Antropologia, isto é, de que não há Antropologia sem pesquisa empírica. Ainda assim, apontando que as concepções sobre a etnografia variaram – sendo Arte, para Evans-Pritchard, fundamento da teoria etnográfica para Malinowski, fonte de comparação para Radcliffe-Brown – a autora destaca que, atualmente, seu posicionamento como *método genérico* da Antropologia esvazia seu significado, condenando-a por sua pouca teoria. Com efeito, a *etnografia* não é apenas uma metodologia ou uma prática de pesquisa, mas a própria *teoria vivida*, uma vez que no desenrolar do fazer etnográfico “a teoria está, assim, de maneira óbvia, em ação, emaranhada nas evidências empíricas e nos nossos dados” (2008 p. 3). Desse modo, segue-se que teoria e prática são instâncias inseparáveis que não devem ser postas em oposição – até porque o fazer etnográfico se depara o tempo todo com a teoria. É justamente o encontro entre teoria e empiria que faz o pesquisador enfrentar a constante necessidade de busca por novas estratégias e formas de pesquisa, posto que é a partir da permanente recombinação intelectual que a Antropologia se reinventa e recompõe:

Todo antropólogo está, portanto, constantemente reinventando a antropologia; cada pesquisador, repensando a disciplina. E isso desde sempre: de Malinowski encontrando o kula entre os trobriandeses; Evans-Pritchard, a bruxaria entre os azande; Florestan, revendo a guerra tupinambá nos arquivos. Antropólogos hoje, assim como nossos antecessores, sempre tivemos/temos que conceber novas maneiras de pesquisar – o que alguns gostam de nominar “novos métodos etnográficos”. Métodos (etnográficos) podem e serão sempre novos, mas sua natureza, derivada de quem e do que se deseja examinar, é antiga. Somos todos inventores, inovadores. A antropologia é resultado de uma permanente recombinação intelectual (PEIRANO, 2014, p. 381).

Além de um mergulho profundo e prolongado na vida cotidiana dos “Outros” a quem se quer apreender e compreender, o ato de ir a campo demanda um equilíbrio entre teoria e prática na pesquisa etnográfica. Até porque, no âmbito desse tipo de pesquisa não há prática sem fundamentação teórica, tampouco teoria sem trabalho de campo – momento em que a teoria será colocada à prova pela comparação e busca por responder a questões formuladas pela própria teoria.

No centro desse debate está o fato de que monografias não são simplesmente resultado de “métodos etnográficos”, sendo também formulações *teórico-etnográficas*, conforme Peirano (2014). Justamente aí reside o *ponto crítico* de muitas pesquisas que buscam uma “abordagem etnográfica”, uma “aproximação antropológica” ou que dizem se valer do

“método etnográfico” sem considerarem o que, de fato, isso deve implicar não somente na prática de campo, mas em todo o desenrolar da pesquisa. Não sem motivo, a autora considera que esse tipo de afirmação só tem validade para os não iniciados na disciplina: “Se é boa etnografia, será também uma contribuição teórica; mas se for uma descrição jornalística, ou uma curiosidade a mais no mundo de hoje, não trará nenhum aporte teórico” (Ibidem, p. 383).

Na junção dessas reflexões, Magnani (2009) pensa a etnografia como experiência e prática. Chamando atenção para o fato de que o crescente interesse que a Antropologia e seus métodos vêm despertando em outras áreas, como o *marketing*, seria consequência do súbito prestígio que a disciplina adquire junto às ciências humanas a partir da década de 1970, o autor faz pensar, todavia, que essa virada de chave – fruto de toda uma conjuntura acadêmica, política e institucional – demandou dos antropólogos o enfrentamento de novas questões:

Os antropólogos, claro, diante dessa demanda tiveram que haver-se com complicados problemas de ordem teórico-metodológica pois, acostumados à investigação de grupos com fronteiras bem definidas e de dimensões que permitiam o uso de seu instrumental costumeiro, agora enfrentavam-se com movimentos, com grupos regidos por diferentes padrões culturais e com sujeitos de práticas sociais de consequências políticas – tudo numa escala até então pouco trabalhada por eles. Ao mesmo tempo obstáculo e desafio, essa conjuntura esteve na origem do impulso experimentado pela antropologia desde meados da década de 1970 e que avança anos 1980 afora (p. 131).

No bojo da utilização da etnografia para fins pragmáticos, o autor observa uma série de mal-entendidos por parte tanto de acadêmicos quanto de profissionais do mercado, entre os quais estão a banalização da etnografia como metodologia ou estratégia de pesquisa e uma postura intelectual separada do esquema conceitual. Isso coloca a questão da especificidade da etnografia, não no sentido a simplesmente contrapor-se aos usos feitos por outras áreas, mas também no que toca à sua demarcação no campo das demais disciplinas sociais e mesmo no interior das opções existentes na própria Antropologia. O ponto de partida é o fato de não se poder separar a etnografia nem das escolhas teóricas da disciplina, tampouco das particularidades dos objetos de estudos que demandam estratégias de aproximação e de trato com os sujeitos estudados. Disso decorre que as inúmeras tentativas de dar conta das especificidades da etnografia deixam entrever alguns núcleos de significado recorrentes, sendo o primeiro deles uma atitude de *estranhamento* e/ou *exterioridade* do pesquisador em relação ao objeto que, diante a presença de sua cultura de origem em contato com outra cultura, provoca a possibilidade de um olhar descentrado, uma saída inesperada:

Assim, (...) é possível postular, de uma maneira sintética, que a etnografia é uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente (MAGNANI, 2009, p. 135).

A etnografia produz, assim, um tipo de conhecimento diferente daquele obtido por outros métodos. Para que isso aconteça, contudo, é preciso investir tempo e trabalho paciente e contínuo que, em algum momento, ordenará os fragmentos de tal modo a dar a eles um significado até mesmo inesperado. O *insight* na pesquisa etnográfica só se produz quando precedida por uma presença continuada em campo e por uma atenção viva da parte do pesquisador a acontecimentos – triviais ou não. Neste sentido, não é o acúmulo de detalhes que caracteriza um trabalho etnográfico, mas a atenção que se dá a eles.

Todos esses apontamentos nos chamam atenção por dois motivos: o primeiro deles pelo sentido frouxo com que muitas vezes a etnografia é banalizada em pesquisas de outras áreas simplesmente por modismos acadêmicos ou pela necessidade de dar um *peso metodológico* às pesquisas que não é necessariamente acompanhado por um compromisso com a teoria e a prática etnográfica. Se, de um lado, a etnografia abre caminhos para o diálogo com pesquisas que buscam *ver com os outros*, tal como proposto por JMB, de outro, urge considerar que o diálogo com outras áreas deve sempre ser feito com cuidado e reflexividade. O segundo motivo diz respeito aos benefícios proporcionados pela leitura de monografias¹⁵⁸, que consideramos fundamentais mesmo que seja no âmbito de pesquisas feitas em Comunicação. Além de oferecerem diálogos teóricos, permitirem comparações, reforçarem a percepção de que a etnografia, mais do que um *detalhe* metodológico, é parte do empreendimento teórico da disciplina que conduz a novos pontos de vista, as monografias revelam, enfim, novas teorias ao abalarem nossos estilos de vida e nossas ideias de existência – impondo-nos uma reflexão acerca dos diferentes modos de vida possíveis.

6.2.1 Uma questão prática

Certamente, estamos cientes de que a entrada em campo é um momento difícil e complexo, mesmo para antropólogos. Nele, é comum que o pesquisador se depare com

¹⁵⁸ Defesa também feita por Peirano (2014).

diferentes situações e tenha a impressão de que tudo parece confuso ou sem sentido. É recomendável que o pesquisador – seja de que área for – registre¹⁵⁹ o máximo de informações a partir do que for visto e ouvido, de modo a coletar em forma de descrições detalhadas, transcrever depoimentos, anotar pistas e considerações gerais no caderno de campo – já que não é possível prever o que, de fato, será importante para a pesquisa.

Passado esse primeiro período de muitas anotações e confusões, é dado o segundo momento da inserção no campo, o da “sacada”¹⁶⁰, que é quando o pesquisador começa a enxergar certa ordem no material coletado e nas experiências vividas. É nesse momento também que determinadas informações ganham notoriedade para a pesquisa. Isso só acontece depois de certo tempo em campo e muito esforço:

Também a “sacada” na pesquisa etnográfica, quando ocorre – em virtude de algum acontecimento, trivial ou não – só se produz porque precedida e preparada por uma presença continuada em campo e uma atitude de atenção viva. Não é a obsessão pelo acúmulo de detalhes que caracteriza a etnografia, mas a atenção que se lhes dá: em algum momento os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento, voltando à citação de Lévi-Strauss (MAGNANI, 2009, p. 136).

Peirano (2014) considera que uma boa etnografia cumpre ao menos três condições: a primeira é levar em consideração a comunicação *no contexto da situação*¹⁶¹; a segunda é traduzir para a língua escrita o que foi vivido na pesquisa de campo – transformando a experiência em texto. Por fim, é detectar, de forma analítica, a eficácia social das ações. No entanto, mais importante que tudo isso, é conseguir revelar, por meio da escrita, o que o pesquisador viveu em campo, ultrapassando o senso comum de que ela apenas “descreve” com base na relação entre uma palavra e uma coisa:

Dito de outra forma, é preciso colocar no texto – em palavras sequenciais, em frases que se seguem umas às outras, em parágrafos e capítulos – o que foi a ação vivida. Este talvez seja um dos maiores desafios da etnografia – e não há receitas preestabelecidas de como fazê-lo (p. 386).

¹⁵⁹ O uso do caderno de campo é enfatizado por Magnani (2009, 2012), para quem toda observação exige transcrição – ainda quando esta não inspire grande interpretação teórica.

¹⁶⁰ Cf. Magnani (2009), Uriarte (2012).

¹⁶¹ O que segue a proposta de Malinowski.

Apontadas essas questões iniciais que consideramos fundamentais, passemos agora para a reflexão do campo etnográfico quando ele é a internet. Teremos, nesse momento, como fio condutor o *princípio do holismo* e as discussões que dele se seguem sobre o método.

6.3 O pesquisador, o campo e a pesquisa na internet

O *locus* do estudo não é o objeto do estudo. Os antropólogos não estudam as aldeias (tribos, cidades, vizinhanças...), eles estudam nas aldeias (GEERTZ, 1989, p. 32).

Olhada desde a recepção, a internet oferece um ambiente propício para a análise de uma multiplicidade de práticas feitas por uma diversidade de usuários – heterogêneos e contraditórios – que podem iluminar uma infinidade de temáticas sociais e recortes sociais¹⁶². Seja pelo viés da formação de identidades, comunidades de carisma e pertencimento, fato é que a internet é espaço de conflitos, tensões e ambiguidades intergeracionais, de classe, gostos. Daí que inúmeros são os usos e as potencialidades que esse ambiente poroso, mas não menos instigante, para o estudo de temáticas que se proponham de alguma maneira pensar a sociedade a partir da comunicação.

Fazer uma pesquisa antropológica na internet, todavia, não é a mesma coisa que fazer uma pesquisa na internet. Se, de um lado, uma pesquisa na internet demanda a busca de informações de site em site, tal como uma “caçada” ou “pilhagem” (LÉVY, 1999 *apud* DORNELLES, 2003), fazer pesquisa antropológica na internet requer “imersão” neste campo, que tem suas próprias especificidades¹⁶³. Tão importante quanto abordar os referenciais teóricos utilizados ou as socialidades estudadas é estudar como o pesquisador se envolve na própria pesquisa.

Sem dúvida, ao estudarmos nas redes, as principais dificuldades encontradas dizem respeito à própria matriz da construção do conhecimento – ou seja, à observação. Para observar a complexidade da rede quando a informação não é dada e ainda não é um dado, é preciso verificar, testar e aprimorar por meio de metodologias experimentais. No tocante a essa questão, Lemos, Néia e Santos (2019) argumentam:

¹⁶² Cf. Boellstorff (2012); Lins; Parreiras e Freitas (2020).

¹⁶³ Como destaca Hine (2009 *apud* TOMAZ, 2017), a imersão não se trata de se inserir em um lugar específico, mas do engajamento com práticas relevantes, não importando onde elas possam ser encontradas.

Por essa razão, o desafio cultural da complexidade não pertence a uma lógica determinista, mecanicista, quantitativa ou formalista, que ‘ignora, oculta ou dilui tudo que é subjetivo, afetivo, livre, criador’ (MORIN, 2003, p. 15). Mas, apesar de redes complexas trazerem diversidade, desordem, aleatoriedade, elas também abrigam leis e organizações (LEMOS, NÉIA & SANTOS, 2019, p. 135).

A Antropologia sempre esteve bem posicionada para compreender e analisar as mudanças ao longo do tempo. Isso se torna ainda mais importante para a Antropologia Digital, uma vez que abre caminhos para que ela se diferencie e demarque sua perspectiva analítica no esforço de compreender as práticas contemporâneas em seu devido contexto (HORST, 2012). Se, anteriormente, o interesse da disciplina era na exploração do exótico, atualmente, o que se antevê é a ampliação e reavaliação do universo pesquisado com o propósito de não somente expandir o empreendimento teórico/etnográfico, mas também contribuir para o descobrimento de novos caminhos que favoreçam a compreensão do mundo em que vivemos.

Cientes de que nos últimos anos um considerável número de críticas emerge em relação à definição convencional de etnografia¹⁶⁴, buscaremos agora esboçar as diretrizes que dão base para um pensamento etnográfico na era digital e que, num contexto mais amplo, nos servirão de alicerce para refletirmos sobre novas possibilidades para futuras explorações no campo da ficção televisiva num contexto em que a forte presença de novas mídias no espaço doméstico modifica a intensidade dos usos e das apropriações destas novas telas (PEREIRA, 2020), ao mesmo tempo em que impõe novos desafios para os estudos de recepção. Como destaca a autora:

Essa assistência, dotada de um ritual familiar compartilhado, atualmente é ampliada e dotada de outros sentidos e significados, visto que, apesar de ainda ter papel importante dentro do lar, a televisão divide espaço com outros meios. A contemporaneidade faz com que as espacialidades sejam divididas e sobrepostas, e cada uma delas têm função importante dentro da dinâmica de usos e apropriações dos meios (p. 234).

Como se sabe, a vida doméstica constitui uma das principais preocupações da Antropologia. Foi a partir da compreensão da vida doméstica que antropólogos começaram a formular suas teorias sobre parentesco, linhagem, organização social e reprodução (HORST, 2012). À medida que a disciplina desloca seu olhar para as sociedades urbanas, ocidentais e de classe média, a atenção antropológica também passou do delineamento da estrutura social

¹⁶⁴ Ver Miller e Slater (2004).

para a interpretação e os processos que sustentam a mudança social¹⁶⁵. Saber se posicionar, compreender e analisar as mudanças ao longo do tempo, situando as práticas contemporâneas em seu devido contexto é, assim, um compromisso importante para a Antropologia Digital.

Lançar luz sobre o papel da internet como mediação através do qual o homem se abre para novas experiências – que vão além da substancialidade e do contato de uma interação face a face – tem sido, assim, um exercício fértil para estudiosos do campo da Antropologia que, ao se aproximarem mais dos meios de comunicação e das novas formas de sociabilidade, têm repensado novos modos de se fazer pesquisa para além de um campo “físico” e de um contato “direto” com os informantes. A questão da internet tem possibilitado, portanto, a compreensão de que os limites entre o real e o virtual são, de fato, mais tênues do que se podia imaginar. Somado a isso, a desterritorialização dos saberes disciplinares e das estratégias metodológicas que a abordagem da internet tem demandado de antropólogos um radical transbordamento de suas inércias acadêmicas e uma maior abertura com outras áreas (HORST & MILLER, 2012).

6.4 Holismo e etnografia: uma questão de método

Até o presente momento, viemos discutindo questões epistemológicas sobre o campo quando ele é a internet a partir de dois princípios da Antropologia Digital, a *dialética* e a *falsa autenticidade* – o que nos levou a discussões sobre como *olhar* para o campo. Passamos agora para a discussão do terceiro princípio da Antropologia Digital, o *holismo*, que remete à fundação das perspectivas antropológicas sobre a humanidade, permitindo transcender a questão do método e focar na vida como vida vivida. Apesar de teoricamente suspeito¹⁶⁶, este princípio está cercado de razões para mantê-lo fortemente conectado à metodologia antropológica, sobretudo, à etnografia.

A primeira razão, que diz respeito ao *indivíduo*, parte da observação de que ninguém vive uma vida completamente digital e nenhuma tecnologia ou mídia digital existe fora das redes que incluem tecnologias ou mídias analógicas. Neste sentido, enquanto um antropólogo

¹⁶⁵ No âmbito do espaço doméstico, uma transformação comum na estrutura familiar nas últimas décadas é a presença da mídia no quarto (HORST, 2012). Historicamente, os quartos surgiram como um espaço-chave na casa porque representavam um espaço de contenção, um lugar onde os pais de classe média podiam manter seus filhos protegidos no mundo exterior. Com a chegada das novas tecnologias, contudo, os quartos se tornam o ponto focal para diferentes atividades dos filhos em casa, o que reverbera na perda da capacidade dos pais de monitorar e orientar as atividades de seus filhos.

¹⁶⁶ Uma vez que muitos de seus argumentos teóricos são frutos ou de analogias orgânicas do funcionalismo, ou do conceito de cultura como homogeneidade interna e exclusividade externa (HORST & MILLER, 2012).

heurístico focaria em aspectos particulares da vida – construindo um capítulo sobre museu, outro sobre redes sociais e outro sobre política – a visão de um antropólogo holístico permite reconhecer, por exemplo, que uma pessoa trabalhando em um museu constrói relações sociais na internet e fora dela e envolve-se com política e que cada uma dessas especificidades depende das outras duas.

É precisamente esse debate acerca a integração das tecnologias digitais na vida de seus participantes que faz Horst (2012) afirmar que as novas tecnologias de mídia alteraram a infraestrutura e os ritmos da vida cotidiana. Se, nos anos 1950, a televisão na América tornou-se parte do tecido cotidiano da casa, estruturando as formas como as famílias se reuniam para assistir às notícias e à programação, mais recentemente, cozinhas, quartos e outros espaços, como carros, também mudaram com a introdução de computadores, dispositivos de jogos, celulares e uma variedade de outras mídias.

Advém justamente desse cenário mais amplo a importância do princípio do *holismo*¹⁶⁷. A atual existência de uma fronteira difusa e mutável entre a esfera pública, onde as tecnologias de mídia são produzidas e distribuídas, e a esfera privada, onde são apropriadas em uma economia pessoal de significado, coloca no centro do debate os modos como as novas tecnologias de mídia estendem e desafiam concepções anteriores à apropriação da tecnologia (Ibidem).

No caso de seu estudo sobre recepção de telenovela, Pereira (2020) considera relevante a imersão no ambiente familiar, uma vez que mesmo com as novas tecnologias, a televisão se mantém como meio essencialmente *doméstico*. De acordo com ela, mesmo com as novas tecnologias, que oferecem diferentes maneiras de assistir televisão – via celular, tablet ou computador, por exemplo –, o espaço doméstico permanece como o principal local de participação e assistência de conteúdos televisivos, tais como a telenovela.

É por conta disso que estudamos o entrelaçamento das sociabilidades familiares vividas no cotidiano em relação aos receptores de telenovela, pois tal produto cria um processo de extensão das esferas interpessoais para as relações sociais do cotidiano (PEREIRA, 2020, p. 225).

Como estudos etnográficos têm demonstrado, o foco em novas tecnologias de mídia sinaliza um retorno ao lar e ao espaço doméstico. A permanência da centralidade do espaço doméstico, todavia, não anula os novos usos atualmente oferecidos para que uma pessoa assista à sua série preferida pelo celular. Assim, se por parte dos produtores, estratégias de

¹⁶⁷ Ao nível metodológico, o holismo representa o compromisso de buscar entender o contexto mais amplo que integra várias instituições dentro de uma análise (HORST & MILLER, 2012).

propagação e expansão têm sido tomadas como parte do esforço de fazer repercutir conteúdos complementares e/ou desdobrados dos programas televisivos, também a audiência vem fazendo diferentes usos desses conteúdos em suas diferentes redes sociais – o que tem ampliado a dinâmica dos usos e apropriações dos conteúdos.

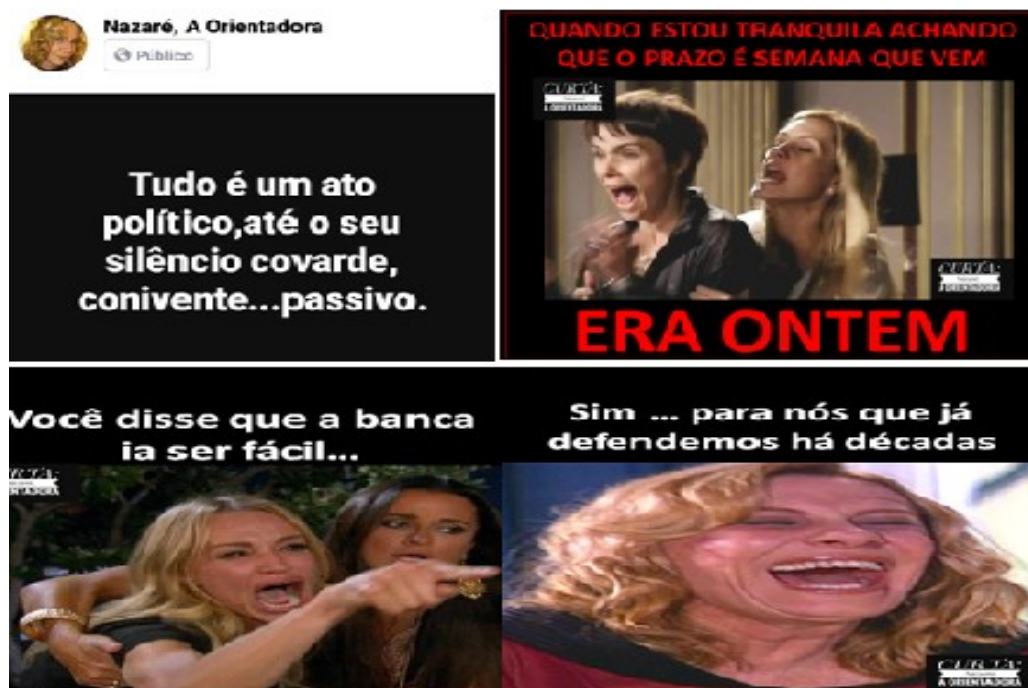
Justamente aqui cabe o já visto conceito de polimídia desenvolvido por Madianou e Miller (2011), que surge no sentido a exemplificar a conectividade interna em relação às comunicações pessoais. Ao apontar que não podemos tratar facilmente cada nova mídia de forma independente, uma vez que fazem parte de uma ampla ecologia de mídia, na qual o significado e o uso de qualquer uma depende de sua relação com as outras, os autores chamam atenção para a necessidade de um olhar que integra e que permite situar quadros sociais maiores.

O holismo interno para o indivíduo e para uma ecologia da mídia é complementado por um holismo mais amplo que atravessa diferentes domínios. Este *segundo nível* do holismo está implícito no *método* da *etnografia* (HORST & MILLER, 2012). Essencialmente relacionado com o jeito com que um indivíduo traz a si aspectos dispersos de sua vida, o princípio do *holismo* mostra também o modo como a Antropologia transcende a quantidade de focos de pesquisa para reconhecer a copresença de todos eles dentro do entendimento mais amplo de sociedade. O já citado estudo de Ginsburg (2012) não questiona apenas a falsa autenticidade das relações mediadas pela internet. Ilumina, em última instância, questões mais gerais, como a compreensão das deficiências e das desigualdades sociais que permeiam tanto o universo digital como o mundo em que vivemos.

Uma vez, portanto, que as tecnologias digitais criaram seus próprios mundos e, com isso, expandiram claramente os campos a serem considerados, refletir sobre narrativas transmídias de ficção televisiva e comunidades *online*, por exemplo, requer um entendimento mais amplo não apenas dessas práticas possibilitadas pelo advento e consolidação da internet, como do modo como elas refletem o lugar que a ficção ocupa em nossa cultura e na constituição de nossas identidades, e até mesmo como local de resistência.

Nestes termos, garantir a uma página do Facebook como *Nazaré, A Orientadora* sua integridade e importância para que pessoas extrapolem os conteúdos televisivos e coloquem-se a discutir, de maneira bem humorada e, na maioria das vezes, sarcástica, diferentes temas – como racismo, questões de gênero, política e até “conflitos” da pós-graduação – é, sobretudo, entender o ideal holístico da etnografia cada vez mais honrado por antropólogos.

Figura 13 - Exemplos de memes com a personagem Nazaré



Fonte: Facebook. Página *Nazaré, a orientadora*.

Por fim, o *terceiro* compromisso com o holismo faz recordar que não há apenas conexões que importam porque são partes da vida de um indivíduo ou porque se encontram dentro de uma etnografia: as coisas podem se conectar em *quadros* muito *maiores*, como por exemplo, de política econômica. Remetendo, assim, ao compromisso com o *global*, os autores recordam que o simples pagamento de uma conta no débito permite explorar uma vasta rede que existe fora de qualquer indivíduo ou grupo social – cujas conexões não apareceriam dentro de uma etnografia. Justamente por isso, cada vez mais a Antropologia caminha para o diálogo com dados de outras disciplinas. O pressuposto adotado é que a etnografia é mais do que um *método*. Justamente por isso, um compromisso com a etnografia que falhe em se envolver com o estudo mais amplo da economia política e das instituições globais estaria traindo a intenção holística mais ampla pelo mero método. Este problema, segundo eles, foi agravado pelas tecnologias digitais que, ao reconfigurarem as infraestruturas do nosso mundo, bagunçaram ainda mais nosso entendimento sobre as vastas redes que nos conectam.

Nesses termos, o holismo, enquanto princípio, chama atenção para a necessidade de uma aproximação antropológica para o digital que não se faça por meio de uma *exclusividade* ou *pureza* que presuma nada ter a aprender com os estudos de mídia, pesquisas mercadológicas e as ciências naturais (HORST & MILLER, 2012). Não sem causa, defendem

que uma discussão sobre o holismo não deveria nunca significar uma ruptura com outros terrenos das Humanidades. É neste caminho que um convite à interdisciplinaridade e à transdisciplinaridade só tem a fortalecer o campo científico, sempre sujeito a novos diagnósticos e a reestruturações.

6.4.1 A centralidade da observação participante para a antropologia digital

Na Antropologia, a reflexão metodológica geralmente está intrinsecamente vinculada à investigação do sujeito concreto da pesquisa (LINS, PARREIRAS & FREITAS, 2020). Resulta disso a necessidade de um trabalho pouco normativo em relação às escolhas metodológicas e, por isso, quase *artesanal* da parte do pesquisador – que constrói sua pesquisa passo a passo de acordo com as necessidades que aparecem e cria ferramentas de pesquisa na medida em que avança na investigação junto aos interlocutores em campo.

Sem dúvida, uma das maiores virtudes dos métodos etnográficos é que os pesquisadores podem adaptá-los aos contextos de locais de campo específicos em períodos específicos no tempo (BOELLSTORFF, 2012). No entanto, essa flexibilidade não é ilimitada e deve ser articulada de maneira reflexiva.

Assim como acontece com a etnografia feita nos moldes “clássicos”, uma séria ameaça ao rigor e à legitimidade da Antropologia Digital tem sido a emergência de um número crescente de pesquisas que dizem ter realizado “etnografia *online*” quando, na verdade, o que apenas fazem entrevistas isoladas, emparelhadas no máximo com a análise de blogs e outros textos. Caracterizar tais pesquisas como etnográficas é enganoso, na medida em que a observação participante e a imersão densa no campo são aspectos fundamentais para um projeto etnográfico. Além disso, é preciso ter em mente que estudos etnográficos combinam entrevistas e grupos focais com a observação participante, o que permite ao pesquisador estudar as diferenças entre os que as pessoas dizem que fazem e o que realmente fazem¹⁶⁸. O problema com entrevistas isoladas é que, por trás dessa escolha metodológica, está a presunção teórica de que a cultura está presente para a consciência, isto é, de que a cultura é algo que está na cabeça das pessoas, sendo um conjunto de pontos de vista que um entrevistado pode dizer ao pesquisador e que, mais tarde, aparece na pesquisa como uma citação autorizada divulgada em bloco no relato publicado. Aí reside o perigo de levar à

¹⁶⁸ Justamente por isso, o trabalho de campo *online* deve primeiro de tudo se concentrar na observação participante – e não em entrevistas (MILLER, 2020).

confusão entre representação e realidade e da redução da cultura a regras, normas ou *scripts*, em vez de práticas corporificadas.

Sem dúvida, a inserção ao campo dá acesso ao investigador a uma ampla gama de dados que ele próprio pode não ter previsto no início de seu estudo. Becker (2007) ressalta que a observação participante permite ao pesquisador engajar-se em várias atividades diferentes, dependendo do grau de aproximação do pesquisador com seu objeto. Daí advém a importância da constante vigilância epistemológica ao longo de todas as operações metodológicas da pesquisa, bem como da não ruptura entre teoria e prática de pesquisa¹⁶⁹.

Do ponto de vista metodológico, a contribuição da observação participante é justamente o fato de que ela fornece aos etnógrafos uma visão das práticas e significados à medida que eles se desdobram (BOELLSTORFF, 2012), permitindo não apenas a comparação entre o que as pessoas dizem e o que fazem, mas a compreensão do significado de tais práticas ao longo do tempo. Além disso, ela permite a obtenção de dados não solicitados – conversas conforme ocorrem, mas também atividades, personificações, movimentos através do espaço e ambientes construídos. Desta forma, a observação participante dá acesso aos pesquisadores a práticas e crenças culturais desconhecidas ou não programadas no processo de concepção de pesquisa – e exatamente por isso, ela nunca é uma escolha rápida e demanda tempo e paciência.

Horst (2012) relata ser muitas vezes consultada sobre dicas sobre como acelerar o processo de fazer etnografia ou utilizar outras ferramentas que permitam aos pesquisadores ver as mudanças ao longo do tempo por meio de análises de dados. Mas quanto a isso não há fórmula mágica ou receita de bolo. Apesar de abordagens antropológicas deixarem espaço para o uso de ferramentas inovadoras, elas não podem ser usadas para contornar a construção de relacionamentos de longo prazo, capazes de gerar confiança e conexão. Assim como não é possível a ninguém se tornar fluente em um idioma de um dia para a noite, também não é possível a condução de uma pesquisa etnográfica em uma semana ou um mês, afinal, tornar-se conhecido por uma comunidade e participar de suas práticas cotidianas requer tempo.

Sem dúvida, uma observação participante extensa é bastante distinta dos usos recentes e mais frouxos do termo em diferentes ramos dos estudos culturais e da mídia (MILLER & SLATER, 2004). Daí a importância de se ir além de uma análise textual, entrevistas ou outros encontros de curto prazo e não contextualizados. A etnografia compreende, portanto, um leque de canais metodológicos ou uma espécie de “triangulação”, que permite não só a

¹⁶⁹ Cf. Lopes (2003).

emergência de conhecimentos mais profundos, como achados que não confirmam as observações iniciais:

Isto foi crucial na etnografia *on-line* anterior de Slater: apesar da ausência de contato face a face, ela envolveu aquela triangulação de participação, observação, conversa, texto e, claro, relacionamentos que – sustentados ao longo do tempo – produziram inconsistências, por exemplo, entre discurso e comportamento, que se mostraram centrais para a análise final (MILLER & SLATER, 2004, p. 44).

É nesse sentido que a etnografia não somente possibilita um conhecimento mais complexo, como permite situar o fenômeno dentro de um panorama mais amplo, capaz de revelar múltiplos planos e escalas. Uma pesquisa sobre negócios, por exemplo, apenas se aprofunda na medida em que há conhecimento suficiente sobre etnicidade, gênero e classe, todos eles fundamentais para evidenciar de forma clara como tais “contextos” influenciam e se relacionam com a operação dos negócios: “É claro, a distinção entre “fenômeno” e “contexto” não corresponde diretamente àquela entre *on-line* e *off-line*, posto que depende do nível de análise que se tem e de como se define o ‘campo’” (Ibidem, p. 44).

No caso de uma pesquisa sobre comunidades *online* de ficção televisiva, por exemplo, isso significa entender que esse pequeno cenário de interação faz parte de um espaço comunicativo mais amplo, sendo ele próprio, uma pequena fração da atividade na internet. Neste enquadramento, situar o contexto seria entender o fenômeno em termos de características mais amplas, mas ainda substancialmente *online*, uma vez que essa situação é o principal enfoque do estudo. Por outro lado, é válido ter em mente que “considerar que se limita à pesquisa *online* não necessariamente implica que contextos mais amplos se tornem invisíveis ao pesquisador” (MILLER & SLATER, 2004, p. 44). Estudar ficção televisiva, ainda que na internet, demanda, assim, uma contextualização do tema em termos de aspectos como “narrativa da nação” (LOPES, 2003), identidade e cultura latino-americanas:

Em ambos os casos, a qualificação para ser considerada como uma etnografia não foi se se pesquisou especificamente contextos *off-line*, mas se se partiu do compromisso maior em relacionar o fenômeno a contextos mais amplos (independentemente de como foram definidos) ou se, ao invés, se começou com noções como “virtualidade” ou “ciberespaço”, que envolvem uma preocupação metodológica em que o cenário poderia ser tratado como *sui generis*, autocontido e autônomo (MILLER & SLATER, 2004, p. 45).

Invocando, portanto, um senso de observação e de envolvimento com a pesquisa, a etnografia demanda que sejamos capazes de distinguir uma piscadela de um tique e entender o

que está sendo dito, de tal modo que o que as pessoas fazem ou dizem também faça sentido para nós. O ponto da questão é que nenhum desses compromissos requer uma posição específica imediata sobre a pesquisa *online versus* a pesquisa *offline*, mas, ao contrário, demandam uma atenção reflexiva sobre como esses compromissos devem ser articulados em termos de questões, condições e contextos da pesquisa. Até porque, às vezes, o uso da internet pode constituir virtualidade e outras vezes não. Daí a necessidade de uma posição não presumida e dogmática sobre o tema:

Novamente, esse assunto transcende a distinção entre *on-line* e *off-line*. Há uma enorme diferença entre começar uma etnografia *on-line* a partir da pressuposição de que a Internet forma inerentemente relacionamentos “virtuais” e pode, portanto, ser estudada como um cenário autocontido (ignorando os “contextos” *offline*), em oposição a descobrir – no meio de uma etnografia – que algumas pessoas estão tratando essas mídias como se fossem virtuais e fazendo tudo ao seu alcance para separar seus relacionamentos *on-line* daqueles *off-line* [...] (Ibidem, p. 46).

Os autores citam como exemplo uma pesquisa anterior realizada por Slater sobre a troca de materiais sexualmente explícitos (*sexpics*) no Internet Relay Chat (IRL). Conduzida inteiramente *online*, a pesquisa chamou atenção para a constante relação entre as atividades *online* e *offline*, elucidando como os próprios participantes construíram distinções altamente diversas, complexas e fluidas entre suas vidas *online* e *offline*. Para entender o que algumas donas de casa norte-americanas faziam quando gastavam horas envolvidas na troca de *sexpics* foi necessário compreender os relacionamentos *offline*, em geral com seus parceiros. Isto, por sua vez, elucidou um dos resultados mais surpreendentes da pesquisa: longe de serem de uma vanguarda libertária, muitas dessas mulheres têm visões estreitas e até bastante conservadoras sobre a moralidade da atividade na qual estão envolvidas:

Por exemplo, elas podem ficar bastante chateadas com aqueles que fraudam a quantidade de trocas que foram combinadas (Slater, 2000) ou que trocam fotos que são consideradas como além de suas convenções como *sexpics* apropriados ou moralmente justificados. Em síntese, este não é um estudo em que há simplesmente um fenômeno – a troca *on-line* de *sexpics*, do qual o *off-line* é o contexto que o explica. Ao invés disso, há um reconhecimento do relacionamento complexo e nuançado entre os mundos *on-line* e *off-line* que produz as estruturas narrativas desses dois mundos (Ibidem, p. 48).

Interessante notar o modo como uma pesquisa etnográfica permite explorar diferentes contextos e usos locais de práticas globais. No caso da pesquisa realizada pelos autores em

cibercafés em Trinidad, cujo conceito e prática são importações recentes que requerem conhecimento sobre seu significado e conceito no âmbito global da internet, Miller e Slater (2004) chegaram à conclusão de que pensar a demanda pelo acesso educativo, público e sociável da internet no país é também entender os termos da relação entre os espaços públicos e privados em Trinidad. Neste sentido, pesquisar cibercafés em sociedades industrializadas ao norte é algo que contrasta radicalmente com o uso privado e doméstico, por um lado, e com o uso público nos negócios/trabalho, por outro:

Parece claro, então, que não só os cibercafés podem significar coisas radicalmente diferentes, mas também que diferentes usos da Internet emergiram em cenários diferentes e, inversamente, que diferentes cenários se desenvolveram em torno de diferentes usos e constituições. “Uso” e “contexto” representam termos radicalmente diversos e inter-relacionados que demandaram uma atenção etnográfica minuciosa (Ibidem, p. 59).

Sem dúvida, o ciberespaço vem se consolidando como um campo aberto a trânsito e possibilidades. No caso do Brasil, com o advento da pandemia, o ambiente digital assumiu uma posição ainda mais central, sendo que as TIC se tornaram as principais ferramentas de comunicação e informação, comércio, trabalho, prestação de serviços (o que inclui saúde e educação), entretenimento e lazer. Nesse cenário, além do crescimento do acesso e do tempo de uso da internet pelos brasileiros, novos hábitos digitais foram adotados (LOPES *et al.*, 2021). De outro lado, evidenciou ainda mais o fosso das desigualdades no país, uma vez que delimitou aqueles que tinham ou não acesso à internet. Seja como for – com ou sem pandemia – a etnografia no ambiente *online* comparece como uma rica e multifacetada metodologia para estudos de recepção em ficção televisiva na internet. Se é o ambiente da *web* um *lócus* capaz de apreender novos tipos de sociabilidade *online* – pode-se dizer que uma aproximação com os atuais debates antropológicos do digital muito tem a oferecer em termos de possibilidades da condução de uma pesquisa etnográfica feita nesse ambiente. Mas, esse é assunto para o próximo capítulo.

CAPÍTULO 7 – ETNOGRAFIA DIGITAL NA PRÁTICA: ENTRE DILEMAS E POSSIBILIDADES

A sociedade e a cultura têm sido marcadas e intensificadas pelas mídias digitais; é o anúncio do digital constituindo a vida cotidiana. Frente a esse cenário, descrever o campo *online*, observar o digital e refletir sobre as relações sociais intermediadas por uma tela de computador ou de celular têm sido, cada vez mais, um exercício recorrente e desafiante para os estudos sócio- antropológicos (VIEIRA JÚNIOR, 2020, p. 1).

Passamos agora para uma discussão mais voltada para as práticas da pesquisa de campo feita na internet. Buscamos aqui trazer fragmentos de etnografias feitas no ambiente *online* que permitam iluminar desafios de diversas ordens, mas também possibilidades e interesses comuns. No intuito de facilitar a compreensão desse tipo de etnografia e de engajamento, acreditamos que a melhor forma de exemplificar os dilemas de pesquisa e os caminhos abertos seja justamente olhar para pesquisas já realizadas. Sabemos que a etnografia *online* abarca uma miríade de objetos comunicacionais¹⁷⁰ – tais como blogs, redes sociais digitais, mundos virtuais e videogames – buscamos trazer pesquisas diversas em temáticas (gênero, sexualidade, educação) e em ambientes de imersão (jornais, grupos de Facebook, Tinder, Twitter, WhatsApp) – que nos permitam ter uma visão integrativa das potencialidades de estudos feitos na internet.

Atualmente, o contato presencial, o deslocamento territorial ou a circunscrição num determinado ambiente material já podem hoje ser prescindidos do trabalho de campo etnográfico, especialmente em pesquisas feitas em ambientes digitais. Isso implica, contudo, em algumas potenciais impossibilidades, entre as quais se pode citar a da atuação plena ou direta dos sentidos nos momentos da interação; da demarcação do que é casa (meu lugar) e campo (lugar do “Outro”); e da obtenção de informações e observações diretas sobre os contextos sociais que envolvem os sujeitos estudados. Por outro lado, a etnografia *online* conserva outros elementos metodológicos marcantes no trabalho etnográfico analógico, como o diálogo, a participação, a observação, a imersão, a descrição, e o texto, conforme nota Vieira Júnior (2020).

Ainda que muitas das questões que envolvam o campo *online* possam ser tratadas a partir de discussões que também permeiam o campo *offline*¹⁷¹, etnografias digitais não

¹⁷⁰ Cf. Frago, Recuero e Amaral (2011).

¹⁷¹ Cf. Miller (2020).

implicam em uma simples transferência de um meio para outro, e, justamente por isso, demandam estratégias que dialoguem com os objetos de estudo a partir de sua especificidade digital. Ao estabelecer novas relações entre o pesquisador e seus interlocutores, bem como entre o pesquisador e o campo de pesquisa – isto é, o ciberespaço – a literatura do tema abarca também a necessidade de se discutir aspectos não somente teóricos, mas também práticos da etnografia feita na internet¹⁷² – haja vista a necessidade de compreensão das relações que se estabelecem nesse novo ambiente de pesquisa.

Na tentativa de entender esse “novo” intermediário pela tela digital, as discussões aqui trazidas são fruto de diferentes experiências dos pesquisadores com o fazer etnográfico em ambientes digitais que, resguardadas suas particularidades, apontam para mudanças ainda embrionárias, porém significativas, no bojo dos estudos que atualmente se voltam para os modos como novas dinâmicas, contornos e significados da vida social impactam nos exercícios e teorias antropológicas. No geral, elas nos ajudam a pensar questões transversais importantes também às pesquisas de recepção feitas na internet.

Como se sabe, as mídias digitais fornecem um oceano de dados para o etnógrafo realizar o trabalho de campo (PEREIRA & MENDES, 2020). Justamente essa particularidade tem como consequência mudanças de fundo nos termos da realização de uma observação participante, que passam a incluir interações em salas de bate papo, e-mails, mensagens por aplicativos, conversas em sites, e por aí vai. Também as formas de construir o caderno de campo passam a ser mais tecnológicas, com a possibilidade de registro de eventos e interações locais de forma digital. De qualquer modo, esse tipo de observação *online* requer que o pesquisador observe textos, imagens e se engaje com determinado grupo por meio da tela do computador. Ainda que não se reduza a isso, falar em recepção é falar de opinião. Nesse quesito, dificilmente em outro meio de comunicação até então conhecido pelo ser humano, a opinião tornou-se tão facilmente disseminável para o restante da sociedade como nas mídias digitais. Reside nesse aspecto discursivo da recepção – que produz sentidos heterogêneos e plurais – a especificidade do exercício da antropologia na malha digital: “reunir os retalhos que a compõe e lançar-se estrategicamente nesse campo tão desafiante e tão conectado em nós” (VIEIRA JÚNIOR, 2020, p. 23).

Mas como, de fato, é possível estabelecer uma entrada no campo quando ele não implica necessariamente o deslocamento de um lugar para outro? Onde e quanto termina um trabalho de campo? Com que fica a questão ética no ambiente *online*? Nesse ambiente, como é

¹⁷² Algo defendido por autores como: Pereira e Mendes (2020), Piva (2020), Cárdenas (2020) e Santos (2020).

possível separar o “estar lá” do “estar aqui”? Quais estratégias possíveis para o trânsito da figura do “internauta” para a do “pesquisador” sem estabelecer uma fronteira rígida entre esses dois âmbitos? Quais os impactos da pandemia para etnografias digitais? Esses e outros questionamentos já discutidos em pesquisas feitas é o que buscaremos refletir nas linhas que se seguem.

7.1 Uma pandemia no meio do caminho

Iniciamos as discussões sobre os desafios de se fazer uma pesquisa etnográfica *online* trazendo para o debate a emergência oficial da pandemia de Covid-19, em março de 2020, e seus efeitos devastadores em todo o globo, que transbordaram para os mais diversos âmbitos sociais. Especificamente no Brasil, a pandemia gerou a maior tragédia sanitária da história e não há como passar por ela sem sermos afetados. Isso inclui não somente nossas vidas privadas, afetivas, familiares – como também nossas práticas de pesquisa e nossos objetos teóricos e empíricos (LOPES, 2020¹⁷³).

Em uma importante e necessária fala na 4ª edição do Conexão Pós - Desafios Contemporâneos da Pesquisa¹⁷⁴ – Lopes discorreu sobre os desafios metodológicos da pesquisa em Comunicação em tempos de Covid-19, buscando refletir o que constitui sua atual problemática, isto é, aquilo que chama sua atenção no que toca ao fazer ciência no emergente cenário pandêmico. Ao longo da exposição, a pesquisadora abordou questões teóricas e práticas que envolvem a investigação da Comunicação em tempos pandêmicos, e buscou categorias analíticas para analisar a covidianidade, avaliando o que, de fato, seria inédito e o que não seria. Mais do que respostas, a pesquisadora instigou para o uso criativo da imaginação metodológica. Passando por questões que vão desde a falta de reflexividade sobre os impactos da pandemia na produção do conhecimento por parte de alguns investigadores do campo para a necessidade de reflexividade epistêmica sobre os chamados “textos de ocasião” (feitos por pensadores nacionais e internacionais ao calor da hora), ela chamou atenção para o fato de não ser possível ignorar as mudanças nos objetos de pesquisa. A emergência viral, que nos expôs cotidianamente ao risco latente, ao sofrimento e ao medo da morte, não somente ergueu limites imunológicos e fechou fronteiras, como nos fez repensar

¹⁷³ Conforme também destacou Lopes em sua fala no Conexão Pós (ECA/USP, 2020). Mais detalhes em: <https://www.youtube.com/watch?v=bKdtMihbTul>. Acesso em 14/12/2021.

¹⁷⁴ Evento anualmente realizado pela Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (PPGCOM/ECA-USP), que visa integrar e debater a produção científica de mestrandos e doutorandos do Programa

novos modos de ser e estar no mundo e, com isso, de fazer pesquisa. É o que se mostra também Lopes *et al.* (2021, p. 135):

A adoção do distanciamento social mostrou-se uma das medidas mais eficazes para conter o avanço do vírus. Porém, com o progressivo avanço científico acerca de sua letalidade, vimos o mundo entrar em períodos de isolamento social, já caracterizado por Agamben (2004) como um “estado de exceção”. Isto porque, as epidemias virais afetam nossas interações mais elementares com pessoas e objetos que nos rodeiam (Žižek, 2020).

Sem dúvida, o advento da pandemia do novo coronavírus e seus desdobramentos sem precedentes no mundo globalizado e hiperconectado impactaram de múltiplas maneiras os temas de pesquisa no campo da Comunicação¹⁷⁵. No tocante à ficção televisiva brasileira, é possível perceber o impacto da pandemia já no número de títulos nacionais, inéditos exibidos nos canais de televisão aberta em 2020, que caiu de 71 para 52 em relação ao ano anterior (Ibidem). Nesse contexto, a Globo, maior produtora de ficção do país, suspendeu todas as suas gravações a partir de março de 2020 e, em abril, transmitia somente reprises de telenovelas e séries já lançadas no Globoplay, mas inéditas no canal aberto, como *Hebe* e *Aruanas*. Na história da emissora, a única vez que uma produção teledramatúrgica foi interrompida foi em 1976, quando a ditadura militar censurou a primeira versão de *Roque Santeiro*. Desde o início da série histórica do Obitel, em 2008, “nunca houve um ano sequer em que o número de reprises se aproximasse tanto do de lançamentos. No entanto, em 2020, os títulos inéditos foram 27 e as reprises 25, o que significa que para 10 títulos inéditos, 9 foram reprises” (Ibidem, p. 114).

Tão logo conformado esse cenário, a permanência obrigatória em casa também reverberou no aumento das horas de assistência de conteúdos televisivos e dos serviços de *streaming*. Advieram desse cenário novas formas de estudar, trabalhar, entreter e também de assistir ficção televisiva que exigiram a utilização parcial ou total das telas – *notebooks*, computadores, celulares e *tablets*. Isso não somente ampliou o uso de múltiplas telas, como diluiu os limites entre espaços públicos e privados, uma vez que por meio das telas, a casa transformou “de uma só vez em ambiente de trabalho, descanso e lazer” (Ibidem, p. 136).

No âmbito da ficção televisiva, o cenário pandêmico provocou profundas mudanças nos processos de produção, distribuição e recepção, exigindo dos pesquisadores a tarefa de repensar e explorar diferentes perspectivas teórico-metodológicas sobre o seu objeto de estudo. O esforço de acompanhar esse cenário, ainda no calor do momento, tem sido adotado

¹⁷⁵ Cf. Lopes (2020); Depexe *et al.* (2021).

como novo objeto pelas Redes Obitel e Obitel Brasil desde o início da pandemia e resultou em duas publicações que foram fruto de parcerias com universidades nacionais e internacionais. No recém publicado volume 7 da Coleção Teledramaturgia, cujo tema central é Criação e inovação na ficção televisiva brasileira em tempos de Covid-19, as organizadoras ressaltam:

Como usualmente tem se falado, todos os setores da sociedade precisaram se reinventar, visto que tiveram suas rotinas de vida abaladas. O confinamento parece ter cabalmente expressado como a arte é inerente à vida. O audiovisual, por sua vez, que já gozava de enorme importância na cultura digital, revelou no confinamento seu papel mais preeminente. É fato que o audiovisual viu aumentar consideravelmente seu consumo, tanto nas grandes redes de televisão quanto nos serviços de streaming, mas também seus modos de produção demandaram criatividade, buscaram inovações ante os impactos e atravessamentos da Covid-19. É o que as pesquisas realizadas no âmbito da Rede Obitel discutem neste livro (LOPES & SILVA, 2021, p. 8).

Quanto ao Obitel, seu Anuário que tem por título Ficção Televisiva Ibero-Americana em Tempos de Pandemia (LOPES & ALVARADO, 2021) já está publicado¹⁷⁶. Ainda no rol dessas produções, ressaltamos dois trabalhos que tiveram como foco a análise de reprises a partir da perspectiva da audiência: Laços de Família 20 anos depois: apropriações da audiência em tempos de pandemia (SIFUENTES *et al.*, 2021) buscou analisar a leitura de receptores – novos e antigos – da reprise de Laços de Família – o que foi feito por meio de entrevistas e da coleta de material postado pela audiência em sites de redes sociais (Twitter, Instagram e Youtube); e Ritualidades de assistência de ficção televisiva em tempos de pandemia (DEPEXE *et al.*, 2021) que buscou investigar as práticas de consumo e as ritualidades de assistência de ficção televisiva no isolamento social – adotou estratégia multimetodológica baseada em Lopes, Borelli e Resende (2002).

A esse debate, somamos uma discussão mais voltada ao diálogo com um os dilemas de se fazer uma pesquisa etnográfica online¹⁷⁷. Em um primeiro momento, focaremos questões

¹⁷⁶ Ver site do Obitel: <http://obitel.net>.

¹⁷⁷ No Brasil e em outros países, diversos esforços foram realizados por pesquisadores, grupos de pesquisa e instituições no sentido a problematizar o cenário pandêmico e suas consequências nos mais diferentes setores da sociedade, entre os quais podemos citar: a coletânea-diário feita por grupo de pesquisa em Comunicação da UFMG (*Diário da Quarentena – A pandemia de Covid-19 como acontecimento*); o dossiê da Revista *Estudos Avançados* publicado em 2020 (*Pandemia pela Covid-19 – Retrato da juventude*); a coletânea *Sopa de Wuhan* (ASPO, 2020), que reuniu pensadores contemporâneos, como Giorgio Agamben, David Harvey e Judith Butler; a coletânea *Pandemia ao sur* (Prometeo Libros, 2020), que refletiu sobre a pandemia na América Latina, contando com nomes, como Boaventura de Sousa Santos e Arturo Escobar; o Relatório de Pesquisa *Como trabalham os comunicadores no contexto de um ano de pandemia de Covid-19*, coordenado pela Prof. Dra. Roseli Fíguro (ECA/USP, 2021), a coletânea *Pandemia Crítica – Outono e Inverno 2020* (N-1 Edições, 2021), e

que tocam a pandemia para, em seguida, trazer questões mais gerais que possam ser úteis para estudos de recepção feitos na internet.

7.1.1 Um debate desde a América Latina

No que toca o debate sobre o campo *online*, a pandemia de Covid-19 e as consequentes mudanças tornaram o digital peça fundamental para a realização de pesquisas etnográficas (LINS, PARREIRAS & FREITAS, 2020). Como resultado das medidas de restrição de circulação de pessoas muitos pesquisadores foram obrigados a dar conta de uma série de novas questões pertinentes ao campo e a buscar entender o ambiente *online* e as novas tecnologias, para além de sua instrumentalização como ferramenta de pesquisa. Aliás, mesmo como ferramenta, se tornou necessário refletir sobre elas e seu papel na metodologia de pesquisa – algo que se somou a um esforço que já vinha sendo realizado por pesquisadores da área. Como refletem as autoras:

Com a disseminação da digitalização e da midiaticização das relações sociais cotidianas, em várias frentes, formais e informais, institucionais e interpessoais, muitas das questões que antes mobilizavam os especialistas em mídias e internet, passaram a despertar o interesse de especialistas desses outros campos. Isso só se acentuou com a transferência de parte das pesquisas para os ambientes online durante a pandemia. Na verdade, a pandemia só fez acentuar um movimento de expansão e diversificação dos estudos do digital que já vinha sendo observado há algum tempo (LINS, PARREIRAS & FREITAS, 2020, p. 5).

Esse cenário de crises e incertezas trouxe consequências consideráveis para todas as esferas da vida social. No que toca à experiência etnográfica, todavia, Faria (2020) chama atenção para o fato de que toda pesquisa de campo é marcada pelo sentimento de estar à deriva, que exige do pesquisador a suspensão de seus hábitos, de seus modos de pensar, de viver e de acessar outros mundos de sentido. Assim, uma vez que é próprio do método etnográfico produzir uma matriz metodológica flexível e passível de adaptação às diversas circunstâncias empíricas (com ou sem pandemia), esse modo de fazer pesquisa requer permanente transparência, adaptabilidade e reflexão metodológica para que alcance a novas demandas que surgem ao longo do caminho.

o livro *A tecnologia é um Vírus: Pandemia e Cultura Digital*, de André Lemos (Sulina, 2021); entre muitas outros. No rol de tantas publicações, delimitamo-nos em alguns textos do Obitel Brasil e da Antropologia em função do nosso objeto e do recorte da pesquisa.

Na América Latina, as desigualdades sociais e o cenário de precariedades, desempregos, falta de internet e de infraestrutura básica são fatores a se ter em mente quando o assunto é fazer pesquisa *online*. Cárdenas (2020) realizou uma pesquisa etnográfica em que jovens estudantes de uma universidade mexicana tiveram que estudar em casa em função da pandemia de Covid-19. Percebendo, logo no início, a cisão entre aqueles que possuem acesso às tecnologias e infraestruturas de comunicação e aqueles que não o têm, ele passou a tratar de inúmeras situações do estudo em casa, articulando o uso das plataformas digitais na quarentena. Como espaço etnográfico inicial, a sala de aula foi o primeiro campo em que o pesquisador localizou as desigualdades sócio-digitais na última aula presencial pelo relato de alunos que não tinham seu próprio quarto e tampouco acesso a computador ou à internet em casa. Em sua posição de professor em quarentena, ele optou pela dinâmica individual e de grupo, via WhatsApp, já que as dificuldades e restrições vividas por muitos estudantes demandaram uma dinâmica inclusiva que passava necessariamente por plataformas viáveis em termos de espaço de memória e possibilidade de acesso.

Também no Brasil, as desigualdades sociais inviabilizam a possibilidade de que todos os alunos estejam aptos a se conectar, seja pela falta de equipamentos e conexão, seja por não dominarem as plataformas para aulas *online*, que demandam conhecimento de diversas ordens (linguagens, vídeos, textos e imagens). Tanto no âmbito do ensino superior ou da educação básica¹⁷⁸, o acesso precário à internet por parcela considerável dos estudantes e a presença do Ministério da Educação desconectado da realidade do país, são fatores que têm contribuído para o projeto de sucateamento da educação no país. Sobre a questão, Evangelista e Silveira (2020) notam que:

Além disso, as condições de moradia interferem diretamente na viabilidade da realização de atividades educativas a distância. No ensino médio e fundamental, em determinadas atividades que exigem maior concentração, a conexão instável e a inadequação dos espaços de realização do acesso ampliam o grau de dispersão, as dificuldades de concentração, dificultando os estudos (p. 492).

Portanto, os processos de virtualização da educação brasileira – seja no nível básico ou superior – são marcados por inúmeros desafios, entre os quais estão as desigualdades digitais e os processos não igualitários de acesso, conforme notam (Parreiras & Macedo (2020). Entra também nessa discussão os dilemas da educação a distância (EAD), medida adotada por diferentes governos, municipais e estaduais, como forma de contornar a impossibilidade de

¹⁷⁸ Na educação básica, contudo, apesar de parecidos, os dilemas são mais complexos – haja vista o tamanho e a heterogeneidade do sistema (PARREIRAS & MACEDO, 2020).

reabertura das escolas e universidades no curto prazo, mas que não dá conta de abarcar as diferentes realidades sociais – pelo contrário, exacerba as desigualdades digitais num país como o Brasil:

Parece-nos irreal, devido às graves desigualdades mais amplas existentes no Brasil, exigir que todas as alunas e alunos estejam aptos a se conectar, tanto no que se refere aos aspectos tecnológicos (equipamentos, conexões) quanto ao domínio das plataformas para aula *online* (vale lembrar que isso representa novidade para grande parte dos alunos e envolve saber lidar com diferentes linguagens - textos, vídeos, imagens) (Ibidem, p. 499).

A despeito de todas as dificuldades encontradas durante a pandemia, as experiências multifacetadas dos jovens universitários estudados por Cárdenas (2020) mostram que sua participação na vida digital não é subalterna. Citando JMB, o autor destaca as novas formas de compartilhamento de conhecimento criadas por estes estudantes que, para além da escola, dispõem de seus capitais digitais para o cuidado com o bem comum – a escola, a família, o local. Exemplo disso foi o vídeo feito com a ajuda de uma jovem universitária indígena, e posteriormente reproduzido em alto falante, que dava informações sobre a Covid-19. O intuito do vídeo era levar informações aos idosos da região, que dispunham de poucas informações. Nesse caso, sua inserção foi fundamental tanto para a divulgação das informações para os idosos em seu próprio idioma, como para o trânsito entre os formatos digitais para os analógicos.

A produção de narrativas digitais conjuntas no presente, tanto para fins acadêmicos quanto para suas relações sociais em geral, é, dessa forma, entrelaçada às desvantagens partilhadas da não contemporaneidade (JMB, 2002 *apud* CÁRDENAS, 2020) entre as tecnologias e seu acesso na América Latina, tornando visíveis as lacunas da desconexão digital que se somam a outras formas de desigualdade.

Ora, *questões de desigualdade* e de falta de acesso à internet não afetam somente estudos feitos em ambiente escolares e devem ser considerados mesmo em pesquisas que trabalham com *outros objetos*, como é o caso da *ficção televisiva* (DEPEXE *et al.*, 2021). Além do mais, como bem argumentaram as pesquisadoras, é preciso considerar que o isolamento social intensificou não apenas o uso de mídias sociais para interação, como trouxe à tona questões como saúde mental, depressão, ansiedade, aumento nos quadros de estresse, cansaço pelo uso excessivo de telas e necessidade de uso compartilhado do espaço doméstico. Todas essas questões, e muitas outras que podem aparecer numa pesquisa feita nesses moldes, repercutem no acesso e no diálogo com os pesquisados.

Numa situação de pandemia como a que estamos vivendo, suscetível a diferentes males e desafios, Miller (2020) considera ser fundamental que o pesquisador esteja sensível a essas situações durante seu envolvimento com as pessoas. No seu entendimento, talvez o maior trunfo do pesquisador que vivencia essas condições é estar lá para ouvir e fazer com que as pessoas sintam que o que dizem ou sentem são importantes. Aliás, essa é a maior contribuição que um etnógrafo faz para a população com a qual se envolve e é fundamental para o estabelecimento de uma relação de confiança. Por isso, o ponto inicial de qualquer pesquisa, *online* ou não, está no envolvimento a ser construído – o que vai ser diferente para cada população com a qual se trabalha e para cada pesquisa. Assim como acontece em uma pesquisa face a face, uma boa estratégia na condução de uma observação participante é o pesquisador buscar ser prestativo, o que gradualmente não só leva o pesquisador a conhecer mais seus interlocutores, como os faz se abrirem mais ao contato.

Diante uma situação em que estamos todos nos mantendo principalmente *online* em um grau sem precedentes, é importante ao pesquisador saber compartilhar essa situação, tirando dela o que ela pode oferecer. Nesse cenário, talvez a oportunidade de conhecer as pessoas e seus problemas possa vir a partir da ajuda em alguma atividade que precisem ou até sendo convidado para participar suas das redes sociais digitais – WhatsApp, Facebook, por exemplo – que são formas atuais de se manter o contato e permitem outras formas de interação que podem contribuir para o desenrolar da pesquisa. Seja como for, importa a necessidade de perceber as particularidades de cada comunidade para que o pesquisador chegue à melhor forma de ser integrado a ela a partir da adaptação ao modo como ela cria suas próprias condições para sociabilidade. E isso requer prática de pesquisa, imersão.

A pandemia revelou, todavia, situações de pesquisa em que as populações não possuem acesso à internet. Nesse caso, os pesquisadores foram obrigados a deixar a pesquisa de campo no meio do caminho. Para esse tipo de situação, a solução é a mudança da direção e do foco da pesquisa: ao invés de trabalhar diretamente com a população, Miller propõe que se busque entender a situação por outro ângulo e perspectivas, como a partir da exploração de questões econômicas ou da cobertura da mídia. Em uma situação como essa, é preciso aceitar e reconhecer o que é possível ou não ser feito. Até porque, é algo frequente que os achados mais interessantes da pesquisa surjam a partir de algo que inicialmente não se pretendia fazer.

7.2 O digital e o acesso ao campo

Outro ponto importante a ser considerado diz respeito à *temporalidade etnográfica* aberta pelo digital. Se a pesquisa de campo não tem momento para começar e nem para terminar, a pandemia e sua demanda por etnografias *online* confundiram ainda mais as fronteiras entre o aqui e o ali, entre a figura do internauta e do pesquisador. À diferença daquele feito ao modo antigo, o trabalho de campo na internet não tem uma delimitação temporal marcada pelo recuo do campo, uma vez que existem hoje outras formas de o pesquisador voltar ou estar em campo através de ferramentas digitais.

Em sua imersão no campo, Cárdenas (2020) relata que, enquanto fazia o cultivo de dados de maneira síncrona durante suas navegações diárias, por vezes voltou para as plataformas de mineração de dados qualitativos de forma assíncrona. Essa delimitação feita pelo autor demonstra que a etnografia digital pode ser construída por fases temporais síncronas e assíncronas, o que possibilita diferenciar tanto as etapas do trabalho de campo como os tipos de imersão. Sobre a questão, o autor destaca:

Por isso concordo com Rosaldo (1989) quando aponta que em certas situações o próprio espaço não permite localizar o problema – nem físico nem conceitual –, e que a temporalidade se torna o meio mais envolvente porque permite observar mudanças nas rotinas e hábitos, com rupturas entre pessoas e instituições (Ibidem, p. 6, tradução nossa¹⁷⁹).

Justamente por não se tratar de uma etnografia em que o pesquisador volta para a casa quando se cansa, o trabalho de campo feito na internet estabelece dinâmicas de interações que diferem das tradicionais face a face. O fato de já não mais entrarmos esporadicamente na internet, mas de “vivermos” *online*, faz com que o pesquisador esteja continuamente disponível para receber e enviar mensagens – e potencialmente todo o tempo em campo.

Cabe aqui ressaltar que cada ambiente digital produz seus modos específicos de integração, o que demanda do pesquisador uma inserção e uma atuação diferenciada. Seja como for, a imersão é o fator fundamental que produz presença, participação e interação. Nesse sentido, quando mais imerso o pesquisador estiver no campo, mais apto ele estará para compreender como atuar naquele ambiente – o modo como as relações ocorrem, as dinâmicas locais. Além disso, as tecnologias digitais não somente incitam o pesquisador a incorporar, de

¹⁷⁹ No original: “Por eso coincido con Rosaldo (1989) cuando señala que en ciertas situaciones el espacio en sí mismo no permite ubicar la problemática –ni física ni conceptual–, y que la temporalidad se convierte en el medio más circundante porque permite observar cambios de rutinas y hábitos con quiebres entre personas e instituciones”.

modo ativo e criativo, novas metodologias, ferramentas e estratégias no fazer etnográfico, como apontam para desafios, não raras vezes éticos ou afetivos, a serem superados a partir do diálogo com os interlocutores e do entendimento das possibilidades de atuação de cada um desses ambientes.

No caso de Cárdenas (2020), a primeira fase da copresença digital foi delimitada a partir do início do estudo em casa (março de 2020) até o término do semestre da universidade (julho de 2020). Esta temporalidade permitiu ao pesquisador demonstrar a ruptura com a rotina universitária e o início de maior confinamento no México desde que as atividades foram suspensas – exceção feita às atividades consideradas essenciais. Após o rompimento com a normalidade universitária e a suspensão das aulas presenciais, múltiplas experiências compartilhadas começaram a surgir:

Uma característica comum foi a reorganização espacial das casas para ter um local de estudo. Um elemento diferenciador no tipo de residências foram as que possuíam internet e dispositivos digitais e as que não possuíam. Não ter internet em casa está ligado a tantas outras precariedades sociais que evidenciam vulnerabilidades materiais da juventude contemporânea. A pandemia desnaturalizou que ter uma conexão com a internet é algo supérfluo, ao contrário, mostra que é uma necessidade contemporânea para estudantes e para famílias em geral (Ibidem, p. 7, tradução nossa¹⁸⁰).

Ao longo dessa pesquisa, o antropólogo delimitou três fases que vão desde o processo inicial de reorganização da vida acadêmica até o encerramento do período: a primeira foi o afastamento das atividades presenciais na universidade, quando os jovens ainda não tinham noção da dimensão que a pandemia tomaria; a segunda foi caracterizada por práticas e experiências performativas emergentes; e a terceira constituída por experiências e práticas de final de semestre. Tal delimitação por período não foi uma decisão arbitrária, mas fruto da experiência que a gerou. Olhar para a temporalidade o fez descobrir que os jovens localizavam fases e acontecimentos para separar suas experiências a partir de estágios não lineares, mas que expressavam situações performáticas tensas. Isso foi sentido, por exemplo, nos status do Facebook e nas narrativas do Twitter desses jovens, que ao longo do processo, ainda que de forma não homogênea, passaram da anedota e da piada às narrativas de

¹⁸⁰ No original: “Un rasgo común fue la reorganización espacial en las casas para tener un lugar para estudiar. Un elemento diferenciador en el tipo de residencias fue las que tenían internet y artefactos digitales y las que no. No tener internet en casa está conectado con otras tantas precariedades sociales que muestran vulnerabilidades materiales juveniles contemporáneas. La pandemia desnaturalizó que contar con conexión a internet es algo superfluo, más bien, muestra que es una necesidad contemporánea para estudiantes y para las familias en general”.

frustração e incertezas. Em meio às cascatas de publicações que emergiram no Facebook, o autor foi capaz de localizar a passagem do tempo e as maneiras pelas quais a agenda dos assuntos universitários foi mudando com diferentes narrativas construídas em conjunto e compostas por áudios, imagens, vídeos, escritas e outras tantas formas de interações digitais dinamizadas no presente contínuo. Por isso, a temporalidade etnográfica digital rompe dicotomias, já que o distante e o próximo são ali vinculativos, e a presença e a copresença digital são esferas que se complementam. Foi justamente essa característica das redes que permitiu localizar onde e como estavam os jovens universitários e, assim, mapear suas experiências de navegação, em um vai e vem de fluxos.

7.3 Construindo um arquivo *online*

Diante um cenário ainda marcado pela falta de referenciais metodológicos para a entrada no campo digital, Piva (2020) buscou desenvolver estratégias possíveis para a utilização do digital como campo de pesquisa antropológica, além de empreender um esforço no sentido a construir um arquivo digital de base de dados. A necessidade de lidar com seus interlocutores a partir textos de midiáticos, e não por contato direto, o fez dar atenção para diferentes formas de pesquisa. Nesse trajeto, buscou aplicar métodos de trabalhos de campo em *arquivos*. O autor partiu do pressuposto de que, seja em arquivos físicos ou virtuais, o pesquisador lida basicamente com textos – que representam sempre verdades parciais, enunciados, interpretações históricas e culturalmente constituídas e, por isso mesmo, sempre sujeitas a novas leituras. No caso dessa pesquisa, que discute narrativas midiáticas sobre violências sexuais, de gênero e trote em uma faculdade de medicina de São Paulo, o desenvolvimento prático de sua estratégia metodológica demandou, em um primeiro momento, o levantamento de fontes de notícias sobre o assunto e a escolha de portais que traziam diferentes perspectivas nas representações dos casos e, assim, contemplassem um horizonte possível de análise. Nesse percurso, o registro das notícias passou por diferentes etapas de seleção, sendo que, na fase inicial, o pesquisador construiu uma tabela qualitativa que agregava tanto o registro com informações gerais das notícias quanto um mais detalhado, fruto da análise conjunta dos dados:

Fiz a captura do conteúdo da notícia com ajuda do aplicativo *Evernote*. Com ele, consigo capturar o corpo textual da notícia sem perder nenhuma parte do conteúdo, removendo quaisquer recursos presentes na interface do portal (anúncios, menus, barra de pesquisa) que não são relevantes. A utilização do programa apresentou uma facilidade de captura e armazenamento das

notícias, permitindo o desenvolvimento de um banco de dados acessível em diversas plataformas (p. 5).

Além de oferecer alternativas para o agrupamento de notícias, o uso do *Evernote* possibilitou a organização e classificação dos dados, bem como a maleabilidade do conteúdo textual devido aos recursos disponíveis. Seguiu-se a inserção de cada notícia no quadro criado de modo a preencher dados identificatórios – data de publicação, título e breve resumo da notícia – só parando após consolidar um número substancial de notícias relacionadas ao tema. Essa sistematização narrada em detalhes pelo autor possibilitou, por um lado, compreender a potencialidade da mobilização das instituições e dos atores sociais nas narrativas midiáticas sobre os casos de agressão sexual vivenciados nas faculdades paulistas e, por outro, mapear momentos em que determinadas vozes são privilegiadas e outras silenciadas. Longe de uma completa reorientação teórica ou metodológica, o foco da pesquisa recaiu em buscar apresentar algumas formas incipientes com as quais a teoria antropológica vem tratando o digital:

À primeira vista pode-se achar estranha a combinação de tantos referenciais distintos, contudo o que é importante frisar é que nossas noções de fronteiras rígidas entre as fronteiras do digital e o analógico, entre o on-line e off-line estão cada vez mais desestabilizadas, tal distinção pode até se encontrar superada pelos nossos interlocutores, pelas relações que tecem ou até mesmo pelos usos que fazemos dessas tecnologias no nosso cotidiano. Entendendo que tal pesquisa de campo não tem limites claros do que vem a se constituir como campo, que decorre de momentos arbitrários com que nos deparamos ao longo da pesquisa. Desse modo, o empreendimento etnográfico nos aponta que é preciso estar atento aos usos coletivos e aos desenvolvimentos recentes dessas tecnologias, entendendo que esses valores estão sempre em disputa e atravessados por distintos discursos e relações de poder (p. 21).

A discussão trazida pelo pesquisador coloca no centro do debate a contínua torção entre empiria e teoria, também enfatizada por Peirano (2014), cujo objetivo é o permanente refinamento da Antropologia. Uma vez que a disciplina não trabalha seguindo um roteiro metodológico a ser empregado etapa por etapa, mas, antes, depende dos desenvolvimentos e demandas de cada pesquisa, haverá sempre a necessidade de conceber novas estratégias que dialoguem com novas demandas de cada pesquisa. Daí “a experimentação etnográfica é um devir” (PIVA, 2020, p. 21).

Outra questão levantada é a possibilidade de uso de *softwares* para a coleta de dados, construção de arquivos e posterior a análise dos dados encontrados. No caso da etnografia – seja qual for a modalidade – demanda o registro dos diversos processos vividos pelo

pesquisador em diários de campo, *online* e *offline*. Pois, o ato de anotar e gravar as buscas realizadas em diferentes pastas e arquivos faz parte do desempenho organizacional de qualquer pesquisa dessa natureza. A viabilidade do uso de tecnologias facilita não apenas registros e recortes que podem ser salvos em pastas digitais, como a posterior análise dos dados coletados, que devem sempre ser lidos à luz das articulações entre as relações dos fatos sociais diagnosticados e o referencial teórico da pesquisa. Se na internet tudo potencialmente são dados, Ferras e Alves (2017, p. 24) consideram tornar-se impossível

[...] o desenvolvimento desta modalidade de etnografia de qualidade séria e consistente, caso não haja entre a análise dos dados, as devidas convergências e associações com as teorias aplicadas aos estudos científicos desenvolvidos pela etnografia tradicional e seus desdobramentos nas análises culturais no campo redes *online*.

Cabe aqui ressaltar que no âmbito das pesquisas de Comunicação, o uso de *softwares* vem sendo utilizado nos estudos de recepção já há algumas décadas. A partir de uma complexa estratégia multimetodológica, *Vivendo com a telenovela: mediações, recepção, teleficcionalidade* (LOPES *et al.* 2002) contou o uso do software *WinMax* para o tratamento dos dados coletados, o que foi feito a partir de diferentes etapas, transcrição, tabulação e análise. Já naquele momento, atentas ao grande volume de dados gerado pela adoção de um protocolo multimetodológico, as autoras optaram pelo uso da tecnologia em um momento em que ela mal se instalava:

Havia plena consciência de que a estratégia multimetodológica – de integração/combinção de técnicas – aplicada ao trabalho de campo produziria um rico material, atendendo à complexidade do modelo teórico das mediações. Por outro lado, sabíamos que isso geraria um material volumoso que exigiria grandes esforços para racionalizar o processo de seu preparo para análise. Resolvemos equacionar esse processo através de dois procedimentos: transcrição de todos os instrumentos aplicados no trabalho de campo e categorização do material através do *software WinMax* (p. 62).

Mais recentemente, a tese de Pereira (2020), que fez uma releitura e atualização multimetodológica do clássico livro para o atual contexto comunicacional das novas mídias e narrativas transmídia, também se valeu do uso de um *software* para tratamento dos dados coletados, o *Maxqda Analytics Pro 2018* – que permitiu explorar diversas possibilidades de uso da ferramenta e contribuir para investigações futuras equiparáveis. Além desses exemplos, outros podem ser encontrados na literatura dos estudos de recepção e mesmo sobre metodologia na Comunicação, entre os quais, citamos o recente trabalho de Sifuentes *et al.*

(2021), onde se utilizou o *software* de análise qualitativa *Iramuteq* para análise das entrevistas realizadas junto a audiências da reprise de *Laços de Família*, e a tese de Freire (2015) sobre método de monitoramento de redes sociais, em que a autora discute algumas técnicas de mineração de banco dados para conteúdos gerados por fãs de telenovelas na internet, entre os quais está o uso de *softwares* para análises qualitativas e quantitativas.

Não pretendemos aqui elaborar um estado dar arte – algo que sequer daríamos conta nesse momento –, mas apontar para confluências e demandas comuns que podem fomentar intercâmbios. No âmbito do diálogo com pesquisas etnográficas, todavia, é importante ressaltar que as potencialidades abertas pelo uso de ferramentas digitais inovadoras não bastam para contornar a construção de relacionamentos de longo prazo, proposta essencial da pesquisa etnográfica.

7.4 Estudos em plataformas e etnografia multissituada: um diálogo possível

7.4.1 Adentrando o tema

Outro diálogo possível entre a Comunicação e a Antropologia reside nos estudos de plataforma, que atualmente têm chamado atenção de diferentes pesquisadores no campo da Antropologia¹⁸¹ e tem sido, inclusive, ponto de encontro com as obras de JMB¹⁸² e também com estudos de recepção¹⁸³.

O interesse em atrelar práticas de pesquisa *online* ao fenômeno da “plataformização” é justificado por Gonçalves (2020) a partir do argumento das possibilidades fecundas que podem surgir desse encontro entre a teoria antropológica e os estudos sobre plataforma – não somente para pesquisas que partam dos ambientes digitais. Segundo ele, olhar para as plataformas digitais não é somente perceber novos espaços de comunicação e/ou sociabilidades, mas infraestruturas que configuram e também modulam modos vida, percepções do real, organizações sociais – mesmo porque os algoritmos ocupam, via de regra, um lugar central para as sociedades atuais.

Atento às possíveis inflexões que os processos de plataformação podem provocar nas práticas etnográficas, o autor entende plataformas *online* como uma arquitetura planejada para

¹⁸¹ Ver Gonçalves (2020); Cárdenas (2020), Vieira Júnior (2020); Santos (2020); Dolcemascolo e Dughera (2020).

¹⁸² Ver Cárdenas (2020); Vieira Júnior (2020).

¹⁸³ Vieira Júnior (2020).

organizar diferentes interações entre usuários. Sendo, portanto, uma estrutura cujo objetivo é controlar e dimensionar o fluxo de dados a partir de modelos de negócios particulares, a diferença das atuais plataformas tradicionais em relação às atuais redes sociais digitais está no fato de que estas modulam as práticas e as relações de seus usuários por meio da coleta sistemática de dados, oferecendo serviços personalizados com base em monitoramentos e prognósticos comportamentais – ao contrário do extinto Orkut que, apesar de, à época, possuir algum grau de mediação nas sociabilidades em rede, acabou perdendo espaço para o Facebook por sua incapacidade de trabalhar a partir dos rastros deixados por usuários. Por esse motivo, o autor considera que são três as principais características das plataformas: 1) o intercâmbio de dados entre plataformas por meio das Interfaces de Programação de Aplicações (API, em inglês), que diz respeito a um modo de estruturação de programas computacionais que possibilita sua interoperacionalidade com outros sistemas e, com isso, viabiliza de fato um cenário plataformizado; 2) a centralização/descentralização dos fluxos de fornecimento e produção de dados; 3) e por fim, o trabalho algorítmico individualizado. Juntas, essas características dão forma a um modelo de plataforma que promove um novo sentido ao que conhecíamos por internet:

Enquanto se saudava a grande abertura democrática promovida pela web 2.0 em torno das noções de “cultura participativa” (JENKINS 2006), “sabedoria das multidões” e “inteligência coletiva” (D'ANDRÉA 2020: p. 9), as fronteiras entre o público e privado eram cada vez mais dissipadas. Embora na primeira década dos anos 2000 a internet fosse vista enquanto espaço potencial de democratização popular, seja no acesso à informação ou na promoção de relações em nível global, esse cenário se inverte uma década depois, principalmente após o escândalo da Cambridge Analytica, evento cuja notoriedade global colocou ainda mais no centro da discussão os possíveis efeitos de um mundo plataformizado. Portanto, os estudos de plataforma surgem por volta de 2010, num cenário de virada crítica “da sedutora retórica da colaboração sobre a qual a chamada web 2.0 se constituiu” (D'ANDRÉA 2020: p. 7) e buscam articular as dimensões técnicas, políticas e econômicas desse fenômeno (Ibidem, p. 6).

Com efeito, o alto grau de vigilância e exposição em relação ao conteúdo gerado ou consumido na internet fez de metadados e dados quase uma moeda regular de troca para que nós, cidadãos comuns, possamos pagar pelos serviços de comunicação (VAN DIJCK, 2014). Mesmo após as revelações de Snowden, que alertaram sobre o “compartilhamento” de nossas informações pessoais por parte dos proprietários das plataformas, a prática já rotineira de termos nossos dados vendidos a terceiros para fins de marketing personalizado em troca de serviços gratuitos parece ter entrado para a normalidade da vida cotidiana. Diante a atual

conjuntura, a dataficação tem transformado o comportamento social e se tornado um novo paradigma para o entendimento dessa recente forma de viver e estar no mundo que produz e aglomera informações sobre nós. Ainda assim, o caráter social dessas transformações demandam o lançamento de um olhar que vá além de uma pura interpretação tecnicista, afinal, dados são produzidos e interpretados por seres humanos¹⁸⁴. Advém daí a necessidade da Antropologia¹⁸⁵ desenvolver sua própria relação com o que tem sido chamado de Big Data – uma vasta quantidade de informações que estão cada vez mais interligadas em rede.

Seja como for, a emergência da plataforma como modelo econômico e infraestrutural dominante da web torna cada vez mais urgente a necessidade de se refletir acerca dos atuais atravessamentos da vida em sociedade por essas estruturas, seja de forma direta ou indireta. A plataformização da vida, isto é, a atual forma como as plataformas têm atuado e se inserido em diferentes níveis, camadas e esferas da vida social faz refletir como essas estruturas regulam não somente nossas práticas *online*, mas boa parte de nossas vidas cotidianas:

Uber e Google Maps para deslocamentos urbanos; Spotify, YouTube e Deezer para consumo de músicas ou podcasts; Tinder, Grindr, Pitanga entre outros para encontros afetivo-sexuais; Airbnb, para aluguel temporário de quartos ou imóveis; Amazon para fazer compras; Skoob para organizar leituras; Netflix, Amazon Prime, HBO Go para o consumo de filmes e séries. Também é importante ressaltar que as empresas com atuação tradicional no espectro do entretenimento se adaptam a esse cenário, como nos mostram os dois últimos exemplos (GONÇALVES, 2020, p. 7).

Como temos enfatizado até aqui, portanto, as mais recentes evoluções tecnológicas vêm modificando o modo como o ser humano se relaciona em sociedade. Se, por um lado, as transformações da tecnologia permitem um acesso cada vez maior às redes de computadores, por outro, a expansão do ciberespaço cria condições para que novos saberes sejam desenvolvidos, seja por meio de aplicativos, *sites* ou programas (MARTINO, 2014).

Um bom exemplo disso é o fenômeno das redes sociais digitais porque, agora articuladas com as mídias digitais, cobrem um leque de agrupamentos sociais *online* a todo tipo de atividade e se caracterizam pela existência de laços firmados a partir de interesses comuns (Ibidem). Nesse novo cenário, a possibilidade de formação de todo tipo de agrupamento para troca de ideias, informações e materiais gera não somente uma interação

¹⁸⁴ Essa perspectiva pode ser lida em Harari (2016); Van Djick (2014) e Hartley (2016).

¹⁸⁵ Para Horst e Miller (2012), já não é mais possível à disciplina ignorar essas novas formas de conhecimento e investigação, sob o risco de sucumbir a mais uma versão da exclusão digital.

entre os participantes – no sentido de que podem compartilhar conhecimentos – mas também um engajamento em questões políticas, sociais e culturais:

Aliás, a possibilidade de participar das redes *online* a partir de dispositivos portáteis, como celulares e *tablets*, de alguma maneira permite a transposição contínua das barreiras entre “mundo físico” e “mundo *online*”, em grau de complementaridade entre as interações nas redes sociais digitais e àquelas desenvolvidas *offline*. Na medida em que as ações nas redes sociais *online* e na vida cotidiana se articulam de maneira cada vez mais próxima, os fatores políticos, sociais e econômicos podem ganhar em relevância (Ibidem, p. 58).

Vale ressaltar, todavia, que estudos de plataformas não necessariamente precisam ser realizados em contextos *online*, dado que os diversos atravessamentos, nem sempre visíveis, dessas estruturas em nossa vida incluem inúmeras camadas e dimensões sociais (GONCALVES, 2020). Como exemplo, temos os acessórios vestíveis, tais como relógios que apreendem os modos corporais diários de seus usuários e fazem trabalhos de datificação do corpo, são utilizados por empresas como formas de planejamento de serviços, de triagem de clientes desejáveis e até de engajamento com diferentes setores públicos e privados. Nesse cenário, a antropólogos e comunicólogos não deve interessar necessariamente o que sejam algoritmos, mas o que eles fazem e o que nós fazemos com eles.

7.4.2 Novos campos, novas práticas

No âmbito prático do desenvolvimento de pesquisas, a internet pode facilitar as relações com os sujeitos pesquisados. A partir de mapeamento de trabalhos anteriores¹⁸⁶, Gonçalves (2020) chama atenção para as possibilidades de desenvolvimento de *relações mais íntimas* em comparação às experiências “físicas” de pesquisas, *principalmente* quando se trata de *questões mais delicadas* e que envolvem a esfera da família, da intimidade, da sexualidade e das relações amorosas – algo pode vir à tona na internet logo nos primeiros minutos de conversa. Além da facilidade de *abertura emocional*, a possibilidade de existência de um campo pré-circunscrito oferece ao pesquisador o acesso a hábitos, narrativas e dados antes mesmo de sua inserção em campo.

Para além do debate acerca da necessidade da especificidade da Antropologia Digital, uma discussão imperativa diz respeito às especificidades dos meios e das plataformas digitais através das quais emergem distintas formas de socialidade. É preciso, então, refletir sobre

¹⁸⁶ Dantas (2011); Facioli (2013) e Ávila (2014).

algumas questões, como a escolha da (s) plataforma (s) a ser (em) usada (a), os motivos para tal escolha, a viabilidade do uso de determinada plataforma na pesquisa no que toca à familiaridade com ela tanto pela parte do pesquisador quanto pelos participantes, e as especificidades de seu uso na pesquisa. Uma vez que *cada plataforma* possui uma *dinâmica social* própria – o que inclui tipos específicos de interação, de conteúdo, de expressão dos sentimentos e diferentes maneiras de ser e estar – é preciso que se busque os sentidos e práticas atribuídos pelos grupos estudados tal como seria feito em uma interação face a face (FARIA, 2020).

Como estudos anteriores têm demonstrado¹⁸⁷, cada plataforma possui limites e potencialidades que devem ser levadas em conta em uma investigação. Enquanto o Facebook, por exemplo, pode ser mais propício a diálogos de maior envergadura por ser geralmente composto por uma rede de familiares e amigos mais próximos, justamente esta característica pode o limitar enquanto espaço de exposição de relatos mais íntimos e pessoais (GONÇALVES, 2020). Já Twitter e Tumblr, resguardadas suas particularidades, são ambientes que oferecem possibilidades de anonimato e oferecem possibilidades de usos diferenciados.

Cárdenas (2020) chama atenção para as possibilidades que as plataformas possuem de construir uma estufa de dados e de gerar um aprendizado contínuo. No seu caso, ele destaca que o WhatsApp e o Messenger foram as plataformas utilizadas, enquanto o celular e o computador, os artefatos. Em seu percurso etnográfico feito em diferentes ambientes, o pesquisador optou, em um primeiro momento, por reconstruir as bios digitais de seus interlocutores usando o WhatsApp por algumas semanas para depois começar com entrevistas via Zoom e Google Meet. Essa estratégia se justificou em função da má qualidade da internet dos jovens, que dificultava fazer uma videochamada. Diante disso, o pesquisador fazia perguntas escritas, que poderiam ser respondidas de forma escrita ou por mensagens de voz:

O resultado preliminar é que respondem de forma síncrona –no momento– ou de forma assíncrona – quando querem e têm tempo–. Entre as estratégias de exposição estão fotografias digitais de seus celulares, emojis, adesivos e áudios. Isso não é apenas anedótico, mas faz parte da reconstrução sociodigital de suas trajetórias de vida, tão importante quanto a verbal ou a escrita para contar suas experiências digitais e educacionais, pois no mundo digital a escrita não é hegemônica (JMB 2002). Além disso, tanto essa forma quanto a abordagem com ferramentas híbridas mostram que o enfrentamento colaborativo da experiência etnográfica permite localizar a agência compartilhada (LASEN; PUENTE 2016) dos universitários contemporâneos

¹⁸⁷ Gonçalves (2020); Cárdenas (2020); Santos (2020).

como uma característica de apropriação da tecnologia digital (Cárdenas, 2020, p. 6, tradução nossa¹⁸⁸).

Daí que além de plataformas não serem neutras, é importante refletir como a opção por uma ou outra pode ter influência nos resultados da pesquisa. Até porque, um estudo de recepção feito na internet que não considere as estruturas e as dimensões da plataformização, tende a ignorar os efeitos reais dessas experiências, de modo a suprimir questões importantes. Neste caminho, a pesquisa em diferentes ambientes traria o benefício de dar acesso aos mundos da vida dos sujeitos estudados a partir de diferentes aspectos, conexões e associações.

Os diferentes fluxos abertos pela internet – que permitem às pessoas circularem por diferentes sites, plataformas e ambientes – propicia à pesquisa *online* um caráter essencialmente multissituado, tal como proposto por Marcus (2001, 2004). Tal opção demanda a imersão em múltiplos locais de investigação e desafia o trabalho de campo clássico ao impor ao pesquisador que ele siga cadeias, trajetórias e fios que se ligam a determinada problemática. Inclui, ainda, traçar conjunções e justaposições das situações encontradas, de modo a estabelecer conexões entre elas.

No tocante a essa abordagem, Gonçalves (2020) defende que os estudos de plataforma e as práticas etnográficas devem caminhar juntos para que se possa ter uma melhor compreensão dos processos de mudança social. Essa postura não apenas o faz aproximar-se da *Comunicação* como propor um diálogo que sirva de ponte entre o projeto multilocal de Marcus, capaz de lançar luz sobre a relação entre os processos globais e os contextos locais, e as esferas do trabalho etnográfico plataformizado.

Também tomada por essa linha de raciocínio, Santos (2020) faz um relato da metodologia do trabalho de campo feito no Tinder. Envolve a problemáticas características da contemporaneidade – tais como a fragmentação de culturas e o aspecto mais cosmopolita dos lugares – a pesquisadora narra que em diferentes momentos da pesquisa sentiu a necessidade de migrar por entre plataformas, transitando entre comunicações *online* e *offline*. Justamente o deparar-se com as especificidades de um estudo feito no Tinder a fez repensar alguns aspectos

¹⁸⁸ No original: “El resultado preliminar es que contestan de forma sincrónica –al momento– o asincrónica – cuando quieren y tienen tiempo–. Entre las estrategias de exposición incluyen fotografías digitales de sus celulares, emojis, stickers y audios. Esto no es solo anecdótico, más bien forma parte de la reconstrucción sociodigital de sus trayectorias de vida, tan importante como lo verbal o lo escrito para contar sus experiencias digitales y educativas, pues en lo digital la escritura no es hegemónica (JMB 2002). Además, tanto esa forma como el acercamiento con herramientas híbridas muestra que enfrentar colaborativamente la experiencia etnográfica permite ubicar la agencia compartida (LASÉN; PUENTE 2016) de jóvenes universitarias/os contemporáneos como un rasgo de apropiación de la tecnología digital”.

da clássica pesquisa de campo proposta por Malinowski¹⁸⁹, composta por “formas e normas” essenciais, entre os quais, a necessidade de um “enfático e vigoroso estar lá”.

Segundo a pesquisadora, a nova arquitetura digital formada ao longo da última década não apenas acentuou a interconexão entre os ambientes *online* e *offline* no nosso cotidiano, como tornou possível a proliferação de redes sociais digitais tais como conhecemos hoje – que passaram de redes que inicialmente buscavam agregar uma comunidade de usuários para um modelo que foi incorporado por grandes empresas que operam negócios complexos e articulam sistemas algorítmicos à coleta, categorização, entrecruzamento e venda de dados pessoais dos usuários.

Habitamos hoje um ecossistema que “passou de uma comunicação em rede para uma sociedade modelada por plataformas, e de uma cultura participativa para uma verdadeira cultura da conectividade” (DIJCK 2016: p. 12, tradução livre da autora). A conectividade, enquanto infraestrutura global fortificada pela interatividade das tecnologias digitais, retroalimenta a “sociedade em rede” e ocupa lugar cada vez mais central nas nossas relações cotidianas (SANTOS, 2020, p. 3).

É nesse cenário multilocalizado – que relaciona vários contextos e escalas de pesquisa e demanda reflexões e atualizações de procedimentos metodológicos, técnicos e éticos – que a autora situa seu estudo etnográfico. Alguns desafios do campo e experimentações narradas permite-nos antever os artifícios usados para a imersão em uma plataforma digital da qual a própria pesquisadora já era “nativa”, bem como trazer à baila alguns deslizamentos entre os ambientes o *online* e o *offline*¹⁹⁰ que marcaram o desenho metodológico de sua pesquisa que, em grande medida, está relacionado aos modos de fazer próprios dos usos dos aplicativos.

Um primeiro ponto que chama atenção é o fato de que a pesquisadora já era usuária do Tinder antes de iniciar sua pesquisa naquele ambiente. Aliás, foi justamente essa condição de usuária da plataforma que desencadeou sua percepção de que aquele era um possível campo de estudos. Decorre desse tipo de relação entre pesquisador e objeto que as vivências e considerações feitas acabam sendo permeadas também pelo seu olhar “nativo”, o que não necessariamente seja um problema, desde que o desenvolvimento da pesquisa seja associado

¹⁸⁹ Em termos gerais, a leitura da obra de Malinowski (1978) aponta como objetivo da pesquisa etnográfica a compreensão da constituição tribal e de seus fenômenos culturais a fim de se definir padrões, regularidades relevantes e leis gerais –, o que resultará em material científico.

¹⁹⁰ A pesquisadora chama atenção para a importância do rompimento da distinção dicotômica desses dois ambientes, de modo que se considere suas especificidades e seus pontos de continuação (SANTOS, 2020).

ao esforço do distanciamento reflexivo que requer a análise antropológica. Sobre essa questão, a pesquisadora ressalta:

O “estranhamento” necessário à análise feito neste trabalho, como propôs Velho (1981) ao avaliar as categorias distância e objetividade na pesquisa antropológica feita em locais de familiaridade, longe de ser um ato de exotismo ou de distanciamento radical, é a constatação da amplitude destas realidades, que são muito mais complexas que as histórias que vivenciei. Logo, o esforço é o de “confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações” (VELHO 1981: p. 13), pontos de vistas que ali se desenrolam; os meus, os das pessoas com quem interagi, os de outros atores que compuseram aqueles cenários (SANTOS, 2020, p. 5, aspas originais).

A *transição* entre os atos de um pesquisador já nativo em seu objeto e o exercício da alteridade *não* pode ser algo *radical*. Como, no caso da autora, o ambiente estudado era de busca de relacionamentos – afetivos, sexuais, amorosos – ela optou por colocar em seu perfil sua identificação como pesquisadora das ciências sociais que tinha interesse em histórias e experiências encontradas ali. Além disso, na tentativa de se dessensibilizar da familiaridade com a plataforma e transformar o familiar em algo novo, ela adotou como estratégia o experimento de novas formas de uso, como o ato de curtir o máximo de perfis possíveis e passar a utilizar o aplicativo em sua terra natal¹⁹¹, algo que nunca havia lhe ocorrido justamente porque ali ela não sentia a necessidade de estar em um aplicativo de relacionamento para explorar o lugar ou estabelecer novas relações – o que acabou lhe rendendo o estranhamento inicial e até uma entrevista presencial.

Também a partir de uma etnografia digital multissituada, Cárdenas (2020) buscou apreender diferentes situações universitárias que ligam os jovens às práticas e os conhecimentos de universitários durante a quarentena – e que se diferenciavam radicalmente da experiência física em sala de aula. Seu objetivo era conhecer as condições emocionais e materiais desses jovens que passaram a frequentar a faculdade em casa – seus usos e apropriações dos artefatos culturais para se conectar às diferentes plataformas digitais – e captar as situações universitárias e rotinas que emergiram durante o confinamento.

Desde o primeiro momento do trabalho etnográfico, o autor relata que buscou localizar as experiências universitárias de homens e mulheres de diversas auto-atribuições de gênero, regiões e etnicidade. Debruçar sobre esse universo permitiu-lhe evidenciar algo que já

¹⁹¹ Uma vez que, em seu relato, Santos (2020) afirma que o uso do Tinder se deu num contexto em que estava morando em outra cidade e, por isso, sentiu a necessidade de, enquanto forasteira, ampliar seu círculo de relações.

acontecera antes da pandemia, mas que não era tão visível assim: o acesso desigual à infraestrutura tecnológica vivenciado na América Latina pelas comunidades universitárias, como já mencionamos anteriormente.

A impossibilidade de fazer observação participante de forma síncrona, isto é, face a face, o levou a optar por observar a atuação dos jovens no *Facebook* e no *Twitter*. Essa onipresença possibilitada pelas plataformas o conectou com as experiências dos jovens nas comunidades por onde eles navegam e com os *usos estratégicos* de cada plataforma. Ali, ele também pôde observar a troca de informações pessoais, lúdicas, acadêmicas, afetivas e muitas outras manifestações culturais digitais juvenis. A observação nessas diferentes plataformas o permitiu experimentá-las qualitativamente como *arquivos vivos* (CÁRDENAS, 2020) para a mineração de dados, já que tais plataformas permitem a escavação de dados anteriores hospedados nos diferentes perfis dos usuários. Além disso, a possibilidade de fazer perguntas específicas aos usuários o ajudou a construir dados no presente a partir de interações. Essas estratégias tornaram-se possíveis em função de um *guarda-chuva metodológico* qualitativo, flexível e experimental – que pode inspirar muitas pesquisas.

7.5 Consentimento e ética na pesquisa *online*

Uma das características da etnografia é a reflexão sobre o papel do pesquisador – seja sobre seus níveis de *engajamento* e *interação* com os grupos estudados, ou no que tange a questões *éticas*. Por isso, tão importante quanto a(s) plataforma(s) a ser (em) usada (s), as tecnologias digitais estudadas ou a utilização de ferramentas para o tratamento de dados é a reflexão do pesquisador sobre sua imersão e as relações estabelecidas em campo com seus interlocutores (FRAGOSO, RECUERO & AMARAL, 2011).

No que tange ao debate sobre preocupações éticas na internet, vimos que Miller (2020) argumenta que, em muitos aspectos, tais preocupações se aproximam de uma situação *offline*. Até porque, assim como acontece nas relações de pesquisa face a face, o pesquisador que observa a partir da internet também está desenvolvendo amizades e relacionamentos e tentando fazer com que as pessoas entendam quem é você e o motivo de você estar ali.

Também como acontece no *offline*¹⁹², nem sempre é possível ao pesquisador apresentar ao grupo estudado o formulário de consentimento, afinal, o envolvimento com muitas pessoas e a possibilidade de aprender com pessoas e situações não previstas, que inviabilizam um

¹⁹² Como acontece com pesquisas em *pubs*, por exemplo.

consentimento formal, não podem ser limitadores da pesquisa. Nesses casos, a autor argumenta que não há nada errado em trazer questões fomentadas pelo diálogo com tais interlocutores, desde que mantido o anonimato e que, dentro das possibilidades, o pesquisador dê a seu interlocutor um panorama do que está fazendo.

A omissão dos nomes dos informantes na divulgação dos resultados do trabalho etnográfico também deve sempre considerar o teor das pesquisas (FRAGOSO, RECUERO & AMARAL, 2011). O estudo de temas sensíveis ou tópicos polêmicos – como gênero, sexualidade, faixa etária ou mesmo o tipo de grupo estudado –, que podem ser prejudiciais à vida e à imagem dos informantes, precisa ser avaliado caso a caso pelo pesquisador. Nestes casos, deve-se prezar por critérios que garantam a privacidade dos informantes.

Olhada dessa maneira, a situação até pode parecer relativamente “simples” e passível de ser contornada sem muitos esforços, mas como veremos a seguir a partir de exemplos práticos vivenciados em pesquisas feitas na internet, a vivência em campo e as diferentes situações encontradas pelos pesquisadores revelam a complexidade por trás do estudo com pessoas e tornam as discussões a que agora nos propomos mais do que importantes, são necessárias.

7.5.1 Tipos de imersão e suas respectivas questões éticas

No âmbito da inserção do pesquisador durante a pesquisa na internet, duas são as maneiras de imersão: a primeira é a partir de uma prática denominada *lurking*¹⁹³, que significa “ficar à espreita”, na qual o pesquisador (*lurker*) não se manifesta e nem interage com o grupo observado – limitando-se somente a observar o grupo e interferindo o mínimo possível nas práticas observadas. Em oposição está o pesquisador *insider*, que tem como característica sua proximidade com seus interlocutores (PEREIRA & MENDES, 2020).

Dada a necessidade da etnografia feita na internet em buscar compreender o interlocutor do ciberespaço, é importante que o pesquisador explicita a forma de sua entrada em campo, isto é, se a observação é participante, e se há ou não interação com os grupos pesquisados. Entra aqui também a discussão sobre a *opacidade* dos limites entre o que é público e o privado, daquilo que pode ou não ser revelado por uma pesquisa na internet em uma investigação de nível mais micro. Afinal, se no que toca à extração de grandes volumes de dados, o conflito ético em relação ao acesso aos dados de milhões de pessoas parece sempre evidente; é preciso ter o mesmo cuidado com pesquisas menores – isto é, perfis em redes

¹⁹³ Segundo as autoras, *lurking* refere-se ao ato de entrar em fóruns, comunidades *online*, listas de discussão, etc. apenas como observador, isto é, sem participação ativa (FRAGOSO, RECUERO & AMARAL, 2011).

sociais digitais, canais produtores – em que, na maioria das vezes, quem é assistido sequer sabe da existência da pesquisa (DOLCEMASCOLO & DUGHERA, 2020).

Seja como for, a inserção do pesquisador como *lurker* ou como *insider* traz implicações positivas e negativas à pesquisa, que devem ser consideradas. É justamente sobre isso que discorreremos nas linhas que se seguem.

7.5.2 Dilemas de um observador oculto: o pesquisador *lurker*

Em seu estudo de recepção da transexualidade nas mídias digitais, Vieira Júnior (2020) descreve seus procedimentos de imersão em plataformas *online*, refletindo sobre a prática e o comportamento do antropólogo enquanto *observador oculto digital*. No seu relato sobre como foi proceder durante quatro anos em um campo *online*, bem como seus artefatos de pesquisa, o pesquisador pondera sobre um momento em que a Antropologia tem sido instigada etnicamente e desafiada teórico-metodologicamente em direção às tramas do digital.

Como fontes para entender a transexualidade, o autor utilizou os comentários de matérias sobre o tema no Portal Globo.com¹⁹⁴ e outros comentários, postagens e compartilhamentos de dois grupos da rede social digital Facebook. Sua observação imersiva teve como recorte temporal o período que compreende 2015 a 2018, de modo a contemplar uma linha temporal bastante longa e complexa, já característica do trabalho antropológico – o que demandou do pesquisador *prints*, colagens e criação de arquivos com as observações do autor.

Durante grande parte de sua pesquisa, o autor acessou diariamente o Portal mantendo-o aberto no computador o dia todo (da hora que acordava até a hora de dormir) – o que lhe rendeu a maior parte das matérias coletadas. Outras eram mapeadas em links e *posts* do Facebook. Nesse percurso, ele se deparou com uma série de desafios tanto na coleta como na organização dos dados – dada a imensidão de comentários, postagens e matérias, bem como a falta de contato físico direto, que gerava dúvida sobre a interpretação dos comentários. Para contornar a situação, o autor recorreu a uma espécie de método de seleção garimpagem de dados (Ibidem) – tanto das postagens e dos comentários, como das matérias e grupos – que eram filtrados de acordo com os parâmetros e as variáveis da pesquisa.

¹⁹⁴A escolha se deu pelo fato desse portal ser uma das cinco plataformas mais acessadas do Brasil, atrás apenas do Google.com.br, YouTube.com, Google.com e Facebook.com.

No Facebook, o pesquisador optou pelo estudo de dois grupos contrapostos, o Transgente e o Hetero/orgulho¹⁹⁵, que proporcionaram novas formas de recepção e de interação com os conteúdos e temáticas. Já o acesso a outros grupos e páginas veio por compartilhamento de postagens que circularam nos grupos que compuseram a análise e que, advindos de outras páginas, formaram uma teia digital em torno daquela temática e um circuito de sociabilidade dos usuários.

Se, de um lado, os grupos do Facebook são espaços de ricos e intensos debates sobre diferentes identidades, movimentos, formas de resistência, questões políticas, etc., por outro, ali também emergem movimentos com ideais radicais e fundamentalistas¹⁹⁶, que atualmente dão voz a todo tipo de grupos e comunidades – até mesmo os que não aceitam o “Outro” em virtude de valores como classe, raça, nacionalidade e gênero. Nesses espaços, o controle das postagens, muitas vezes, sobrepõe as regras do próprio Facebook – o que foi observado por Vieira Júnior (2020) no grupo Hetero/orgulho no que toca a postagens sobre partidos de esquerda, feminismo e LGBTQAI+ – ambiente em que as regras internas flexibilizam temas banidos pelo Facebook, como a tolerância à violência:

Não é propriamente uma luta pela heterossexualidade e sim um combate de tudo que problematiza a heterossexualidade, ou seja, é um grupo contra as lutas igualitárias. É uma valorização de “ser hetero” que somente acontece a partir da desvalorização daqueles que não são. Assim, há no grupo uma supervalorização do masculino e a exaltação do homem; contrapondo com uma desvalorização da mulher e do feminino (Ibidem, p. 15, parênteses originais).

Em função desse contexto de hostilidade e repulsa ao diferente, o antropólogo optou pela imersão *observante obstrutiva* (KOZINETZ, 2006 *apud* VIEIRA JÚNIOR, 2020), que permite uma observação minuciosa e a coleta de comentários na internet sem a interação com as pessoas que o fizeram. Esse tipo de imersão é favorecido pelo aumento da popularidade das redes sociais digitais, que trazem a possibilidade do pesquisador se “esconder” e “participar invisivelmente” a partir da invisibilidade da tela existente entre o pesquisador e o pesquisado. Sobre o assunto, o autor destaca:

¹⁹⁵ O Transgente é um grupo público do Facebook que traz como pauta a luta pelos direitos das pessoas transgêneras. Já o Hetero/Orgulho é um grupo fechado na mesma plataforma voltado a um público hetero que se contrapõe a movimentos feministas, LGBT e aos partidos de esquerda. Um fato essencial na escolha dos grupos foi a particularidade de um combater e outro lutar pela transexualidade. A opção pelo estudo dos grupos veio no sentido a “amplificar a percepção da recepção da transexualidade a partir do Portal Globo.com” (VIEIRA JÚNIOR, 2020, p.12).

¹⁹⁶ Entendidos por Ferraz e Alves (2017, p.7) como “fragmentos das representações digitais da sociedade contemporânea”.

Vale dizer que essa imersão que não interage com os sujeitos não é uma prática que as mídias digitais trouxeram ou que se mostra uma exclusividade delas, ou ainda, que não exista outra possibilidade com imersão interativa nelas. Já que, a observação na espreita pode ser realizada também de forma off-line como, por exemplo, um antropólogo como observador “invisível” analisando as dinâmicas de consumo numa praça de alimentação (Ibidem, p. 19).

Entretanto, no caso das mídias digitais, a presença da tela mediando o pesquisador, que pode estar oculto, e o pesquisado, que pode desconhecer o fato de estar sendo observado, faz com que haja o questionamento se essa observação sem interação é, de fato, uma observação etnográfica, ao menos no sentido tradicional. Essa indagação levou o pesquisador a situar seu estudo como antropológico, e não etnográfico, sem que isso desmerecesse uma ou outra abordagem.

Seja como for, esse tipo de *observação oculta* impõe a reflexão sobre questões éticas na pesquisa e devem ser feitas a partir da particularidade de cada pesquisa. No caso de Vieira Júnior (2020), sua inserção no grupo do Hetero/orgulho só foi possível porque o pesquisador criou um perfil feminino *fake*, com a foto de uma conhecida que consentiu o uso¹⁹⁷. A partir desse perfil, ele manteve sua observação da dinâmica do grupo, porém sem interação. Isso o levou a problematizar o perfil *fake* a partir de suas intenções de uso, que podem servir tanto para más intenções – como manipulação a opinião pública, propagação preconceitos e violência, ou difusão de notícias falsas – como para boas intenções, como a viabilização de pesquisas que não poderiam ser feitas de outra maneira.

A *imersão* nas mídias digitais oferece ao pesquisador a *possibilidade* de interagir ou não com o pesquisado – a partir de postagens, comentários, fóruns, mensagens privadas no bate-papo. Nesse contexto, descrever e detalhar o exercício da observação é fundamental. Mais importante do que problematizar se a ocultação do pesquisador num tipo de “imersão não interativa” pode ou não ser considerada uma etnografia é perceber a *potencialidade* desse tipo de abordagem para o entendimento de certas dinâmicas culturais da internet, o que tem suas vantagens e desvantagens. Segundo o autor:

Uma abordagem sem interação com os sujeitos pesquisados me possibilitou alguns questionamentos quando estive imerso como *lurker*: Será que como pesquisador estou realmente invisível? Ou o meu perfil estando ali no grupo e assim poderia ser descoberto? Se o antropólogo na praça de alimentação

¹⁹⁷ Como seu perfil no Facebook era totalmente contrário as políticas do grupo, em um primeiro momento, o pesquisador criou um perfil masculino *fake* com a foto consentida de um amigo, mas que foi negado pelos moderadores do grupo.

pode se camuflar como consumidor, poderia o mesmo se camuflar como membro de um grupo na rede social? Existem limites de estar camuflado off-line ou estar camuflado online? Lembrando que o online é complemento do off-line e vice-versa. A imersão oculta é mais vantajosa que a imersão interativa? (Ibidem, p. 19).

No caso da pesquisa sobre transexualidade, estar naquele ambiente escondido a partir de um perfil *fake* foi o que lhe garantiu a possibilidade de atuar como pesquisador. Ainda assim, a questão ética de sua inserção se deu nos termos de que, mesmo camuflado, o pesquisador não se valeu de seu conhecimento das dinâmicas internas do grupo para desqualificar, denunciar ou vaziar dados. Além disso, o autor considera que prezar por sua ocultação no grupo o permitiu observar as dinâmicas internas sem o risco de mudanças de comportamento por parte das pessoas diante a presença de um pesquisador, o que lhe proporcionou uma observação mais neutra em relação aos pesquisados.

Uma desvantagem, todavia, desse tipo de inserção em campo é o fato de que, mesmo quando não se identifica como pesquisador, as interações com os informantes – seja a partir de uma simples pergunta ou até de um comentário – pode interferir na espontaneidade da dinâmica do grupo estudado. Além do mais, o estabelecimento de diálogo na tentativa de aprofundar uma opinião feita numa postagem pode não somente gerar um cenário de desconfiança por parte dos membros, como induzir a uma reflexão ou a uma mudança de posicionamento.

Seja como for, Vieira Júnior (2020) considera que a *interação* é o melhor *caminho* para a checagem de dados com os membros do grupo e conseqüente refinamento dos sentidos sociais apreendidos – o que dá maior legitimidade e credibilidade à pesquisa. Ainda assim, *é possível* ter interação mesmo a partir da “imersão oculta”, haja vista que – mesmo “não interagindo” com os pesquisados – o pesquisador pode captar a interação deles e identificar os *sentidos sociais* atribuídos por determinado grupo, levantar o modo como pensam. Por esta via, *as vozes* dos observados se farão presentes nas postagens, curtidas, comentários.

Outro ponto importante é a necessidade de atenção às formas de linguagem próprias do *online*, que não deixam de ser expressões das subjetividades de seus usuários – seus sentimentos e emoções. Neste sentido, esse conjunto de *linguagens* específicas do digital – como o ato de dar um “amei” ou uma “curtida” em comentários ou postagens – são recursos que não somente constituem diferentes *práticas discursivas*, como produzem *sentidos sociais* e *políticos* que podem ser captados pelo pesquisador. Mediado por uma tela digital, o pesquisador oculto pode ver comentários, postagens, curtidas e diálogos serem estabelecidos

em “tempo real”, ou até presenciar o crescimento gradual de número de compartilhamentos e comentários que podem ser printados ou posteriormente conferidos, já que ficam registrados – ainda que temporariamente.

Isso nos faz recordar a recomendação de Pereira e Mendes (2020), para quem observar uma discussão ou um grupo na internet – seja a partir de um site ou de redes sociais digitais – demanda da parte do pesquisador que este esteja atento não somente a textos escritos, mas também *emoticons*, imagens e até links publicados. Afinal, estes detalhes característicos da etnografia *online* permitem ao pesquisador ter acesso a um panorama mais amplo da pesquisa e adensam, assim, sua busca por compreender o interlocutor do ciberespaço.

7.5.3 Imersão e consentimento: diferentes perspectivas sobre um mesmo assunto

Assim como uma interação silenciosa, a abordagem interativa oferece diferentes benefícios e limitações para uma pesquisa etnográfica. Cientes de que, além de permitir a tentativa de reconstrução da percepção do lugar a partir de diferentes percepções e significações de seus usuários, uma imersão interativa dá acesso a *caminhos* que somente podem ser acessados a partir da troca de *solidariedade* entre pesquisador e pesquisados, para as linhas que se seguem buscaremos refletir sobre questões inspiradas por esse tipo de *imersão* a partir de três práticas de pesquisa¹⁹⁸ em que os investigadores (*insiders*) buscaram se fazer conhecidos, mas que apontam para diferentes *nuances* da imersão e dos *dilemas* sobre consentimento.

Para começar, um exemplo de imersão inversamente diferente de Vieira Júnior (2020) foi feito por Cárdenas (2020) em seu já mencionado estudo sobre jovens universitários da UMAR em regime de estudo remoto. Atento às *questões éticas* que envolvem pesquisas sobre pessoas, o pesquisador situou as experiências juvenis compartilhadas como parte de um *acordo prévio*, fruto de consentimento de jovens de diversos gêneros, etnias e semestres. Distante de uma perspectiva que maneja pessoas como dados estatísticos, o pesquisador buscou destacar trajetórias, origens e identificações que se entrelaçam às situações compartilhadas das comunidades universitárias – o que só foi possível a partir de um contato digital *intenso* com seus interlocutores, já anteriormente conhecidos.

Nestes termos, ao situar a condição juvenil e a posição universitária como denominador comum, o pesquisador pôde apontar para diferentes experiências que se desenrolaram no período do isolamento e que o direcionaram a refletir sobre possíveis transições sócio-digitais.

¹⁹⁸ Uma vivenciada por Cárdenas (2020) e duas por Monaco (2020).

Sua posição como professor que, desde o início do confinamento, manteve relações universitárias com seus alunos em diferentes plataformas foi fundamental para a exploração de uma multiplicidade de experiências que o ajudaram a compreender as mudanças nas formas de sociabilidade, nas relações familiares e em muitas outras práticas sócio-digitais vivenciadas por aqueles estudantes durante a fase de isolamento.

Outro fator importante que sua imersão consentida possibilitou foi a atenção especial que dedicou às possibilidades de conexão de cada pessoa – o que o levou a uma constante experimentação pelas melhores formas de se aproximar de cada jovem e de suas apropriações situadas. Como resultado do conhecimento prévio de seus interlocutores e de sua sensibilidade ao lidar com a pesquisa, a imersão em campo de Cárdenas como pesquisador *insider* se deu nos termos de um cenário de intensos *diálogos* e *trocas* de informações consentidas, onde o maior desafio foi o acesso à internet. Mas quais os dilemas podem ser encontrados em campo quando os grupos estudados não são conhecidos?

Ainda no bojo das questões sobre imersão e consentimento, um importante debate sobre questões éticas nas práticas de pesquisa etnográfica foi trazido por Monaco (2020). Com objetivo de propor reflexões éticas e metodológicas para pesquisas feitas na internet, a autora abordou duas situações de pesquisa experimentadas por ela em momentos distintos – ambas em grupos do Facebook – que a levaram à questão do consentimento para a realização de pesquisas *online*.

A primeira experiência da autora (2015-2016) residiu em uma pesquisa sobre o *fisiculturismo feminino*. Com vistas a apreender acerca das práticas culturais bem como os sentidos atribuídos à prática, a antropóloga se valeu de uma estratégia multimetodológica que abarcou abordagem etnográfica, por meio de entrevistas semi-estruturadas com sete atletas; observação do treino técnico de duas atletas – incluindo entrevista com seu treinador; e realização de observação participante em dois eventos do esporte. Além disso, ela observou a interação das atletas, fãs e aspirantes a atletas em ambientes digitais, com ênfase no Facebook – espaço propício para compartilhamento de notícias, vídeos, fotos e conversas informais sobre dicas de treino e de dieta.

A segunda experiência etnográfica foi uma pesquisa sobre *ativismo bissexual* realizada em 2019 junto a um coletivo bissexual de São Paulo, ao qual a autora se refere pelo pseudônimo de “Coletivo B”, que tem como característica sua forte atuação pela internet. O grupo tem uma página pública e um grupo fechado no Facebook, além de um blog.

O grupo do Facebook é composto não apenas por integrantes do coletivo, mas por alguns milhares de membros espalhados pelo Brasil. Nele, discutem-se aspectos da bissexualidade, experiências de vida, processos de aceitação, violências e preconceitos sofridos, além de desejos sexuais e afetivos. Ademais, os membros se organizam politicamente em torno da bissexualidade, criando mobilizações e ações de ativismo no meio digital, que extrapolam para outras plataformas e ferramentas de comunicação, como o aplicativo de mensagens WhatsApp, organização de eventos e atos presenciais (MONACO, 2020, p. 4).

Ao contrário do que aconteceu com a pesquisa sobre fisiculturismo, contudo, o processo de negociação com o “Coletivo B” foi conturbado e levantou uma série de questões sobre *ética e consentimento* da pesquisa antropológica em meios digitais, seus limites e possibilidades. Para contornar a recusa dos interlocutores à participação na pesquisa, a autora precisou recorrer a entrevistas com pessoas ligadas ao movimento e à observação participante em um evento presencial. Além disso, ela precisou limitar a etnografia digital a ambientes que permitissem sua presença e a adensar os dados sobre os usos dos grupos por seus membros a partir de entrevistas em profundidade com membros participantes do coletivo.

Se, de um lado, a observação etnográfica com as fisiculturistas demonstrou que as mesmas utilizavam o digital não somente para socialização, mas também como ferramenta capaz de reunir informações sobre o esporte e fazer circular dicas sobre dietas, técnicas de moldagem do corpo, ganho de massa muscular e perda de gordura corporal, de outro, o grupo do *ativismo bissexual* demonstrou ser um espaço de *afirmação identitária e vivência cotidiana*, onde muitos dos membros sentiam que podiam ser eles mesmos, se abrir, falar de suas vivências e suas dúvidas sem sofrerem preconceitos ou serem julgados. Residia justamente aí a recusa de muitos por uma pesquisadora no grupo, uma vez que sua presença os deixava menos confortáveis para se abrir e expor suas angústias. Diante esses dois posicionamentos drásticos em relação à pesquisa em grupos do Facebook, Monaco (2020, p. 13) ressalta a importância de pensar acerca da *heterogeneidade* e dos usos locais da internet:

A partir do exposto até aqui, é evidente que a aproximação com o campo, no caso do grupo de ativismo bissexual, foi muito conturbada se comparada à mesma situação nos grupos de fisiculturismo. É essa diferença entre reações – de um lado positivas ou desinteressadas e, de outro, negativas e até mesmo agressivas – que acho particularmente curiosa. Essa diferença tem origem nos diferentes usos e sentidos atribuídos às mídias digitais pelos dois grupos. Importa lembrar que a internet ou o digital não são homogêneos, mas, ao contrário, são inventados localmente pelos seus usuários (...).

Isso faz refletir sobre a *não mecanicidade* da pesquisa na internet, uma vez que não se trata simplesmente de replicar procedimentos já conhecidos – até porque, como demonstraram

essas duas experiências, o próprio acesso ao campo pode ter como diferença fundamental a *visão* dos sujeitos acerca dos espaços digitais aos quais estão inseridos. Mesmo se tratando da mesma plataforma, no caso o Facebook, e da mesma ferramenta, isto é, os grupos, os espaços que ali emergem são distintos e requerem um olhar e um modo de pesquisa a partir de suas especificidades, evidenciando que *não* é o Facebook que determina os *usos* e os *sentidos* que são atribuídos àquele espaço, e sim os próprios *sujeitos* – a partir de suas práticas cotidianas, seus diferentes usos, relações sociais e as dinâmicas internas imaginadas e vividas naquele espaço.

Além disso, chama atenção para o fato de que, sejam digitais ou analógicos, os *sentidos* atribuídos aos espaços são sempre *heterogêneos* – de modo que há divergências no interior de um mesmo grupo. No caso da pesquisa entre os membros do grupo bissexual, isso ficou visível pela disparidade entre os representantes do coletivo, criador e moderador do grupo – que, almejando a visibilidade das pautas bissexuais e seus espaços, não viram problema na realização das pesquisas – e os membros do grupo, que reagiram de diferentes maneiras: houve quem elogiou, quem se ofendeu com a possibilidade de realização da pesquisa, e outros, ainda, que simplesmente não se manifestaram sobre o assunto.

Seja como for, o que de mais importante se extrai desse debate são questões relativas ao *consentimento* em uma pesquisa etnográfica. Afinal, seria o consentimento da liderança o suficiente para a realização da pesquisa? Quem, afinal, tem o direito de *permitir* ou *recusar* a participação na pesquisa antropológica? A pesquisadora vai ainda mais longe e nos faz *indagar* a quem pertencem os espaços digitais: aos criadores, isto é, empresas como o Facebook ou mesmo os administradores de páginas e grupos, ou às pessoas que constroem e vivenciam aqueles espaços cotidianamente? Sobre essas questões, a autora argumenta:

Sabe-se que o percurso no campo não depende só do antropólogo ou antropóloga, por ser demarcado e delimitado por itinerários aceitos pelos interlocutores da pesquisa (SILVA 2009); entretanto, as definições desses limites não têm contornos rígidos e homogêneos, pois os próprios grupos estudados são diversos e repletos de disputas internas. Essas questões colocam a pesquisadora em uma posição ambígua, de decidir qual consentimento “vale” ou é suficiente, uma vez que me foi sugerido por uma liderança do coletivo que continuasse a proposta de pesquisa, mesmo sem o consentimento das pessoas que reagiram à minha publicação (Ibidem, p. 15).

Apesar de não haver uma resposta *pronta e universal*, a *solução* adotada foi a construção de uma pesquisa feita em conjunto com os sujeitos que se dispuseram ajudar dentro dos limites das negociações. Essa *postura* chama atenção para a necessidade de

negociação com os sujeitos da pesquisa, de modo a garantir que também eles tenham algo a dizer sobre a *narrativa* que será construída e que diz respeito às *suas vidas*. Afinal, uma vez que a relação entre pesquisadora e pesquisados na prática etnográfica é desigual e assimétrica, haja vista que o pesquisador tem sempre a palavra final, isto é, seu texto – oferecer essa possibilidade é, assim, uma na forma de dar uma visibilidade positiva que respeite seus interesses, seus próprios termos e suas ponderações sobre os aspectos éticos da pesquisa (Ibidem).

No tocante a essa questão, a autora recorda que o Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga (ABA, 2012) prevê às populações pesquisadas o direito de serem informadas sobre a natureza da pesquisa e de se recusarem a participar. No âmbito de uma pesquisa feita em um grupo com milhares de pessoas, todavia, é impossível garantir que todos visualizem, compreendam a proposta e natureza da pesquisa e concedam, de maneira expressa, seu consentimento. Nessa situação, é preciso ter em mente que calar-se *não* significa necessariamente consentir.

Apesar de não dar uma solução *definitiva* ao problema, algo que sequer seria possível, as situações narradas pela autora oferecem *pistas* de como lidar com os conflitos e as problemáticas com as quais todo pesquisador pode se deparar ao realizar uma pesquisa em ambiente *online*. É preciso ter em mente que a própria presença do pesquisador pode afetar não somente a dinâmica desses espaços, como a percepção de tais espaços por seus membros. A experiência de Monaco com a pesquisa sobre os bissexuais, onde sua presença foi vista como uma ameaça para parte dos integrantes do grupo, é um lembrete das *implicações éticas* por trás do *consentimento*, e que pode ter diferentes nuances:

Dito de outro modo, é necessário levar a sério o direito dos grupos estudados de se recusar a participar de uma pesquisa antropológica. Por isso, pesquisas em ambientes digitais, em especial aqueles com grande fluxo de pessoas, colocam importantes desafios sobre ética e consentimento na pesquisa antropológica (Ibidem, p. 17-18).

Além disso, uma vez que não é possível em um trabalho de campo separar as *fronteiras* que demarcam vida e pesquisa – visto que as próprias mídias digitais são, muitas vezes, parte importante da vida de muitas pessoas, incluindo pesquisadores – a reflexão sobre os modos como os dados são construídos na relação com os sujeitos se faz ainda mais *fundamental*. Ainda, é preciso reconhecer que o olhar e as experiências, analógicas ou digitais, do pesquisador sobre os dados apontam para uma perspectiva parcial e situada, e não um conhecimento universal.

Se o trabalho etnográfico envolve sempre um processo de descrição e tradução, senão de uma língua para outra, ao menos dos sentidos de práticas, no bojo de pesquisas realizadas no interior do idioma ou da cultura do pesquisador (Ibidem), alguma forma de *tradução* torna-se necessária para o entendimento das relações e dos significados atribuídos por determinado grupo em seu contexto e também em diálogo com o contexto das reflexões acadêmicas.

Esse desafio, argumenta, inclui traduzir e descrever expressões e relações sem subordiná-las às nossas categorias. Seja como for, cabe aqui a reflexão trazida por Miller (2020), para quem – mais do que questionários, formulários e comitês de ética, a ética da pesquisa está na *sensibilidade* do pesquisador em relação à situação em que se está inserido. Buscar *entender* o que a população com a qual se trabalha entende por *ofensa*, por *privacidade* e quais as *preocupações* e *assuntos delicados* a eles deve ser mais importante do que a burocracia. Isto porque, fundamentalmente, a questão ética na pesquisa é sobre não ofender e não prejudicar as pessoas e que é adotada como norte.

EIXO 3 – DEPOIS DO CAMPO, A ESCRITA

CAPÍTULO 8 – A ESCRITA, O TEMPO E O “OUTRO”: A RELAÇÃO *SUJEITO E OBJETO* COMO QUESTÃO DE *TEMPORALIDADE*

É pelo diagnóstico do discurso temporal da antropologia que se redescobre o óbvio, ou seja, que não há conhecimento sobre o Outro que não seja também um ato temporal, histórico, político (FABIAN, 2013, p. 40).

8.1 Adentrando o debate

A chegada ao campo é fase crucial para toda pesquisa que lance mão de uma perspectiva etnográfica – mesmo para aquelas cujo campo não é necessariamente um campo convencional, como é o caso de pesquisas feitas na internet. Todavia, uma vez passado o momento da definição e construção do objeto teórico e do encontro com o objeto empírico no campo – é hora de pôr em ordem o que encontrou em campo e de abrir sua leitura a um público que não *esteve lá*. Esse momento traz desafios de fundo para todo pesquisador, entre os quais está o modo como o “Outro” foi construído na pesquisa, sob o risco de ser naturalizado, excluído do diálogo e até rebaixado pelo etnocentrismo do pesquisador.

O ato de transcrever informações em forma de monografia basicamente consiste em estruturar e compartilhar o conhecimento acumulado a partir da interação com o “Outro”. Esse momento se dá pela estruturação não somente dos dados observados, mas da revisão bibliográfica de pesquisas sobre o tema, do grupo selecionado e da análise das entrevistas e dos discursos ali estabelecidos. Em alguns casos, podem ser utilizados documentos históricos, estudos de imagens ou outros recursos que o pesquisador julgar necessário para a produção dos dados empíricos e coletados. Seja como for, é fundamental ter dados iniciais suficientes que possibilitem uma reanálise, descrevendo o método como *artesanal*, *minucioso* e *microscópico* (PEIRANO, 1995).

Uma vez que o momento da escrita é também um retorno à teoria, neste capítulo, buscaremos estabelecer as bases para um encontro com o “Outro” feito de modo consciente, não positivista e comunicativo. Para tanto, traremos à baila um diálogo possível entre a mediação *temporalidade* e as questões epistemológicas que envolvem a relação entre o investigador e seu interlocutor, principalmente no atual cenário de reconfigurações sociais e acadêmicas.

Os movimentos sociais mais amplos reverberaram sobremaneira no contexto intelectual e tiveram um forte impacto nas pesquisas acadêmicas. No caso da Antropologia, tal movimento resultou numa mudança de entendimento da própria disciplina, que passa a não ser mais definida como a ciência dos “Outros” não ocidentais, “mas como uma disciplina baseada no trabalho de campo contínuo e intersubjetivo” (FABIAN, 2013, p. 24).

Ora, dada a versatilidade metodológica da prática etnográfica – que vem sendo fundamental para o estudo de diferentes fenômenos sociais – é possível afirmar que tais *transformações* ocorridas no âmbito da Antropologia impõem desafios também para pesquisadores de *diferentes áreas*, na medida em que resultou na mudança do estatuto do “Outro”, chamando atenção para o risco do uso opressivo do *tempo* e da *negação* do “Outro”, a partir de uma perspectiva temporal coetânea¹⁹⁹. Deste modo, mesmo no âmbito de outras disciplinas, como a *Comunicação*, uma pesquisa que se pretende valer do método etnográfico deve necessariamente ter em mente a conexão direta entre a teoria e a práxis etnográfica, em que a relação com o “Outro” é algo inerente a este tipo de pesquisa, que parte da alteridade. Aqui, interessa-nos especialmente as questões que envolvem o que, direta ou indiretamente, há de *tempo* na relação entre *Sujeito* e *Objeto*.

A assunção de que o real não ocorre de modo externo ao indivíduo e que a realidade é construída a partir de cada um de nós, bem como da percepção que temos sobre nós mesmos, são fundamentais as reflexões sobre o lugar do pesquisador na pesquisa e a relação com o “Outro” que ele mesmo produz. O risco histórico do discurso alocrônico, que suspende a voz autobiográfica e cria um *distanciamento temporal* entre o eu pesquisador e o “Outro” pesquisado, é por si um argumento mais que potente para a defesa de uma relação dialógica entre o investigador e o objeto.

Refletir sobre a contemporaneidade de nossas práticas não-contemporâneas e desenvolver uma visão de campo enquanto *práxis* intersubjetiva é, assim, o principal desafio nesse momento, que julgamos crucial para qualquer pesquisa de campo. Afinal, não sendo a realidade suscetível de apreensão imediata, sua reprodução exige do pesquisador atividades intelectuais complexas, porque “o importante não é o que se vê, mas o que se vê com método, pois o investigador pode ver muito e identificar pouco e pode ver apenas o que confirma suas concepções” (LOPES, 2003b, p. 143).

Todo diálogo com a pesquisa etnográfica demanda, portanto, o entendimento da base *epistemológica* que constitui a disciplina, e que se relaciona inteiramente com certo olhar, ou

¹⁹⁹ Nesta perspectiva, é como se o Tempo do sujeito fosse diferente do Tempo do Objeto (FABIAN, 2013). Voltaremos a essa questão adiante.

ainda, certo enfoque que consiste no estudo do homem inteiro, em todas as sociedades, sob todas as latitudes, em todos os seus estados e em todas as suas épocas (LAPLANTINE, 2003). Fundamental é entender que só pode ser considerada como antropológica a abordagem integrativa que leve em consideração as múltiplas dimensões do homem em sociedade. Nas palavras desse autor:

A abordagem antropológica provoca, assim, uma verdadeira revolução epistemológica, que começa por uma revolução do olhar. Ela implica um descentramento radical, uma ruptura com a ideia de que existe um “centro do mundo”, e, correlativamente, uma ampliação do saber e uma mutação de si mesmo. Como escreve Roger Batisde em sua *Anatomia de André Gide*: “Eu sou mil possíveis em mim, mas não posso me resignar a querer apenas um deles” (p. 13-14, aspas originais).

Se a função da teoria, enquanto parte constitutiva do processo metodológico, é ser o meio de ruptura epistemológica diante das pré-noções do senso comum²⁰⁰, fundamental se faz refletir a cerca de que “Outro” estamos falando; dos modos como *construímos* as relações na prática de campo e do modo como fazemos a *leitura* de tais práticas, do que resultará na *escrita* do trabalho final. Como se sabe, a *temporalidade etnográfica* impõe-se não somente do ponto de vista gramatical, mas também político e epistemológico²⁰¹. Resulta daí a importância de um corpo sistemático de enunciados e de uma formulação conceitual que não se descole do processo concreto da pesquisa.

Justamente o que desse debate se extrai requer não o abandono do campo da *Comunicação*, mas sua desterritorialização, isto é, um movimento para além dos limites que demarcam o campo, rumo às fronteiras e vizinhanças, e às topografias que desenham “*um novo mapa de problemas* em que caiba a questão dos sujeitos e das temporalidades sociais, isto é, a trama de modernidade, descontinuidades e transformações do *sensorium* que gravitam em torno dos processos de constituição dos discursos e dos gêneros nos quais se faz a comunicação coletiva” (JMB, 2004, p. 213, grifos do autor).

²⁰⁰ Cf. Lopes (2003b).

²⁰¹ Cf. Fabian (2013).

8.2 Sobre Tempo e Temporalidade

Antes de iluminarmos questões relacionadas à relação do tempo antropológico com a *temporalidade* em JMB, julgamos importante retomar brevemente a mediação da *temporalidade* a partir de alguns fundamentos das noções de tempo. Ao propor a *temporalidade* como mediação, JMB chama atenção para a crise da experiência moderna do tempo (LOPES, 2018), manifestada a partir da transformação profunda da estrutura temporal, no culto ao presente, no enfraquecimento da relação histórica com o passado e na confusão dos tempos que acaba nos prendendo à simultaneidade do sempre atual.

Atentos ao debate, Rocha e Roche (2019) apresentam uma discussão sobre o tempo enquanto conceito teórico e filosófico. Indo do pensamento teológico de Santo Agostinho, para quem o homem é tanto responsável pela construção do tempo como pela ação deste mesmo tempo, à teoria crítica de Walter Benjamin²⁰², que permitiu a JMB chegar a uma visão qualitativa do tempo que difere da concepção linear e qualitativa do tempo presente na modernidade, os autores fazem um apanhado que procura refletir acerca da construção histórica do tempo. Interessa-nos, contudo, algumas articulações que permitem refletir sobre *tempo e temporalidade*.

No texto, os autores traçam um *mosaico* do pensamento de tempo e temporalidade do qual bebe JMB, e que permite perceber diferentes articulações. Do pensamento de Paul Ricoeur²⁰³, o filósofo resgatou a noção de tempo que é atravessada por uma relação de internalização do indivíduo; de Williams, o autor extraiu a mistura entre o arcaico, o residual e o emergente, além da ideia de que a diacronia surge como possibilidade de interpretação das práticas sociais que expressam as diferenças culturais na contemporaneidade. Já de Benjamin²⁰⁴, é possível perceber luzes do debate que faz sobre a heterogeneidade da América Latina, com os seus des-tempos e des-memórias além das ideias do filósofo alemão sobre a modernidade, a fim de refletir sobre nossas próprias experiências urbanas:

²⁰² Uma das críticas de Benjamin está na crença do progresso e na busca obsessiva pelo futuro.

²⁰³ Que faz uma tripartição do presente, a través da relação entre tempo e narrativa e seu pensamento hermenêutico.

²⁰⁴ Em relação a este último autor, suas contribuições foram fundamentais para que JMB pudesse refletir sobre as mudanças que ocorrem em nossas grandes cidades em função do acelerado processo de urbanização, bem como o destaque dos jovens nesse novo cenário. Isso porque Benjamin propôs uma leitura não linear do progresso, além de trazer importantes apontamentos acerca da relação dinâmica existente entre inovação e sedimentação, continuidade e descontinuidade.

As noções de tempo desenvolvidas por Paul Ricoeur, a crítica de Walter Benjamin ao tempo vazio e homogêneo, a percepção da coexistência de temporalidades expressas nas topologias do arcaico, residual e emergente em Williams e em algumas outras, que não foram expostas diretamente neste texto, contribuiu para a construção do edifício teórico a partir do qual JMB levantou, pouco a pouco, a proposta de seus mapas, numa constante cartografia da heterogênea modernidade latino-americana (ROCHA & ROCHE, 2019, p. 81, tradução nossa²⁰⁵).

A articulação de tais contribuições teóricas permitiu a JMB refletir sobre dois fatores fundadores para a noção de modernidade como experiência: o primeiro é a consideração de que a modernidade não é resultado direto da modernização *econômica*, mas um emaranhado paradoxal que une múltiplas dinâmicas e mediações – econômicas, sociais, políticas, técnicas, culturais. O segundo diz respeito à constatação de esgotamento do imaginário populista e desenvolvimentista segundo o qual a modernização é entendida como “superação” definitiva do “atraso”. Não sem causa, todas essas categorias se fizeram presentes nas análises de JMB acerca das narrativas televisivas, em especial a telenovela.

Interessante nesse percurso é o fato de que, ao partirem de Santo Agostinho para pensar questões sobre *Tempo e Temporalidade*, Rocha e Roche (2019) sinalizam para uma questão importante para nossa proposta, que é justamente a passagem do tempo sagrado ao secular – e suas consequências para o entendimento das mudanças sociais e das diferentes relações com o tempo que lhes dão fundo. Na tradição judaico-cristã, o Tempo foi concebido como instrumento linear de uma história sagrada e celebrado a partir de uma sequência de eventos específicos²⁰⁶.

Já a noção de “Tempo Universal” possivelmente se estabeleceu de maneira concreta na Renascença, “em resposta tanto à filosofia clássica como aos desafios cognitivos apresentados pela era das descobertas que se abriu na esteira da circunavegação da Terra” (FABIAN, 2013, p. 40). No entanto, há boas razões para se buscar progressos decisivos na era iluminista, visto que foi nesse período que uma importante barreira foi quebrada: a escrita da história universal sob o ponto de vista cristão.

²⁰⁵ No original: “Las nociones de tiempo desarrolladas por Paul Ricoeur, la crítica al tiempo vacío y homogéneo de Walter Benjamin, la percepción de la coexistencia de temporalidades expresadas en las topologías de arcaico, residual y emergente en Williams y en algunas otras, que no fueron directamente expuestas en este texto, contribuyeron a la construcción del edificio teórico a partir del cual JMB levantó, poco a poco, la propuesta de sus mapas, en una constante cartografía de la heterogénea modernidad latinoamericana”.

²⁰⁶ Tal perspectiva entra em contraste com as visões pagãs, que, tomando o Tempo a partir de ciclos, encontram nele um eterno retorno (FABIAN, 2013).

A secularização do Tempo do século XVIII adiante e a emergência da noção de ciência – do homem, para o homem e pelo homem – resultou na queda das pesquisas religiosas e na concepção da viagem como ciência²⁰⁷. Tais fatores tiveram influência nos primeiros projetos da Antropologia, dado que, a substituição do mito cristão pelo “mito-história da razão” e a transformação da passagem crucial do homem na Terra por meio de *viagens* marcaram as muitas expressões de mudança citadas sobre a transformação do Tempo, tendo relação direta com o projeto antropológico de encontro com o “Outro”:

Na tradição cristã, as passagens terrenas do Salvador e dos santos foram percebidas como eventos constituintes de uma história sagrada. Para ser exato, isso havia originado muitas viagens a terras estrangeiras, na forma de peregrinações, cruzadas e missões. Mas, para a burguesia estabelecida no século XVIII, as viagens se tornariam (ao menos potencialmente) fonte do conhecimento “filosófico” e secular de todo homem. A viagem religiosa tinha sido *para* os centros de religião, ou *para* salvação das almas; agora, a viagem secular se dava *dos* centros de conhecimento e poder para lugares onde o homem nada encontraria além de si mesmo (Ibidem, p. 43-44).

O progresso como uma crença imbatível dessa sociedade se firmou como uma necessidade de sempre olhar para frente, nunca para trás. Como consequência, a história passa a ser concebida como um processo de melhoria contínua da humanidade: o horizonte sobre o qual se olha é o futuro e os homens estão constante processo de projeção, planejamento, tanto no que tange ao campo de experiência como no que veem como horizonte de expectativa:

Diante disso, as reflexões e críticas de Benjamin buscam uma explicação para a modernidade como fenômeno único e espaço aberto para que o passado seja concebido como fundamentado no presente e como chave de interpretação social. Em outras palavras, a modernidade não é o resultado linear e inelutável na cultura do que significa modernização socioeconômica, mas sim a intersecção de múltiplas temporalidades e mediações sociais, técnicas, políticas e culturais (ROCHA & ROCHE, 2019, p. 65, tradução nossa²⁰⁸).

²⁰⁷ Cf. Fabian (2013).

²⁰⁸ No original: “Frente a eso, las reflexiones y la crítica de Benjamin buscan una explicación para la modernidad como un fenómeno único y abren espacio para que se conciba el pasado como fundado en el presente y como clave para la interpretación social. En otras palabras, la modernidad no es el resultado lineal e ineluctable en la cultura de lo que significa la modernización socio-económica, y sí más bien el entrecruzamiento de múltiples temporalidades y mediaciones sociales, técnicas, políticas y culturales”.

Chama atenção a distinção e também a relação entre *Tempo* e *Temporalidade*: enquanto o Tempo é entendido como conceito, isto é, uma noção criada socialmente para dar conta das transformações pelas quais passa a sociedade, a *Temporalidade* é tida como a experiência com o Tempo (Ibidem). Outra questão importante é a existência, de um lado, de diferentes tipos conceituais de tempo – tempo histórico, tempo antropológico, tempo circular – e, de outro, de diferentes temporalidades que, sendo múltiplas, podem ser entendidas tanto a partir do ponto de vista individual quanto da coletividade.

Ora, se diversos são os tempos dos quais podemos falar: os tempos da vida cotidiana, os tempos das cidades, os tempos de guerra, os tempos do virtual, do audiovisual, entre muitos outros (RINCÓN, 2019²⁰⁹), a despeito da diversidade dos tempos existentes e das infinitas temporalidades da história que hoje habitamos interessam-nos especialmente as questões que envolvem o tempo antropológico e a *temporalidade* como conformação de intersubjetividade e de estabelecimento de alteridade.

8.3 A *Temporalidade* em e a partir de Jesús Martín-Barbero

8.3.1 *Temporalidade*, mestiçagens e América Latina

Desde meados dos anos 1980, a modernidade na América Latina tem sido pensada por JMB a partir da heterogeneidade de *temporalidades* das práticas que constituem a sociedade e seus povos. A reflexão e o debate sobre o tempo visam dar conta das discontinuidades culturais que diversificam a modernidade na América Latina, onde as tradições resistem e as contradições são sentidas nas diferentes práticas sociais. Desta forma, ressitando os *conflitos* articulados pela cultura a partir *mestiçagens* que nos tecem e dos *anacronismos* que nos sustentam, o autor chama atenção para a *temporalidade social* como o tempo da cotidianidade, que começa e acaba para recomeçar, diferindo-se do tempo produtivo, valorizado pelo capital, que é o tempo que “transcorre” e é medido em unidades contáveis. Ao remeter a *temporalidade social* à repetição e a repetição ao rito, o que se tem é uma aproximação antropológica importante para essa mediação, que é chave para a América Latina.

Talvez um ponto crucial quando se trata de entender as múltiplas temporalidades presentes na América Latina seja a indagação dos modos como fomos inseridos e como nos apropriamos da modernidade, isto é, não pela cultura letrada, isto é, pelo livro, mas pelas

²⁰⁹ Texto feito a partir do argumento de JMB e da interpretação livre de Omar Rincón.

mãos secundárias do rádio e da televisão. Tal reconhecimento requer a ruptura com a lógica segundo a qual nossas sociedades são exteriores ao processo de modernidade:

A noção de pluralidade como descentramento da modernidade latino-americana traz consigo a demanda por uma compreensão profunda do que se trata essa heterogeneidade e o que ela implica, o cruzamento de memórias longas com imaginários instantâneos. Uma travessia concebível se considerarmos a perspectiva do palimpsesto, a compreensão de um passado que se extingue constantemente, mas que reaparece persistentemente, ainda que atenuado, nas entrelinhas pelas quais se escreve o presente. Para JMB, somente com essa perspectiva poderemos compreender a miscigenação como uma verdade cultural da América Latina (Rocha & Roche, p. 70, tradução nossa²¹⁰).

Diferente de um pensamento que reduz a modernização ao progresso e ganho de capital – e que acusa como irracional todas as diferenças que não se adaptam à sua visão de desenvolvimento e de sequência temporal linear – JMB se volta para a capacidade que a América Latina tem de justamente perturbar essa ordem temporizadora linear e sequencial, que é fruto do progresso modernizador. Há, em sua proposta, uma premissa *híbrida* (Ibidem), que articula a crítica à noção de tempo constitutivo da modernidade com imaginários diversos que descortinam significados tidos como arcaicos no âmbito do surgimento de tecnologias culturais sofisticadas.

A mediação *temporalidade* apareceu pela primeira vez na obra de JMB na primeira edição do clássico *Dos meios às mediações* (1987). Denominada *temporalidade social*, ela ajudava a refletir sobre os modos como os destinatários recebiam e se comunicavam a partir dos conteúdos midiáticos, sobretudo a televisão que, naquele contexto, figurava como mediação de ponta tanto nos processos de inovação tecnológica, como no que tange à transformação dos comportamentos. Naquele momento, a mediação correspondia às diferentes formas de organização dos tempos da televisão, que tinham por base os tempos – subjetivos e produtivos – da vida cotidiana, chamando a atenção para a circularidade e para a fragmentação do dia.

²¹⁰ No original: “La noción de pluralidad como descentramiento de la modernidad latinoamericana trae consigo la exigencia de que se comprenda a fondo de qué se trata esa heterogeneidad y lo que ella implica, el cruce de memorias largas con imaginarios de instantaneidad. Un cruce pensable si consideramos la perspectiva del palimpsesto, la comprensión de un pasado constantemente apagado, pero que resurge persistentemente, aunque atenuado, en las entre-líneas por las que se escribe el presente. Para JMB solamente con esa perspectiva seremos capaces de comprender el mestizaje como verdad cultural de América Latina”.

Na quinta edição espanhola de *Ofício de Cartógrafo* (2004), contudo, JMB apresenta um novo mapa, que se consolida como modelo teórico: o mapa das matrizes comunicativas da cultura (ROCHA & ROCHE, 2019). Nele, o filósofo estabiliza uma proposta consistente no que tange à heterogeneidade das temporalidades – que implica que a *temporalidade* já não mais aparece como mediação específica, mas como uma *mediação transversal* que permeia todas as outras.

O autor acredita que, na América Latina, as *novas* tecnologias de comunicação introduziram a *contemporaneidade* entre o tempo de sua produção nos países ricos e pobres e o tempo de consumo em nossos países pobres. Sob esta lógica, o que a contemporaneidade oculta é a *não-contemporaneidade* entre tecnologias e usos, bem como entre objetos e práticas desde as quais esses produtos são vistos e consumidos pela maioria das pessoas:

Minha hipótese é que na América Latina a imposição acelerada dessas tecnologias aprofunda o processo de esquizofrenia entre a máscara de modernização que a pressão dos interesses transnacionais realiza e as possibilidades reais de apropriação e identificação cultural. Informatizem-se ou morram, nos gritam as transnacionais e seus sequazes de dentro. E, mais uma vez, em nome de outros deuses não menos interessados que os antigos – o capital em crise necessita vitalmente descentralizar o consumo informático –, nos vemos obrigados a nos deixar civilizar, modernizar, a nos deixar salvar (JMB, 2004, p. 179).

Ora, tais preocupações com a atualização da reflexão sobre tempo e temporalidades são sintomáticas do crescimento da cultura digital e do estabelecimento da *virtualidade* como sistema de interação midiática e social a partir do final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Nesse cenário, JMB defende uma nova concepção de tempo, que ele chama de tempo-agora, e que conecta o passado com o futuro.

A *temporalidade* como eixo do *mapa* mais recente de JMB é reveladora de um cenário em que jovens tornam-se protagonistas dos atuais deslocamentos políticos e culturais vivenciados na sociedade globalizada. As mudanças profundas que instauram uma ruptura com a concepção hegemônica de tempo fazem o autor debruçar-se sobre novas relações com os sentidos atribuídos ao tempo e ao espaço, sobretudo no *atual cenário* de migrações e conectividade, de fluxos de pessoas e de imagens. Daí emerge seu interesse sobre a realidade de um mundo complexo e heterogêneo percebido a partir dos *jovens*, cujas experiências e aprendizados são menos fundados na dependência dos adultos, e mais na exploração que os “jovens habitantes do novo mundo tecnocultural fazem da visão, da audição, do tato ou da velocidade” (JMB, 2004, p. 334).

Todas essas questões trouxeram mudanças de fundo para se pensar acerca dos novos sentidos de tempo na América Latina: da ruptura da noção de um tempo progressivo ao vislumbamento de um outro tempo, capaz de combinar retornos, sequências, pausas e continuidades (ROCHA & ROCHE, 2019), o que se antevê é a necessidade de *novos olhares* sobre questões de *tempo* que nos interpelam e nos remetem sempre ao encontro com o nosso tempo e tempo do “Outro”. Refletir sobre a relação com esse “Outro” é, assim, um importante desafio.

8.4 O tempo antropológico e a relação com o “Outro”²¹¹

Mesmo no âmbito do discurso antropológico existem diferentes formas de conceituação do Tempo que inspiram diferentes pensamentos e discursos – e apontam para o quão complicado o tema pode ser. Para fins deste debate, buscaremos refletir sobre o *perigo* do pensamento que coloca a *diferença* como *distância* e que impede a imanência da prática etnográfica vigilante quanto à construção de seus objetos.

Fabian (2013) propõe questões epistemológicas importantes a respeito da construção do objeto antropológico. Sua perspectiva crítica revelou como historicamente a construção do “Outro” foi realizada às custas da manipulação da temporalidade, seja pela forma como o tempo é percebido nas diferentes sociedades humanas, quanto no que tange às suas implicações recíprocas. Ao questionar o uso esquizofrênico do tempo nas pesquisas etnográficas, demonstra como o principal mecanismo para o estranhamento antropológico não foi o afastamento espacial do antropólogo em relação aos seus “Outros”, e sim o afastamento temporal²¹². Afinal, ao “Outro” foi negada uma perspectiva temporal coetânea, de tal modo que há uma separação entre o Tempo do sujeito e o Tempo do objeto – com o adendo de que o Tempo do “Outro” é um não-Tempo.

Há nessa forma de produção de conhecimento uma contradição fundamental: afinal, se a pesquisa de campo que dá base à Antropologia tem como fundamento uma prolongada *interação* com o “Outro”, a construção do conhecimento sobre esse “Outro” é comumente

²¹¹ Não somente a Antropologia, como qualquer outro discurso científico, envolve inevitavelmente a *temporalização*. Isso implica dizer que devemos, necessariamente, expressar todo conhecimento obtido de um objeto em termos de categorização temporal. Por esta via, uma vez que “o Tempo está envolvido em qualquer relação possível entre o discurso antropológico e seus referentes” (FABIAN, 2013, p.64), ele se torna categoria-chave diante da relação entre nós pesquisadores (ou nossas orientações teóricas) e nossos objetos (o “Outro”).

²¹² A crítica global ao projeto antropológico e ao alocronismo antropológico, que constitui e rebaixa seus objetos, bem como a compreensão da Antropologia como disciplina inerentemente política, são questões centrais para o autor.

feita a partir de um *discurso* que o distancia no tempo e no espaço. A visão *crítica* do autor sobre a teoria e a prática antropológica o fez propor uma nova forma de imanência etnográfica, que compreende o trabalho de campo como uma práxis intersubjetiva e requer a suspensão da distinção entre “eu” investigador e um “Outro” investigado.

Tomamos aqui seus apontamentos acerca do positivismo presente na metodologia antropológica – que objetifica “Outros” como forma de imperialismo científico, que pressupõe um controle ilimitado e descontextualizado sobre os dados, e que nega o “Outro” como sujeito que age e interage com o etnógrafo – para pensar questões práticas a serem contornadas durante uma pesquisa de campo e que devem ser consideradas no momento da escrita.

Nesse percurso, consideramos o olhar mais atento para o *Tempo Intersubjetivo*²¹³ como fundamental para o reconhecimento de que os participantes envolvidos na pesquisa – sejam eles velhos ou jovens, urbanos ou rurais, e por aí vai – são *coevos*, ou seja, partilham o mesmo Tempo. Desse postulado, *aparentemente* básico, é possível extrair a percepção de que, para que a comunicação humana ocorra, a *coetaneidade* precisa ser criada. Afinal, em última instância, a *comunicação* diz respeito à criação do Tempo compartilhado

A coetaneidade, enquanto uma forma de relação temporal, não pode ser definida como um estado ou uma coisa com determinadas propriedades, mas, ao contrário, deve ser criada ou, ao menos, abordada (FABIAN, 2013). Como uma *condição epistemológica*, ela pode ser inferida a partir dos resultados da pesquisa, isto é, a partir das diferentes maneiras pelas quais o reconhecimento ou a negação da coetaneidade inspiram tanto a teoria como a prática antropológica. Resulta dessa prerrogativa a importância fundamental de que o pesquisador estabeleça uma relação de coetaneidade²¹⁴ com as culturas e os grupos estudados. Excluir o tempo como *dimensão* da investigação e da práxis é contornar a coetaneidade – ignorando sua existência.

²¹³ Aquele que sinaliza uma ênfase sobre a natureza comunicativa da ação e da interação humana.

²¹⁴ Em última análise, o que a negação da coetaneidade desvela é a representação de um mito cronológico de persistência e de magnitude assustadora.

8.4.1 O evolucionismo²¹⁵ e seu ainda atual perigo histórico

Desde que os primeiros antropólogos saíram do conforto de seus gabinetes rumo aos mais longínquos destinos, uma questão tem marcado as discussões teórico-metodológicas da disciplina: a relação, ou melhor, a construção que a Antropologia estabelece com seu “Outro”. Do paradigma evolucionista às mais recentes vertentes, a disciplina tem tomado para si o desafio de se pensar as implicações da alteridade, afinal, é justamente porque fabricamos alteridade que temos “Outros” para pesquisar. No processo de definição e construção de seu objeto, contudo, Fabian avalia que a disciplina o fez a partir de um discurso alocrônico, isto é, que *separa* o tempo do “Outro” e que parte de uma *temporalidade hierarquizante* do “Outro”, centralizada no discurso dos detentores do conhecimento.

Ao passar por diferentes correntes da Antropologia – funcionalismo britânico, culturalismo norte-americano, estruturalismo francês – para demonstrar como a negação da coetaneidade tem sido uma ferramenta utilizada nos diferentes discursos antropológicos²¹⁶, o autor nos faz refletir sobre *nossas* próprias práticas de pesquisa. Afinal, se sua crítica atinge pesquisadores renomados, como Lévi-Strauss²¹⁷ e Ruth Benedict, por que acreditaríamos estar livres de cometer equívocos no tratamento temporal dado aos nossos objetos? Ou ainda, como ignorar tais questões tão cruciais em nossa realidade latino-americana?

Refletir sobre o modo como antropólogos utilizam o Tempo na construção de suas teorias e na composição de seus relatos é fundamental não somente para entender como historicamente a disciplina construiu seu objeto, mas também para reconhecer como tais questões revelam problemas e desafios que ainda hoje se fazem presentes nas pesquisas de campo. Afinal, a tematização do tempo e das relações entre sujeito e objeto é fundamental para o desenvolvimento de uma prática comunicativa e dialógica, que enxerga o objeto como sujeito ativo.

²¹⁵ Cabe lembrar que foi justamente o paradigma evolucionista que, ao menos na Inglaterra, elevou a Antropologia ao status de disciplina acadêmica.

²¹⁶ Em suas palavras: “A antropologia norte-americana e o estruturalismo francês, cada um tendo desenvolvido seus meios de contornar ou anular a coetaneidade, são contribuintes potenciais e reais de ideologias aptas a sustentar o novo, vasto e anônimo – mas terrivelmente eficaz – regime do colonialismo absentista” (FABIAN, 2013, p.99).

²¹⁷ Ao afirmar o trabalho de campo, Lévi-Strauss contorna a questão do Tempo, uma vez que ele postula o encontro pessoal e concreto do pesquisador com outra cultura como sendo de natureza taxonômica e considera que a experiência do pesquisador – embora pessoal e concreta – não é subjetiva, mas objetiva. O antropólogo, segundo Lévi-Strauss, raciocina com base em conceitos que são válidos para todos os observadores possíveis. Ele deixa de lado seus próprios sentimentos e cria novas categorias mentais.

Tendo como alguns de seus principais expoentes autores como Lewis Morgan, James Frazer e Edward Tylor, o evolucionismo reivindicou a compreensão da sociedade contemporânea em termos evolutivos. Advieram dessas bases epistemológicas as condições sobre as quais a prática antropológica se vinculou ao colonialismo e ao imperialismo: “A antropologia contribuiu acima de tudo para a justificação intelectual da iniciativa colonial. Ela concedeu à política e à economia – ambas preocupadas com o Tempo humano – uma firme crença no “natural”, isto é, no Tempo evolutivo” (FABIAN, 2013, p. 53). Daí uma das grandes críticas a esta vertente ser justamente o fato de tomarem a sociedade européia como o estágio máximo da civilização, o que acaba por reduzir à barbárie e à selvageria as sociedades que não são suas.

Apesar de *aparentemente* superada, esta é uma problemática ainda *atual* para as pesquisas etnográficas, ou de inspiração etnográfica, feitas hoje. A despeito de todas as mudanças e rupturas teóricas da Antropologia moderna em relação aos séculos XVIII e XIX – entre os quais destaca-se a consolidação da pesquisa de campo como a base prática do discurso teórico, o *perigo histórico* das abordagens antropológicas com viés evolucionista é ainda algo que deve ser considerado e combatido, posto que ainda permanecem concepções temporais que o evolucionismo ajudou a construir. O risco da *hierarquização* de formas de conhecimento, do *julgamento* de um conhecimento ou de um modo de vida como mais *verdadeiro* que outro – e até mesmo o perigo de pensar *quem pensa* diferente como menores, selvagens, primitivos – deve ser motivo de vigilância epistemológica da parte do pesquisador em todo momento de sua pesquisa. Não sem motivo, o ponto sensível do fazer antropológico e da prática etnográfica consiste, ainda hoje, em não hierarquizar o que se encontra em campo a partir de um olhar voltado sobre si mesmo e suas percepções sobre aquele determinado ponto. Daí advém a importância de um olhar *histórico* sobre as práticas antropológicas e o questionamento sobre nós mesmos.

8.4.2 Pela contemporaneidade de nossas práticas não-contemporâneas – um diálogo com Jesús Martín-Barbero

Uma vez dada a importância da perspectiva *temporal* na Teoria Barberiana e ao recorrente destaque às diferentes *mestiçagens* que nos constituem – tanto de gêneros como de usos sociais – e aos *anacronismos* – sejam eles narrativos, isto é, pensado em oposição às tecnologias contemporâneas; ou aqueles que tecem nossas identidades – chamamos atenção

para duas questões que julgamos importante ter em mente ao se realizar uma pesquisa de campo.

O primeiro ponto é que o próprio JMB (2004) reconhece que o que ele entende por *não-contemporaneidade* não diz respeito ao *atraso*, mas a uma relação que, para ser pensada, precisa partir de *outro* paradigma que não o dos países ricos. Exemplo disso é o “realismo mágico” presente na literatura latino-americana, capaz de revelar a *mestiçagem* presente em nossa cultura: “É a não-contemporaneidade dita em positivo: diante da razão burguesa separada do imaginário, a cultura popular os revolve e os mestiça, opondo à equivalência geral a diferença e a ambiguidade fundamental de sua própria existência” (p. 183-184).

A segunda questão a ser considerada diz respeito ao entendimento dessa não-contemporaneidade, a partir não de uma *hierarquia temporal global*, mas das *brechas* abertas na modernidade pelas culturas dominadas que revelam suas diferenças e suas resistências. Tal entendimento é muito importante e também radicalmente diferente do uso indiscriminado e pouco crítico das práticas culturais na América latina como “arcaicas”, “tardias” e “atrasadas”. Tais vocabulários, quando usados indiscriminadamente, correm o sério risco da sujeição do “Outro” – ou pior, de nós mesmos – e da manutenção de novos exotismos sob a aparência de particularidades²¹⁸. Até porque não é verdade que não somos contemporâneos simplesmente por não fazermos os mesmos usos e não termos as mesmas práticas que as populações dos países ricos.

Estudar, por exemplo, a *telenovela*, remete, assim, ao estudo dos *usos sociais* e da esfera da *recepção*, isto é, à diversidade de hábitos que caracterizam a relação da televisão com a organização do espaço e do tempo da vida cotidiana. Justamente por isso é nos relatos pessoais que se acha acesso às competências da recepção, aos diferentes usos sociais da televisão e a seus diferentes “textos” os quais remetem a variadas leituras.

Por esta via, é possível inferir que o aparente *anacronismo* de nossas práticas apenas demonstra, na verdade, nossas próprias maneiras – mestiças, plurais, conflitantes e até contraditórias – de sermos contemporâneos. Afirmar a coetaneidade de nossas práticas e de nossos povos é, nesse sentido, o primeiro passo para o rompimento com o etnocentrismo de classe e a visão eurocêntrica de modernidade e civilização que vão no caminho apostado para o que chama JMB. O chamado pelo qual nos interpela requer não apenas o deslocamento das coordenadas de análise, como a mudança da posição de nós pesquisadores: é o convite para o

²¹⁸ Exemplos disso são expressões como terceiro mundo, arcaico, tradicional, tribal ou qualquer outro termo corrente que, na adjetivação do “Outro”, acaba escondendo o conceito temporal pautado no Tempo evolutivo (FABIAN, 2013).

estabelecimento de uma relação dialógica entre o pesquisador e seu objeto, seja em um campo físico ou na internet. O investimento que o autor fez na mediação da *temporalidade*, primeiramente como lugar de mediação, depois como categoria transversal e, mais recentemente, como condição para se pensar o sensório contemporâneo são, em si, argumentos mais que potentes para a reflexão sobre esta importante mediação – por nós entendida como elo de encontro entre o pesquisador e seu objeto.

8.5 O “Outro” como objeto: notas para uma pesquisa de campo coetânea

Uma pesquisa *comunicacional* que pretenda valer-se do método etnográfico deve, assim, estar ciente de sua *perspectiva temporal* para não cair no risco do mau tratamento dados aos seus “Outros”, ainda que eles já não pareçam mais tão distantes e exóticos. Até porque, essa falsa aparência de proximidade, que por muitas vezes encobre um etnocentrismo e um assujeitamento oculto, apenas pode ser contornada pela reflexividade do pesquisador ao longo de toda sua pesquisa. Neste sentido, da crítica ao discurso alocrônico ao questionamento de termos aparentemente técnicos, o pesquisador deve se atentar aos modos como estabelece a relação temporal com seu objeto – o que inclui o uso de conotações político-morais que aparentemente apenas remetem a termos classificatórios “estritamente técnicos”, quando na verdade escondem o distanciamento temporal:

Considere uma palavra como *savagery*. Como um termo técnico no discurso evolucionista, ele denota uma etapa em uma sequência de desenvolvimento. Mas nenhum grau de tecnicidade nominalista pode purificar o termo de suas conotações morais, estéticas e políticas. Cumulativamente, essas redundam em uma função semântica que é tudo menos puramente técnica. Como um indício da relação entre o sujeito e o objeto do discurso antropológico, ela expressa claramente o distanciamento temporal: *Savagery* é um indicador do passado, e se a evidência etnográfica compele os antropólogos a afirmar que a selvageria existe nas sociedades contemporâneas, então ela será localizada, por força de algum tipo de estratigrafia horizontal, no Tempo *dessas* sociedades, e não no nosso (FABIAN, 2013, p. 104, grifo original).

Talvez nada mais exemplar desse debate do que a atual banalização de termos usados no vocabulário corrente do cotidiano, como barbárie, para denotar a atual realidade vivida no Brasil desde a ascensão da extrema direita ao poder. Ao remeter a um distanciamento temporal, o que se tem, na realidade, é um olhar que renega ao atual momento os efeitos da sociedade civilizada. As políticas do governo de Jair Bolsonaro não são arcaicas, primitivas

ou bárbaras – mas decorrem de um projeto de poder neoliberal, atual e próprios do momento em que nos situamos: é o presente, não um retorno ao passado²¹⁹.

Outro exemplo talvez menos óbvio diz respeito às próprias concepções sobre as relações de parentesco, que podem facilmente servir para medir graus de avanço ou modernização. A aparente simples comparação da importância relativa dos laços de parentesco em diferentes sociedades e grupos pode construir escalas de desenvolvimento temporais. Daí a importância de uma constante *vigilância epistêmica* do pesquisador, afinal, “um exame do léxico temporal conduz inevitavelmente à análise para além do léxico, para níveis mais elevados de discurso e contextos mais amplos (Ibidem, p. 104). Daí também a necessidade de uma coerência teórico-metodológica e da tomada de atitudes conscientes por parte do pesquisador ao longo de sua produção de conhecimentos.

8.6 Entre a teoria e a prática: o Tempo e a escrita sobre o “Outro”

Do que temos até agora enfatizado, chamamos atenção para duas atividades em análise que devem manter uma existência unificada: a pesquisa de campo e a comunicação das descobertas na *escrita* etnográfica. A necessidade da *pesquisa empírica* que dialogue com a *interpretação teórica* é o que dará consistência para a investigação. Justamente por isso, é importante ter em mente os diferentes operadores temporais mais comuns na prosa antropológica – que vão desde o nível do léxico, morfo(sintático) e estilístico do discurso.

A crítica ao positivismo metodológico feita por Fabian (2013) revela importantes questões que têm sido recorrentes nas práticas etnográficas, entre as quais estão:

- * A objetificação do “Outro” como forma de imperialismo científico;
- * O controle ilimitado e descontextualizado sobre os dados;
- * A negação do “Outro” como sujeito que age e interage com o pesquisador.

No nível do léxico, é importante nos atentarmos tanto para expressões que sinalizam a questão do Tempo e das relações temporais (tais como sequências, datas, intervalos, origens e desenvolvimento), como para aqueles termos que mesmo não sendo manifestamente “temporais” servem como instrumento de distanciamento do Tempo. Expressões que têm um

²¹⁹ Além do mais, é válido ressaltar que o próprio discurso antropológico sobre o “primitivo” e o “selvagem” não diz respeito aos povos existentes em um mundo real, mas trata-se do primitivo referente interno de um discurso ou como objeto constituído cientificamente de uma disciplina (FABIAN, 2013).

claro referencial temporal (um intervalo de tempo, uma data ou mesmo uma indicação de passado, presente ou futuro) são provavelmente menos importantes do que aquelas cuja função temporalizadora é fruto do contexto em que elas são usadas.

Outra questão fundamental e que não se deve perder de vista é que a pesquisa empírica produtiva só é possível quando o pesquisador e o pesquisado compartilham o Tempo. Disso resulta que somente enquanto *práxis comunicativa* a etnografia concretiza sua promessa de gerar um novo conhecimento acerca de outra cultura. Daí advém que a ideia de diferença cultural vista como distância ser algo a ser combatido. Nas linhas que se seguem, focaremos questões da *temporalização* no discurso antropológico conforme elas se manifestam no presente etnográfico e no passado autobiográfico. O intuito é iluminar questões de ordem epistemológica que incidem diretamente nas práticas de pesquisa, mais especificamente, na escrita da pesquisa.

8.6.1 O “presente etnográfico”

O “presente etnográfico” é uma expressão citada com frequência sobre o uso do Tempo no discurso antropológico. Podendo ser entendido, em termos simples, como o relato de outras culturas e sociedade feito no tempo presente, esse tipo de afirmação levanta questões de precisão histórica, acerca de uma “crítica das fontes”, além de passar a visão categórica e estática de uma sociedade. Não sem motivo, o tempo presente nos relatos etnográficos é muitas vezes encarado como *perturbador* – algo que o pretérito não é: “No mínimo, dizem esses críticos, o tempo presente ‘congela’ uma sociedade no momento da observação; na pior das hipóteses, ele contém pressupostos sobre a repetitividade, a previsibilidade e o conservadorismo dos primitivos” (FABIAN, 2013, p. 109, aspas originais).

Para além da crítica que considera o presente etnográfico apenas como “prática literária”, é importante atentarmos para a relação verbal expressa na relação investigador e investigado. Afinal, o uso obstinado da terceira pessoa em um tipo de pesquisa que, pela dominância do presente, é marcado por um discurso feito na primeira pessoa do singular aponta para uma não dialogia, haja vista que, em uma situação comunicativa dialógica um *eu* se dirige a um *você*. Por esta via, o uso da “terceira pessoa” na gramática etnográfica indica que o etnógrafo não se dirige a um *você*, exceto na situação de trabalho de campo – momento em que faz perguntas e participa da vida dos sujeitos. Sobre o assunto, Fabian argumenta:

Ele não precisa endereçar explicitamente o seu relato etnográfico a um *você* porque, como discurso/comentário, este já será suficientemente estabelecido em uma situação dialógica; a etnografia se dirige a um leitor. O Outro diálogo (a segunda pessoa, o outro antropólogo, a comunidade científica) é marcado pelo tempo presente; *pronomes e formas verbais na terceira pessoa marcam um Outro fora do diálogo*. Ele (ou ela ou isso) não é falado, mas postulado (pressuposto) como aquele que contrasta com as *personnes* dos participantes no diálogo (Ibidem, p. 113).

Visto sob este ângulo, a exclusão do Outro do diálogo denota um exemplo típico de eliminação da situação dialógica, que mais uma vez lhe nega coetaneidade. O presente etnográfico representa, nesse contexto, a escolha por determinada posição epistemológica que não se resume e nem se explica expressamente por regras linguísticas. “Ele pressupõe a inquestionabilidade do objeto da antropologia como algo a ser *observado*. *O tempo presente é um sinal que identifica um discurso como a linguagem de um observador* (Ibidem, p. 113, grifos originais).

Longe de argumentarmos aqui que o presente etnográfico seja uma forma verbal inapropriada, o que se pretende é, antes, chamar atenção para a incidência peculiar de expressões atemporais em um discurso que é, no geral, claramente temporal.

8.6.2 O passado autobiográfico e a distância como ato interpretativo

Todo relato antropológico tem como fonte de seu conhecimento – direta ou indiretamente – a autobiografia de um autor. Justamente por isso, a literatura antropológica é científica e autobiográfica.

A convenção de que o trabalho de campo vem primeiro, e apenas depois, a análise, coloca o “Outro” – como objeto ou conteúdo do conhecimento antropológico – como parte do passado do sujeito cognoscente. Isso remete novamente à questão do Tempo e da distância temporal no que diz respeito ao discurso antropológico:

Só agora a temporalização é claramente um espectro de uma práxis, não apenas um mecanismo em um sistema de significação. Essa práxis inclui todas as fases da produção do conhecimento antropológico; o Tempo não é somente um instrumento, mas uma condição necessária para que esse processo ocorra (Ibidem, p. 114-115).

De uma perspectiva mais concreta da relação tempo/distanciamento temporal, Fabian se aproxima da *hermenêutica*, que sinaliza para uma autocompreensão da Antropologia enquanto experiência interpretativa. Isso porque a necessidade do tratamento dos dados, do uso da consciência crítica e da reflexão sobre a *experiência pessoal*, sempre fruto de *condições históricas* requerem do pesquisador a objetificação de nossas experiências através de certo grau de distanciamento. Advém daí que a vivência do “Outro” como parte de uma experiência passada pode não necessariamente ser um impedimento, e sim uma condição para a abordagem interpretativa.

Como se sabe, o trabalho de campo envolve diferentes processos de aprendizado. A regra de ouro antropológica de que o pesquisador deve cumprir um ciclo completo de estações, embora possa não ser a medida exata, sinaliza que a passagem de certo período de tempo como pré-requisito essencial – e não somente um custo inoportuno para o pesquisador²²⁰. Por outro lado, com frequência, é necessário muito mais tempo para se analisar e interpretar a experiência vivida e registrada em textos. Em síntese, isso significa que um trabalho etnográfico exige distância temporal e, com frequência, também espacial.

Diferente do distanciamento temporal que trata o “Outro” como vivente de um tempo não coevo, o tratamento de uma *distância essencialmente temporal* evocada como complemento da distância espacial pode ser encarada como uma forma de *evitar* a perda de capacidade do etnógrafo de interpretar suas experiências em campo pela razão de que o “Outro” ainda não tivesse tido tempo para se tornar parte do passado do pesquisador. Essa mudança de um contexto de vida para outro no decorrer da pesquisa seria como uma *necessidade* de objetivação das experiências em campo:

O tempo também é necessário para que o etnógrafo se torne parte do passado de seu interlocutor. Muitos antropólogos têm observado e relatado mudanças dramáticas nas atitudes de seus “informantes” em segundas ou subsequentes visitas ao campo. Muitas vezes elas são interpretadas em termos psicológicos ou morais referentes a uma maior confiança, amizade aprofundada ou simplesmente o tornar-se acostumado uns aos outros. Se é verdade que a etnografia, a fim de se tornar produtiva, deve ser dialógica e, portanto, em certa medida, recíproca, então começamos a apreciar o significado epistemológico do Tempo (Ibidem, p. 116-117).

²²⁰ O tempo é fator fundamental para a elaboração dos instrumentos de pesquisa – análise de questionário, coleta, apuração de respostas, etc. Portanto, não deve ser visto como um incômodo prático, e sim uma necessidade epistemológica.

Por uma segunda via, a distância hermenêutica traz à baila o ideal da *reflexividade*, que é também sempre um exercício de *autorreflexividade*. A afirmação da distância, por essa perspectiva, não é nada mais do que uma forma de enfatizar a importância da *subjetividade* na construção do conhecimento, visto que a distância hermenêutica é um *ato*, e não um *fato*. Não tendo ela nenhuma correlação com o pensamento que toma a distância como origem do conhecimento mais geral, é importante distinguir entre a *reflexão* enquanto *atividade subjetiva* desenvolvida pelo etnógrafo e a *reflexão* enquanto espécie de *reflexo* objetivo que oculta a subjetividade do pesquisador.

Se a ruptura epistemológica e a construção do objeto científico são operações epistemológicas que permitem identificar e evidenciar construções tendenciosas feitas pelo pesquisador (LOPES, 2003b), é também preciso considerar a necessidade de ruptura epistemológica entre o objeto científico e o objeto real e concreto. Afinal, é necessário haver um desprendimento por parte do pesquisador da “ilusão de transparência do objeto real”, naquilo que há de superfície. Desse movimento emerge a natureza sempre construída do objeto:

O ponto de vista, diz Saussure, cria o objeto. O objeto é produzido ao longo de um processo de objetivação, que é a profissão da formação, da estruturação e do recorte dos fatos até os procedimentos de coleta de dados (LOPES, 2003b, p. 122).

A quebra da ilusão de que o pesquisador é capaz de estudar diretamente a realidade – e o entendimento de que todo objeto de estudo é sempre um recorte da realidade completamente condicionado pelo ponto de vista e bagagem cultural do acadêmico (Ibidem) – são fundamentais para o estabelecimento de uma prática científica *consciente*. Quanto mais claras tais questões estiverem desde o princípio, mais facilmente o pesquisador poderá avançar no processo de objetivação da pesquisa e no estabelecimento de uma postura consciente e coetânea em relação ao seu objeto. Saber posicionar-se para saber posicionar o “Outro” em uma relação de *reciprocidade* são questões que andam de mãos dadas.

No caso do passado autobiográfico, a reflexividade enquanto esforço para se “olhar para trás” tem como base a *memória*, que faz com que a localização de nossa experiência no passado não seja algo irreversível. A habilidade de tornar presente nossas experiências passadas a nós mesmos e de refletir sobre o conteúdo de nossas experiências nos levam à possibilidade de construção de um conhecimento intersubjetivo sobre nós mesmos e nossos “Outros”. Apontar a *distância reflexiva* como necessária para o alcance da objetivação não significa, todavia, que o “Outro” torna-se coisificado ou abstrato em função de sua inserção

no passado. Ao contrário, denota que um passado etnográfico pode se tornar a parte mais vívida de nossa existência presente:

Pessoas, eventos, surpresas e descobertas encontradas durante o trabalho de campo podem continuar a ocupar nossos pensamentos e fantasias durante muitos anos. Isso acontece provavelmente não só porque nosso trabalho na etnografia constantemente nos mantém voltados para o passado; mais exatamente, é porque nosso passado está presente em nós como um *projeto*; portanto, como nosso futuro. O passado etnográfico é o presente do discurso antropológico, na medida em que está prestes a se tornar o seu futuro (FABIAN, 2013, p. 119).

Por outro lado, é preciso reconhecer que, como toda consciência, a consciência do passado etnográfico está sujeita a *deformações* e *alienações*. Isso ocorre sempre quando a experiência de campo se torna parte da história psicológica de um indivíduo a ponto de a distância reflexiva não possa ser gerada²²¹. Quando isso acontece, nem a pessoa que relata, nem aquelas para quem ela relata suas experiências podem ter certeza da validade do que é dito e do conhecimento gerado. Seja como for, refletir sobre as condições autobiográficas do conhecimento etnográfico é parte importante do processo de formação crítica do conhecimento.

8.7 A coetaneidade como ponto de partida

A relação inevitavelmente temporal com o “Outro” não é uma relação simples, que pode ser resolvida de modo objetivo – até porque nenhuma pesquisa é uma receita “fechada” que deve ser seguida à risca a partir de normas imutáveis, isto é, seguindo uma visão burocrática de ciência²²². Ainda assim, a reflexividade acerca de suas implicações nas práticas de pesquisa é um imperativo que deve acompanhar os esforços do pesquisador em todas as operações da pesquisa, da formulação teórica à escrita final. Até porque, a negação da coetaneidade é um ato político, e não apenas discursivo.

Longe de algo conclusivo, a teoria da coetaneidade, tal como apresentada por Fabian (2013), é algo implícito, e de modo algum se encontra plenamente desenvolvida. O que buscamos refletir nesse percurso são pontos de partida para se pensar elementos capazes de servir como um contraponto às práticas alocrônicas identificadas ainda hoje na teoria antropológica.

²²¹ Cf. Fabian (2013).

²²² Cf. Lopes (2003b); Morin (2006).

Os apontamentos de Fabian sobre o *ideal* da coetaneidade podem nortear a crítica das muitas formas em que ela é *negada* nas práticas de pesquisa, o que deve ser feito a partir do reconhecimento das condições coevas da produção do conhecimento. Para tanto, é preciso que a *linguagem* e a *comunicação* sejam compreendidas como uma espécie de práxis na qual o pesquisador (tido como Conhecedor) não pode alegar superioridade em relação ao seu objeto (no caso, o Conhecido), tampouco em relação a outro pesquisador. Uma vez excluída a ascendência – isto é, o elevar-se em uma posição hierárquica – as relações estabelecidas se dão num mesmo plano, de modo que elas sejam frontais:

Conforme está implícito nesses ensaios, a coetaneidade busca reconhecer a contemporaneidade como a condição para o confronto verdadeiramente dialético entre pessoas, bem como sociedades. Ela milita contra falsas concepções da dialética – todas essas aguadas abstrações binárias que são impingidas como oposições: esquerda *versus* direita, passado *versus* presente, primitivo *versus* moderno. Tradição e modernidade não são ‘opostos’ (exceto semioticamente), nem estão em ‘conflito’. Tudo isso é um (mau) discurso metafórico. O que está em oposição, em conflito, na verdade, encerrado numa luta antagônica, não são as mesmas sociedades em diferentes estágios de desenvolvimento, mas diferentes sociedades voltadas umas para as outras, num mesmo Tempo (FABIAN, 2013, p. 171).

Toda essa discussão vai ao encontro do *pensamento complexo* proposto por Morin (2006), segundo o qual a complexidade pode ser entendida como um ponto de partida para uma forma de pensar que acolhe as diferenças e as incertezas, entendendo-as como parte do mundo. Ao investir nesta linha de pensamento, é possível inferir que ambos os autores propõem uma *recusa* à superficialidade de um pensamento que dicotomiza, sem levar em conta as diferentes nuances e complexidades que sempre envolvem determinada questão, objeto ou até mesmo o mundo em si. Por esta via, e ainda que em suas particularidades, eles nos fazem entrever a aceitação das incertezas e das contradições como pontos fundamentais no processo de descobertas e reflexões.

Se a aceitação da complexidade é também uma aceitação da contradição²²³, este desafio não fica restrito apenas à Antropologia, enquanto estudo da diferença cultural, mas a *todos* cujas pesquisas estabeleçam diálogo com um “Outro”, seja ele qual for. No caso de pesquisas de recepção que utilizem o método etnográfico, fica clara a necessidade de situar a diferença a partir da contradição dialética – de modo a extrair o conhecimento geral da experiência

²²³ Morin (2006) parte do princípio dialógico para pensar a complexidade. A partir da ideia de que coisas vistas como opostas podem, na verdade, operar juntas ou serem complementares, defende que o princípio dialógico abre a possibilidade de preservar a dualidade no seio da unidade.

concreta. Nesse cenário, entender e refletir sobre as questões embutidas na relação entre sujeito e objeto não é uma fuga à empiria, mas um meio prático e realista de “travar conhecimento com o “Outro” sobre um mesmo território, num mesmo Tempo” (FABIAN, 2013, p. 179).

No âmbito da pesquisa em Comunicação, Lopes (2003b) é enfática ao afirmar:

O enfoque macroestrutural e histórico da cultura de massas permitiria falar do massivo como um dos modos de existência do popular e também do que não é popular (elementos culturais de outras classes) numa sociedade de hoje. E permitiria, principalmente, rechaçar a visão *dualista* que continua opondo a *cultura de massas* à *cultura de classe* para passar a encarar a cultura de massas como lugar privilegiado para a pesquisa dos conflitos e contradições que hoje dinamizam a cultura em nossa sociedade. (LOPES, 2003b, p. 18, grifos nossos).

O enfrentamento da negação da coetaneidade em termos de solução etnográfica demanda de nós uma *escrita* clara, capaz de evidenciar a *comunicação etnográfica* e a intersubjetividade da *práxis humana*. No caso da pesquisa de ficção televisiva, exprimir as relações e os diálogos em campo, evidenciar diferenças nos modos de fazer, assistir televisão ou lidar com os conteúdos midiáticos e, principalmente, fugir de uma análise que reduz o entendimento das coisas meramente a partir da percepção do pesquisador em campo²²⁴ – todos esses são desafios a serem, senão superados, ao menos enfrentados ao longo de nossas pesquisas.

Ou aprendemos a olhar com *método* e vigilância constantes, ou seremos reféns do que pensamos sobre nós mesmos e sobre nossas certezas. Refletir sobre as relações entre sujeito e objeto em sua relação com a *temporalidade* é, antes de tudo, uma revelação sobre nós mesmos, nossas crenças, nossas práticas. É justamente sobre isso que, em última instância, aponta a teoria da coetaneidade: o conhecimento sobre nós mesmos que incomoda, provoca, instiga e gera reações inesperadas. Conhecimento este que nos leva *para além* daquilo que somos.

²²⁴ O que pressupõe a presença de um observador e de um observado, sendo que ao observador não cabe se justificar na pesquisa.

CAPÍTULO 9 – RITUALIDADES E RELATIVISMO CULTURAL NAS REDES: A VOZ DO “OUTRO” E A MINHA VOZ

O trânsito, possível e desejável, de receptores a produtores e emissores é talvez uma das mudanças sociais mais significativas da atualidade. É um trânsito de audiências espectadoras e receptivas, embora não irremediavelmente passivas (pelo menos não sempre) a audiências produtoras, embora não necessariamente criativas ou críticas (Orozco Gómez, 2011). Audiências inerentemente crossmidiáticas (Schröder, 2011) trazem novos desafios na era da internet – de audiências massivas para audiências interativas diante da convergência (Livingstone, 2003; 2004) (PIENIZ, 2015, p. 217).

Para fechar nossa proposta de um mapa possível para estudos de recepção feitos na internet, neste capítulo trataremos um diálogo entre a mediação barberiana *ritualidades* e o princípio do relativismo cultural. Após um longo percurso – que começou com a *formulação teórica* acerca do digital e das práticas aí estabelecidas; passou por uma discussão sobre o *campo e imersão online* até chegar para questões mais voltadas para o *encontro* com o “Outro” – desembocamos na discussão que nos dá base para pensarmos as diferentes práticas, usos sociais das mídias e que, por isso, levanta também a questão da “voz” do “Outro” na pesquisa. Aqui, mais uma vez, nos deparamos com as torções entre teoria e prática etnográfica.

Logo de entrada, destacamos as múltiplas possibilidades de exploração abertas pela internet e pelas mídias digitais para esse debate. Além de possibilitarem novas formas de socialização, ampliar debates e dinamizar informações, esses ambientes tendem a impulsionar o *protagonismo* das pessoas na rede e dar *voz* a diferentes e novos atores sociais, tornando-se um campo fértil para as ciências humanas e sociais, uma vez que seus diferentes usos permitem novos olhares e questionamentos das relações sociais.

No âmbito da pesquisa em Comunicação, e mais especificamente nos trabalhos do Obitel, estudos têm apontado que assistir televisão e comentar nas redes já é uma prática consolidada entre os brasileiros²²⁵. No cenário da pandemia, essa realidade ficou ainda mais em evidência com o aumento mundial do uso de redes sociais digitais, como Instagram, WhatsApp e Facebook, e a consolidação dos serviços *on demand* no país (LOPES *et al.*, 2021). Também o YouTube é exemplo de plataforma muito utilizada por fãs para a divulgação resumos dos capítulos feitos por eles mesmos ou trechos de cenas marcantes – indicando novas formas de consumo televisivo mais *flexíveis* e pautadas no interesse dos

²²⁵ Ver Lopes (2013); Lopes (2015); Lopes *et al.* (2018).

consumidores. Esse fenômeno já foi apontado por Lopes *et al.* (2018, p. 130), para quem a plataforma merece um olhar mais atento das pesquisas futuras:

A presença de canais amadores com conteúdos televisivos no YouTube é relevante e suscita comentários e discussões. Nesse contexto, as telenovelas mexicanas do SBT ganham destaque. Dos títulos veiculados em 2017, percebemos que todas as obras foram transmitidas por algum canal amador.

Essas comunidades de fãs são fundamentais no processo de uma *convergência alternativa*, na medida em que exploram a convergência para criar seus próprios pontos de contato, buscando não somente meios de prolongar seu envolvimento com seu programa favorito, mas também *fomentando* a produção e a avaliação de cooperativas de conhecimento (JENKINS, 2008). A riqueza dos debates que se estabelecem em fóruns e outros espaços são surpreendentes, levando o autor a considerá-los como *exercícios de epistemologia popular*.

No Brasil, o fenômeno das audiências nas redes é de grandeza e complexidade. Depexe *et al.* (2021) consideram que as atuais *ritualidades* de assistência configuram formas *criativas* e *inovadoras* de consumo – fruto do modelo de televisão distribuída pela internet – e, não sem motivo, têm chamado atenção de diferentes autores para o estudo dessas novas formas de ritualidade, que transbordam para além da televisão e que foram ainda mais intensificadas em função do isolamento social.

Sem dúvida, as transformações possibilitadas pelo desenvolvimento tecnológico e pelas atividades desenvolvidas socialmente através das novas mídias afetaram de forma significativa a relação entre o público e as narrativas de ficção. Como já argumentamos anteriormente, no âmbito de pesquisas de recepção que dialogam com a perspectiva de JMB, essas questões esbarram não somente em práticas, usos e apropriações que devem ser captadas – mas também no *esforço* do pesquisador em buscar ver com os “Outros”, isto é, alcançar o ponto de vista do “Outro”.

Neste capítulo, inspiradas pelo debate que trazem as novas ritualidades abertas pelas internet e suas múltiplas possibilidades de explorações buscaremos estabelecer um diálogo com o princípio do relativismo cultural que, ao refletir o *compromisso* com as pessoas estudadas e levantar a questão da *voz* dos sujeitos é um princípio fundamental para a Antropologia Digital.

9.1 O rito e a vida cotidiana

Antes de avançarmos nas questões acima mencionadas, consideramos importante passar por uma breve discussão sobre o ritual como *prática cotidiana* – tarefa empreendida por Peirano (2003), cujas reflexões nos permitem estabelecer diálogos com as *ritualidades* em JMB e atualizá-los. Indo na contramão de um pensamento que reduz os rituais a eventos de sociedades históricas ou a ocasiões específicas – que comumente os limita à convencionalidade, à rigidez e ao tradicionalismo – a autora chama atenção para a importância que assumem no *dia a dia*, extraindo-lhes a carga negativa de fenômenos *formais* e *arcaicos*. Ela situa as discussões sobre o ritual como fruto de uma sociedade ocidental moderna das primeiras décadas do século XX, que olhava o futuro a partir da ciência e da racionalidade, em contraposição a manifestações tidas como arcaicas, como a *magia* e a *religião*. Essa dicotomia entre comportamentos místicos, não racionais e sagrados, de um lado, e comportamentos racionais, profanos e utilitários, de outro, logo chamou atenção da Antropologia – desencadeando diferentes reações teóricas, por vezes até opostas, uma vez que, para uns, “o ritual, como parte da magia e religião, era coisa ultrapassada; para outros, ele poderia ajudar a esclarecer formas elementares de sociabilidade” (p. 13).

Na Antropologia, por um longo período, o ritual foi associado a categorias como racionalidade e misticismo. Vem de Lévi-Strauss²²⁶, contudo, a “revolução” sobre os rituais ao colocar “primitivos” e “modernos” lado a lado. Após longo período de mudanças teóricas, os antropólogos foram, aos poucos, *secularizando* a noção de ritual, a ponto de entender a importância de tais fenômenos *independentemente* dos critérios de religiosidade, misticismo e racionalidade:

O ritual — agora definido etnograficamente, isto é, em termos nativos — tornou-se um fenômeno interessante para análise justamente porque, no longo processo de reflexão sobre suas características intrínsecas, reconheceu-se que ele tem o poder de ampliar, iluminar e realçar uma série de ideias e valores que, de outra forma, seriam difíceis de discernir (PEIRANO, 2003, p. 30).

²²⁶ A procura de Lévi-Strauss por aspectos estruturais universais da mente humana, leva-o a demonstrar que “primitivos” ou “modernos”, com mais ou menos tecnologia, letrados ou não, “somos todos racionais em contexto, psiquicamente unos. Pensamos em termos binários e temos, todos, nossa própria magia, religião e ciência” (PEIRANO, 2003, p.22).

À busca de uma noção de ritual que vá além daquela estabelecida pelo senso comum – que o toma como imutável, fossilizado e definitivo, Peirano optou como ponto de partida por uma definição *operativa* de ritual, baseada na formulação feita por Stanley Tambiah, autor que se destacou pelos estudos contemporâneos sobre rituais – o que a permitiu explorar algumas questões que consideramos importantes para o escopo denossa pesquisa.

Em primeiro lugar, a autora chama atenção para a necessidade de se evitar uma definição rígida e absoluta – o que faz a partir do convite à *compreensão etnográfica*, que é apreendida através do trabalho de campo que o pesquisador realiza junto ao grupo em observação. Este convite advém da postura da Antropologia de dar *razão e voz* aos nativos – o que se faz a partir da consideração da perspectiva de um “Outro”, que é diferente no pensamento e nas atitudes do pesquisador. Sobre esse primeiro ponto, esclarece:

Explico em relação aos rituais: em todas as sociedades, existem eventos que são considerados especiais. Na nossa, por exemplo, distinguimos uma formatura, um casamento, uma campanha eleitoral, a posse de um presidente da república, e até mesmo um jogo final da Copa do Mundo como eventos especiais e não cotidianos. Quando assim vistos, eles são potencialmente “rituais”. O pesquisador deve, portanto, desenvolver a capacidade de apreender o que os nativos estão indicando como sendo único, excepcional, crítico, diferente [...] (PEIRANO, 2003, p. 8).

O segundo ponto sugere que a natureza dos rituais não está em questão, de modo que podem ser religiosos ou profanos, formais ou informais, simples ou elaborados, festivos ou não. Uma vez que *diferentes* eventos podem ser analisados como rituais, interessa não seu conteúdo explícito, mas a *forma* específica que assumem – e que a conforma a certo grau de convencionalidade, combinação de palavras e ações, redundâncias, etc.

O terceiro ponto vem recordar a importância de não olhar rituais a partir de uma visão ocidental, que tende a reduzi-los à ausência de uma racionalidade ou a partir de uma suposta falta de relação instrumental entre meios e fins. Estes critérios, que são frutos de *nossa sociedade*, não apenas confundem a percepção sobre rituais como tendem ao empobrecimento do debate em função de definições antecipadas calcadas em nossos valores explícitos.

Partindo do princípio de que uma sociedade possui um repertório *flexível*, porém *relativamente* definido – com valores, categorias, classificações, formas, etc., o quarto ponto considera que nos rituais também se fazem presentes questões do dia a dia e vice-versa, de modo que, apesar dos rituais serem fenômenos *especiais* da sociedade, ao carregarem representações e valores de uma sociedade, sempre iluminam o que já é comum a um determinado grupo.

Por fim, a autora argumenta que, uma vez que vivemos em sociedade, nossas atitudes – a maneira como vestimos, como nos posicionamos à mesa, os locais que frequentamos – têm um *elemento comunicativo* explícito. Tanto nossa fala como nossas ações têm, cada um a seu modo, seu próprio propósito e eficácia – e são, igualmente, ações sociais.

Por essa perspectiva, a reafirmação da *ideia* de Brasil enquanto estado-nação passa por diferentes rituais, que vão da celebração da Proclamação da Independência, da República até outros, como as eleições para presidente. Porém, também, no cotidiano, o ato de milhares de brasileiros assistirem, em um mesmo horário, à *telenovela* é igualmente um ritual, um modo pelo qual parcela considerável da população vivencia a “comunidade imaginada” brasileira (LOPES, 2003a)²²⁷.

Sabemos que dentre todos os produtos que constituem o leque de ofertas da produção televisiva brasileira, a telenovela é o de maior destaque. Juntamente com o futebol, ela vem se consolidando, ao longo de décadas (principalmente a partir dos anos 1970), como símbolo de uma paixão nacional. Uma vez, portanto, que rituais e representações formam um par indissociável – que depende de um grupo de pessoas, ou melhor, de uma comunidade moral relativamente unida por certos valores para sobreviver – a telenovela e seus transbordamentos na vida cotidiana de milhares de brasileiros torna-se exemplo *instigante* – e muito rico – a refletir a ritualidade para além da religião ou eventos formais – associada a *formatos televisivos* e *gêneros contemporâneos* de ficção. Mais ainda, a refletir as múltiplas assistências de ficção como ritual cotidiano que permite pensar a sociedade brasileira a partir de ambiguidades e dilemas.

Como argumenta Peirano, rituais são *múltiplos* e podem tanto reafirmar como questionar a sociedade – e o fazem de diversas maneiras: de forma festiva no carnaval e contestadora, em marcha política, por exemplo. Justamente por isso, podem ser considerados “uma forma de ação, sobretudo, maleável e criativa que, com conteúdos diversos, é utilizada para várias finalidades” (Ibidem, p. 30). Esse debate nos faz recordar as mudanças de fundo que apontava JMB ao refletir sobre as ritualidades no cenário dos recentes estudos sobre o urbano:

Também as ritualidades são arrancadas do tempo *arcaico*, por alguns antropólogos e sociólogos, para iluminar as especificidades da *contemporaneidade urbana*: modos de existência do simbólico, trajetórias de

²²⁷ Noção original de Anderson (2009), que considerou jornais e romances como meios técnicos propícios para a representação de uma comunidade imaginada nacional, sendo o material impresso (printcapitalism) o grande responsável pela constituição do que veio a ser uma nação como comunidade sólida.

iniciação e ritos “de passagem”, serialidade ficcional e repetição ritual, permitindo assim entrever o jogo entre cotidianidade e experiências da diferença, da ressacralização, do reencantamento do mundo a partir de certos usos ou modos de relação com os meios, entre inércias e atividade, entre hábitos e iniciativas do *olhar* e do *ler* (JMB, 2003, p. 11, grifos nossos).

Não estamos com isso questionando o fato de que ritos sejam eventos especiais²²⁸. Cientes, todavia, de que, em termos qualitativos, ritos não são diferentes daqueles eventos considerados usuais, encontramos no debate estabelecido pela autora um diálogo fecundo para a análise de eventos *cotidianos* e *rotineiros* – como é o caso da telenovela e suas múltiplas apropriações, da televisão à internet. Mesmo as transformações pelas quais o formato atualmente passa são possibilidades para a criatividade e a engenhosidade de novos fenômenos rituais, bem como para análises mais amplas e mais ricas.

Wottrich, Silva e Ronsini (2009) situam o consumo de diferentes bens culturais como um *sistema* de rituais que dão sentido às experiências do *cotidiano* e facilitam a compreensão dos modos como o receptor se relaciona com determinado programa, mensagem, gênero ou meio. Segundo elas, é por meio da *ritualidade* – apreendida a partir de observação contínua da assistência de determinado produto midiático – que o pesquisador é capaz de dar conta dos *usos sociais* dos meios e das diferentes *leituras* feitas pelo receptor.

Ora, se o ritual pode ser visto como uma *porta* pela qual se é possível vislumbrar aspectos de uma sociedade que dificilmente seriam manifestas de outra maneira – como através de falas, discursos e depoimentos (PEIRANO, 2003) – enxergamos aí um diálogo²²⁹ fértil com a mediação *ritualidade* – central para os estudos dos usos e apropriações que cotidianamente as pessoas fazem dos conteúdos dos meios de comunicação. É o que discutiremos nas linhas que se seguem.

9.2 Ritualidades em Jesús Martín-Barbero – um diálogo com a Antropologia

A mediação *ritualidade* aparece pela primeira vez no segundo mapa metodológico das mediações, proposto pelo autor no fim dos anos 1990 – momento em que a teoria das mediações alcançava o patamar de uma teoria da comunicação – e não apenas da recepção (LOPES, 2014b). Situada entre os formatos e as competências da recepção, ela remete ao

²²⁸ Algo que sequer Peirano (2003) nega.

²²⁹ Diálogo também já apontado por Wottrich, Silva e Ronsini (2009).

nexo simbólico que sustenta toda a comunicação, isto é, “à sua ancoragem na memória, aos seus ritmos e formas, seus cenários de interação e repetição” (JMB, 2003, p. 10).

Em sua relação com os formatos industriais (FI), as *ritualidades* constituem as *gramáticas da ação*, isto é, do olhar, do escutar e do ler que regulam os tempos da vida cotidiana, bem como os espaços e o tempo que conformam os meios. Cabe ressaltar que, naquele momento, o autor chamava atenção para um cenário em que os meios retinham a capacidade de “impor” as regras do jogo – o que recentemente foi reconfigurado com a televisão distribuída pela internet e as novas lógicas de consumo via serviços *on demand*. Seja como for, interessa a ele não a lógica da *significação* da mensagem, mas os *sentidos* atribuídos a tais conteúdos.

Já no que tange às competências da recepção (CR), as *ritualidades* remetem, de um lado, aos diferentes *usos sociais* dos meios que fazem contrastar, por exemplo, o barroquismo expressivo dos modos de assistência populares de um filme em comparação à sobriedade intelectual²³⁰. De outro, remetem às múltiplas *trajetórias de leitura* que estão ligadas às condições sociais do gosto e são, por isso, marcadas pela qualidade e pelo nível de educação, por saberes constituídos via memória étnica, de gênero ou de classe, por hábitos familiares, convivência com a cultural oral, letrada ou audiovisual – enfim, por diferentes *variáveis* que conformam as múltiplas experiências do *ver* ou do *ler*.

Certamente, a televisão desde a qual o autor fala é a televisão analógica – situada em um cenário em que nem as milhares de câmeras que naquele momento invadiam o mercado, as antenas parabólicas espalhadas pela cidade ou o cabo afetavam de maneira substancial o modelo de produção da televisão até aquele momento conhecida (JMB, 2009). Ainda assim, ao se propor a refletir acerca do *lugar* que ocupa a televisão na casa das pessoas – central ou marginal; na sala, onde flui a vida “social”, ou no refúgio no quarto – ele coloca no centro do debate aquilo que constitui as lógicas de uso a partir do *cotidiano*, do *vivido*. Enxerga, assim, o espaço de reflexão sobre o consumo como o espaço das práticas cotidianas e das produções de sentidos – que passa decisivamente pelos usos e lhes conferem forma social – e exclui do debate um pensamento limitante que reduz consumo à posse dos objetos ou à mensagem dos meios.

Ao afastar a cotidianidade de um olhar despolitizado e irrelevante, JMB faz um duplo deslocamento: o de tirar o *doméstico* do lugar comum das tarefas da reprodução da força de trabalho e o de pensar o consumo para além da interiorização dos valores das outras classes.

²³⁰ Para quem, segundo o autor, um simples ruído é capaz de atrapalhar sua contemplação cinematográfica (JMB, 2009).

Essa perspectiva o fez aproximar-se da *Antropologia* como campo de *diálogo* e de *reflexões* para os estudos em *Comunicação*. O olhar da disciplina sobre o *rito* como um ato diretamente ligado à vida doméstica trouxe a possibilidade do olhar para os gestos e objetos, idéias e relações que se expressam em imagens de temor, amor, propriedade e sedução. Por esta via, visto como repetição e inovação – regulação do tempo e marca sobre a ação – o rito é considerado como uma ação que não se esgota em si mesma, tampouco em sua utilidade imediata, mas que deve ser pensado pelas vidas das práticas cotidianas:

Pensar a comunicação na América Latina é cada dia mais uma tarefa de envergadura antropológica. Pois o que aí está em jogo não são só deslocamentos do capital e inovações tecnológicas, mas profundas transformações na cultura cotidiana das majorias: mudanças que trazem à superfície estratos profundos da maioria coletiva ao mesmo tempo em que movimentam imaginários que fragmentam e des-historizam. Mudanças que nos confrontam com uma acelerada desterritorialização das demarcações culturais e com desconcertantes hibridizações nas identidades. (JMB, 2004, p. 210).

O foco de JMB no lar e no *espaço doméstico* não somente permanece atual, como dá continuidade ao seu diálogo com *atuais questões* antropológicas que, ao voltarem seu foco nas novas tecnologias de mídia na vida cotidiana, sinalizam – como já mencionamos – para um retorno ao lar e ao espaço doméstico. Neste sentido, a formulação de Bourdieu²³¹ de *habitus* e da prática social na formação do gosto e da estética nos lares franceses representa um trabalho seminal a respeito das maneiras pelas quais o gênero e outros marcadores sociais da diferença tornam-se inscritos e reinscritos no espaço doméstico.

No que toca à América Latina, JMB²³² (2009) observa que os *habitus de classe*²³³ atravessam os usos da televisão e os modos de ver das pessoas. Para ele, esses movimentos podem ser observáveis *etnograficamente* na organização do tempo e do espaço na vida cotidiana – a partir dos diferentes espaços – privados ou públicos – onde as pessoas vêem televisão – seja na sala de suas casas, no bar da esquina ou no clube do bairro. Esse cenário, contudo, tem sido alargado com o advento das novas tecnologias de comunicação – como temos destacado desde o início desta tese.

²³¹ Cf. Bourdieu (2007).

²³² Cabe ressaltar que, ao ressituar a problemática dos usos e apropriações no campo da cultura – enxergando-a sob a lógica dos *conflitos* e das *mestiçagens* que as tecem – JMB chama atenção para a pluralidade do consumo das classes populares, que passa, mas *não* se esgota na diferença social das classes.

²³³ O autor argumenta que também a *competência cultural* dos múltiplos grupos reflete nos usos que estes fazem – seja pela via da educação formal, com suas distintas modalidades, ou, sobretudo, pela via de outros atravessamentos – culturas regionais, ‘dialetos locais’, etnias, mestiçagens urbanas, histórias de vida, etc. – que conformam tais grupos (JMB, 2009).

Atualmente, *padrões* decorrentes de processos como a modernização, a urbanização e a globalização têm revigorado nossa compreensão da relação entre os espaços domésticos. Nesse cenário, cozinhas, quartos e outros ambientes mudaram com a introdução de computadores, celulares, dispositivos de jogos e uma variedade de outras mídias. Isso não somente vinculou as esferas privadas às esferas públicas – desvelando uma fronteira *difusa* entre elas –, como também impôs aos estudiosos novos desafios no que toca aos estudos das múltiplas apropriações das tecnologias.

A pesquisa de Horst (2012) no Vale do Silício é um exemplo interessante das potencialidades de uma pesquisa etnográfica digital nesses espaços, podendo ser também lida como ponto de diálogo para pesquisas em Comunicação. Ao voltar-se para três casos que se passam no centro da indústria de tecnologia, a autora explora diferentes nuances desse novo fenômeno a partir de famílias com *perfis* distintos. Dessa forma, passando por questões que abarcam desde as formas como as famílias têm colocado as novas mídias em casa até assuntos que tocam diferentes práticas e espaços habitados por jovens que desempenham um papel na criação e divulgação de conteúdos historicamente restritos ao domínio de emissoras e produtores, seu trabalho faz refletir os vários espaços e negociações da casa. Advém daí discussões importantes sobre a relação entre a casa e o trabalho, a relação entre escola, *hobbies* e espaço de lazer; e as representações e expressões do *self* no espaço doméstico.

Seja no norte global ou na América Latina, as novas tecnologias têm reconfigurado práticas e imposto novos desafios à pesquisa. Especialmente no que toca aos meios audiovisuais, que mobilizam-nos para a simultaneidade de tarefas e para uma vivência heterogênea e fragmentada “tal como o ritmo das imagens nas telas de televisão e do computador (RONSINI, 2010, p. 12), pensar as ritualidades organizadas a partir dos meios é recordar os novos *ritmos* e *práticas* que atualmente constituem nossa vida cotidiana. Nesse cenário, descortinar o que a distribuição desigual de internet significa em termos de experiência cotidiana de pessoas de diferentes lugares do mundo – a despeito da popular *ilusão* de que estamos todos conectados – tem sido o trabalho um dos ganhos de estudos etnográficos.

9.3 Novas ritualidades e telenovela

Como viemos destacando até aqui, o atual cenário de reconfiguração do próprio conceito de televisão vem apontando para distintas formas de recepção, bem como para a emergência de novos lugares de assistência de conteúdos midiáticos, entre os quais a

teledramaturgia brasileira. No caso específico da telenovela, esse cenário torna-se ainda mais evidente quando olhado desde os fãs, que acompanham de perto a evolução da televisão e, na era da convergência midiática, se sobressaem por conta de sua expressividade nas redes sociais digitais.

A onipresença da telenovela nas revistas, rádio, televisão, internet e demais dispositivos de mídia presentes em nosso cotidiano possibilita ao público novas formas de relacionamento com seus conteúdos, que podem abarcar diferentes plataformas, sites, blogs. Além disso, surge, no meio desse cenário, novas possibilidades de assistência em locais anteriormente improváveis, como no transporte público²³⁴. Afinal, “a tela está em toda parte e pode ser levada com cada telespectador-internauta para onde quer que seja” (LOPES *et al.*, 2009, p. 400).

Descortinam-se, assim, novos modos da audiência se relacionar com a mídia e seus conteúdos. Nesse cenário, os jovens são os principais responsáveis pela transformação dos espaços na internet em extensões narrativas e criativas dos programas de televisão. Ali, os conteúdos são compartilhados e retroalimentados a partir das interpretações construídas pelas comunidades interpretativas.

Se, de um lado, as inovações nas tecnologias de informação e comunicação têm feito surgir novos modos de relação dos sujeitos com a mídia, de outro, têm feito repensar *teórica e metodologicamente* as pesquisas de recepção, abrindo assim novos caminhos para os estudos de recepção. O atual processo de *trânsito* das audiências no qual receptores passam a desempenhar papéis de emissores foi estudado por Pieniz (2015) no que toca ao compartilhamento de percepções sobre telenovela no Twitter. Nesse cenário, o receptor é fruto de uma forma contemporânea e diversa de relação com os meios, num processo denominado por ela como *recepção compartilhada na web*²³⁵.

No Twitter, a autora notou que esse processo se mostra simultâneo ao consumo de conteúdos das mídias tradicionais, de modo que é comum que as pessoas que consomem diversos tipos de conteúdos – televisivos, radiofônicos, filmes que estão no ar nos cinemas ou jornais impressos ou digitais – comentem sobre eles nesta rede social *online*. Ali, podem

²³⁴ Ver Arruda e Torreglosa (2011).

²³⁵ Na definição da autora: “A expressão compartilhada é aqui utilizada no sentido de expressar, emitir, dividir, com certa dimensão pública, aberta, manifesta na web. Desse modo, a recepção compartilhada na web envolve a publicação de percepções quanto ao visto na televisão, por exemplo – o que implica o ato de emitir, colocando o sujeito em trânsito diante dos papéis de emissor e receptor. Ao compartilhar as impressões como receptor, ele se torna um emissor, sendo ambos papéis desempenhados na relação com diferentes mídias” (PIENIZ, 2015, p.214).

ainda buscar informações com seus pares, compartilhar *links* e, em alguns casos, “tornarem-se parte do grupo que faz as notícias da mídia massiva circularem na *web*” (Ibidem, p. 214).

Atenta à reconfiguração dos modos de ser audiência de telenovela hoje a partir da análise do Twitter, a autora buscou mapear diferentes motivações e conteúdos que envolviam a prática de tuitar sobre telenovela. A partir de um corpus composto por mais de 35 mil tweets coletados ao longo de três anos, selecionados aleatoriamente, e codificados a partir do *software* NVivo10, ela concluiu, a partir da junção de dados quantitativos e qualitativos, que os comentários do público não refletem apenas o engajamento com a narrativa, mas também aspectos ligados à emissora, aos bastidores, ao mercado, à relevância do formato na vida cotidiana e para o âmbito doméstico e, em alguns casos, até a busca por popularidade na plataforma. Olhada de modo mais amplo, contudo, essa *pluralidade* de motivações e interações aponta para algumas tendências nas formas de relacionamento entre audiências e meios de comunicação no cenário da convergência midiática, conferindo um novo caráter às *ritualidades*:

De acordo com estes dados, as práticas referentes ao Twitter podem ser caracterizadas como novas *ritualidades* na recepção de telenovela, envolvidas na busca por *socialidade*. Os entrevistados afirmam que a prática está diluída em outras ações cotidianas, intercalando comentários online e offline na sala de estar de sua casa, em família. E, além de ser o que aqui se denomina *recepção compartilhada na web*, esta é uma prática de sujeitos que, ao mesmo tempo em que são parte de uma audiência, buscam atender à sua própria possível audiência. Isso permite esmiuçar o *trânsito das audiências* para além da intercalação de papéis de receptor e emissor, tendo em vista o caráter *crossmidiático* dos informantes – enquanto emissores e receptores – a partir da apropriação tecnológica (Ibidem, p. 222, grifos originais).

A emergência dessa nova *ritualidade* – complexa e própria da contemporaneidade – é permeada por diversas outras tarefas que compõem o cotidiano do receptor tuiteiro. A pesquisa demonstra que, ao mesmo tempo em que o receptor *transita* por diferentes ambientes midiáticos – exercendo em cada um diferentes papéis, ora como emissor, ora como receptor – ele também se divide em suas atividades domésticas – ora intercalando o jantar e o cuidado com a família, ora o banho, com suas práticas midiáticas de assistência e tweets no momento de recepção da telenovela.

Também os receptores de *Laços de Família* elegeram o Twitter como espaço mais usado para fazer seus comentários na *web* (SIFUENTES *et al.*, 2021). Isso se deu provavelmente em função da plataforma privilegiar a emissão de mensagens rápidas e curtas, capazes de gerar uma significativa conversação em tempo real. Entre as temáticas que mais se

destacaram na pesquisa estão aquelas que o público considerou que “envelheceram mal”, como o assédio do personagem Danilo (Alexandre Borges) à empregada Ritinha (Juliana Paes) e as relações de gênero presentes no comportamento machista e sexista do personagem Pedro (José Mayer).

Cabe aqui também ressaltar que a circulação e as diferentes apropriações das obras nas redes sociais digitais apontam não somente para as novas formas de consumo televisivo, como para as especificidades de cada plataforma, desvelando a potência de estudos multissituados. No cenário aqui apontado, o possível aumento de comentários sobre telenovela no Twitter pode ser reflexo do contexto da pandemia e a consequente elevação do acesso a redes como ela. Ali, “as relações de gênero ganham destaque como objeto de discussão, em especial o comportamento de Pedro, mas também outras situações de assédio” (Ibidem, p. 204).

Importante enfatizar também as mudanças nas *ritualidades* advindas do cenário pandêmico, que fez aumentar o consumo por ficção nos diversos horários de transmissão da Rede Globo²³⁶. Na pesquisa acima citada, por exemplo, os pesquisadores constatam, a partir de entrevista com 20 receptores, que o hábito de assistir à telenovela e outros conteúdos audiovisuais só foi possível em função da pandemia, que deslocou as rotinas de trabalho ao ambiente doméstico.

Se, no âmbito do consumo, a crescente importância dos serviços *streaming* no Brasil já vinha sendo notada²³⁷, dados da Nielsen apontaram que, com o isolamento social, o consumo geral de mídia teve um aumento de 15% e as plataformas de vídeo e *live streaming* tiveram um aumento global de 66%. No Brasil, a plataforma Globoplay teve um aumento de 124% de assinaturas no primeiro semestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior. De acordo com Depexe *et al.* (2021):

Tais índices apontam para a transformação do consumo midiático e da indústria da televisão em formatos, conteúdos e modelos de negócio. Ao contrário do que se poderia esperar, a audiência de telenovelas não enfraqueceu, inclusive, virou atrativo de marketing da Globo em relação ao Globoplay. Enquanto espectadores debatiam em redes sociais quais telenovelas gostariam de ver reprisadas no período de recesso de gravações, a plataforma anunciou a disponibilização de algumas destas no serviço. Portanto, nota-se o uso da internet e das tecnologias também em virtude de demandas sociais e culturais do nosso cotidiano, como o entretenimento (WINOCUR, 2009) (Ibidem, p. 209).

²³⁶ Tal como apontado em Lopes *et al.* (2021); Sifuentes *et al.* (2021).

²³⁷ Ver Lopes *et al.* (2019a).

Instigadas a explorar as dinâmicas de consumo e ritualidades de assistência de ficção em tempos de pandemia, Depexe *et al* (2021) buscaram mapear novas formas de interação do público com as narrativas ficcionais para além da televisão – de modo a observar a capacidade de inovação e criação das audiências no ambiente das redes. Entre os achados da pesquisa, que contou com 172 respondentes²³⁸, houve a confirmação de que a pandemia afetou e reconfigurou as ritualidades de assistência de conteúdos ficcionais. Mais da metade da amostra (54,1%) afirmou que a permanência em casa os fez aumentar o consumo de produtos audiovisuais em comparação ao período pré-Covid-19. Relatos de cansaço por uso excessivo de telas, ansiedade e dificuldade de concentração foram alguns exemplos de como a pandemia afetou os informantes – o que segundo eles repercutiu no consumo audiovisual.

Apesar do uso de múltiplas telas fazer parte do cotidiano de maior parte dos respondentes, entre a amostra estudada, a supremacia de assistência via aparelho televisor permaneceu, mesmo quando utilizado apenas como espelhamento para a assistência de programas de canais *streaming* (Ibidem). Já entre os formatos mais assistidos, as telenovelas foram indicadas por 14% dos participantes da pesquisa. Seriados (76,6%) e filmes (70,3%) foram apontados como os produtos audiovisuais preferidos.

Ainda que não seja o formato preferido, no que toca aos rituais de assistência de *telenovelas* da Rede Globo durante o período de isolamento social em múltiplas plataformas (TV aberta, TV paga (Viva) e Globoplay), 57,5 % dos entrevistados afirmaram que acompanham telenovelas e 37,5% assistem esporadicamente. Além disso, é comum o comentário sobre os temas é prática comum a maioria dos entrevistados:

Em nossa pesquisa, percebemos que a maioria costuma comentar sobre temas das tramas com os membros da família (66,7%), seguidos dos amigos (42,4%) e da internet, em redes sociais (37,4%), reafirmando a tendência crescente do consumo televisivo amplificado a outras instâncias e telas. Cabe destaque para os 5,1% que participam e comentam em grupos específicos de discussão em redes sociais, prática realizada principalmente por fãs de telenovela (LOPES; CASTILHO, 2018) (DEPEXE *et al.*, 2021, p. 223).

Válido ter em mente, contudo, que a amostra da pesquisa retrata as implicações da pandemia em um grupo específico, com alta escolaridade – a maioria dos entrevistados são estudantes universitários e/ou profissionais atuantes majoritariamente nas áreas de Comunicação, ensino e tecnologia da informação. Ainda que os dados não possam ser

²³⁸ Destes, 68,8% se identificam com o gênero feminino, sendo a maioria do estado do Rio Grande do Sul. Além disso, maior parte da amostra é composta por jovens estudantes universitários. Para mais detalhes do perfil da amostra estudada, ver Depexe *et al.* (2021).

generalizados para toda a população brasileira, as autoras encontram nos achados da pesquisa *indicadores* mercadológicos tanto do consumo de produções audiovisuais, como dos usos de internet no Brasil. A rapidez das mudanças que alcançam o atual cenário televisivo e do próprio *streaming* – com mudanças constantes nos conteúdos, emergência de novas plataformas, reconfiguração das mídias e readequação das escolhas dos consumidores. Tudo isso aponta para um cenário *incipiente* e ainda em *construção*:

Sabemos que a pandemia foi vivenciada de formas diferentes entre 2020 e 2021. Alguns setores retornaram às atividades presenciais, enquanto outros permaneceram remotamente. As relações pessoais, de trabalho e de consumo foram, em grande parte, mediadas por tecnologias, com implicações econômicas e psicológicas (BOTH et al., 2021). As telas foram um refúgio, mas também palco para o estarrecer com a desinformação. O momento nos exigiu, como pesquisadoras, resiliência para acreditar e seguir adiante. Estudar comunicação e atentar às ritualidades de um cotidiano nada normal, de vidas perdidas e ciência questionada, também é um ato de resistência (Ibidem, p. 227).

Seja como for, uma vez que olhar para as práticas e *novas ritualidades* das audiências na rede é, sobretudo, considerar os *sujeitos* da pesquisa, reside aí justamente a importância do compromisso com o *relativismo cultural* que, na prática, mantém seu compromisso às regiões, valores e culturas de outra forma marginalizadas (MILLER & HORST, 2012). Fundamental para o desenvolvimento de estudos comparativos, capazes de explicar fatores regionais e paroquiais que dão suporte a generalizações mais amplas, esse princípio vem ao encontro de tais estudos, que têm se mostrado um *fértil* terreno para futuras pesquisas com abordagens antropológicas – uma oportunidade para adensar ainda mais questões sobre identidade e cultura latino-americana.

9.4 Relativismo cultural: um debate desde a internet

É de se esperar que uma parte importante de qualquer contribuição antropológica para o estudo do digital seja a discussão sobre o *relativismo cultural* – que leva em conta como diferentes regiões gradualmente se apropriam de sites na internet por meio de processos de localização, fazendo emergir preocupações culturais e práticas próprias daquela região. A soma desse debate nos faz recordar como a internet é sempre uma *invenção local* de seus usuários e, justamente por isso, emergem em seus ambientes vozes e práticas plurais, muitas das quais tendem a ser ignoradas em meio às generalizações acadêmicas do ocidente metropolitano.

Coluna vertebral da Antropologia, o princípio do *relativismo cultural* levanta a questão da “voz” aos marginalizados e reafirma a natureza global do nosso encontro com o digital, negando premissas de que o digital necessariamente tem homogeneizado povos e culturas²³⁹. A partir do entendimento de que não somos nem um mundo global fortemente homogeneizado e sem expressão de diferença cultural, tampouco um aglomerado plural de culturas que implicam em pura homogeneidade interna e heterogeneidade externa, o princípio do relativismo tem permitido à Antropologia reconhecer que as diferenças normalmente são mais construídas do que meramente dadas – o que se faz a partir do diálogo com o holismo²⁴⁰.

Ao apontar a diversidade dos mundos digitais, Barendregt (2012) fornece uma análise explícita da importância do relativismo na prática de pesquisa que pode clarear a importância de um olhar situado, que leve em consideração as especificidades e também pluralidades de usos das tecnologias digitais dentro de contextos específicos. Disposto a demonstrar que a globalização não é um fenômeno homogêneo, seu estudo sobre o uso de aparelhos celulares na Indonésia aponta que mesmo usos mais cotidianos da comunicação digital – como bate-papo, flerte ou reclamação do governo – tornam-se ali gêneros bastante específicos – e não meros clones de outros lugares. Em termos gerais, o uso de tecnologias digitais com base em critérios explícitos – como sua aceitabilidade às restrições islâmicas – denota uma resposta às preocupações locais de que as tecnologias digitais sejam o cavalo de Tróia, que traz práticas culturais inaceitáveis, tais como a pornografia. Resulta daí um cenário de *transformação* vivenciado de maneira altamente consciente e que busca fazer uso dessas tecnologias em processos que promovam – ao invés de depreciar os valores islâmicos.

Este estudo de caso denota como em vários contextos fora do Ocidente o acesso a dispositivos móveis levou não apenas à *personalização genuína* do aparelho celular e suas práticas associadas, mas à formação de uma *pluralidade* de expectativas acerca do que é ser móvel e estar conectado em um país onde a exclusão digital ainda é uma realidade. Naquele cenário, onde uma pluralidade de mundos digitais coexiste, as diferentes práticas de telefonia

²³⁹ Cf. Horst e Miller (2012).

²⁴⁰ Tal como acontece com o holismo, há uma versão do relativismo que os antropólogos repudiam, ao menos desde a Segunda Guerra Mundial, associado a um conceito plural de culturas que implica em homogeneidade interna pura e heterogeneidade externa pura. De acordo com os autores, tais perspectivas consideravam as diferenças culturais como algo essencialmente histórico e baseado na evolução independente das sociedades. “Em contraste, a antropologia mais contemporânea reconhece que, dentro de nossa economia política, uma região permanece ligada à agricultura de baixa renda e ao conservadorismo precisamente porque isso atende aos interesses de uma região mais rica e dominante. Ou seja, as diferenças são muitas vezes construídas e não meramente dadas pela história” (MILLER & HORST, 2015, p.102).

celular não as configuram somente genuinamente indonésias, como também servem como múltiplas imagens de um futuro digital indonésio.

Na Indonésia, desde o início dos anos 2000, uma variedade de mídias apareceu e foi sucedida. Atualmente, telefones celulares de segunda mão e recondicionados tornaram-se a plataforma definitiva da internet local, que perpassa por diferentes usos próprios daquela sociedade. Nesse contexto, o telefone de segunda mão²⁴¹ é apenas uma entre as muitas *táticas* que permitem aos *geeks* indonésios e aos menos favorecidos digitalmente *participarem* de um futuro que não era pensado para eles (BARENDREGT, 2012).

Se, de um lado, o comércio de telefones no mercado informal é uma das práticas locais mais genuínas, outras práticas locais podem incluir a prática mundial de chamadas erradas intencionais, estratégias de redução de custos com o uso exclusivo de mensagens de texto e outras formas de manipulação das tecnologias que podem beneficiar os escalões sociais mais baixos, de modo a facilitar a troca de informações a preços acessíveis.

No bojo da *diversidade* dos mundos digitais indonésios, o autor destaca que telefones celulares são usados para diferentes práticas – servindo tanto para organizar protestos, como para disparar bombas, como foi o caso dos notórios atentados de Bali, em 2002. Além disso, a formação de novas formas de intimidade pública entre os jovens indonésios estão possibilitando o desenvolvimento de diferentes práticas, entre os quais estão a pornografia²⁴² e as novas possibilidades de sexo por telefone.

Em termos de mudanças sociais, entre as práticas mais *empolgantes* trazidas pelas novas mídias, especialmente para os mais jovens, está a *possibilidade* de conversas diárias entre diferentes pessoas de sexo oposto – o que tem permitido às meninas salafistas²⁴³, em grande parte restritas no diálogo com meninos, *interagirem* livremente com amigos homens por meio de mensagens de texto. Além disso, as listas de correio eletrônico têm oferecido novos *espaços públicos* para que mulheres muçulmanas reflitam sobre seus interesses – incluindo saúde, reprodução sexual e direito das mulheres.

²⁴¹ Ali, é comum que telefones roubados, de segunda mão, ou até lixos eletrônicos importados sejam readaptados informalmente – a partir de troca de peças – para uso da população menos favorecida.

²⁴² Ainda que tais práticas não sejam restritas a um contexto indonésio, na Indonésia, a nova mídia e, especialmente, os novos mecanismos de compartilhamento anônimo que ela oferece, fez com que o aumento da pornografia, da violência política e da pirataria fosse comumente associado pela população como frutos de uma perversidade ocidental – o que torna muitas pessoas temerosas quanto ao lado mais sinistro da revolução digital.

²⁴³ Integrantes do movimento ortodoxo, internacionalista e ultraconservador do islamismo sunita denominado Salafismo.

Também o anonimato e outras vantagens proporcionadas por softwares de comunicação ou sites de namoro permitiram que os jovens experimentassem o romance com segurança em uma sociedade que, de outra forma, desaprova o contato íntimo público entre os sexos. Embora *aparentemente* sem precedentes, Barendregt (2012) destaca que o estilo performativo de muitos textos enviados de telefones celulares da Indonésia e até mesmo algumas trocas mais íntimas em sessões de bate-papo amoroso podem ser rastreados em fenômenos indonésios mais *antigos* – como o canto responsorial no campo, na floresta ou durante as festividades – quando as construções pré-fabricadas eram instrumentos usados na criação de uma atmosfera de flerte.

Se as novas possibilidades privadas oferecidas por salas de bate-papo e sites de relacionamento se baseiam em certas tradições indonésias, o mesmo acontece com os usos mais públicos da Internet na Indonésia – o que a torna algo muito *particular*. Chama atenção as mudanças trazidas pelas novas mídias para o âmbito do feriado islâmico anual, que ocorre no final do mês de jejum do Ramadã. Se tradicionalmente pessoas de toda a Indonésia costumavam voltar para casa nesta época do ano para restaurar as relações sociais com parentes e pedir perdão por mal-entendidos ou desrespeitos, atualmente – e cada vez com mais frequência – isso é feito por meio do *envio* de mensagens de texto ou do contato com familiares e amigos por meios de sites de redes sociais.

Essas e outras questões fazem repensar a internet como um processo local, que deve ser entendido à luz de suas *especificidades* e das diferentes possibilidades de explorações. No campo dos estudos de mídia, esta pesquisa deixa muitas *pistas* sobre como estudar apropriações criativas da cultura digital dominante fora de seu centro – e que apontam para os modos como as tecnologias digitais são adaptadas por contextos sociais e estilos culturais *específicos*. Na Indonésia, o uso do telefone de segunda mão, a pirataria e outras formas de globalização barata são os meios que tais populações obterem acesso ao sistema dominante – de outra forma impenetrável para os menos abastados digitalmente.

Olhar para tais apropriações são a *chave* para novos empreendimentos antropológicos do digital, que têm como desafio pensar a *cultura digital* para além dos centros das sociedades da informação. Afinal, a ampla adoção e reapropriação das tecnologias digitais ao redor do mundo – que resultam em práticas digitais múltiplas e próprias – constitui-se atualmente em uma *nova e empolgante* era para antropólogos e estudiosos de mídia que está prestes a despontar.

Na América Latina, o desenvolvimento de estudos sobre práticas culturais amplas e significativas – como podem ser observadas em relação à *telenovela* e outros formatos da

ficção televisiva, por exemplo – é um passo importante não apenas para o reconhecimento das mestiçagens das quais somos feitos, como para a diversificação de um campo rico em possibilidades, capaz de questionar a hegemonia de um suposto imperialismo cultural, que desconsidera a riqueza e a multiplicidade de nossas práticas heterogêneas, mestiças e plurais.

9.4.1 A questão da voz

Em todo o mundo, a pauta democrática tem sido debatida, colocando no centro do debate a questão da *participação* – pedra angular da democracia e alicerce da reforma e do progresso²⁴⁴. Nesse cenário, tão central quanto a participação política formal é a noção de participação que engloba a ideia de “voz” e diz respeito à *agência* de se representar, bem como o direito de *expressar* uma opinião e ser ouvido.

De fato, muitos antropólogos têm se preocupado cada vez mais em como dar voz a grupos de pequena escala ou marginalizados, que tendem a ser ignorados na generalização acadêmica centrada no Oeste metropolitano. Como observa Tacchi (2012), não há problema em buscar dar voz a estes grupos, porém muitas vezes grupos dominantes não conseguem se *envolver* com o próprio conceito de voz, ignorando a necessidade de envolvimento de perto com as situações e necessidade de *comunidades locais*.

Mesmo no cenário das mídias digitais, a voz implica acesso às tecnologias e habilidades para usá-las – o que depende de uma série de *condições*, não somente físicas, mas cognitivas, políticas, afetivas, econômicas e culturais. Em um experimento de criação participativa de conteúdo com foco em questões de voz realizado no Sul da Ásia a partir de três componentes distintos – (1) desenvolvimento de capacidades com membros locais com foco na criação de conteúdo digital, (2) acompanhamento do desenvolvimento local das atividades participativas de criação de conteúdo em cada site; (3) formulação de estratégias de distribuição dos conteúdos produzidos – Tacchi (2012) descobriu que muitas pessoas *querem* usar as mídias para destacar questões sociais ou até para demonstrar como é possível desafiar a adversidade e, assim, fornecer um exemplo inspirador.

Apesar do projeto, intitulado *Finding a Voice*, ter revelado algumas *oportunidades* promissoras para o desenvolvimento de processos de voz, ele também fomentou a reflexão sobre a necessidade de uma *escuta* ativa e da reflexão sobre a relação falante-ouvinte. Até porque, é através do processo de escuta que o valor da voz ganha importância, reconhecimento e possibilidade de resposta – e isso requer uma mudança radical de

²⁴⁴ Cf. Tacchi (2012).

relacionamentos verticais para horizontais. A essas pessoas, dá-se a voz não por caridade, mas pela convicção de que elas têm coisas a dizer²⁴⁵. E essa voz não é monológica, mas dialógica – posto que o cerne do método etnográfico repousa justamente no estabelecimento de um diálogo paciente entre o pesquisador e os sujeitos estudados:

Porém, não se trata de um ouvir qualquer. É um ouvir que dá a palavra, não para ouvir o que queremos, mas para ouvir o que os nossos interlocutores têm a dizer. E falamos aqui em interlocutores – não informantes ou entrevistados – porque a palavra cedida se dá num contexto de diálogo, numa relação dialógica, e é nesse diálogo que os dados se fazem para o pesquisador. A relação dialógica só é possível de ser estabelecida no meio de uma posição do antropólogo entre os nativos: a de observador-participante, que cria familiaridade e possibilita a “fusão de horizontes” da qual falam os hermenêutas, condição indispensável para um verdadeiro diálogo (URIARTE, 2012, p. 6, aspas originais).

Todas essas questões tornam-se ainda mais pungentes no ambiente da internet, marcado pela heterogeneidade de conteúdos, práticas, posicionamentos, comentários. Mesmo no bojo do novo ambiente de comunicação proporcionado pelas tecnologias digitais – que parecem apontar para possibilidades de processos mais horizontais de troca e múltiplas fontes de informação e engajamento digital – é necessário refletir acerca do papel da mídia e das tecnologias digitais nos processos de valorização da voz e da escuta. Reafirmando, dessa forma, o compromisso com um princípio que já é uma das marcas da Antropologia, isto é, a tradição de *incluir* cenas e vozes de resistência²⁴⁶, a Antropologia Digital mantém não apenas o *engajamento* com a observação participante e a descrição densa, mas com locais, lugares, povos e práticas particulares.

9.5 A voz do “Outro” e a minha voz: uma reflexão final

Como temos tentado demonstrar até aqui, *fazer etnografia* é muito mais do que “ir a campo”, ter um “espírito etnográfico” ou “ceder a palavra aos nativos”. Esse fazer, quase *artesanal* e sempre muito *reflexivo*, demanda uma preparação teórica sobre o campo a ser pesquisado, uma imersão no mundo que se quer desvendar, um tempo prolongado com os sujeitos da pesquisa, o exercício do desenraizamento e do olhar descentrado, um saber escutar e levar a sério as palavras das pessoas e, por fim, mas não menos importante, uma *ordenação*

²⁴⁵ Cf. Uriarte (2012).

²⁴⁶ Cf. DeNicola (2012).

dos achados da pesquisa mediante uma *escrita* que busque ser realista, polifônica e intersubjetiva:

Esse “modo de acercamento” ou “mergulho” tem suas fases. A primeira delas é um mergulho na teoria, informações e interpretações já feitas sobre a temática e a população específica que queremos estudar. A segunda fase consiste num longo tempo vivendo entre os “nativos” (rurais, urbanos, modernos ou tradicionais); esta fase se conhece como “trabalho de campo”. A terceira fase consiste na escrita, que se faz de volta para a casa (URIARTE, 2012, p. 5).

Após percorridas muitas dessas questões e traçado todo o *percurso* por nós proposto, encerramos este capítulo com algumas reflexões sobre a terceira e última fase do fazer etnográfico, a *escrita* – momento também perpassado pela questão do *lugar* desde onde fala o pesquisador e que remete a um certo consenso – o de que a fala do antropólogo *não* se confunde com o do nativo (Ibidem). Cabe ressaltar aqui que o Eu do pesquisador – sua voz e a posição desde a qual fala – não é, tampouco, a mesma daquele do início do trabalho de campo. Isso porque, passado o momento de imersão, coleta de dados, anotações inicialmente desconexas – o pesquisador se depara com um *novo* arranjo “que não é mais o arranjo do nativo (mas que parte dele, leva-o em conta, foi suscitado por ele) nem com o qual o pesquisador iniciou a pesquisa” (MAGNANI, 2002, p. 17).

Esse novo arranjo, mais geral do que a explicação do nativo e mais denso do que o esquema teórico inicial do pesquisador, carrega as *marcas* de ambos, posto que agora ele tem como referente o “concreto vivido”, constituído de sujeitos *concretos*, dotados de agência e particularidades²⁴⁷. Por mais que o pesquisador se esforce, todavia, sua voz não será nunca a voz do nativo, porque uma coisa é o que o nativo pensa e outra o que o antropólogo pensa que o nativo pensa, de forma que o *ponto de vista* do antropólogo é sempre fruto de sua *relação* com o ponto de vista do *nativo* (URIARTE, 2012).

Uma vez, assim, que o campo não fornece dados, mas informações que costumamos dar o nome de dados, o que se extrai desse encontro é também o desafio de colocar em forma de *texto* a ser lido por um público que não esteve lá o que se encontrou em campo. Este, sem dúvida, é um dos momentos mais *difíceis* da pesquisa, pois demanda do pesquisador uma série de operações, escolhas e indagações nem sempre fáceis de serem solucionadas. Sobre a questão, a autora destaca:

Se tivermos de dizer qual das três fases etnográficas é a mais difícil, diríamos certamente que é a da escrita, pois como converter tantos dados

²⁴⁷ Cf. Magnani (2002).

num texto? Em quantos capítulos? De quê será cada um? A teoria irá em um capítulo e os dados em outro? Por onde começar? São perguntas que ansiosamente todos nos perguntamos quando nos vemos diante de uma escrivadinha abarrotada de depoimentos, transcrições, fitas, cadernos de campo, fotos, diário de campo, lembranças, sensações, etc. (Ibidem, p. 7).

No cerne de tais dificuldades está o fato de que a *etnografia* e a *escrita* são coisas radicalmente *diferentes*²⁴⁸. Isso porque a etnografia é a experiência do Outro que busca captar, compreender e interpretar sua alteridade. Já a *narrativa* etnográfica é, por outro lado, a *transformação* de tais experiências em escrita – o que exige do pesquisador um nível mínimo de coerência e de linearidade que não são fruto das experiências em campo.

Outra dificuldade desse último momento do fazer etnográfico é justamente o fato de que o pesquisador não é apenas um tradutor da palavra nativa ou um registrador das falas do Outro, mas um *autor* que põe as coisas em ordem e monta o quebra-cabeça a partir de um exercício *criativo e autoral* (URARTE, 2012)). Entretanto, o quebra-cabeça montado deve ser honesto o suficiente a ponto de apresentar não apenas as peças montadas, como também as soltas. Volta-se, aqui, à questão da *formação teórica*, que não somente dá início ao trabalho de campo como dá sentido para o seu fim – posto que ajuda a colocar as coisas em ordem.

Dada toda a complexidade da etnografia aqui apenas esboçada, finalizamos este capítulo com uma reflexão que consideramos particularmente útil diante o atual cenário em que parece ser de todos *desejável* uma “perspectiva etnográfica” e que, de outro modo, revela a *importância* e a *potencialidade* da etnografia para diferentes áreas e objetos, incluindo a Comunicação. Ponderar sobre o que é a etnografia para um antropólogo e/ou a partir da Antropologia não significa dizer que ela seja “propriedade” exclusiva da disciplina, mas apenas afirmar o quanto ela é *complexa*. Os modos como outras disciplinas podem se apropriar dela é outra questão, que não é dada e nem de fácil solução, mas que *precisa* ser pensada e refletida.

²⁴⁸ Cf. Uriarte (2012).

CONCLUSÃO: É CHEGADA A HORA DE PARTIRMOS!

Chegamos ao final desta investigação que buscou “navegar” à procura de *pistas cartográficas* no oceano de referências sobre a internet, etnografia e telenovela. Após longos quatro anos – e estabelecida nossa rota – damos por concluída essa jornada que, de maneira alguma, esgota o tema. A soma dos debates estabelecidos foi construída de forma quase artesanal – a partir do exercício da *reflexão sistemática*, de anotações, rascunhos, debates, fragmentos. O caminho percorrido nos faz novamente recordar a Wright Mills (1969), para quem o ofício de um pesquisador é, de certa forma, o *ofício* de um *artesão intelectual*, que se molda a partir de *experiências* profissionais, pessoais, cotidianas e criativas – capacitando-o a formar seu próprio *artesanato* e, assim, dar uma forma mais sistemática à sua atividade intelectual, cognitiva. Esse movimento, vale lembrar, é sempre fruto de um *contexto social* e de *fenômenos históricos* que perpassam os objetos e temas de pesquisa²⁴⁹.

Nos últimos anos, a questão das disciplinas e seu papel na produção de conhecimentos tem sido um eixo de importantes discussões nas ciências como um todo²⁵⁰. Nas Ciências Sociais, por exemplo, as recentes dificuldades em se definir as fronteiras de suas disciplinas vêm abrindo espaço para a questão da interdisciplinaridade e do fechamento entre as disciplinas. Além disso, debates sobre o novo padrão emergente da transdisciplinarização²⁵¹ ou pós-disciplinarização vêm apontando para um movimento de superação dos limites entre especialidades fechadas e hierarquizadas.

Sintoma disso é, hoje, uma reflexão sobre sociedade moderna e globalizada. Cada vez mais interpelada pelas formas de comunicação moderna, o estudo de fenômenos urbanos na contemporaneidade acentua ainda mais a relação orgânica entre as Ciências Sociais e a Comunicação, além de desafiar os *limites* convencionais desta ou daquela ciência social. Nesse contexto, um saber como a Antropologia não seria possível “sem o encontro entre civilizações e grupos humanos diferentes em escala cada vez mais intensa” (LOPES & ROMANCINI, p. 6-7).

²⁴⁹ Cf. Lopes (2014b).

²⁵⁰ Cf. Lopes e Romancini (2014).

²⁵¹ É válido ressaltar que a transdisciplinaridade não é o oposto das disciplinas, mas complementar a elas, visto que esse novo rumo do conhecimento só tem sido possível graças à riqueza de saberes acumulados pelas distintas disciplinas. Neste sentido, o atual transbordamento das disciplinas tem implicado não na negação, mas na perda da certeza de que uma disciplina é dona de seu próprio objeto (LOPES & ROMANCINI, 2014).

Diante desse cenário de transformações do próprio saber, nos pareceu interessante uma discussão que se propusesse a pensar acerca de caminhos abertos e fluxos de objetos transversais e transdisciplinares com os quais inevitavelmente nos esbarramos hoje, principalmente se considerarmos as *tênuas* fronteiras que a Comunicação carrega “pela configuração de seus objetos móveis, nômades, de contornos difusos, impossíveis de encerrar nas malhas de um saber positivo e rigidamente parcelado” (LOPES & ROMANCINI, 2014, p. 8). Esse esforço se justificou ainda em função da carência de construções metodológicas construídas sob alicerces coesos, capazes de embasar e legitimar pesquisas de campo²⁵².

É nesse horizonte de diálogos e bifurcações que os trabalhos de JMB ganharam destaque na tese. Expressando seu interesse pela condição de *cartógrafo*, o intelectual introduziu uma perspectiva epistemológica inovadora dentro dos estudos de Comunicação que, para além dos novos objetos de estudo, apontou para a possibilidade de definição de novos métodos e de diálogos interdisciplinares para a investigação dos fenômenos que mesclam o culto, o popular e o massivo. Assim, se por um lado, as atuais pesquisas antropológicas chamaram nossa atenção por problematizarem o digital e a relação entre mídia e sociedade, a cartografia proposta por JMB se apresentou como uma posição privilegiada que nos permitiu fazer esse elo entre os estudos de Comunicação e a Antropologia nessa nossa jornada por garimpar elementos cartográficos fecundos para o debate sobre métodos de pesquisa na internet que pudessem contribuir para o aprofundamento do debate que tem caracterizado a investigação da ficção televisiva no contexto da cultura da convergência e da transmídiação (JENKINS, 2008).

Cientes, portanto, de que o caráter aberto de uma cartografia traz à luz práticas comunicacionais e culturais da periferia global, o caminho teórico-metodológico aberto por JMB gerou um contexto propício ao cruzamento de autores e conceitos vindos de outras áreas do conhecimento, e se configurou como um interessante campo de experimentações da transdisciplinaridade em seu sentido mais amplo. Não sem causa, a integração entre os mapas barberianos e os recentes estudos antropológicos em mídias digitais se revelou um exercício fértil de imaginação metodológica durante todo o desenho da pesquisa.

Justamente por isso, a Comunicação que se apresenta nos escritos deste trabalho é, de fato, um conhecimento feito no *limiar* de sua fronteira com as Ciências Sociais, que se desenhou a partir da tentativa de adensar alguns debates para estudos de recepção de ficção televisiva na internet. Todavia, seguindo um pensamento de *fronteira*, não se poderá negar a

²⁵² Cf. Jacks, Menezes e Piedras (2008).

forte influência de uma gama de autores advindos de outros campos – principalmente da Antropologia – que ajudaram a *construir* os aportes teóricos para a investigação proposta neste trabalho e, com isso, fomentar o debate e a produção acadêmica sobre esse tema em constante mudança e seus novos *lócus* para explorações metodológicas.

No Brasil e na América em geral, o interesse pela epistemologia²⁵³ na área da Comunicação é um fenômeno relativamente recente, que data de meados dos anos 1990²⁵⁴. Ainda assim, no âmbito metodológico, alguns obstáculos²⁵⁵ têm se colocado à frente das pesquisas em Comunicação, entre os quais estão a ausência ou precariedade da reflexão epistemológica, a fraqueza teórica – sentida principalmente no manejo da interdisciplinaridade –, a falta de visão metodológica integrada²⁵⁶, a deficiente combinação de métodos e técnicas, decorrente quase sempre de um marco teórico ambicioso que não se realiza numa estratégia metodológica do mesmo porte, a dicotomia entre pesquisa descritiva e interpretativa e entre pesquisa quantitativa e qualitativa. Todos esses fatores enfraquecem o desenvolvimento de muitas pesquisas.

Atentas às mudanças de quadros que vêm compondo o campo televisivo brasileiro nos últimos anos, buscamos contribuir para o *aprofundamento* do debate teórico e metodológico no que tange ao consumo de conteúdos televisivos de ficção na internet. O debate aqui estabelecido, todavia, *não* limita nossa proposta apenas a pesquisas sobre telenovela ou ficção televisiva, podendo ser também incorporada para outros objetos. Até porque, a despeito das especificidades de cada pesquisa, é sabido que as incursões de campo inspiradas pela antropologia constituem “um repertório capaz de inspirar e fundamentar abordagens sobre novos objetos e questões atuais” (MAGNANI, 2002, p. 11).

Esta investigação buscou, assim, um *duplo* movimento: ao mesmo tempo em que procurou elaborar um *quadro* conceitual e metodológico coerente baseado no diálogo dos trabalhos de JMB com os recentes estudos da Antropologia Digital, buscou-se também, no desenvolvimento teórico, *contribuir* para o trabalho *empírico* de estudos de recepção. Notamos, todavia, que este é apenas uma entre diversas outras possibilidades que atualmente *florescem* no emergente cenário de ebulição do digital.

²⁵³ No começo, aparecendo como reflexões em torno da história do campo, os debates sobre o assunto têm evoluído para a condição disciplinar da Comunicação.

²⁵⁴ Cf. Lopes e Romancini (2014).

²⁵⁵ Cf. Lopes (2004).

²⁵⁶ Ou seja, a falta de integração entre teoria e metodologia, nível teórico e metódico-técnico.

Num primeiro momento, com vistas a conhecer melhor “o campo” ao qual estávamos adentrando, tivemos como preocupação apresentar um *mapa geral* das questões que atualmente perpassam a telenovela em tempos transmídia – seus ambientes e alguns conceitos que a permeiam. Ali, também discutimos a *agenda atual* dos estudos de recepção, iluminamos alguns autores que têm sido importantes para o campo da pesquisa empírica, de modo mais estreito, e também para a Comunicação, de modo mais amplo e, dessa forma, situamos nosso interesse de pesquisa dentro de um *quadro maior* – da qual somos apenas um pequeno esforço. Nesse percurso, longe de uma completa reorientação teórica e metodológica, esta tese buscou *agregar* aos debates já estabelecidos algumas dimensões teórico-metodológicas advindas da Antropologia Digital.

Nessa caminhada marcada, de um lado, pelo encontro com uma bibliografia *densa* de autores e questões que parecem conformar um grande *bazar* barulhento de agendas e abordagens diferentes e, de outro, pelo reconhecimento de experiências de investigação que parecem convidar-nos a repensar nosso próprio trabalho na internet – no que toca ao recorte do objeto, acesso aos sujeitos, coleta de dados, discussão de implicações éticas, entre outras questões, procuramos iluminar não apenas obstáculos e limitações, mas também *possibilidades* dentro de uma agenda comum dos estudos de recepção – que aponta para os desafios de se abarcar os processos de comunicação na contemporaneidade.

Passado esse primeiro e fundamental momento – e uma vez apresentado o *baluarte* que conforma nossa proposta construída no limiar entre a Comunicação e a Antropologia – debruçamo-nos sobre nosso objetivo de oferecer uma *proposta* teórico-metodológica que contemplasse estudos de recepção feitos na internet – e que permitisse pensar a *internet* como campo de pesquisa etnográfica. Para tanto, tomando a Antropologia como um campo de possíveis reflexões sobre teoria e método, e os mapas barberianos como o enquadramento ou a moldura desse esforço teórico-metodológico, buscamos estabelecer um *diálogo* que fosse capaz de contemplar os estudos em telenovela dentro de um contexto em que as relações socioculturais estão cada vez mais ultrapassadas pelas tecnologias e meios digitais (MACHADO, 2017). Esse *exercício* desvelou não somente a pluralidade dos usos e o vigor dos mapas de JMB, como as possibilidades *fecundas* de maior diálogo entre a Comunicação e a Antropologia.

Fazemos aqui um adendo. Ao optarmos por uma abordagem antropológica/etnográfica, devemos ter sempre em mente que seremos *afetados* por ela em todo o percurso da pesquisa: desde o momento antes do campo, passando por ele, até chegar à escrita. Afinal, a etnografia não é simplesmente um método a ser aplicado, tampouco uma mera técnica a ser usada de

maneira rasa, mas é também teoria. Argumentamos, ao longo dessa tese, que a *aproximação* com a etnografia começa já no *delineamento* da pesquisa, segue com a *reflexividade* das atividades demandadas no campo – que faz o pesquisador deparar-se com outra teoria, aquela que é vista como prática vivida e que vai afetá-lo durante sua imersão – e finda com um *retorno* à escrita e a construção do Outro, momento de novo mergulho na teoria:

A teoria e a prática são inseparáveis: o fazer etnográfico é perpassado o tempo todo pela teoria. Antes de ir a campo, para nos informarmos de todo o conhecimento produzido sobre a temática e o grupo a ser pesquisado; no campo, ao ser o nosso olhar e nosso escutar guiado, moldado e disciplinado pela teoria; ao voltar e escrever, pondo em ordem os fatos, isto é, traduzindo os fatos e emoldurando-os numa teoria interpretativa (URIARTE, 2012, p. 1).

Estabelecemos aqui um *mapa possível*, que dialoga com as atuais demandas de pesquisas de campo na internet – sem dúvida, adensadas pela emergência do coronavírus –, mas, antes disso, pelas novas reconfigurações sociais, políticas e culturais advindas do cenário globalizado, que dá novo estatuto às técnicas e faz emergir novas formas de ser e de estar no mundo. Desse modo, dividimos nossa proposta em três eixos.

O primeiro deles – que no fazer etnográfico diz respeito ao mergulho na teoria – foi marcado pelo debate sobre o *olhar* para a internet e as práticas ali estabelecidas. Com já ressaltamos, esse exercício rendeu-nos dois capítulos. No primeiro, que põe em diálogo a mediação redes e o princípio da dialética, grosso modo, buscamos pensar o digital e a internet não a partir de dicotomias ou fronteiras rígidas entre o *online* e o *offline*, o digital e o analógico, mas de *tráfegos*, continuidades, e também particularidades – o que implicou na reflexão sobre a importância de saber pensar o campo quando ele é a internet. Dando continuidade ao debate, no segundo capítulo, colocamos em diálogo a mediação central tecnicidade e o princípio da falsa autenticidade. Nele, propomos uma reflexão sobre a cultura que perpassa as técnicas e têm como horizonte mais amplo a globalização. Nosso objetivo foi situar as práticas na internet para além do determinismo tecnológico ou do pessimismo cultural. Importa aqui saber olhar para as pessoas e práticas.

No segundo eixo – que diz respeito à fase do “trabalho de campo” – nos dispusemos a pensar questões do *método etnográfico* na internet, o que também se desmembrou em dois capítulos. No primeiro deles, que trouxe à baila uma discussão sobre o princípio do holismo, buscamos refletir questões mais teóricas sobre o método etnográfico (tradicional e *online*). Ali, também estabelecemos diálogos entre a proposta de JMB e a Antropologia. No segundo

capítulo deste eixo, voltamo-nos para uma discussão mais endereçada para as práticas de pesquisas de campo feitas na internet. Nele, iluminamos caminhos já feitos, dilemas, questões éticas – tudo a partir do diálogo com pesquisas já realizadas.

Além disso, tendo em conta o caráter *mutável*, dinâmico e descontínuo dos métodos de pesquisa (LOPES, 2014a, 2014b), buscamos situar a agenda da pesquisa etnográfica na internet a partir de uma breve discussão sobre o coronavírus e os desafios impostos pela emergência da pandemia de Covid-19 que, em última instância, aponta para a já *permanente* necessidade da Antropologia de conceber novas estratégias e formas de pesquisas – levando, dessa forma, a um constante refinamento da disciplina²⁵⁷.

Por fim, no terceiro eixo – que diz respeito ao momento da escrita – selamos nossa proposta com dois capítulos. O primeiro buscou pensar a relação sujeito e objeto na prática etnográfica como uma questão de temporalidade, o que se faz a partir do diálogo com questões trazidas por Fabian (2013) e sua teoria da coetaneidade. Nossos esforços ali se deram no sentido a argumentar a favor de práticas de pesquisas baseadas no *diálogo*, no respeito ao “Outro” e no reconhecimento de que todo conhecimento sobre o “Outro” é também um ato *temporal*. Já no último capítulo de nossa proposição, dedicamo-nos a discutir as ritualidades nas redes a partir do princípio do relativismo cultural. A soma desse debate nos rendeu a discussão sobre a questão da “voz” nas pesquisas – compromisso que tem sido uma das marcas da Antropologia.

Ressaltamos que os eixos aqui propostos não são *estanques* e, em vários momentos, as discussões trazidas em cada um deles se *esbarram*. Longe de uma fraqueza, isso remete às *bases* da própria etnografia, experimentada na constante *torção* entre teoria e prática²⁵⁸. De alguma forma, todos esses momentos têm como fio condutor o *olhar* – sobre ambientes, atores sociais, práticas – que exige do pesquisador certo distanciamento para que este possa pensar o “Outro”.

A mesma reflexão serve para os diálogos entre as *mediações* e os *princípios* aqui articulados. Apesar de coerentes em suas propostas, *não* formam um conjunto *fechado* passível de ser aplicado de forma mecânica ou usado sem reflexividade. Antes, podem servir para outros debates – a partir, por exemplo, dos princípios aqui não explorados (materialidade e fechamento e abertura) e de outras mediações não abordadas, como a socialidade. Além disso, podem ser *articulados* de outras maneiras de acordo com a *imaginação* de cada

²⁵⁷ Cf. Peirano (2014).

²⁵⁸ Cf. Peirano (2014); Piva (2020).

pesquisador e/ou as *demandas* de cada pesquisa. Nesse contexto, e resguardadas as particularidades, consideramos cabível para o escopo desta pesquisa o argumento de Magnani (2012) sobre o uso de algumas categorias nativas forjadas coletivamente no bojo do Núcleo de Antropologia Urbana (NAU) – que têm sido incorporadas em algumas pesquisas como categorias analíticas, sendo por vezes adaptadas, ampliadas, usadas juntas ou separadamente:

Como categorias, elas são instrumentos de trabalho, estão sujeitas a modificações e gosto quando vem um aluno e diz: professor, eu tive que fazer uma modificação. É ótimo, porque significa que a teoria está viva, não está fossilizada, ela está sujeita aos estímulos que vêm do campo (MAGNANI, 2012, p. 172).

O que se antevê aqui, portanto, *não* é um *manual* fechado, mas uma proposta *aberta* de um mapa *possível*, que aponta caminhos para outros mapas e outras rotas – até porque, em se tratando de etnografia, não há um *roteiro metodológico fixo* a ser empregado etapa por etapa. Tudo depende das demandas de cada pesquisa, afinal, a experimentação etnográfica é sempre um devir (PIVA, 2020). Dado o escopo deste trabalho, contudo, tivemos como desafio trazer um quadro coerente de fatos conhecidos²⁵⁹, que permita contribuir para a atual agenda dos estudos de recepção feitos no ambiente *online*.

Notamos que esta coerência foi procurada por nós, inclusive, na *escolha* dos autores e dos *termos* usados que, aliás, são mais do que simples termos: são *posições* teórico-epistemológicas. Dizer que partimos de uma etnografia *digital* – e não de uma etnografia virtual ou netnografia, termos posteriormente questionados pela própria Hine²⁶⁰ – foi uma escolha *consciente* e epistemológica que se inicia com a discussão do que seja o digital, situado não a partir de dicotomias, mas confluências, tráfegos e zonas porosas entre o *online* e o *offline*.

Longe de desmerecermos outros autores e vertentes²⁶¹ – por vezes até *utilizados* em determinadas discussões trazidas por nós para justificar nossa inserção, ou mesmo pelos autores que utilizamos – tivemos como proposta iluminar um caminho possível *alinhado* às nossas preocupações teóricas, metodológicas e epistemológicas. Este caminho foi encontrado

²⁵⁹ Cf. Lopes (2014a).

²⁶⁰ Cf. Fragoso, Recuero e Amaral (2011).

²⁶¹ Estamos aqui cientes de que, Hine, por exemplo, está entre as mais importantes antropólogas do campo dos estudos digitais que, desde os anos 2000, vem trazendo provocações fundamentais para a reflexão do caráter multifacetado da internet. Diante o mar de referenciais sobre a internet e da necessidade recorte, estamos apenas situando nosso posicionamento teórico-epistemológico a partir dos autores por nós adotados.

na *Antropologia Digital* que, acreditamos, muito ainda tem a nos ensinar e inspirar. Nesse sentido, a despeito dos diferentes ambientes digitais e formas de imersão possíveis, das distintas abordagens etnográficas existentes – fruto de dinâmicas estruturais diferentes e das dinâmicas em distintas plataformas (SANTOS, 2020) – consideramos que os princípios aqui apresentados e desenvolvidos podem servir como norteadores para pesquisas de recepção futuras feitas no ambiente *online*.

No bojo de nossas considerações finais, encerramos com o *sentimento* que ainda há muito a ser problematizado sobre as abordagens etnográficas feitas na internet. Diante das inúmeras portas abertas pelas tecnologias digitais, acreditamos que a internet constitui atualmente um campo rico de possibilidades de exploração para uma infinidade de pesquisas – de diferentes áreas, com diferentes objetos, abordagens e recortes. No âmbito da pesquisa em ficção televisiva, consideramos o conceito de polimídia e as etnografias multissituadas como caminhos fecundos para futuros estudos de recepção, afinal, no atual cenário de transbordamento de conteúdos para diferentes telas e de múltiplos usos por parte dos públicos, já não é possível entender uma plataforma midiática de modo isolado. Esperamos que nossos *apontamentos*, essencialmente baseados no levantamento bibliográfico e na discussão teórica, possam, de alguma forma, contribuir para o debate dos estudos de recepção feitos na internet e, quem sabe, *instigar* novos debates e propostas metodológicas – fatores essenciais para o avanço da área (FRAGOSO, RECUERO & AMARAL, 2011).

Talvez possamos ser consideradas repetitivas por trazemos aquilo que “todo mundo sabe”, mas como já dizia Becker (2007), não precisamos ser revolucionários na pesquisa, aliás, coisa muito *rara* na ciência. Nosso olhar particular sobre objetos comuns, banais, já estudados, debatidos, e por vezes até desgastados, é, por si só, um *novo olhar* sobre o objeto. Afinal, se no mundo social nada permanece igual, não podemos nunca *ignorar* um tema que já foi estudado. Além do mais é preciso considerar que coisas com o mesmo nome *não* são a mesma coisa. Essa discussão vale para objetos e também para métodos. É com esse espírito que chegamos ao *fim* de nossa viagem teórico-metodológica que, inicialmente buscando *navegar* com a telenovela, se deparou com um horizonte ainda mais largo dos estudos de recepção feitos na internet. Cientes de que traçamos apenas um *trajeto* possível em um mar repleto de desafios e de muitos outros “barcos”, damos por fim nossa jornada. É chegada a hora de seguirmos outros rumos.

REFERÊNCIAS

Livros, artigos acadêmicos, teses e dissertações

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Schwarcz Ltda, 2009 [1983].

APPADURAI, Arjun. **Modernity at large**. London: University of Minnesota Press, 1996.

ARRUDA, Neide; TORREGLOSSA, Silvia. **Telenovela brasileira**: a audiência em diferentes plataformas e espaços. Artigo publicado como paper digital para o 34º Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Recife-PE). Intercom, 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-2796-1.pdf>. Acesso em 27/12/2021.

BACCEGA, Maria Aparecida; TONDATO, Marcia; CASTRO, Gisela; OROFINO, Maria. Reconfigurações da ficção televisiva: perspectivas de transmidiação em Cheias de Charme. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.). **Estratégias de transmidiação na ficção televisiva brasileira**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

BARENDREGT, Bart. Diverse Digital Worlds. In: HORST, Heather; MILLER, Daniel (orgs). **Digital Anthropology**. London/New York: Berg, 2012, p. 203-224.

BECKER, Howard. **Segredos e truques de pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2007.

BECKER, Howard. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

BOAS, Franz. “As limitações do método comparativo da Antropologia” e “Os métodos da etnologia”. In: Celso Castro (org.) **Antropologia Cultural**. RJ: Jorge Zahar, 2004.

BOAVENTURA, Katrine Tokarski. **Recepção e Estudos Culturais**: uma relação pouco discutida. 178f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em em Comunicação da Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

BOELLSTORFF, Tom. Rethinking Digital Anthropology. In: HORST, Heather; MILLER, Daniel (orgs). **Digital Anthropology**. London/New York: Berg, 2012, p. 39-60.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.

BRIGNOL, Liliane Dutra; COGO, Denise; MARTÍNEZ, Silvia Lago. Redes - dimensión epistemológica y mediación constitutiva de las mutaciones comunicacionales y culturales de nuestro tiempo. In: JACKS, Nilda; SCHIMTZ, Daniela; WOTTRICH, Laura (Orgs). **Un nuevo mapa para investigar la mutación cultural**: Diálogo con la propuesta de Jesús Martín-Barbero. Quito: CIESPAL, 2019, p. 187-214.

BROADBENT, Stefana. Approaches to Personal Communication. In: HORST, Heather; MILLER, Daniel (orgs). **Digital Anthropology**. London/New York: Berg, 2012, p. 127-145.

CÁRDENAS, Jorge Alberto Meneses. Etnografía digital multisituada: jóvenes universitarios y universitarias estudiando desde casa em tiempos de covid-19. **Cadernos De Campo**, vol.29, n.2, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/175177>. Acesso em 20/12/2021.

CASTILHO, Fernanda. **TeleTube: TV transmídia, ficção e fãs on-line**. Curitiba: Appris, 2018.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In: **Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia**, v. 1. São Paulo: Editora 34, 2000.

DENICOLA, Lane. Geomedia: The Reassertion of Space within Digital Culture. In: HORST, Heather; MILLER, Daniel (orgs). **Digital Anthropology**. London/New York: Berg, 2012, p. 80-98.

DEPEXE, Sandra; RONSINI, Veneza V; MARQUES, Camila da Silva; COUTINHO, Lúcia Loner, CORRÊA, Luiza Betat. Ritualidades de assistência de ficção televisiva em tempos de pandemia. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; SILVA, Lourdes Ana Pereira (Orgs). **Criação e inovação na ficção televisiva brasileira em tempos de pandemia de Covid-19**. Aluminio: CLEA Editorial, v.7, 2021, pp. 208-230. Disponível em: <http://obitelbrasil.blogspot.com/>. Acesso em 16/12/2021.

DOLCEMASCOLO, Agostina; DUGHERA, Lucila. Limitaciones y desafíos del quehacer de las y los cientistas sociales en el capitalismo informacional: Un abordaje desde el análisis de tres experiencias de investigación. **Cadernos De Campo**, vol.29, n.2, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/175285>. Acesso em 20/12/2021.

DORNELLES, Jonatas. **Planeta Terra, Cidade Porto Alegre: uma etnografia entre internautas**. 208f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

DRAZIN, Adam. Design Anthropology: Working on, with and for Digital Technologies. : HORST, Heather; MILLER, Daniel (orgs). **Digital Anthropology**. London/New York: Berg, 2012, p. 245-265.

ENNE, Ana Lucia; OLIVEIRA, Ohana Boy; NANTES, Joana d’Arc de. Um “ofício de cartógrafo mestiço”: a proposta metodológica de Jesús Martín-Barbero como base para um estudo de caso da telenovela mexicana Rubi. **pragMATIZES**. Revista Latino Americana de Estudos em Cultura, v.8, n.14, out.2017/mar.2018, pp. 62-76. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/27264>. Acesso em: 31/12/2019.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Cartografias dos Estudos Culturais: uma versão latino-americana**. Belo Horizonte: Autêntica: 2010.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Quando a recepção já não alcança: os sentidos circulam entre a produção e a recepção. **Revista E-Compós**, v.12, n.1, 2009, pp. 1-15. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/348/318>. Acesso em 06/01/2022.

EVANGELISTA, Rafael; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. O digital e a pandemia. In: GROSSI, Mariam Pilar; TONIOL, Rodrigo (Orgs). **Cientistas sociais e o Coronavírus**. 1ª Ed: ANPOCS, v.1, 2020, p491-495. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/ciencias-sociais/destaques/2458-livro-cientistas-sociais-e-o-coronavirus-ebook-download-gratuito>. Acesso em 06/12/2021.

FABIAN, Johannes. **O Tempo e o Outro**: Como a Antropologia estabelece seu objeto. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

FECHINE, Yvana; GOUVEIA, Diego; ALMEIDA, Cecília; COSTA, Marcela; ESTEVÃO, Flávia. Como pensar os conteúdos transmídias na teledramaturgia brasileira? Uma proposta de abordagem a partir das telenovelas da Globo. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.). **Estratégias de transmídiação na ficção televisiva brasileira**. Porto Alegre: Sulina, 2013, p. 19-60.

FECHINE, Yvana; FIGUEIRÔA, Alexandre. Transmídiação: explorações conceituais a partir da telenovela brasileira. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (Org.), **Ficção televisiva transmidiática no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FELDMAN-BIANCO, Bela. “Prefácio à 2ª edição” e “Introdução”. In: **Antropologia das sociedades contemporâneas: Métodos**. São Paulo, Unesp, 1987.

FERRAZ, Cláudia Pereira; ALVES, André Porto. **Da etnografia virtual à etnografia online**: Deslocamentos dos estudos qualitativos em rede digital. Artigo publicado como paper digital para o 41º Encontro Anual Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Caxambu- MG). Anpocs, 2017. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/spg-4/spg10-4/10962-da-enografia-virtual-a-etnografia-online-deslocamentos-dos-estudos-qualitativos-em-rede-digital/file>. Acesso em 20/10/2021.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. Abordagens etnográficas. In: Fragoso, Suely; Recuero, Raquel; Amaral, Adriana. **Métodos de Pesquisa para Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 167-231.

FREIRE, Claudia Pontes. **Método de monitoramento de redes sociais**: Epistemologia, técnicas e propostas de mineração de banco de dados para conteúdos gerados por fãs de telenovela em redes sociais. 399f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

GEISMAR, Haidy. Museum + Digital = ?. In: HORST, Heather; MILLER, Daniel (orgs). **Digital Anthropology**. London/New York: Berg, 2012, p. 266-287.

GENNEP, A. V. **Os ritos de passagem**. 2. ed., tradução Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2011.

GINSBURG, Faye. Disability in the Digital Age. In: HORST, Heather; MILLER, Daniel (orgs). **Digital Anthropology**. London/New York: Berg, 2012, p. 101-126.

INGSBURG, Faye *et al.* **Media Worlds: Anthropology on new terrain.** California: University of California Press, 2002.

GONÇALVES, Ítalo Vinicius. Da etnografia multissituada à “plataformizada: aproximações entre antropologia e estudos de plataforma. **Cadernos De Campo**, vol.29, n.2, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/175274>. Acesso em 20/12/2021.

GREGOLIN, Máira Valencise. *Viver a Vida* no limiar da tela: a narrativa transmídia chega anovela. **Revista GEMInIS**, v.1, n.1, 2010, pp. 53-67.

GUPTA Akhil; FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antonio A. **O espaço da diferença.** Campinas: Papyrus, 2000, pp. 30-49.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. **Anthropological Locations: Boundaries and Grounds of a Field Science.** University of California Press, 1997.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. **Culture, Power and Place: explorations in critical anthropology.** Duke University Press. Durham and London, 1992.

HAN, Byung-Chu. La emergência viral y el mundo de mañana. In: **Sopa de Wuhan: Pensamento contemporâneo em tiempos de pandemias.** ASPO, 2020.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus: uma breve história do amanhã.** São Paulo: Cia. Das Letras, 2016.

HINE, Christine. **Virtual Ethnography.** London: Sage, 2000.

HORST, Heather. New Media Technologies in Everyday Life. In: HORST, Heather; MILLER, Daniel (orgs). **Digital Anthropology.** London/New York: Berg, 2012, p. 61-79.

HORST, Heather; MILLER, Daniel (orgs). **Digital Anthropology.** London/New York: Berg, 2012.

JACKS, Nilda; SCHIMTZ, Daniela; WOTTRICH, Laura (Orgs). **Un nuevo mapa para investigar la mutación cultural: Diálogo con la propuesta de Jesús Martín-Barbero.** Quito: CIESPAL, 2019. Disponível em: https://ciespal.org/wp-content/uploads/2019/12/Mutaciones_Culturales_APROBADO_05_DIC.pdf. Acesso em 14/06/2020.

JACKS, Nilda; PIEDRAS, Elisa; PIENIZ, Mônica; JONH, Valquiria. (Orgs.). **Meios e audiências III: reconfigurações dos estudos de recepção e consumo midiático no Brasil.** Porto Alegre: Sulina, 2017.

JACKS, Nilda; WOTTRICH, Laura. O legado de Stuart Hall para os estudos de recepção no Brasil. **MATRIZES**, v.10, n.3, 2016, pp. 159-172. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/124661/121885>. Acesso em: 20/06/2020.

JACKS, Nilda. Da agulha ao chip: brevíssima revisão dos estudos de recepção. **Intexto**, n. 34, set./dez. 2015, p. 236-254. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/58055>. Acesso em 14/03/2021.

JACKS, Nilda; MENEZES, Daiane; PIEDRAS, Elisa. **Meios e audiências: a emergência dos estudos de recepção no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

JACKS, Nilda; MENEZES, Daiane Boelhouver. Estudos de recepção e identidade cultural: abordagens brasileiras na década de 90. **Revista Latinoamericana de Ciencias de La Comunicación**, n. 5, 2006, pp. 164-175.

JENKINS, Henry; GREEN, Joshua; FORD, Sam. **Spreadable media: creating value and meaning in a networked culture**. New York: New York University Press, 2013.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

KOZINETS, Robert. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.

LACALLE, Charo. As novas narrativas da ficção televisiva e a internet. **MATRIZES**, v. 3, n. 2, p. 79-102, jan./jul. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38260>. Acesso em: 16/07/2020.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2003.

LEAL, Ondina Fachel. **A leitura social da novela das oito**. 116 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1983.

LEMOS, Ligia Maria Prezia; NÉIA, Lucas Martins; SANTOS, Andreza Almeida dos. Ficção televisiva em plataformas de video-on-demand: reconfigurações do cenário audiovisual brasileiro – e suas implicações nos estudos de mídia. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v.17, 2019, pp. 132-142.

LEMOS, Ligia Maria Prezia. **O autor-roteirista e a ficção televisiva brasileira na era transmídia**. 227 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

LIBARDI, Guilherme. O panorama dos estudos de recepção e consumo midiático no Brasil: contribuições do estado da arte em *Meios e Audiências III*. **Signos do Consumo**, São Paulo, v.11, n.1, jan./jun. 2019, pp. 108-111. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3502/350259661011/html/>. Acesso em 13/03/2021.

LINS, Beatriz; PARREIRAS, Carolina; FREITAS, Eliane. Estratégias para pensar o digital. **Cadernos de Campo**. Vol.29 (2), 2020, p. 1-10. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/181821>. Acesso em 28/10/2021.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; SANTOS, Andreza Almeida dos; COSTA, Aianne Amado Nunes; PINHO, Juliana Malacarne; VIANNA, Júlia Monteiro Segadas; FERNANDES, Leonardo de Sá; ABRÃO, Maria Amélia Paiva; LIMA, Mariana; PEREIRA, Tissiana; RODRIGUES, Gustavo. Brasil: Pandemia e Resistência. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org). **Ficção televisiva ibero-americana em tempos de pandemia**. Santiago: Universidad Católica de Chile, 2021.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; SILVA, Lourdes Ana Pereira (orgs). **Criação e inovação na ficção televisiva brasileira em tempos de pandemia de Covid-19**. Aluminio: CLEA Editorial, v.7, 2021. Disponível em: <http://obitelbrasil.blogspot.com/>. Acesso em 16/12/2021.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; LEMOS, Ligia; ROCHA, Larissa; LIMA, Mariana; PEREIRA, Tissiana; NÉIA, Lucas; SANTOS, Andreza Almeida; TORRES, Gabriela; MELO, Anderson. Brasil: tempo de *streaming* brasileiro. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; GÓMEZ, Guillermo Orozco. (org.). **O Melodrama em Tempos de Streaming**. Porto Alegre: Sulina, 2020.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; LEMOS, Ligia; ROCHA, Larissa; NÉIA, Lucas; LIMA, Mariana; PEREIRA, Tissiana; SANTOS, Andreza Almeida; ORTEGA, Daniela. Brasil: streaming, tudo junto e misturado. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; GÓMEZ, Guillermo Orozco. (org.). **Modelos de distribuição da televisão por internet: atores, tecnologias, estratégias** - Anuário Obitel 2019. 1ed. Porto Alegre: Sulina, 2019a.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; LEMOS, Ligia Prezia. **Uma cartografia do Obitel**. Artigo publicado como paper digital para o XXVIII Encontro Anual da Compós (Porto Alegre – RS). Compós, 2019. Disponível em http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_205XWVRQTSHJR48JFFDX_28_7_620_19_02_2019_14_07_08.pdf. Acesso em: 06/06/2019.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (Org). **A Construção de mundos na ficção televisiva brasileira**. Porto Alegre: Sulina, 2019b.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; GRECO, Clarice; CASTILHO, Fernanda; Lemos, Ligia; NÉIA, Lucas; LIMA, Mariana; PEREIRA, Tissiana; SANTOS, Andreza Almeida; ORTEGA, Daniela. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; GÓMEZ, Guillermo Orozco. **Ficção televisiva Ibero-Americana em Plataformas de Video on Demand**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. A teoria barberiana da Comunicação. **MatriZes**, vol.12 n.1, 2018, p. 39-63. Disponível em: www.revistas.usp.br/matrizes/. Acesso em 18/05/2021.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; GRECO, Clarice; ORTEGA, Daniela; CASTILHO, Fernanda; LEMOS, Ligia; NÉIA, Lucas; LIMA, Mariana; PEREIRA, Tissiana. Brasil: rumo à

produção e recepção 360°. . In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; GÓMEZ, Guillermo Orozco (Coords). **Uma Década de Ficção Televisiva na Ibero-América. Análise dos Dez Anos do Obitel (2001-2016)**. Porto Alegre: Sulina, 2017.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; GRECO, Clarice; ORTEGA, Daniela; CASTILHO, Fernanda; LEMOS, Ligia; NÉIA, Lucas; CARNEVALLI, Maria Alice; LIMA, Mariana; PEREIRA, Tissiana. Brasil: a “TV transformada” na ficção televisiva brasileira. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; GÓMEZ, Guillermo Orozco (Coords). **(Re)invenção de Gêneros e Formatos da Ficção Televisiva**. Porto Alegre: Sulina, 2016.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; MUNGIOLI, Maria Cristina Palma; GRECO, Clarice; SANTANA, Fernanda; SUZUKI, Helen; LEMOS, Ligia; LUSVARGHI, Luiza; BERNARDAZZI, Rafaela; MAURO, Rosana; DANTAS, Sílvia; PENNER, Tomaz. Brasil: tempo de séries brasileiras?. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; GÓMEZ, Guillermo Orozco (Coords). **Relações de Gênero na Ficção Televisiva**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org). **Por uma teoria de fãs da ficção televisiva brasileira**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; MUNGIOLI, Maria Cristina Palma; GRECO, Clarice; FREIRE, Claudia; LEMOS, Ligia; BERNARDAZZI, Rafaela; DANTAS, Sílvia; PENNER, Tomaz. Brasil: trânsito de formas e conteúdos na ficção televisiva. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; GÓMEZ, Guillermo Orozco (Coords). **Estratégias de Produção Transmídia na Ficção Televisiva**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LOPES, Maria Immacolata V., ROMANCINI, Richard. Epistemologia. In: CITELLI, Adilson; BERGER, Christa; BACCEGA, Maria Aparecida; LOPES, Maria Immacolata V.; França, Vera (orgs). **Dicionário da Comunicação**. Escolas, teorias, autores. São Paulo: Ed. Contexto, 2014, p. 127-137.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em Comunicação**. 12ed. São Paulo: Loyola, 2014a.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Mediação e recepção: algumas conexões teóricas e metodológicas nos estudos latino-americanos de comunicação. **MATRIZES**, v.8, n.1, 2014b, p. 65-80. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/82931>. Acesso em 28/12/2021.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.). **Estratégias de transmidiação na ficção televisiva brasileira**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; MUNGIOLI, Maria Cristina Palma; FREIRE, Claudia; GRECO, Clarice; LEMOS, Ligia; KARHAWI, Issaaf; SUZUKI, Helen. Brasil: a telenovela como fenômeno midiático. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; GÓMEZ, Guillermo Orozco (Coords). **Memória Social e Ficção Televisiva em Países Ibero-Americanos**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; MUNGIOLI, Maria Cristina Palma; GRECO, Clarice; FREIRE, Claudia; KARHAWI, Issaaf; SUZUKI, Helen; LEMOS, Ligia; BRETTAS, Lorena; ARRUDA, Neide; TORREGLOSSA, Sílvia. Brasil: A “nova classe média” e as redes

sociais potencializam a ficção televisiva. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; GÓMEZ, Guillermo Orozco (Coords). **Transnacionalização da Ficção Televisiva nos Países Ibero-Americanos**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; MUNGIOLI, Maria Cristina Palma; GRECO, Clarice; LEMOS, Ligia; FREIRE, Claudia; KARHAWI, Issaaf; ARRUDA, Neide; TORREGLOSSA, Silvia. Brasil: Caminhos da ficção entre novos e velhos. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; GÓMEZ, Guillermo Orozco (Coords). **Qualidade na ficção televisiva e participação transmidiática das audiências**. São Paulo: Globo, 2011.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Uma agenda metodológica para a recepção transmídia da ficção televisiva**. Artigo publicado como paper digital para o XX Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Porto Alegre – RS). Compós, 2011. Disponível em http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1689.pdf. Acesso em: 20/07/2020.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Reflexividade e relacionismo como questões epistemológicas na pesquisa empírica em Comunicação. In: BRAGA, J.L.; LOPES, M.I.V.; MARTINO, L.C. (orgs). **Pesquisa empírica em comunicação**. São Paulo: Paulus, p. 2-19, 2010.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; BREDARIOLI, Cláudia; ALVES, Clarice Greco e FREIRE, Denise de Oliveira. Transmediação, plataformas múltiplas, colaboratividade e criatividade na ficção televisiva brasileira. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.) **Ficção televisiva no Brasil: temas e perspectivas**. São Paulo: Globo, 2009.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Telenovela como recurso comunicativo. **MATRIZES**, v.3, n.1, 2009, pp. 21-48. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38239>. Acesso em 14/01/2020.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa de Comunicação: Questões epistemológicas, teóricas e metodológicas**. Revista brasileira de Ciências da Comunicação, vol. XXVII, n.1, jan/jun, 2004, p. 13-39.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. A telenovela brasileira: uma narrativa sobre a nação. **Revista Comunicação & Educação**, 25. São Paulo, jan/abr 2003a. Disponível em <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/view/4195/3934>. Acesso em 14/03/2020.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em Comunicação**. 7ed. São Paulo: Loyola, 2003b.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; BORELLI, Silvia Helena Simões; RESENDE, Vera Rocha. **Vivendo com a telenovela: Mediações, recepção, teleficcionalidade**. São Paulo, Summus, 2002.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Narrativas televisivas e identidade nacional: o caso da telenovela brasileira**. Artigo publicado como paper digital para o XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Salvador – BA). Intercom, 2002. Disponível em:

<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/dee0dd0cbfe2629590b91abca6e57973.pdf>. Acesso em 22/08/2021.

MACHADO, Mônica. A teoria da Antropologia Digital para as humanidades digitais. **Revista Z Cultural – Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea**, n.2, 2017, pp. 1-7.

MAGNANI, José Guilherme. A etnografia é um método, não uma mera ferramenta de pesquisa...que se pode usar de qualquer maneira (Entrevista). **Revista de Ciências Sociais**, v.43, n. 2, jul/dez 2012, pp. 169-178. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/823>. Acesso em 10/02/2020.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes antropológicos**, v.15, n.32, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/6PHBfP5G566PSHLvt4zqv9j/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07/12/2021.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** v.17, n.49, São Paulo, 2002.

MAGNANI, José Guilherme. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: Magnani, José Guilherme C. e Torres, Lilian de Lucca (Orgs). **Na Metrópole – Textos de Antropologia Urbana**. EDUSP, São Paulo, 1996.

MALABY, Thomas. Digital Gaming, Game Design and Its Precursors. In: HORST, Heather; MILLER, Daniel (orgs). **Digital Anthropology**. London/New York: Berg, 2012, p. 288-305.

MALCHER, Maria Ataíde. Telenovela: Um olhar sobre a produção acadêmica. **Revista Novos Olhares**, n.10, 2002, pp. 42-49.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Ática, 1978.

MARCUS, George. Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal. **Alteridades**, v.11, n. 22, 2001, pp. 110-127. Disponível em: <https://alteridades.izt.uam.mx/index.php/Alte/article/view/388>. Acesso em 16/12/2021.

MARCUS, George. O intercâmbio entre arte e antropologia: como a pesquisa de campo em artes cênicas pode informara reinvenção da pesquisa de campo em Antropologia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 47, n. 1, 2004, pp. 133-158. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/R5jD4dNFWrvFqLT3sjLbTjB/abstract/?lang=pt>. Acesso em 16/12/2021.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: 3 introduções. **MATRIZES**, vol.12 (1), 2018, p. 9-31. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/145681>. Acesso em 14/02/2019.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Diversidade em convergência. *MATRIZES*, vol.8 (2), 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/90445>. Acesso em: 30/11/2021.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Tradução Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2009.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: Moraes, Denis de. (Org.). *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MARTÍN-BARBERO, J. **Ofício de Cartógrafo**: Travessias latino-americanas da comunicação na cultura. Tradução Fidelina González. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Pistas para entre-ver meios e mediações. Prefácio à 2ª edição de *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Tradução Maria Immacolata Vassallo de Lopes. In: MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais**: linguagens, ambientes e redes. Petrópolis: Vozes, 2014.

MATEUS, Samuel. A Etnografia da Comunicação. *Revista Antropológica*, n.13, 2015, pp. 84-89. Disponível em <http://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/view/2341>. Acesso em 09/08/2017.

MEAD, Margareth. **Cultura y compromiso**, Granica, Barcelona, 1971.

MENDES, Marcia; AMARAL, Gabriel. Ao vivo, on-line e em várias telas - uma nova forma de produzir, pensar e assistir TV. *Linguagem e Cultura*, n.2, 2016, p. 52-57.

MILLER, Daniel; HORST, Heather A. O Digital e o Humano: prospecto para uma Antropologia Digital. *Parágrafo*, v.2, n.3, 2015, pp. 91-111. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/334/352>. Acesso em 10/11/2021.

MILLER, Daniel. Social Networking Sites. In: HORST, Heather; MILLER, Daniel (orgs). **Digital Anthropology**. London/New York: Berg, 2012, p. 146-161.

MILLER, Daniel; HORST, Heather A. The Digital and the Human: A Prospectus for Digital Anthropology. In: HORST, Heather; MILLER, Daniel (orgs). **Digital Anthropology**. London/New York: Berg, 2012, p. 3-35.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. Etnografia on e off-line: Cibercafés em Trinidad. **Horizontes Antropológicos**, Vol.10, n.21, 2004, pp. 41-65.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. **The Internet – An Ethnographic Approach**. Oxford/New York: Berg, 2000.

MONACO, Helena Motta. Quem cala consente? Ambientes digitais e suas implicações para a pesquisa antropológica. **Cadernos De Campo**, vol. 29, n.2, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/175295>. Acesso em: 16/12/2021.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MURAKAMI, Mariane Harumi. **Da fantasia ao transmídia**: Modernização do gênero telenovela. 180f. Tese (Doutorado em Meios e Processos Audiovisuais) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

MURRAY, Janet. **Hamlet on the Holodeck** – The future of narrative in cyberspace. Cambridge: The MIT Press, 1999.

NÉIA, Lucas Martins. **Como a ficção moldou um país**: uma história cultural da telenovela brasileira (1963 a 2020). 314 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

PARREIRAS, Carolina; MACEDO, Renata Mourão. Desigualdades digitais e educação: breves inquietações pandêmicas. In: GROSSI, Mariam Pilar; TONIOL, Rodrigo (Orgs). **Cientistas sociais e o Coronavírus**. 1ª Ed: ANPOCS, v.1, 2020, p. 496-501. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/ciencias-sociais/destaques/2458-livro-cientistas-sociais-e-o-coronavirus-ebook-download-gratuito>. Acesso em: 06/12/2021.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes antropológicos**, v.20, n.42. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/n8ypMvZZ3rJyG3j9QpMyJ9m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 07/12/2021.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. **PontoUrbe**, n. 2, v. 2, fevereiro de 2008.

PEIRANO, Mariza. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2003.

PEREIRA, Samira Cristina Silva; MENDES, Sérgio Procópio Carmona Mendes. Um debate sobre o campo online e a etnografia virtual. **TECCOGS – Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**, n.21, jan/jun2020, pp. 196-212. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/teccogs/article/view/51740>. Acesso em 20/10/2021.

PEREIRA, Tissiana Nogueira. **Navegando com a telenovela?** Mediações, recepção e ficção televisiva em tempos transmídia. 312 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020.

PIENIZ, Mônica Bertholdo; CENCI, Márcio Paulo. Tecnicidade – de las mediaciones comunicativas de la cultura a las mutaciones culturales. In: RINCÓN, Omar; JACKS, Nilda; SCHIMTZ, Daniela; WOTTRICH, Laura. **Un nuevo mapa para investigar la mutación cultural**: Diálogo con la propuesta de Jesús Martín-Barbero. Quito: CIESPAL, 2019, p. 137-160.

PIENIZ, Mônica. Mediação estrutural da tecnicidade: o trânsito das audiências a partir do Twitter. **MATRIZES**, v.9, n.1, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/100681>. Acesso em 28/12/2021.

PIVA, Felipe Paes. Estratégias antropológicas incipientes para uma etnografia digital: uma discussão a partir de narrativas midiáticas sobre violências sexuais, de gênero e trotes em uma Faculdade de Medicina. **Cadernos De Campo**, vol. 29, n.2, 2020.

POSTILL, John. Digital Politics and Political Engagement. In: HORST, Heather; MILLER, Daniel (orgs). **Digital Anthropology**. London/New York: Berg, 2012, p. 165-184.

RAMOS, Jair de Souza. Etnografia e digitalização. In: CAMPANELLA, Bruno; BARROS, Carla (orgs). **Etnografia e consumo midiático: novas tendências e desafios metodológicos**. Rio de Janeiro: e-papers, 2016, p. 29-46.

RIBEIRO, Ana Paula; SACRAMENTO, Igor *et al.* #MeuLadoJoaquina: convocações do feminino e narrativas autobiográficas na cultura participativa. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org). **Por uma teoria de fãs da ficção televisiva II: práticas de fãs no ambiente da cultura participativa**. Porto Alegre: Sulina, 2017, p. 19-56.

RINCÓN, Omar. Mapa Insomne 2017 – Ensayos sobre el *sensorium* contemporâneo. Un mapa para investigar la mutación cultural. In: JACKS, Nilda; SCHIMTZ, Daniela; WOTTRICH, Laura (Orgs). **Un nuevo mapa para investigar la mutación cultural: Diálogo con la propuesta de Jesús Martín-Barbero**. Quito: CIESPAL, 2019, p. 17-24.

ROCHA, Larissa Leda Fonseca. **Telenovela além da televisão: Transmidiação e conversação**. Artigo publicado como paper digital para o 36º Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Manaus-AM). Intercom, 2013. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1413-1.pdf>. Acesso em 27/12/2021.

ROCHA, Simone; ROCHE, Fabio López de la. Temporalidades – para pensar la contemporaneidad de lo no-contemporâneo. In: JACKS, Nilda; SCHIMTZ, Daniela; WOTTRICH, Laura. **Un nuevo mapa para investigar la mutación cultural: Diálogo con la propuesta de Jesús Martín-Barbero**. Quito: CIESPAL, 2019, p. 59-90.

RONSI, Veneza Mayora. **A perspectiva das mediações de Jesús Martín-Barbero (ou como sujar as mãos na cozinha da pesquisa empírica de recepção)**. Artigo publicado como paper digital para o XIX Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Rio de Janeiro- RJ). Compós, 2010. Disponível em: http://compos.com.puc-rio.br/media/gt12_veneza_ronsini.pdf. Acesso: 26/12/2021.

SANTOS, Sheila Cavalcante dos. Imersões, fluxos e desafios em uma etnografia no Tinder. **Cadernos De Campo**, vol.29, n.2, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/175168/167310>. Acesso em 10/21/2021.

SCHMITZ, Daniela; PIEDRAS, Elisa; WOTTRICH, Laura; SILVA, Lourdes Ana Pereira; PIENIZ, Mônica; JACKS, Nilda; JOHN, Valquíria. Estudos de recepção: estado da questão e os desafios pela frente. **Intercom – RBCC**. São Paulo, v.38, n.1, jan./jun. 2015, pp. 109-128. Disponível em: <http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/2207>. Acesso em 22/08/2020.

SIFUENTES, Lírian; WOTTRICH, Laura; JACKS, Nilda; PEDROSO, Daniel; ALVES, Denise Avancini; OIKAWA, Erika; SGORLA, Fabiane; LIBARDI, Guilherme, CAROLINE, Joselaine; FEITOSA, Sara; SCALEI, Vanessa. Laços de Família 20 anos depois: apropriações da audiência em tempos de pandemia. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; SILVA, Lourdes Ana Pereira (orgs). **Criação e inovação na ficção televisiva brasileira em tempos de pandemia de Covid-19**. Aluminó: CLEA Editorial, v.7, 2021, pp. 189-207. Disponível em: <http://obitelbrasil.blogspot.com/>. Acesso em 16/12/2021.

SIFUENTES, Lírian; ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **O Mapa das Mediações Comunicativas da Cultura**: uma segunda onda na abordagem das mediações de Martín-Barbero?. Artigo publicado como paper digital para o XXV Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Goiânia – Goiás). Compós, 2016. Disponível em <https://docplayer.com.br/38373095-O-mapa-das-mediacoes-comunicativas-da-cultura-uma-segunda-onda-na-abordagem-das-mediacoes-de-martin-barbero-1.html>. Acesso em: 06/01/2022. .

SILVA, Sandra Rubia; MACHADO, Alisson. Diálogos com Daniel Miller no campo da Comunicação: Reflexões a partir das pesquisas do GP Consumo e Culturas Digitais. **Revista de Sociologia e Antropologia**, v.10, 2020, pp. 861-886.

SILVA, Lourdes Ana Pereira; BASEIO, Maria Auxiliadora. In: RINCÓN, Omar; JACKS, Nilda; SCHIMTZ, Daniela; WOTTRICH, Laura. **Un nuevo mapa para investigar la mutación cultural**: Diálogo con la propuesta de Jesús Martín-Barbero. Quito: CIESPAL, 2019.

SILVA, Lourdes Ana Pereira; NOLL, Gisele. Ficção seriada televisiva nos estudos de audiências. In: JACKS, Nilda; PIEDRAS, Elisa; PIENIZ, Mônica; JOHN, Valquíria. (Org.). **Meios e audiências III**: reconfigurações dos estudos de recepção e consumo midiático no Brasil. 1ed. Porto Alegre: Sulina, 2017, v. 1, p. 109-133.

SILVA, Lourdes Ana Pereira; JACKS, Nilda. **Novas implicações nos estudos de recepção de telenovela**. Artigo publicado como paper digital para o XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Curitiba - PR). Intercom, 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0866-1.pdf>. Acesso em: 16/07/2020.

SOUZA, Maria Carmem *et al.* Amados amantes narrados nas *fanfictions* de telenovelas brasileiras. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org). **Por uma teoria de fãs da ficção televisiva II**: práticas de fãs no ambiente da cultura participativa. Porto Alegre: Sulina, 2017, p. 57-92.

SOVIK, Liv *et al.* Stuart Hall e os estudos da comunicação no Brasil. **MATRIZES**, v.10, n.3, 2016, pp. 15-29. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/matrizes>. Acesso em 10/08/2021.

TACCHI, Jo. Digital Engagement: Voice and Participation in Development. In: HORST, Heather; MILLER, Daniel (orgs). **Digital Anthropology**. London/New York: Berg, 2012, p. 225-241.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **PontoUrbe – Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, v.11, 2012, pp. 1-13.

VAN DJICK, José. Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigm and ideology. **Surveillance & Society** 12(2), 2014. Disponível em: <http://www.surveillance-and-society.org>. Acesso em 01/12/2021.

VIANNA, Catarina Morawska; RIBEIRO, Magda dos Santos. Sobre pessoas e coisas: Entrevista com Daniel Miller. **Revista de Antropologia**, v.52, n.1, 2009, pp. 415-439. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27343/29115>. Acesso: 07/01/2022.

VIEIRA JÚNIOR, Luiz Augusto Mugnai. A imersão oculta em plataformas online: uma experiência antropológica a partir dos estudos de recepção. **Cadernos De Campo**, vol.29, n.2, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/175275>. Acesso em 22/12/2021.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.

WOTTRICH, Laura Hastenpflug; SILVA, Renata Córdova da; RONSINI, Veneza Mayora. **A Perspectiva das Mediações de Jesús Martín-Barbero no Estudo de Recepção da Telenovela**. Artigo publicado como paper digital para o 32º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Curitiba-PR). Intercom, 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1712-1.pdf>. Acesso em 23/12/2021.

WRIGHT MILLS, Charles. **Do artesanato intelectual**. In: A imaginação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1969 [1959]. -pp. 211-243.

Sites consultados:

ABA – Associação Brasileira de Antropologia. (2012). Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga. Brasília, **ABA**, 2022. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/codigo-deetica/>. Acesso em 16/12/2021.

FANDOM GAMEPEDIA. **Comunidade Wiki As Aventuras de Poliana**, 2022. Disponível em: https://as-aventuras-de-poliana.fandom.com/pt-br/wiki/Wiki_As_Aventuras_de_Poliana. Acesso em 15/01/2022.

FARIA, Louise Scoz Pasteur de. Etnografia na pandemia: algumas experiências de trabalho de campo. **UFRGS Notícias**, 2020. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/etnografia-na-pandemia-algumas-experiencias-de-trabalho-de-campo-1>. Acesso em 13/12/2021.

HARTLEY, Scott. **The fuzzy and the techie: why the liberal arts will rule the digital world**, 2016. <http://www.fuzzytechie.com/>. Acesso em 16/12/2020.

MILLER, Daniel. A Antropologia Digital é o melhor caminho para entender a sociedade moderna. **Revista Z Cultural – Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea**, 2015. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/daniel-miller-a-antropologia-digital-e-o-melhor-caminho-para-entender-a-sociedade-moderna/>. Acesso em 07/01/2022.

PARAIZO, Danúbia; OLIVEIRA, Marina. Merchandising é repaginado com projetos flexíveis de conteúdo na TV. **Propmark**, 2019. Disponível em: <https://propmark.com.br/midia/merchandising-e-repaginado-com-projetos-flexiveis-de-conteudo-na-tv/>. Acesso em: 28/01/2022.

SACCHITIELLO, Bárbara. A Dona do Pedaco (e do merchandising). **Meio e Mensagem**, 2019. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2019/10/10/a-dona-do-pedaco-e-do-merchandising.html>. Acesso em 28/01/2022.

Vídeos no Youtube:

BAGGS, Amanda. In My Language. **Canal Silentmiaow**, 2008. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JnylM1hI2jc>. Acesso em 20/10/2021.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Os desafios metodológicos da pesquisa em Comunicação em tempos de Covid-19. **Conexão Pós – Desafios contemporâneos da pesquisa**, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bKdtMihbTuI>. Acesso em 20/12/2021.

MILLER, Daniel. Como conduzir uma etnografia durante o isolamento. **LISA USP**, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WC24b3nzp98>. Acesso em: 16/05/2021.

NOVAES, Regina. As religiões em tempos de pandemia. **Centro de Estudos Avançados (CEA/UFRRJ)**, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wR5a0_odU-U. Acesso em: 22/08/2021.